Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br | SEXTA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 2021 | Nº 24.899 | Preço banca: R$ 3,50

Governo Central tem superávit primário de R$ 2,1 bilhões em março

Brasil atinge marca de 400 mil mortos pela covid-19

Página 36

ButanVac será superior à 1ª geração de vacinas, diz diretor

Página 2

Impulsionado por arrecadações extraordinárias e pelo atraso na aprovação do Orçamento, o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registrou o primeiro superávit primário para meses de março desde 2015. No mês passado, o resultado ficou positivo em R$ 2,101 bilhões.

O superávit primário representa a economia do governo para o pagamento dos juros da dívida pública. O resultado de março é o melhor para o mês em sete anos. No mesmo mês de 2014, o Governo Central tinha registrado superávit primário de R$ 4,257 bilhões. No mesmo mês do ano passado, as contas haviam ficado negativas em R$ 21,131 bilhões.

Com o resultado de março, o Governo Central acumula superávit primário de R$ 24,443 bilhões no primeiro trimestre. Esse é o melhor resultado para os três primeiros meses do ano desde 2013, quando o superávit acumulado havia atingido R$ 29,772 bilhões.

O resultado veio acima do previsto. Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Economia, as instituições financeiras projetavam déficit primário de R$ 30 bilhões para março. Página 3

Índia supera 18 milhões de infecções por covid-19

O total de casos da covid-19 na Índia passou de 18 milhões na quinta-feira (29), na esteira de mais um recorde mundial de infecções diárias, enquanto coveiros trabalham 24 horas para enterrar vítimas e fileiras de piras funerárias são montadas em parques e estacionamentos.

O país relatou 379.257 casos novos da covid-19 e 3.645 mortes adicionais nesta quinta-feira, de acordo com dados do Ministério da Saúde. Trata-se do maior número de óbitos registrados em um único dia desde o início da pandemia no país.

A segunda nação mais populosa do planeta está em uma crise profunda, já que seus hospitais e necrotérios estão sobrecarregados e os profissionais de saúde têm dificuldade de lidar com a pandemia. Página 3

Papa Francisco estabelece novas regras sobre corrupção

O Papa Francisco estabeleceu na quinta-feira (29) nova regulamentação anticorrupção para assegurar que os próprios cardeais e gestores do Vaticano são transparentes e honestos.

As novas regras implicam que os cardeais e gestores declarem periodicamente que investem apenas em fundos compatíveis com a doutrina católica e que não estão sob investigação criminal ou têm dinheiro em paraísos fiscais. Esses requisitos éticos para o investimento excluiriam, por exemplo, a fabricação de armas. Página 3

Previsão do Tempo

Sexta: Sol com muitas nuvens durante o dia e períodos de céu nublado. Noite com muitas nuvens.

22º C
14º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,35
Venda: 5,35

Turismo
Compra: 5,23
Venda: 5,52

EURO
Compra: 6,48
Venda: 6,49

Preço dos principais produtos agropecuários sobe no primeiro trimestre

Foto/Wikipedia

Os 15 principais produtos agropecuários brasileiros tiveram alta de preços no primeiro trimestre de 2021, na comparação com o mesmo período do ano passado. A análise faz parte da nota de conjuntura Mercados e Preços Agropecuários, divulgada na quinta-feira (29) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em parceria com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/Esalq/USP) e com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Página 3

Anvisa: replicação de adenovírus na Sputnik é comprovada em documentos

O presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Antônio Barra Torres, fez um pronunciamento por meio das redes sociais do órgão questionando críticas feitas pelos laboratórios e instituições responsáveis pelo desenvolvimento da vacina Sputnik V.

O pedido de importação de 66 milhões de doses do imunizante foi negado na segunda-feira (26). A Anvisa apontou uma série de problemas, entre eles, a presença ou não de adenovírus com capacidade de replicação no corpo dos pacientes que receberem doses da vacina. Página 36

Consórcio Eco153 vence leilão do sistema rodoviário Tocantins-Goiás

Página 3

Vendas reais da indústria paulista caíram 1,3% em março, diz Fiesp

Página 36

Esporte

Granado começa a campanha pelo título mundial da Moto-E

Depois do Campeonato Espanhol de Superbike, no qual estreou bem com um pódio na primeira etapa, o brasileiro Eric Granado volta à pista de Jerez de la Frontera para mais um grande desafio. Defendendo a One Racing Energy, sua nova equipe para 2021, Granado disputará o Mundial de Moto-E, que realiza sua prova inaugural neste domingo, com transmissão ao vivo pelos canais Fox Sports. Página 8

Foto/ Jean Robledo

Sigma P1 inicia busca pelo título de casa nova e com novidades no carro

Foto/ William Inácio

A equipe Sigma P1 começa neste fim de semana sua campanha em busca do título do Império Endurance Brasil em 2021. A etapa de abertura do campeonato acontece em Goiânia (GO) e o time confirmou presença com seu mais recente modelo na categoria P2, uma das classes voltadas aos protótipos. A estreia será repleta de novidades: neste ano, a estrutura da equipe passa a ser operada pela FTR Motorsports. Já o carro a ser utilizado será o modelo com motor quatro cilindros turbo de projeto próprio. Página 8

Seleção Masculina: Equipe conclui primeiro bloco de 10 dias de treinamento

A seleção brasileira masculina de vôlei encerrou na quinta-feira (29) o primeiro bloco de 10 dias de treinamentos no Centro de Desenvolvimento de Voleibol (CDV), em Saquarema (RJ). O grupo, atualmente formado por 18 atletas, teve um período maior de treinamento em virtude da pandemia da COVID-19 e, seguindo protocolo de segurança e na busca por manter um sistema controlado, passou 10 dias seguidos no centro de treinamento – diferente do esquema de folga todos os finais de semana, como de costume.

Com o técnico Renan ainda ausente em recuperação da COVID-19, o comando do grupo fica a cargo dos assistentes Ricardo Tabach e Carlos Schwanke. Página 8

Marcelo Henriques inicia sua terceira temporada na GT Sprint Race Brasil

Foto/ Rodrigo Guimarães

Marcelo *Henriques na frente do pelotão*

O piloto Marcelo Henriques (Mais1 Café, D4U Law Group, Action 360) começa, neste fim de semana, em Mogi das Guaçu (SP), sua terceira temporada na GT Sprint Race Brasil, uma das mais importantes competições do automobilismo nacional. Atual campeão da PROAM, ele e o companheiro de equipe, Alex Seid, preparam-se para mais um desafio: participar da categoria PRO, na qual estão os principais nomes do campeonato. A etapa de abertura será no circuito de Velocitta, no interior paulista, sendo a primeira das nove previstas para 2021. Página 8

ButanVac será superior à 1ª geração de vacinas, diz diretor

A ButanVac deverá ser uma "vacina superior" por incorporar o aprendizado com a primeira geração de imunizantes contra o novo coronavírus, segundo o diretor do Instituto Butantan, Dimas Covas. "Temos uma perspectiva que essa seja uma vacina superior do ponto de vista de indução de imugenicidade [capacidade de induzir o corpo a responder ao vírus]. Nós incorporamos os conhecimentos da primeira geração de vacinas", disse na quinta-feira, (29) ao participar de um seminário promovido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP).

O Butantan iniciou a produção da nova vacina antes mesmo de ter a autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para testar o imunizante em seres humanos. "Iniciamos a produção industrial da vacina. É o que nós chamamos de produção em risco", destacou Covas. A previsão é que, segundo ele, sejam produzidos seis lotes com 18 milhões de doses.

Mais barata

Além dos aprimoramentos incorporados a partir dos resultados com outros imunizantes, especialmente a CoronaVac, produzida pelo instituto em parceria com o laboratório chinês Sinovac, Covas ressaltou que o imunizante deverá ser mais barato do que os disponíveis atualmente. "Além de ser uma vacina já aperfeiçoada, vai permitir o barateamento e extensão da vacina para os países pobres e de renda média", acrescentou.

A ButanVac está sendo desenvolvida, de acordo com Covas, por um consórcio internacional, sem a detenção de patente, ficando aberta para ser replicada. O diretor do Butantan ressaltou que imunizantes mais baratos vão ser fundamentais para conter a epidemia no mundo. "Não adianta a gente vacinar a população dos Estados Unidos, da Europa, se não vacinar a população da África e da América Latina", disse.

Apesar das melhorias incorporadas ao imunizante, Covas avalia que as vacinas não vão resolver a curto prazo a convivência com o novo coronavírus. "Uma vacina não vai resolver, vai ser preciso gerações de vacinas. E provavelmente a vacinação anual", acrescentou.

Testes

Na última sexta-feira (23), o Instituto Butantan enviou à Anvisa o pedido para início dos testes em humanos da ButanVac, de fases 1 e 2. Os estudos deverão começar com 1,8 mil voluntários. Já a Fase 3, com maior escala de participantes, deverá incluir 9 mil pessoas. Poderão fazer parte dos testes inclusive adultos já vacinados ou que já tiveram covid-19.

A tecnologia da ButanVac utiliza o vírus da doença de Newcastle, uma enfermidade de aves, geneticamente modificado. O vetor viral contém a proteína Spike do coronavírus de forma íntegra.

O desenvolvimento complementar da vacina será todo feito com tecnologia do Butantan, incluindo a multiplicação do vírus, condições de cultivo, ingredientes, adaptação dos ovos, conservação, purificação, inativação do vírus, escalonamento de doses e outras etapas. (Agência Brasil)

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (SÃO PAULO)

Agora compondo dupla com o vereador Rinaldi (PSL) - ele que já era defensor de Bolsonaro desde 2019 no Parlamento paulistano, a eleita em 2020 vereadora Sonaiara (Republicanos) deve estar ao lado do colega no evento do 1º maio na avenida Paulista pelas liberdades. Ela também é cristã evangélica

PREFEITURA (SÃO PAULO)

Em outubro 2019 Bruno Covas (PSDB) disse que sua única opção era lutar pela vida (contra o câncer detectado na região abdominal). Agora lutando contra novos focos de cânceres, o prefeito reeleito em 2020 segue dizendo que a luta continua, agora com o fiel escudeiro e vice Ricardo Nunes (MDB)

.

ASSEMBLEIA (SÃO PAULO)

Do ponto de vista cristão - segundo a Literatura Bíblica - a deputada Marta Costa (PSD) - Assembleia de Deus Belém tá lutando (projeto de lei) pra que nenhuma publicidade ou propaganda no Estado paulista use meninos e meninas pra influenciarem outras crianças a decidir seus gêneros e opções sexuais

.

GOVERNO (SÃO PAULO)

Não adiantará se os herdeiros do PRTB (28) do falecido fundador e dono Levy Fidelix levarem pra mesa de negociações a legenda pro João Doria (PSDB 'liberal de centro'), pra valorizar o custo da entrada do Presidente Bolsonaro. O governador de São Paulo não costuma cobrir ofertas antes do jogo começado

.

CONGRESSO (BRASIL)

Usando o número de 400 mil mortos pela pandemia Covid 19, o senador (MDB Alagoas) Renan tá se achando o tal que conduzirá os tais pra uma Nova Jerusalém Celestial da política brasileira. Pra quem o conhece desde as Alagoas - com Collor - ele tá dando seu 'Canto do Cisne' na política brasileira

.

PRESIDÊNCIA (BRASIL)

No sábado, 1º Maio (Dia do Trabalho) é fundamental que os apoiadores cristãos de Bolsonaro em São Paulo - como nas demais Capitais - cumpram sua obrigação espiritual de se manifestarem com muito respeito e pesar às famílias dos agora 400 mil brasileiros falecidos por causa da pandemia do Covid 19

.

PARTIDOS

Esta coluna não só antecipou que somente no PRTB - do falecido Levy Fidelix - agora com nas mãos da viúva Aldinea Fidelix - o Presidente Bolsonaro teria 100% do controle real. Ontem a família esteve com Bolsonaro, sabendo que não conseguirão vender pro Doria, que é negociante desde menino ...

.

(BRASIL)

... Quanto aos donos e sócios preferenciais das legendas com quem Bolsonaro conversou (PSL do Bivar, PSC do Everaldo, Patriota do Adilson Barroso com Ovasco, DC do Eymael, PL do Costa Neto e Brasil 35 'ex-PMB' da Suêd), o máximo que podem vender são ações de baixo valor na bolsa do mercado política

.

JUSTIÇAS (BRASIL)

Dependendo do que vai rolar e a quem vai atingir as manifestações pró-Bolsonaro nas ruas do Brasil neste 1º maio (Dia do Trabalho), a pergunta é : o Supremo poderá usar o Inquérito do próprio Supremo, pilotado por Alexandre de Moraes, no qual acusa, julga e condena usando a Lei de Segurança Nacional ?

.

MÍDIAS

A coluna diária de política do jornalista **Cesar Neto** vem sendo publicada na imprensa (São Paulo - Brasil) desde 1993. Via Internet desde 1996, www.cesarneto.com foi se tornando referência das liberdades possíveis. No Twitter **@CesarNeto-Real** ... Email **cesar@cesarneto.com**

cesar@cesarneto.com

Com ajuda do Exército, Ceagesp distribui alimentos em Araraquara

Toneladas de alimentos estão sendo distribuídas na quinta-feira, (29) pela Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp) em Araraquara, interior de São Paulo. Como a ação ainda está em andamento, a companhia ainda não divulgou a quantidade de alimentos doada e nem a quantidade de pessoas que foram beneficiadas com as doações. Os caminhões carregando os alimentos deixaram o entreposto da Ceagesp, na capital paulista, por volta das 4h da manhã e chegaram ao destino por volta das 9h.

Segundo a Ceagesp, a carreata da solidariedade, como foi chamada a ação de distribuição de alimentos para a população, foi possível por meio de doações de frutas, verduras, legumes e cestas básicas por pessoas físicas e comerciantes do entreposto da capital e do interior.

Toda essa mercadoria, que foi arrecadada na capital, chegou ao interior com apoio do Exército. Segundo o Comando Conjunto Sudeste, cerca de 70 toneladas de alimentos foram transportados para ajudar famílias em situação de vulnerabilidade social em Araraquara. A expectativa do Exército era de que esses alimentos poderiam beneficiar até 20 mil pessoas.

No total, 23 militares participaram da carreata da solidariedade, além dos integrantes do Tiro de Guerra do município. Também foram empregadas sete viaturas da Segunda Companhia de Transporte, do Exército Brasileiro. Segundo o Comando, esta é a quarta vez que há uma cooperação entre o Exército e a Ceagesp para as carreatas da solidariedade, que já ocorreram nas cidades paulistas de Aparecida, Potim e em aldeias indígenas da região metropolitana de São Paulo.

Por meio das redes sociais, o presidente da República, Jair Bolsonaro, mostrou um vídeo que mostra a carreata da solidariedade deixando a sede da Ceagesp a caminho de Araraquara. Na postagem, Bolsonaro elogiou o trabalho dos permissionários do entreposto, do Exército e da Polícia Militar de São Paulo, responsável pela escolta dos caminhões. (Agência Brasil)

Centro Paula Souza e Microsoft anunciam 1,2 mil vagas em cursos de tecnologia

Na quinta-feira (29), a partir das 18 horas, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo (SDE) e o Centro Paula Souza (CPS) anunciam uma parceria com a Microsoft Brasil para oferecer 1,2 mil vagas gratuitas em trilhas de ensino Fundamentos do Microsoft Computação em Nuvem (AZ-900) e Fundamentos de Inteligência Artificial (AI-900), por intermédio do Programa Minha Chance. O anúncio será feito durante uma live em que serão apresentados os detalhes sobre a parceria e a página para realização das inscrições. A transmissão será exibida pelo link bit.ly/MicrosoftMinhaChance.

O programa destinará mil vagas a estudantes de Escolas Técnicas (Etecs) e Faculdades de Tecnologia (Fatecs) estaduais e 200 para jovens da comunidade em geral. A seleção será feita por meio de uma prova online, em que os candidatos poderão optar pelos dias 8 ou 9 de maio.

As aulas serão orientadas por especialistas de mercado e professores do CPS, certificados pela Microsoft. A capacitação ocorrerá em formato virtual, por meio da plataforma de aprendizagem Microsoft Learn, customizada para o CPS, com um roteiro de conteúdos sobre tecnologias de computação em nuvem e inteligência artificial.

As trilhas de aprendizado estão programadas para o período entre 15 de maio e 19 de junho. A carga horária é de 36 horas de conteúdo técnico e mais quatro horas de conceitos relacionados ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais e comportamentais. Ao final da capacitação, os 200 melhores participantes receberão, gratuitamente, vouchers para exames de certificações da Microsoft em AZ-900 e AI-900.

O Programa Minha Chance é uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da SDE e do CPS, que visa capacitar estudantes de Etecs e Fatecs, além da comunidade em geral, em colaboração com a iniciativa privada. O objetivo é estimular a geração de emprego e renda. Os cursos são elaborados em parceria com as empresas e o setor produtivo tem a vantagem de direcionar as vagas a profissionais com boa formação. As empresas interessadas podem fazer o cadastro pelo site minhachance.sp.gov.br.

Segunda via do RG pode ser feita pelo app RG Digital SP e em totens do Poupatempo

A Carteira de Identidade é um dos documentos mais usados por cidadãos de todas as idades, pois possui as principais informações e a foto, fundamentais para a identificação. Por isso, é importante manter o documento em bom estado de conservação e em local seguro. Entretanto, caso haja algum imprevisto e seja necessário emitir uma segunda via, é possível solicitar pelo próprio celular, baixando o aplicativo RG Digital SP, da Polícia Civil de São Paulo, ou em totens de autoatendimento do Poupatempo, distribuídos em diversas localidades do Estado.

O pedido online da segunda via da Carteira de Identidade pode ser feito por qualquer cidadão com 16 anos ou mais e que possua um RG anterior emitido no Estado de São Paulo, após agosto de 2014. O documento já conta com um QR Code, que é a garantia de que as informações já estão no Sistema Automatizado de Identificação Biométrica (Abis) da Polícia Civil.

É importante destacar que o RG não tem prazo de validade definido por lei, embora algumas instituições solicitem o documento atualizado, como medida de segurança, para prevenir fraudes.

Passo a passo

Nos totens do Poupatempo, o próprio cidadão realiza a validação biométrica e o pagamento da taxa de emissão, que pode ser feito em cartão de débito bancário, durante a solicitação do documento. Nesse caso, o novo RG será enviado pelos Correios ao endereço do solicitante, no Estado de São Paulo, e mediante pagamento da postagem.

Os equipamentos de autoatendimento estão disponíveis em estações do Metrô e da CPTM, shoppings centers, supermercados, e unidades do Descomplica SP, por exemplo, durante todo o horário de funcionamento dos estabelecimentos. Para informações sobre os endereços, basta acessar o portal www.poupatempo.sp.gov.br e clicar na opção 'Locais de Atendimento'.

Já no aplicativo da Polícia Civil, a validação é feita pelo celular e o cidadão recebe as orientações para pagamento da taxa em seu e-mail de cadastro. Nesse caso, a retirada do documento ocorre após cinco dias úteis, no local escolhido pelo usuário durante a solicitação online.

O app RG Digital SP está disponível para ser baixado gratuitamente na Play Store (Android) e na App Store (IOS). Com tecnologia de reconhecimento facial, ele permite ainda que a identidade virtual seja baixada e armazenada no aparelho celular.

Para ajudar a entender melhor o processo, o portal do Poupatempo oferece um vídeo explicativo, que também pode ser acessado pelo Youtube do programa, no link https://www.youtube.com/watch?v=lmOvFFBNyzk

Atendimento presencial para primeira via do RG

No caso da primeira via do RG, o cidadão precisa comparecer presencialmente em um posto de atendimento para conferência da documentação original, como a Certidão de Nascimento ou Casamento, e realizar a primeira coleta das impressões digitais, foto e assinatura. Para isso, antes é necessário agendar data e horário para atendimento nas plataformas digitais do Poupatempo.

O diretor da Prodesp, empresa de Tecnologia do Governo de São Paulo que administra o Poupatempo, Murilo Macedo, alerta para os cuidados a serem tomados neste período de isolamento social. "Devido à pandemia, o Poupatempo tem seguido as orientações do Plano São Paulo para garantir a saúde e segurança dos usuários e de nossos colaboradores. Por isso, trabalhamos com a capacidade de atendimento reduzida e pedimos que os cidadãos avaliem a necessidade de se deslocarem aos postos neste momento, para que possamos priorizar quem tem urgência na solicitação de serviços públicos. Lembrando que pelo portal e aplicativo, o Poupatempo já oferece os atendimentos mais solicitados no programa", afirma.

Outros serviços online

Desde o início da pandemia, em março de 2020, o Governo de São Paulo tem investido em tecnologia para manter os atendimentos ao cidadão. Atualmente, o Poupatempo oferece mais de 130 opções no portal www.poupatempo.sp.gov.br, aplicativo Poupatempo Digital e totens de autoatendimento.

Entre as opções oferecidas nas plataformas digitais, estão renovação, segunda via e CNH definitiva, emissão de Atestado de Antecedentes Criminais, pesquisa de débitos e restrições de veículos, transferência, Licenciamento (CRLV-e), consulta de IPVA, serviços eleitorais, seguro-desemprego, Carteira de Trabalho, entre outros.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Governo Central tem superávit primário de R$ 2,1 bilhões em março

Impulsionado por arrecadações extraordinárias e pelo atraso na aprovação do Orçamento, o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registrou o primeiro superávit primário para meses de março desde 2015. No mês passado, o resultado ficou positivo em R$ 2,101 bilhões.

O superávit primário representa a economia do governo para o pagamento dos juros da dívida pública. O resultado de março é o melhor para o mês em sete anos. No mesmo mês de 2014, o Governo Central tinha registrado superávit primário de R$ 4,257 bilhões. No mesmo mês do ano passado, as contas haviam ficado negativas em R$ 21,131 bilhões.

Com o resultado de março, o Governo Central acumula superávit primário de R$ 24,443 bilhões no primeiro trimestre. Esse é o melhor resultado para os três primeiros meses do ano desde 2013, quando o superávit acumulado havia atingido R$ 29,772 bilhões.

O resultado veio acima do previsto. Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Economia, as instituições financeiras projetavam déficit primário de R$ 30 bilhões para março.

Meta

Apesar do superávit em março, a tendência é que o resultado das contas públicas fique negativo nos próximos meses. Para este ano, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece meta de déficit de R$ 247,1 bilhões para o Governo Central, mas projeto de lei aprovado na semana passada permite o abatimento da meta de até R$ 40 bilhões de gastos.

Os gastos que podem ser deduzidos da meta estão relacionados com o enfrentamento à pandemia de covid-19. Dos R$ 40 bilhões autorizados pelo Congresso, R$ 20 bilhões destinam-se à saúde, R$ 10 bilhões ao programa de redução de jornada e suspensão de contrato e R$ 10 bilhões ao Pronampe, programa que fornece crédito emergencial a micro e pequenas empresas.

Receitas e despesas

O principal fator que contribuiu para o superávit primário em março foi a alta na arrecadação do governo. A receita líquida do Governo Central subiu 21,3% em março acima da inflação oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), na comparação com o mesmo mês do ano passado. No mês, elas somaram R$ 118,132 bilhões.

As despesas totais caíram 3,1% na mesma comparação, também descontando a inflação pelo IPCA. Em março, elas somaram R$ 116,031 bilhões. Em 2021, as despesas totais consumiram 22,1% do teto de gastos estimado para este ano, totalizando R$ 329,013 bilhões, para um limite de R$ 1,486 trilhão.

A queda das despesas totais está relacionada principalmente ao atraso na aprovação do Orçamento Geral da União de 2021. Aprovada pelo Congresso no fim de março, a peça foi sancionada no último dia 22 , após um acordo entre a equipe econômica e os parlamentares. Nesse período o governo cortou um terço dos investimentos e das despesas discricionárias (gastos não obrigatórios) em relação ao limite estabelecido pela regra do duodécimo.

Com a queda nos investimentos, o governo federal investiu R$ 1,424 bilhão em março, recuo de 54,3% em relação ao mesmo mês de 2020, descontada a inflação pelo IPCA. No acumulado do ano, os investimentos somam R$ 3,242 bilhões, queda de 66,4% na comparação com o primeiro trimestre do ano passado, também descontado o IPCA.

Em relação às receitas, a alta verificada em março decorreu principalmente da arrecadação extraordinária de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) realizada no mês passado. O aumento do valor importado em reais, decorrente da valorização do dólar, também contribuiu para a alta na arrecadação de Imposto de Importação.

Como a arrecadação de março reflete os fatos geradores de fevereiro, a própria Receita Federal admitiu que as receitas do governo deverão cair a partir de abril, refletindo as medidas de restrição social tomadas em março por causa do agravamento da pandemia de covid-19. (Agencia Brasil)

Secretário do Tesouro minimiza risco de paralisação da máquina pública

Apesar do veto de R$ 19,8 bilhões em gastos e do bloqueio temporário de R$ 9,2 bilhões no Orçamento deste ano, o risco de *shutdown* (paralisação da máquina pública) neste ano é "baixo, perto de zero", disse na quinta-feira (29) o secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal. Apesar de minimizar a possibilidade, ele ressaltou que este talvez seja o ano mais difícil da execução orçamentária.

Segundo o Tesouro Nacional, as despesas discricionárias, gastos não obrigatórios, somaram R$ 69 bilhões em 2020, o valor mais baixo da história. Segundo Funchal, o valor para 2021 está um pouco maior que esse mínimo. "Precisamos reduzir o risco, mas é um risco controlado. Olhando para o que temos de informação, parece possível chegar ao fim do ano sem o *shutdown*", declarou Funchal.

O acordo que permitiu a sanção do Orçamento com os vetos parciais prevê o envio de projetos ao Congresso para a recomposição de verbas originalmente previstos no texto. O governo, no entanto, terá de ir além e adaptar o Orçamento para cumprir decisões judiciais, como a liminar que obrigou a realização do Censo de 2021.

Outro fator que pode impactar o Orçamento será a decisão do Supremo Tribunal Federal de quanto o governo pode perder com a exclusão do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da base de cálculo de dois tributos federais: o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). A retirada foi decidida em 2017, mas os efeitos sobre as contas do governo só serão julgados hoje pelo STF.

Segundo o Tesouro Nacional e a Receita Federal, a decisão poderá reduzir o caixa do governo em até R$ 258,3 bilhões nos próximos anos, em valores de 31 de dezembro do ano passado. O Tesouro, no entanto, informou não ter ainda o detalhamento do impacto fiscal ano a ano.

Meta fiscal

Funchal comentou ainda a decisão do Congresso de retirar do cálculo do resultado primário alguns gastos relativos ao enfrentamento à pandemia de covid-19. Na semana passada, o Congresso aprovou uma emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que permite a exclusão da meta de déficit primário de R$ 247,1 bilhões, de até R$ 20 bilhões de gastos com a saúde, R$ 10 bilhões de gastos com o programa de redução de jornada e suspensão de contratos e de R$ 10 bilhões de gastos com o Pronampe, programa de crédito emergencial a micro e pequenas empresas.

Para o secretário, a melhor solução seria mudar a meta fiscal, aumentando a previsão de déficit do que permitir o abatimento de gastos da meta. Ele, no entanto, disse que essa negociação levaria mais tempo e que a sanção do Orçamento requeria urgência. "O processo consumiria mais uma semana ou dez dias. Com isso, a janela para implementar a mudança ainda em abril iria se fechar", justificou.

Despedida

Funchal apresentou o futuro secretário do Tesouro, Jeferson Bittencourt, na última entrevista no cargo. O atual titular do cargo assumirá a Secretaria Especial de Fazenda, no lugar de Waldery Rodrigues. Funchal anunciou outra alteração no Tesouro. O subsecretário da Dívida Pública, José Franco Medeiros de Morais, irá para o Banco Mundial e será substituído por Otavio Ladeira de Medeiros, atualmente secretário adjunto do Tesouro. (Agencia Brasil)

Preço dos principais produtos agropecuários sobe no primeiro trimestre

Os 15 principais produtos agropecuários brasileiros tiveram alta de preços no primeiro trimestre de 2021, na comparação com o mesmo período do ano passado. A análise faz parte da nota de conjuntura Mercados e Preços Agropecuários, divulgada na quinta-feira (29) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em parceria com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/Esalq/USP) e com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

As maiores valorizações em janeiro, fevereiro e março de 2021 em relação aos três primeiros meses de 2020 foram na soja (94,2%), no algodão (66,3%), no milho (61,7%), no boi gordo (52,4%) e no trigo (51%).

Já na comparação com o quarto trimestre de 2020 tiveram alta a soja (4,7%), o milho (13,4%), o trigo (10,6%), o algodão (24%), o café (21,2%), o açúcar (4,2%), o etanol hidratado (18,5%), o etanol anidro (12,3%) e o boi gordo (10,3%).

Por outro lado, tiveram queda de preços em relação ao último trimestre do ano passado a carne suína (17,5%), a carne de frango (1,9%), o ovo (15,6%), o leite (6,6%), o arroz (13,6%), a batata (10%), a laranja (6%) e a banana (15%).

De acordo com o Ipea, as principais commodities (produtos primários com cotação em mercados internacionais) agropecuárias continuaram sofrendo impacto do câmbio e da alta dos preços internacionais. "Para o Brasil, a desvalorização do real ante o dólar contribuiu para manter os preços das commodities ainda mais atrativos em moeda local", destaca a análise, segundo a qual, a demanda mundial aquecida e os estoques baixos contribuíram para boa parte da alta dos preços internacionais.

Apesar disso, o câmbio também teve efeitos adversos sobre as culturas brasileiras que dependem de insumos importados, encarecendo o custo de produção, ressalta o Ipea.

Na demanda externa, a pesquisa revela que continuaram altos os volumes exportados para a China e outros países asiáticos. Já na demanda interna, a redução do funcionamento dos bares e restaurantes, além dos possíveis impactos do agravamento da pandemia sobre a renda das famílias as contribuíram para a queda de preços domésticos do arroz, leite, de hortifrutícolas e de carnes suínas e de frango.

Grãos

Principal produto do agronegócio brasileiro, a soja deve atingir, em 2021, o recorde de exportações da série histórica, com 85,6 milhões de toneladas, o que representa 50% das vendas mundiais do grão. A demanda externa aquecida deve continuar a pressionar o preço doméstico da soja – somente a China consome cerca de 31,6% da safra mundial.

No caso do milho, o Ipea diz que o clima seco atrasou a semeadura e tende a pressionar alta nos preços. Está previsto um cenário favorável no segundo semestre, caso o clima contribua para a evolução da segunda safra.

Para o arroz, há expectativa de retomada do consumo no segundo trimestre do ano, após vendas aquém do esperado nos primeiros meses do ano. (Agencia Brasil)

Consórcio Eco153 vence leilão do sistema rodoviário Tocantins-Goiás

O Consórcio Eco 153, formado pelas empresas EcoRodovias e GLPX, venceu na quinta-feira (29) o leilão do sistema rodoviário BR 153/414/080 Tocantins-Goiás, realizado na bolsa de valores B3, na capital paulista.

O consórcio ofereceu o desconto máximo de 16,25% para o valor de pedágio e R$ 320 milhões de outorga. O outro concorrente, a CCR, também ofereceu o valor máximo de desconto no pedágio, mas uma outorga de R$ 117 milhões.

Essa foi a primeira licitação que ocorreu com sistema híbrido, baseado no deságio do valor do pedágio e no valor da outorga.

O sistema rodoviário leiloado tem 850,7 quilômetros: de Aliança do Tocantins (TO) à divisa de estado com Goiás (rodovia BR-153/TO); da divisa do estado de Goiás com Tocantins até Anápolis (GO) (rodovia BR-153/GO; de Assunção de Goiás (GO) até Anápolis (rodovia BR-414/GO); do entroncamento com a BR-414 em Assunção de Goiás até o entroncamento com a BR-153 (rodovia BR-080/GO).

A concessão terá duração de 35 anos, prorrogáveis por mais cinco anos. Segundo o edital, está previsto o aporte de R$ 14 bilhões de investimentos em infraestrutura e prestação de serviços, conservação, manutenção, operação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade das rodovias. O trecho leiloado é a principal ligação dos estados do Tocantins, do Maranhão, do Pará e do Amapá com o centro-sul do país.

Segundo a Agência Nacional de Transportes Terrestre (ANTT), é estimada a criação de 119.422 empregos (diretos e indiretos) no decorrer do tempo da concessão.

"Os investimentos que serão feitos são muito importantes em duplicação, em segurança, em tecnologia. A gente vai estar melhorando o nível de serviço em uma rodovia que é super importante para o agronegócio, que vai crescer cada vez mais naquela região", destacou o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas. (Agencia Brasil)

INTERNACIONAL

Índia supera 18 milhões de infecções por covid-19

O total de casos da covid-19 na Índia passou de 18 milhões na quinta-feira (29), na esteira de mais um recorde mundial de infecções diárias, enquanto coveiros trabalham 24 horas para enterrar vítimas e fileiras de piras funerárias são montadas em parques e estacionamentos.

O país relatou 379.257 casos novos da covid-19 e 3.645 mortes adicionais nesta quinta-feira, de acordo com dados do Ministério da Saúde. Trata-se do maior número de óbitos registrados em um único dia desde o início da pandemia no país.

A segunda nação mais populosa do planeta está em uma crise profunda, já que seus hospitais e necrotérios estão sobrecarregados e os profissionais de saúde têm dificuldade de lidar com a pandemia.

Sayyed Munir Kamruddin, um coveiro de 52 anos de Mumbai, disse que ele e os colegas estão trabalhando sem parar para sepultar vítimas da covid-19.

"Não tenho medo da covid, trabalho com coragem. É tudo questão de coragem, não de medo", disse.

Todos os dias, milhares de indianos procuram freneticamente leitos hospitalares e oxigênio para salvar a vida de familiares doentes, usando aplicativos de redes sociais e contatos pessoais. Quando leitos hospitalares ficam disponíveis, especialmente em unidades de tratamento intensivo, são ocupados em minutos.

"A ferocidade da segunda onda de fato pegou todos de surpresa", disse K. VijayRaghavan, principal conselheiro científico do governo indiano, segundo o jornal Indian Express.

"Embora estivéssemos todos cientes de segundas ondas em outros países, tínhamos vacinas à mão, e nenhuma indicação de exercícios de modelo apontavam a escala da disparada."

Os militares da Índia começaram a transportar suprimentos médicos essenciais, como cilindros de oxigênio, por todo o país e abrirão suas instalações de saúde aos civis. Hotéis e vagões de trem estão sendo convertidos em instalações de atendimento de urgência para compensar a carência de leitos hospitalares.

A maior esperança da Índia para conter sua segunda onda mortal da covid-19 é vacinar sua vasta população, disseram especialistas, e na quarta-feira (28) o país abriu inscrições para todas as pessoas acima de 18 anos receberem doses a partir de sábado (1).

Mas a Índia, mesmo sendo a maior fabricante mundial de vacinas, não tem estoque para as estimadas 800 milhões de pessoas autorizadas a se vacinarem. (Agencia Brasil)

Papa Francisco estabelece novas regras sobre corrupção

O Papa Francisco estabeleceu na quinta-feira (29) nova regulamentação anticorrupção para assegurar que os próprios cardeais e gestores do Vaticano são transparentes e honestos.

As novas regras implicam que os cardeais e gestores declarem periodicamente que investem apenas em fundos compatíveis com a doutrina católica e que não estão sob investigação criminal ou têm dinheiro em paraísos fiscais. Esses requisitos éticos para o investimento excluiriam, por exemplo, a fabricação de armas.

Uma nova lei publicada contém também uma proibição que, a ser amplamente aplicada, significará uma revolução na cultura da Cúria: proíbe qualquer empregado do Vaticano de receber presentes relacionados com o trabalho com valor superior a 40 euros.

Como "relacionado ao trabalho" poderia levar a interpretações ambíguas, a proibição visa claramente a reduzir os presentes, por vezes de luxo, que costumam receber as autoridades do Vaticano de benfeitores ricos, amigos e membros do clero.

A medida restritiva do papa ocorre quando os procuradores do Vaticano estão há quase dois anos a desenvolver uma investigação anticorrupção que envolve investimento do Vaticano em um empreendimento imobiliário em Londres.

Francisco pregou sobre a eliminação da corrupção no Vaticano, durante anos, mas a nova lei marca o seu maior passo até agora para assegurar que os próprios cardeais e gestores estão "limpos".

O chefe da Igreja Católica decretou que todas as novas contratações devem estar sujeitas à assinatura de uma declaração, atestando que o candidato nunca foi condenado por um crime e não está sob investigação por situações que incluam lavagem de dinheiro, corrupção, fraude, exploração de menores ou evasão fiscal.

A declaração deve ser renovada a cada dois anos, estando contemplada a possibilidade de dispensa como penalização por mentira.

Também incluída na declaração está a garantia de que nem o gestor, nem terceiros, dispõem de investimentos em paraísos fiscais e que todos os investimentos estão em linha com a doutrina social da Igreja Católica.

Na introdução da lei, Francisco escreveu que a regulamentação era necessária porque "a corrupção pode manifestar-se de diferentes formas".

Os superiores do Vaticano, escreveu, "têm a particular responsabilidade de concretizar a fidelidade de que fala o Evangelho, agindo de acordo com os princípios de transparência e sem qualquer conflito de interesses".

A lei foi publicada na mesma semana em que a adesão da Santa Sé às normas internacionais de combate à lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo está sendo analisada pelo comitê de peritos do Conselho da Europa para avaliação de medidas nesta área (Moneyval).

Os avaliadores do Moneyval visitaram a Santa Sé no outono e apresentaram um relatório aos Estados-membros para discussão e adoção. Não está prevista a divulgação do relatório antes de mais algumas semanas. (Agencia Brasil)

NOVERDE TECNOLOGIA E PAGAMENTOS S/A

CNPJ nº 23.698.063/0001-69
Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - *(Valores em moeda corrente Real)*

Ativos	31/12/2020	31/12/2019	Passivo	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	**4.618.141,95**	**4.167.734,42**	**Circulante**	**2.676.037,55**	**2.342.519,27**
Caixa e equivalente de caixa	2.977.024,26	2.120.612,67	Fornecedores	245.070,16	704.783,26
Contas a receber de clientes	10.697,55	5.373,00	Obrigações trabalhistas	870.803,63	333.911,60
Fornecedores	762.928,29	1.382,88	Obrigações tributárias	1.533.108,44	1.256.817,26
Créditos Fiscais	832.048,63	511.914,02	Outras contas a pagar	-	47.006,71
Outros Créditos	29.347,62	137.951,85	Adiantamento de Clientes	27.056,30	-
Caução Aluguel	7.095,39	-	**Não Circulante**	**6.547.540,64**	**5.323.246,56**
Não Circulante	**2.062.792,79**	**1.446.191,47**	Debêntures	6.102.672,36	5.274.463,64
Empréstimo de mútuo	790.000,00	804.142,03	Impostos parcelados	444.868,28	39.857,92
Depositos Judiciais	1.115.560,49	568.020,04	Adiantamento Aumento Futuro	-	8.925,60
Caução Aluguel	31.125,00	21.000,00	**Patrimônio Líquido**	**(2.542.643,45)**	**(2.051.839,94)**
Imobilizado	126.051,36	53.029,40	Capital Social	2.677.876,80	2.677.876,80
Investimento	-	-	Capital social a integralizar	(29.074,74)	(318.494,20)
			Prejuízos Acumulados	(5.191.445,51)	(4.411.222,54)
Total do Ativo	**6.680.934,74**	**5.613.925,89**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**6.680.934,74**	**5.613.925,89**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Período até 31 de dezembro de 2020 e 2019- *(Em milhares de Reais)*

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(756.247,98)	278.404,98
Ajustes para:		
Ajuste de exercício anterior	-	(4.633,78)
Depreciação	23.234,01	1.651,17
(Aumento)/diminuição de Títulos a Receber	-	(99.492,44)
(Aumento)/diminuição de adiantamentos	649.858,99	(951.726,27)
(Aumento)/diminuição de contas a receber	(5.324,55)	(5.373,00)
(Aumento)/diminuição de impostos a recuperar	(218.530,38)	(335.851,37)
Aumento/(diminuição) de fornecedores	(409.713,58)	(31.687,03)
Aumento/(diminuição) de outras contas a pagar	(47.006,71)	(75.739,69)
Aumento/(diminuição) de obrigações com clientes	27.055,30	18.467,90
Aumento/(diminuição) de obrigações tributárias e trabalhistas	825.566,27	1.021.862,85
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	**88.891,37 (184.116,68)**	
Adição no período de imobilizado e intangível	(73.022,58)	(17.981,75)
Fluxo de caixa utilizado pelas (gerados nas) atividades de investimentos	**(73.022,58)**	**(17.981,75)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Adiantamento futuro aumento de capital	12.334,08	(20.454,33)
Debentures	828.208,72	1.402.975,44
Aumento de Capital	300.000,00	-
(-) Capital a Integralizar	(240.620,07)	59.379,93
Saldo em 31/12/2019	**2.359.382,42**	**(4.411.222,36)**
Resultado abrangente do período	**(2.051.839,94)**	**(2.051.839,94)**
Resultado líquido do exercício	(756.247,98)	(756.247,98)
Ajustes de exercícios anteriores	(23.974,99)	(23.974,99)
Resultado abrangente total		
Aumento de Capital	318.494,20	-
(-) Capital a Integralizar	(29.074,74)	-
Saldo em 31/12/2020	**2.648.801,89**	**(5.191.445,33)**

Demonstrações de mutações do patrimônio líquido

Período até 31 de dezembro de 2020 e 2019 - *(Em milhares de Reais)*

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31/12/2018	**2.300.002,49**	**(4.684.993,56)**	**(2.384.991,07)**
Resultado abrangente do período			
Resultado líquido do exercício	-	278.404,98	278.404,98
Adiantamento de Saldo acumulado	-	(4.633,78)	(4.633,78)
Resultado abrangente total			
Aumento de Capital	300.000,00	-	300.000,00
(-) Capital a Integralizar	(240.620,07)	-	(240.620,07)
Saldo em 31/12/2019	**2.359.382,42**	**(4.411.222,36)**	**(2.051.839,94)**
Resultado abrangente do período			
Resultado líquido do exercício	(756.247,98)	(756.247,98)	
Ajustes de exercícios anteriores	(23.974,99)	(23.974,99)	
Resultado abrangente total			
Aumento de Capital	318.494,20	-	318.494,20
(-) Capital a Integralizar	(29.074,74)	-	(29.074,74)
Saldo em 31/12/2020	**2.648.801,89**	**(5.191.445,33)**	**(2.542.643,45)**

Bernardo Luca Mascarenhas e Moraes - CPF: 014.828.756-59
Adriana dos Santos Silva - CPF: 344.398.988-39
Reg. no CRC - SP sob o Nº 1SP310220OO - CRF: 332.588.988-39

* As Demonstrações Financeiras na íntegra, encontram-se disponíveis na sede da Companhia"

Conseg Participações S.A.

CNPJ 21.110.469/0001-53

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Mensagem da Administração: Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter a apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras da Conseg Participações S.A., correspondentes ao período findo em 31.12.2020, compreendendo o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. As notas explicativas e o relatório dos auditores independentes são partes integrantes dessas demonstrações financeiras. Estas demonstrações financeiras estão de acordo às normas e instruções do BACEN - Banco Central do Brasil, normas para as administradoras de consórcios e com o COSIF - Plano Contábil das Instituições Financeiras, bem como com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a Lei nº 6.404/76, com suas alterações. No período a Companhia registrou o resultado líquido de R$13.278.020,03. O patrimônio líquido ajustado em 31.12.2020 representa R$81.626.677,83. Agradecemos nossos clientes e fornecedores pela confiança e credibilidade demonstrados; ao nosso contribuidor, a Tratar Consultoria, e aos nossos colaboradores e parceiros representantes, pela contínua dedicação, profissionalismo e compromisso com que conduziram suas atividades à estratégia de negócios da Companhia. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários. São Paulo, 05.04.2021. Os Administradores.

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Circulante		**431**	**2.466**	**13.810**	**16.124**
Caixa e equivalente a caixa	6	1	1	1.000	1.000
Instrumentos financeiros	7	151	2.350	10.635	10.854
Outros créditos		314	315	3.133	7.250
Rendas a receber	9	-	-	896	1.020
Diversos	9	314	315	2.437	5.989
Não circulante		**81.176**	**81.634**	**53.705**	**53.938**
Investimentos	8	81.076	81.634	53.605	53.938
Cotas de consórcio Conseg	9	-	-	12.216	8.647
Outros créditos	9	100	-	41.489	45.291
Recursos pendentes de recebimento (grupos encerrados)		-	-	34.028	31.343
Diversos		100	-	7.455	3.846
Permanente: Imobilizado de uso		-	-	1.000	1.000
Outras imobilizações de uso	11.1	-	-	1.000	1.000
(-) Depreciações acumuladas	11.1	(3)	(1)	(2.258)	(2.014)
Intangível		179	-	87.769	87.580
Ágio	8	176	-	87.943	87.580
Licença de software	11.2	5	5	336	292
(-)Amortização acumuladas	11.2	(1)	-	(210)	(192)
Total do ativo		**81.826**	**84.516**	**154.284**	**158.642**
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante		**5**	**8**	**3.953**	**2.996**
Outras obrigações		5	8	3.953	2.996
Fiscais e previdenciárias	12	5	8	3.953	2.996
Não circulante		**201**	**4.766**	**50.804**	**47.787**
Outras obrigações		201	4.766	50.804	47.787
Provisão para contingências	15	-	-	1.316	1.167
Recursos não procurados	13	-	-	9.283	7.439
Recursos pendentes de recebimento (grupos encerrados)	14	-	-	34.028	31.343
Obrigação por compra de participação societária	16	201	4.766	201	4.766
Outras obrigações	17	-	-	5.976	3.072
Patrimônio líquido		**81.620**	**79.742**	**81.629**	**108.742**
Capital de domiciliados no país	18.1	10.500	10.500	10.500	10.500
Reserva legal		18.2 1.551	887	1.551	1.551
Reserva de capital	18.3	69.113	63.704	69.113	63.704
Lucros e prejuízos acumulados		456	4.651	456	4.651
Total do passivo e patrimônio líquido		**81.826**	**84.516**	**154.286**	**158.642**

Demonstração do Resultado

	Controladora 2º Semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019	Consolidado 2º Semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019
Receita operacional	**Nota**	**2020**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Serviços prestados - Taxa de administração	19	-	-	-	63.258	115.196
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		-	8	44	35	172
Impostos e contribuições incidentes		-	-	-	(7.130)	(12.988)
Receita operacional líquida		**-**	**8**	**44**	**35**	**56.300**
Outras receitas (despesas) operacionais						**102.593**
Despesas com pessoal	20	(72)	(183)	(235)	(11.231)	(22.209)
Outras despesas administrativas	21	(767)	(912)	(675)	(30.088)	(55.620)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas		-	-	-	113	(33)
		(839)	**(1.095)**	**(910)**	**(41.114)**	**(77.862)**
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações		**(839)**	**(1.087)**	**(866)**	**15.116**	**24.731**
IR e CSLL		-	-	-	(4.714)	(7.399)
Participação nos lucros	22	-	-	-	(1.941)	(4.054)
Lucro líquido do período		**(839)**	**(1.064)**	**(872)**	**8.460**	**13.278**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Subscrito	(-) A Integralizar	Controladora e Consolidado Reserva de capital	Reserva legal	Reservas de lucros a disposição dos acionistas	Lucros ou prejuízos acumulados	Totais
Saldos iniciais em 31.01.2019	**10.500**	**(14.479)**	**71.623**	**297**	**2.175**	**-**	**70.116**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	11.884	11.884
Integralização de capital	-	6.561	-	-	-	-	6.561
Constituição de reserva legal	-	-	-	594	-	(594)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	(8.812)	(8.812)
Reversão de reserva de lucros	-	-	-	-	2.478	(2.478)	-
Saldos finais em 31.12.2019	**10.500**	**(7.918)**	**71.623**	**887**	**4.653**	**-**	**79.742**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	13.278	13.278
Integralização de capital	-	7.918	-	-	-	-	7.918
Reservas de capital	-	-	(2.510)	-	-	-	(2.510)
Constituição de reserva legal	-	-	-	664	-	(664)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	(16.800)	(16.800)
Reversão de reserva de lucros	-	-	-	-	(4.186)	4.186	-
Saldos finais em 31.12.2020	**10.500**	**-**	**69.113**	**1.551**	**466**	**-**	**81.626**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Controladora 2º Semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019	Consolidado 2º Semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais						
Lucro líquido	**(833)**	**(1.064)**	**(872)**	**8.460**	**13.278**	**11.884**
Ajustes por: Depreciação	2	3	1	267	269	226
Participação nos lucros	-	-	-	1.941	1.941	-
IR e CSLL	-	-	12	4.714	7.399	6.517
Lucro ajustado	**(829)**	**(1.049)**	**(864)**	**15.383**	**22.887**	**18.628**
Variações nos ativos e passivos: Outros créditos	(1)	-	-	(1.927)	510	552
Cotas de consórcio Conseg	-	-	-	(1.925)	(3.571)	(5.027)
Recursos pendentes de recebimento	-	-	-	(2.930)	(2.685)	211
Obrigações fiscais e previdenciárias	(1)	(3)	(1)	(4.443)	957	294
Provisão para passivos contingentes	-	-	-	(298)	149	425
Recursos não procurados	-	-	-	1.843	1.852	(1.346)
Recursos pendentes de recebimento (grupos encerrados)	-	-	-	2.930	2.685	(217)
IR e CS pagos	(2)	(12)	(7)	(5.368)	(7.227)	(6.549)
Outras obrigações	-	-	201	113	199	294
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**(848)**	**(1.062)**	**(673)**	**3.527**	**16.242**	**7.295**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos						
Obrigações por compra de participação	(4.565)	(4.565)	(4.685)	(4.465)	(4.465)	(4.685)
Aquisições de imobilizado	(275)	(275)	(100)	-	-	-
Dividendos recebidos	12.100	15.099	10.000	-	-	-
Aquisições de imobilizado	-	-	-	(33)	(302)	(214)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**7.260**	**10.259**	**5.198**	**(4.794)**	**(4.767)**	**(4.899)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento						
Aumento de capital social (+/- reserva de capital)	5.409	5.409	6.561	-	-	-
Dividendos pagos	(14.800)	(16.800)	(8.812)	(14.800)	(16.800)	(8.812)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(9.391)**	**(11.391)**	**(2.251)**	**(14.800)**	**(16.800)**	**(8.812)**
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(2.979)**	**(2.194)**	**2.274**	**(16.067)**	**(5.324)**	**(6.415)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3.135	2.351	277	21.616	10.674	10.864
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	156	157	2.551	5.549	5.350	4.449

1. Instrumentos Financeiros:

Sem Vencimento	Avencer entre 1 e 12 meses	Avencer a mais de 12 meses	Valores de mercado/Contábil
Fundos de Investimento[1]	10.382	-	10.382
Total	**10.382**	**-**	**10.382**

[1] O valor de mercado dos títulos públicos que compõe os fundos é correspondente ao preço dos ativos na B3 e indexados ao CDI.

2. Investimentos: A Companhia possui participações societárias em outras entidades, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, cuja movimentação acordo na seguinte:

	Controladora Conseg Administradora de Consórcio S.A	SEG Agenciamento de Negócios EIRELI	Total Investimentos
Informações sobre as controladas e coligadas:			
Participação no capital social em 31/12/2020	100%	100%	
Participação no capital social em 31/12/2019	100%	100%	
Patrimônio líquido em 31/12/2020	13.486	122	
Lucro líquido do exercício 2020 após a eliminação do lucro não realizado, líquido	14.325	16	
Movimentação no saldo de investimentos: **Saldo em 31/12/2019**	**14.260**	**106**	**14.366**
Equivalência patrimonial	14.325	16	14.341
Distribuição de lucros e dividendos	(15.099)	-	(15.099)
Saldo dos investimentos com equivalência	13.486	122	13.608
Ágio na aquisição de investimentos	67.468	-	67.468
Saldo em 31/12/2020	**80.954**	**122**	**81.076**

Ágio gerado na aquisição da Conseg Administradora de Consórcios Participações S.A. pela Conseg Participações S.A. no Preço de Compra (PPA), emitido em 26.07.2017. A Administração da Companhia em conjunto com seus assessores jurídicos vem trabalhando em plano de aproveitamento do ágio em um prazo mínimo de 5 anos. O respectivo saldo do objeto de análise de impairment para a data base, e não foram identificados indícios de perdas.

3. Cotas de Consórcio Conseg: Tratam-se de cotas adquiridas pela Companhia para viabilizar grupos recém inaugurados. O saldo de cotas no nome da Companhia registrado no exercício findos em 31.12.2020 foi equivalente a R$12.216 e em 2019 de R$8.647.

10. Outros Créditos:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Outros créditos - Circulante	314	315	3.133	7.250
Taxa de administração a receber[1]	-	-	896	1.020
Tributos a recuperar	314	315	314	315
Adiantamentos[2]	-	-	2.123	5.674
Outros créditos - não circulante	100	-	41.483	35.099
Recursos pendentes de recebimento - valores a receber	-	-	32.739	30.027
Empréstimos a grupos encerrados [3]	-	-	6.920	3.112
Recursos pendentes de recebimento - Bens retomados	-	-	1.269	1.316
Depósito judicial	-	-	435	634
Outros	100	-	120	110

[1] Rendas a receber: saldo de taxa de administração do ativo do período reconhecida no exercício porem não sacada. [2] Adiantamentos: refere-se a adiantamentos de parcelas de clientes (pagamentos pelo cartão de crédito), adiantamentos de férias e fornecedores diversos. [3] Empréstimos a grupos encerrados: refere-se a empréstimos da administradora para consegui encerrar grupos e/ou concluir os processos judiciais e os processos de ativos oriundos de PCLD (o saldo de PCLD em 31.12.2020 foi de R$7.990).

Recursos pendentes de recebimento: refere-se a valores a receber de consorciados de grupos encerrados.

11. Imobilizado de uso e intangível: 11.1 Imobilizado de uso

	Controladora				Consolidado			
	Adi-	Adi-	Bai-		Adi-	Adi-	Bai-	
Descrição	2019	ções	xas	2020	2019	ções	xas	2020
Custo								
Móveis e utensílios	-	-	-	-	1.292	68	(1)	1.359
Instalações	-	-	-	-	985	23	-	1.007
Equipamentos de informática	12	-	-	12	664	129	(8)	786
Central telefônica	-	-	-	-	106	-	-	106
	12	**-**	**-**	**12**	**3.047**	**220**	**(8)**	**3.258**
Depreciação acumulada								
Móveis	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	(967)	(58)	-	(1.025)
Instalações	-	-	-	-	(585)	(92)	-	(677)
Equipamentos de informática	(1)	(2)	-	(3)	(412)	(83)	-	(495)
Central telefônica	-	-	-	-	(50)	(10)	-	(61)
	(1)	**(2)**	**-**	**(3)**	**(2.014)**	**(244)**	**-**	**(2.258)**
	11	**(2)**	**-**	**9**	**1.033**	**(24)**	**(8)**	**1.000**

11.2 Intangível

	Adi-		Bai-		Adi-		Bai-	
Descrição	2019	ções	xas	2020	2019	ções	xas	2020
Custo								
Software	5	-	-	5	292	83	-	336
	5	**-**	**-**	**5**	**292**	**83**	**-**	**336**
Amortização acumulada								
Software	-	(1)	-	(1)	(192)	(18)	-	(209)
	-	**(1)**	**-**	**(1)**	**(192)**	**(18)**	**-**	**(210)**
	4	**(1)**	**-**	**3**	**99**	**65**	**-**	**125**

12. Fiscais e Previdenciárias:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Outras obrigações - Circulante	5	8	3.953	2.996
IRPJ e CSLL	2	2	1.241	781
Outros tributos[1]	3	6	1.687	920
PIS e COFINS[2]	-	-	978	770
ISS	-	-	125	525

[1]Outros tributos: refere-se contribuições e provisões sobre salários. [2]PIS e COFINS: corresponde ao saldo incidente sobre a operação da Instituição. O aumento, deu-se por conta da alavancagem operacional da companhia.

13. Recursos não procurados: Valores recebidos após encerramento dos grupos de consórcios e que não foram reclamados (liquidados) entre os consorciados parceiros aos grupos encerrados. **14. Recursos pendentes de recebimento (grupos encerrados)** Refere-se a valores a receber de consorciados de grupos encerrados. Esse mesmo valor encontra-se tanto no ativo quanto no passivo. **15. Contingências passivas:** A Companhia é parte em processos judiciais em razão do curso normal de suas operações e acompanha o desenvolvimento de todos os processos, relativos a ações cíveis e reclamatórias trabalhistas recebendo a probabilidade e/ou necessitam de divulgação em notas explicativas, conforme disposto nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Em 31.12.2020, há situações que necessitam de divulgação em notas explicativas, conforme disposto nas práticas contábeis adota das no Brasil, a saber:

	2020	2019
Natureza Trabalhista	188	111
Cíveis	1.130	1.056
	1.318	**1.167**

Adicionalmente, existem outras ações as quais foram classificadas com probabilidade de perda possível nos montantes de R$1.020 em 31.12.2020 (R$720 em 31/12/2019). **16. Obrigação por compra de participação:** A Companhia possui obrigações por operações de compra e participação societária de outra. O demonstrativo abaixo exemplifica as operações:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Outras obrigações - Circulante	201	4.765	201	4.765
Grupo Comprador de Consorcios Ltda - Sócios originais Conseg	201	201	201	201
SEG Agenciamento de Negócios EIreli	-	4.666	-	4.666
Outras obrigações - Não Circulante	-	100	-	100

Em Março 2020 realizamos o fechamento do pagamento de compra de ações do Conjunto Comprador de Consórcios Ltda.

17. Outras obrigações diversas:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Obrigações diversas - Não Circulante	-	-	5.976	3.072
Comissões a pagar	-	-	2.755	2.293
PLR a pagar	-	-	1.941	-
Férias a pagar	-	-	647	616
Fornecedores diversos	-	-	633	160

18. Patrimônio líquido - Controladora: 18.1 Capital Social: Em 31.12.2020, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$10.500. Os controladores do grupo econômico ao qual a Companhia pertence em última instância, são: Bruno Leo D'Orazio, Danilo Rafael José Soares, Daniel Joseph McCourel, Luis Filipe Frizoni Lomonaco e William Jefferson Maciel Fernandes. **18.2** Reserva Legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício/semestre social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo em 31.12.2020 é de R$1.551 (R$887 em 31/12/2019). **18.3** Reservas de capital: conforme disposto nas em 31.12.2020 um saldo de reserva de capital de R$69.113 (em 2019 de R$71.623). Amortimentação ocorrida do saldo de reserva de capital em exercício, no montante de R$2.510 devevse a redução no preço das ações da Companhia. Em 31.12.2020, o PL/Patrimônio Líquido Ajustado da Companhia representa R$81.629 (em 2019 de R$79.742).

19. Receita de prestação de serviços:

	Controladora 2º Semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019	Consolidado 2º Semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019
Taxa de administração de consórcios	-	-	-	63.017	114.661	96.908
Outras taxas	-	-	-	241	535	684
Total	**-**	**-**	**-**	**63.258**	**115.196**	**97.592**

20. Despesas de Pessoal:

	Controladora 2º Semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019	Consolidado 2º Semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019
Proventos	60	153	185	6.723	13.650	12.483
Encargos	12	31	40	3.688	7.016	6.169
Benefícios	-	-	-	820	1.544	1.347
Total	**72**	**185**	**225**	**11.231**	**22.209**	**20.263**

21. Despesas administrativas:

	Controladora 2º Semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019	Consolidado 2º Semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019
Comissões pagas a terceiros	-	-	-	19.649	32.225	27.029
Despesas gerais	9	9	4.083	13.098	11.169	
Despesas de marketing e propagandas	19	18	1.517	3.738	4.240	
Serviços de terceiros	5	89	37	2.812	3.430	1.483
Despesas de aluguel Utilidades	6	6	1	814	1.619	1.509
Despesas de transporte e viagens	-	-	-	265	492	666
Despesas de amortização	2	3	1	139	269	236
Despesas tributárias[1]	745	745	567	789	793	611
Total	**767**	**872**	**675**	**30.068**	**55.629**	**46.974**

Despesas tributárias contabilizadas refere-se a valores pagamento parcelado de obrigação por compra de participação societária. **22. Participação nos resultados:** A participação nos resultados em 2020 foi de R$4.054, sendo R$1.941 competência 2020 e R$2.113 competência 2019.

23. IR e CS:

	Controladora 2º Semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019	Consolidado 2º Semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019
Resultado antes dos impostos e após participações no resultado	8	44	35	14.016	21.777	19.303
(+) Despesas Indedutíveis	-	-	-	17	36	149
(+) Diversões	-	-	-	109	109	109
Diversões	-	-	-	349	597	271
Resultado ajustado	8	44	35	14.549	22.600	19.832
Alíquota fiscal combinada	24%	24%	24%	34%	34%	34%
Base de cálculo	(2)	(10)	(8)	(4.930)	(7.692)	(6.713)
Adições/exclusões incentivos fiscais (PAT) outros	-	(2)	2	215	220	196
IR e CS no resultado	**(2)**	**(12)**	**(7)**	**(4.714)**	**(7.399)**	**(6.517)**
Alíquota efetiva	**24%**	**27%**	**20%**	**34%**	**34%**	**34%**

24. Outras divulgações - Impactos da Pandemia do Novo Corona Virus (COVID-19): As demonstrações financeiras da Companhia e dos grupos de consórcios administrados pela Companhia foram preparadas considerando Vale ressaltar que estas foram afetadas de forma limitada pelos impactos econômicos e sociais causados pela pandemia do novo vírus COVID-19, uma vez que a Companhia e suas controladas prestam serviços essenciais, compreendendo principalmente o trabalho no 1º semestre de 2020. Mesmo diante de um cenário de incertezas, houve uma rápida retomada, que começou ainda no final do 1º semestre de 2020, através de ações alinhadas as recomendações do Ministério da Saúde e da OMS, implantou ações para mitigar os impactos causados pela pandemia, como: (i) trabalho em home office, especialmente para os colaboradores que fazem parte do grupo de risco; (ii) constante higienização das áreas de trabalho e disponibilização de álcool em gel para todos os colaboradores e também nas áreas comuns; (iii) campanhas internas de conscientização do distanciamento social, entre outras. Mesmo a Covid-19 afetando de forma negativa diversas atividades econômicas, os resultados da Companhia seguiram sólidos e o negócio se mostrou resiliente, independentemente da sazonalidade do mercado. Com isso, foi possível apresentar uma forte geração de caixa no período. A Companhia mantém o monitoramento em relação à pandemia e tem trabalhado em planos de adaptação econômica do atual cenário.

DIRETORIA: Carlos Eduardo Matoso - Contador CRC /PR 023076/O-S

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Conseg Participações S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Conseg Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Conseg Participações S.A e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31.12.2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e de controladas e suas controladas em 31.12.2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** As demonstrações financeiras da Companhia e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos contribuintes internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não é garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, elaboramos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de burla do controle interno, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a

Santa Marcelina Cultura

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em Reais

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	36.696.950,03	126.009.072,49
Aplicações financeiras	5	67.962.220,95	21.111.390,52
Contas a receber de alunos-educação básica	6	7.157.947,82	5.551.537,91
Contas a receber de alunos-educação superior	6	8.113.527,54	6.430.644,63
Adiantamentos	7	2.095.456,30	3.285.408,49
Despesas antecipadas		714.356,40	307.613,15
Outros ativos	8	9.503.861,57	2.179.472,90
Total do circulante		**132.244.320,61**	**164.875.140,09**
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	5	54.417.300,24	14.930.752,23
Depósitos para ações judiciais		291.116,85	211.116,85
Contas a receber de alunos-educação superior	6	1.884.417,85	1.820.498,43
		56.592.413,07	16.962.367,51
Imobilizado	9	243.192.351,57	231.759.047,40
Intangível	9	43.621.644,22	4.385.844,81
Total do não circulante		**343.370.408,86**	**253.107.259,72**
Total do Ativo		**475.614.729,47**	**417.982.399,81**

Passivo	Nota	2020	2019
Circulante			
Contas a pagar	10	1.615.418,92	1.542.919,94
Obrigações trabalhistas e encargos	11	14.692.255,15	15.334.417,83
Receitas antecipadas		4.724.956,35	5.811.645,60
Outras obrigações	12	11.175.000,00	-
Total do circulante		**32.207.630,42**	**22.688.983,37**
Não circulante			
Provisão para contingências	13	**703.098,52**	**614.817,96**
Patrimônio líquido	14		
Patrimônio social		303.136.901,59	240.017.452,83
Ajuste de avaliação patrimonial		130.793.921,04	131.139.510,40
Superávit do exercício		8.773.177,90	23.521.635,25
Total do patrimônio líquido		**442.704.000,53**	**394.678.598,48**
Total do Passivo e Patrimônio líquido		**475.614.729,47**	**417.982.399,81**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit (déficit) do exercício	Total
Saldo em 31/12/2018	221.611.677,80	131.488.285,84	18.056.999,59	**371.156.963,23**
Realização (pela depreciação) do ajuste de avaliação patrimonial	348.775,44	(348.775,44)	-	-
Incorporação à conta patrimônio social	18.056.999,59	-	(18.056.999,59)	-
Superávit do exercício 2019	-	-	23.521.635,25	**23.521.635,25**
Saldo em 31/12/2019	**240.017.452,83**	**131.139.510,40**	**23.521.635,25**	**394.678.598,48**
Realização (pela depreciação) do ajuste de avaliação patrimonial	345.589,36	(345.589,36)	-	-
Incorporação à conta patrimônio social	23.521.635,25	-	(23.521.635,25)	-
Superávit do exercício 2020	-	-	8.773.177,90	**8.773.177,90**
Aumento do PL - Potencial Construtivo	39.252.224,15	-	-	**39.252.224,15**
Saldo em 31/12/2020	**303.136.901,59**	**130.793.921,04**	**8.773.177,90**	**442.704.000,53**

Demonstração do resultado dos períodos Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em Reais

	Nota	2020	2019
Atividades de educação infantil, fundamental			
Atividades de Educação Básica			
Receita bruta de prestação de serviços - ensino básico	15	107.353.024,20	104.368.666,27
(-) Gratuidades - bolsas de estudos Integrais da Lei 12.101/2009 Art.14, § 1o	27	(14.424.729,00)	(14.308.884,00)
(-) Gratuidades - bolsas de estudos Parciais 50% da Lei 12.101/2009 Art.14, § 2o	27	(297.474,00)	(409.887,00)
(-) Outras bolsas de estudos 100%	27	(5.947.370,00)	(5.410.336,16)
(-) Outras bolsas de estudos	27	(681.740,60)	(911.651,80)
(-) Devoluções / cancelamentos - ensino básico		(176.112,55)	(117.309,48)
(-) Descontos incondicionais		(10.043.894,61)	(9.476.933,94)
		75.781.703,44	73.733.663,89
Receita de atividades extracurriculares		389.295,50	2.141.620,00
Outras receitas de prestação serviços educacionais		250.823,39	1.361.823,06
(-) Devoluções / cancelamentos		(21.258,36)	(16.590,65)
Valor líquido da Receita de prestação de serviços - ensino básico		76.400.563,97	77.220.316,3
(-) Custo com pessoal docente		(29.190.697,93)	(31.547.801,54)
(-) Custos administrativos e gerais	16	(14.662.226,52)	(11.211.332,60)
Auxílios, subvenções e convênios públicos	17	900.000,00	900.000,00
Receitas de doações	18	67.816,49	276.750,09
Outras receitas	19	5.905.354,52	8.396.175,73
Outras despesas	20	(41.934.730,62)	(42.793.738,39)
Resultado das atividades de educação básica		**(2.521.330,09)**	**(1.240.969,59)**
Atividades de Educação Ensino Superior			
Receita bruta de prestação de serviços - ensino superior	15	119.174.710,55	104.803.871,65
(-) Gratuidades - bolsas de estudos integrais da Lei 11.096/2005 - Prouni	27	(16.758.669,94)	(15.491.314,96)
(-) Gratuidades - bolsas de estudos parciais 50% da Lei 11.096/2005 - Prouni	27	(273.685,00)	(295.987,00)
(-) Gratuidades - bolsas de estudos Integrais da Lei 12.101/2009 Art.14, § 1o	27	(875.490,40)	(651.435,20)
(-) Gratuidades - bolsas de estudos 50% da Lei 12.101/2009 Art.14, § 2o	27	(6.648,00)	-
(-) Outras bolsas de estudos 100%	27	(1.977.749,00)	(1.388.623,60)
(-) Outras bolsas de estudos	27	(17.742,00)	(13.070,00)
(-) Devoluções / cancelamentos - ensino superior		(1.589.892,58)	(1.222.803,11)
(-) Descontos incondicionais		(8.206.355,86)	(6.322.603,80)
		89.468.477,77	79.418.033,980
Outras receitas de prestação serviços educacionais		366.357,00	809.938,69
(-) Devoluções / cancelamentos		(9.914,00)	(32.611,22)
Valor líquido da Receita de prestação de serviços - ensino superior		89.824.920,77	80.195.361,45
(-) Custo com pessoal docente		(21.453.119,02)	(20.062.925,35)
(-) Custos administrativos e gerais	16	(28.687.130,77)	(24.504.773,97)
Receitas de convênios	17	91.900,80	1.063.956,18
Receitas de doações	18	-	41.570,49
Outras receitas	19	823.632,84	865.696,39
Outras despesas	20	(23.826.111,92)	(25.856.694,93)
Resultado das atividades de ensino superior		**16.774.092,70**	**11.742.190,26**
Resultado financeiro	20		
Receitas financeiras		5.031.416,90	10.903.467,08
Despesas financeiras		(10.511.011,61)	(364.391,68)
		(5.479.594,71)	**10.539.075,4**
Superávit do período		**8.773.177,90**	**23.521.635,25**

Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	8.773.177,90	23.521.635,25
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	5.713.262,74	4.912.029,75
Ajuste de depreciação	-	2.503,54
Provisão para contingências	88.280,56	29.587,00
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.036.427,27)	(2.257.357,60)
Encerramento das alividades	39.252.224,15	-
Resultado líquido ajustado	**52.790.518,08**	**28.213.423,69**
(Aumento) redução nos ativos		
Em aplicações financeiras	(86.337.378,44)	25.832.051,25
Em contas a receber de alunos	(2.316.784,97)	(1.797.536,45)
Em adiantamentos	1.189.952,19	(346.895,15)
Em despesas antecipadas	(406.743,25)	(53.080,25)
Em estoques	-	72.984,69
Em outras contas a receber	(7.324.388,67)	(1.278.172,09)
Em realizável a longo prazo	(43.578,13)	2.533,96
Aumento (redução) nos passivos		
Em contas e tributos a pagar	11.247.498,98	(280.856,10)
Em obrigações trabalhistas e encargos	(642.162,68)	595.683,66
Em receitas antecipadas	(1.084.185,91)	691.351,64
Em outros passivos circulantes	(2.503,34)	-
	(85.720.274,22)	23.438.065,16
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(32.929.756,14)**	**51.651.488,85**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado / intangível	(17.147.476,55)	(11.877.981,69)
Aumento de imobilizado pela transferência entre unidades	(11.405.470,58)	(5.804.294,82)
Aumento do imobilizado- ajustes de exercícios anteriores	(39.252.224,15)	-
Baixa de imobilizado	22.147,40	1.220.946,47
Baixa da depreciação	(1.626,05)	(218.293,44)
Baixa de imobilizado pela transferência para a sede	11.256.346,82	-
Baixa de imobilizado (transferência entre unidades)	145.936,79	5.804.294,85
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	**(56.382.366,32)**	**(10.875.328,66)**
Variação do caixa e equivalentes de caixa	**(89.312.122,46)**	**40.776.160,19**
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No fim do exercício	36.696.950,03	126.009.072,49
No início do exercício	126.009.072,49	85.232.912,30
Variação do caixa e equivalentes de caixa	**(89.312.122,46)**	**40.776.160,19**

ASSOCIAÇÃO SANTA MARCELINA

C.N.P.J. 60.742.855/0001-10

Notas explicativas as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em Reais

1 Objetivos sociais Associação Santa Marcelina, doravante designada "Associação", recursos em gratuidade, de forma segregada, em conformidade com as normas emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **4 Caixa e equivalentes de caixa**

	2020	2019
Caixa	19.245,42	16.358,00
Bancos c/ movimento	246.879,57	225.462,21
Aplicações financeiras de liquidez imediata	36.430.825,04	125.767.252,28
	36.696.950,03	**126.009.072,49**

A Associação mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestidos em atividades ligadas ao seu objeto social. As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente aos fundos de renda fixa. Os rendimentos das aplicações financeiras não estão sujeitos à incidência de impostos, devido a Associação gozar de imunidade de tributos federais. **5 Aplicações financeiras em curto e longo prazo**

	Curto Prazo		Longo Prazo	
Modalidade	2020	2019	2020	2019
Fundo de Investimentos Financeiros	17.563.354,37	17.241.353,33	4.835.560,58	9.741.017,86
Certificado de Depósitos Bancários	50.398.866,58	3.870.037,19	3.584.540,63	47.391,89
Letras Financeiras	-	-	47.908.689,65	7.363.837,10
Perdas estimadas c/aplicações financeiras	-	-	(2.221.484,52)	(2.221.484,62)
	67.962.220,95	**21.111.390,52**	**54.417.306,24**	**14.930.752,23**

Os recursos classificados em curto prazo referem-se a aplicações com vencimento superior a 90 (noventa) dias, conforme determinação da NBC TG 03 - Demonstração dos fluxos de caixa, e que não possuem perspectiva de serem utilizados pela Administração antes dos vencimentos previamente estabelecidos. A Associação possui recursos no Banco Cruzeiro do Sul, cujos rendimentos financeiros foram apropriados até novembro de 2012, mês em que o Banco Central decretou sua liquidação extrajudicial. A Associação constituiu provisão para perdas no montante total do saldo existente nesta aplicação financeira. **6 Contas a receber de alunos**

	2020			2019
	Educ. Básica	Educ. Superior	Consolidado	Educ. Básica	Educ. Superior	Consolidado
Curto Prazo						
Mensalidades do exercício	3.402.574,57	3.559.214,30	6.961.788,87	3.157.543,95	3.968.117,72	7.125.661,67
Mensalidades de exercícios anteriores	2.454.740,35	1.484.696,63	3.939.436,98	1.994.720,16	1.585.693,41	3.580.413,57
Parcelas de acordos	3.402.867,20	4.929.960,85	8.332.828,05	2.868.059,64	3.051.614,53	5.919.674,17
Cursos extracurriculares e taxas	146.884,71	10.050,00	156.934,71	265.430,65	9.743,00	275.173,65
	9.407.066,83	9.983.921,78	19.390.988,61	8.285.754,40	8.615.168,66	16.900.923,06
(+/-) PECLD	(2.248.119,01)	(1.870.394,24)	(4.119.513,25)	(2.734.216,48)	(2.184.524,03)	(4.918.740,51)
	7.157.947,82	8.113.527,54	15.271.475,36	5.551.537,91	6.430.644,63	11.982.182,54
Longo Prazo						
Mensalidades a receber	0,00	1.884.417,85	1.884.417,85	0,00	1.820.498,43	1.820.498,43

As contas a receber contemplam apenas saldos dos últimos cinco anos, apurados através de relatórios internos da Associação. As mensalidades baixadas são mantidas em cobranças judiciais e extrajudiciais. A Associação, por meio da análise de seu histórico de inadimplência e de sua política de cobrança, revisou os critérios para constituição da PECLD no exercício 2017, destacando-se, acordos com parcelas em atrasos há mais de 90 dias, valores em cobrança realizados por escritórios credenciados, entre outros, sendo integralmente considerados para constituição da PELCD. A movimentação da PECLD pode ser assim demonstrada:

	2020	2019
Saldo no início do exercício	4.918.740,52	5.171.072,37
Reversão da provisão (resultado)	(693.389,73)	(674.532,48)
Constituição da provisão (resultado)	1.756.487,22	2.042.941,77
Baixa de mensalidades incobráveis	(1.862.324,76)	(1.620.741,14)
Saldo no final do exercício	4.119.513,25	4.918.740,52

7 Adiantamentos

	2020	2019
Créditos de funcionários	1.706.312,98	2.473.040,18
Adiantamentos a fornecedores	332.197,88	810.422,87
Outros adiantamentos	56.945,44	1.945,44
	2.095.456,30	**3.285.408,49**

8 Outros ativos

	2020	2019
Tributos a compensar / recuperar (a)	2.640.422,39	48.234,34
Venda de imóveis	1.037.105,97	-
Despesas a realizar	65.513,62	7.057,00
Cheques a depositar/cobrar	37.347,56	37.347,56
Créditos de cobrança a liberar	15.424,32	55.111,26
Aluguéis a receber	33.462,30	33.853,86
Demais contas a receber	2.074.585,41	1.995.668,85
	9.503.861,57	**2.179.472,90**

(a) Tributos a compensar/recuperar contempla o valor de R$ 2.532.272,49 referente Financiamento Estudantil. **9 Imobilizado e intangível**

A movimentação do imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro está assim representada:

	2019				2020	
Ativo Imobilizado	Saldo	Adições	Baixas	Depreciação/ amortização	Baixa da Deprec/ Amort. pela Reaval	Saldo
Terrenos	86.779.000,00	-	-	-	-	86.779.000,00
Imóveis	114.467.284,03	1.650.000,00	-	(1.117.009,69)	-	126.346.011,16
Reformas e benfeit. em Imóveis	3.433.974,00	2.949.353,05	-	-	-	6.383.327,05
Reformas em Imóveis de Terceiros	5.273.227,39	-	-	(269.433,36)	-	5.003.794,03
Construções em andamento de terc	102.819,57	-	-	(6.531,96)	-	96.287,61
Construções em andamento	2.269.207,41	4.269.792,57	-	-	-	6.538.999,98
Instalações	3.297.392,40	321.535,94	(1.872,83)	(421.895,07)	103,71	3.195.264,15
Biblioteca	793.476,02	19.380,07	-	(171.607,05)	-	641.249,04
Máquinas e Equipamentos	5.711.968,42	1.543.987,87	(6.964,00)	(982.583,19)	61,92	6.266.425,02
Móveis e Utensílios	5.284.919,23	801.883,53	-	(812.313,19)	-	5.274.489,57
Equipamentos de Informática	2.108.191,21	1.305.416,37	(5.964,00)	(862.482,31)	1.484,58	2.546.645,85
Veículos	449.384,15	-	-	(127.467,18)	-	321.916,97
Mat. didático, pedagógico e laboratorial	1.782.263,57	568.499,30	-	(262.025,58)	-	2.088.737,29
Obras de artes	6.240,00	-	-	-	-	6.240,00
	231.759.047,40	**13.429.803,70**	**(14.800,83)**	**(5.033.348,58)**	**1.649,88**	**243.192.361,57**

	2019		2020	
Imobilizações em andamento	Saldo	Aquisições	Transf. Envidas entre unidades	
Imobilizações em andamento	-	3.050.000,00	-3.050.000,00	
Total	-	**3.050.000,00**	**(3.050.000,00)**	

A movimentação do intangível para o exercício findo em 31 de dezembro está assim representada:

	2019				2020
Ativo Intangível	Saldo	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo
Marcas e patentes	7.984,00	-	-	-	7.984,00
Desenvolvimento - Cursos	528.748,97	602.051,42	-	-	1.130.800,39
Desenvolvimento - Software	27.016,00	-	-	-	27.016,00
Cursos em andamento	3.058.975,61	-	-	(339.886,32)	2.719.089,29
Cessão de uso de software	763.120,23	68.808,40	(7.346,57)	(340.051,67)	484.530,39
Potencial Construtivo	-	39.252.224,15	-	-	39.252.224,15
	4.385.844,81	**39.923.083,97**	**(7.346,57)**	**(679.937,99)**	**43.621.644,22**

A Associação optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*) ajustando os saldos na data de 01 de janeiro de 2011. Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por especialistas externos, com experiência e competência profissional. A adoção do custo atribuído produziu efeitos no Patrimônio Líquido, em conta específica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, onde o mesmo foi aumentado em R$ 3.580.000,00 (2013) e R$ 134.814.894,70 (2012). A saber: o saldo atribuído estimado mediante a depreciação do exercício, conforme evidenciado nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido. Os ajustes negativos foram registrados como despesas. **Potencial Construtivo** Em 29 de novembro de 2020, a Associação Santa Marcelina obteve a Declaração de Potencial Construtivo Passível de Transferência, SMDU/DEUSO nº 0386/20, conforme publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo. O diretor do Departamento de Uso de Solo (DEUSO) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU), nos termos que dispõem os artigos 122 a 132 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, com base nas informações disponibilizadas no PA nº 6068.2020/0001849-6, declarou que o imóvel situado à Rua Cardoso de Almeida, 541 e Rua Alberto Torres, 102 , distrito de Perdizes, São Paulo – SP, dispõem de 4.695,96 m² de potencial construtivo passível de transferência, no valor de R$ 8.358,90 m². Cada CEPAC equivale a determinado valor de metro quadrado para utilização em área adicional de construção ou em modificação de usos e parâmetros da área em que terreno ou projeto. Este valor mobiliário é um título de crédito que pode ser comercializado no chamado "mercado secundário" e atende a premissa de expectativa de geração de benefícios econômicos para a Associação. Em 2020 o reconhecimento desse direito foi reconhecido no ativo intangível, em contrapartida do Patrimônio Líquido, no montante de R$ 39.252.224,15. **10 Contas e títulos a pagar**

	2020	2019
Fornecedores de serviços	603.192,22	806.164,61
Fornecedores de materiais	534.992,95	622.230,75
Benefícios a pagar	440.560,15	100.146,03
Credores diversos	36.714,26	14.315,55
	1.615.418,92	**1.542.919,94**

11 Obrigações trabalhistas e encargos

	2020	2019
Salários a pagar	4.896.831,01	4.792.641,84
Férias e encargos	6.027.133,01	6.678.068,41
Impostos e contribuições trabalhistas	3.648.020,76	3.756.369,01
Outros impostos e contribuições	**120.270,37**	**107.338,57**

As provisões de férias e 1/3 foram constituídas tomando-se por base a remuneração do empregado no mês em que ela estiver sendo constituída. Os encargos sociais foram constituídos concomitantemente à constituição das provisões. **12 Outras obrigações** Refere-se a obrigações junto a terceiros como termos de compromisso de compra e venda de imóvel no montante de R$ 5.175.000,00 e termo de compromisso de cessão de transferência de potencial construtivo no montante de R$ 6.000.000,00. Os saldos estão mantidos pelos valores originalmente contratados e serão levados a realizado no momento da efetiva transferência de direitos. **13 Provisões para contingências** A Administração da Associação, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas as seus trabalhistas, cíveis, entre outras regulatórias, podendo ser assim demonstradas. Movimentação das contingências (processos)

	31/12/2019	Adições	31/12/2020
Trabalhistas (b)	81.550,00	88.280,56	169.830,56
Cíveis (c)	38.037,00	-	38.037,00
Outras contingências (d)	495.230,96	-	495.230,96
	614.817,96	**88.280,56**	**703.098,52**

(b) Trabalhistas: Com base em informações dos assessores jurídicos, a Administração constituiu provisão referente às reclamações trabalhistas, para as ações classificadas como sendo de risco provável, a saber:

- Processo nº 0002855-02.2013.5.02.0055/0002-09, no montante de R$ 99.830,56;
- Colégio Santa Marcelina C.N.P.J. 60.742.855/0004-62, no montante de R$ 60.000,00;
- Faculdade Santa Marcelina C.N.P.J. 60.742.855/0014-92, no montante de R$ 10.000,00;

(c) Cíveis: Com base em informações dos assessores jurídicos, a Administração constituiu provisão referente às reclamações cíveis, para as ações classificadas como sendo de risco provável, a saber.

- Colégio Santa Marcelina C.N.P.J. 60.742.855/0011-91, no montante de R$ 17.600,00.
- Faculdade Santa Marcelina C.N.P.J. 60.742.855/0006-24, no montante de R$ 20.437,20.

(d) **Outras contingências**: Em 03 de fevereiro de 2011 a Associação recebeu do Ministério da Saúde, o Parecer DESCON nº 199 referente recursos de glosas do Convênio nº 8112/2006, firmado com a Faculdade Santa Marcelina C.N.P.J. 60.742.855/0017-87. A Associação constituiu provisão no montante de R$ 495.230,96, em face à provável perda. Para os processos classificados como risco de perda possível (R$ 1.887.081,19) e risco de perda remota, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações contábeis tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. **Notificações fiscais - Guaia patronal** A Associação, em 21 de dezembro de 2007, foi notificada pela Delegacia da Receita Federal em São Paulo, através de Notificação Fiscal de Lançamento de Débito (NFLD) nº. 37.030.706-2, no montante de R$ 21.906.216,96, relativos às Contribuições Previdenciárias devidas à Seguridade Social no período de 01/2001 a 12/2002 (Quota Patronal, SAT/RAT - grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, e as destinadas a Terceiros e Outras Entidades e Fundos). Em fase administrativa a Associação impugnou o Lançamento havido, sendo o mesmo, em grau recursal parcialmente modificado, por conta do reconhecimento da decadência relativa aos períodos de 01/2001 a 11/2001, alterando o valor lançado para R$ 14.868.744,79 atualizados em 01/11/2010. Ainda em fase administrativa a Associação apresentou novo recurso frente à decisão que modificou parcialmente o lançamento, contestando os lançamentos remanescentes. Em dezembro de 2013 os lançamentos foram mantidos em última instância administrativa. Contudo, anteriormente a referida decisão a Associação ingressou com Ação judicial 0021505-12.2011.4.03.6100 requerendo a declaração e reconhecimento do seguinte à imunidade. A referida demanda, em fase instrutória apresentou laudo pericial contrário favorável à tese da Associação e, em fase decisória, na data de 19 de dezembro de 2017 houve sentença de extinção sem julgamento do mérito proferida pelo juízo da 26ª Vara Cível Federal, reconhecendo o direito à imunidade e determinando a anulação dos referidos lançamentos constantes da Notificação Fiscal de Lançamento de Débito (NFLD) nº 37.030.706-2. Estando a aludida sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição, a União Federal interpôs recurso de apelação cível, tutela antecipatória suspendendo a exigibilidade dos referidos lançamentos até decisão final. Aguarda-se a apreciação da referida ação em segunda instância. Em dezembro de 2014, a Associação recebeu Auto de Infração da Secretaria da Receita Federal do Brasil-RFB, referente às contribuições previdenciárias, abrangendo o período de jan-09 a dez-09, sendo:

1. AI 510694083 no valor de R$ 20.074.187,97
2. AI 510694071 no valor de R$ 4.182.705,64

A Administração da Associação, com base na posição de seus assessores jurídicos, e nos pareceres de renomados juristas, apresenta a tese de imunidade tributária, buscando a impugnação das notificações e considera pouco provável a perda quanto ao mérito e, consequentemente, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. **14 Patrimônio social** **Patrimônio social** Acumula valores de *superávits (déficits)* apurados anualmente desde a data de sua constituição e ajustes e que são empregados integralmente nos seus objetivos sociais, conforme nota 1. O resultado do período é incorporado ao Patrimônio Social conforme Resolução CFC N.º 1.409/12 que aprovou Interpretação ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros. No exercício de 2020 a Associação registrou o montante de R$ 39.252.224,15 no Patrimônio Social referente aos créditos decorrentes da Declaração de Potencial Construtivo Passível de transferência. **f. Dissolução ou extinção** Na eventual possibilidade de encerramento das atividades da Associação, por meio de anuência de 2/3 (dois terços) de suas associadas na Assembleia Geral Extraordinária, o patrimônio social será revertido a favor de uma associação congênere, devidamente registrada junto ao Conselho Nacional de Assistência Social. **g. Ajustes de avaliação patrimonial** Decorrente dos efeitos do reconhecimento do custo atribuído de imobilizados realizado no exercício de 2011, conforme detalhado na nota 9. **15 Receita bruta de prestação de serviços**

	2020	2019
Ensino básico		
Da Educação Infantil	16.571.150,01	18.299.726,45
Do Ensino Fundamental	72.732.946,78	70.029.253,19
Do Ensino Médio	18.048.927,41	16.039.686,63
	107.353.024,20	**104.368.666,27**
Ensino superior		
De Graduação	115.366.628,13	100.692.458,40
De Pós-graduação	3.764.050,42	3.895.758,75
De Extensão	44.032,00	215.654,50
	119.174.710,55	**104.803.871,65**

16 Custos administrativos e gerais

	2020	2019
Ensino básico		
Custo com pessoal (apoio de curso)	(12.765.353,44)	(10.101.853,61)
Material pedagógico	(1.418.944,44)	(204.038,85)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(473.735,64)	(891.778,34)
Outros custos administrativos	(4.193,00)	(13.661,80)
	(14.662.226,52)	**(11.211.332,60)**
Ensino superior		
Custo com pessoal (apoio de curso)	(10.298.236,31)	(8.724.816,91)
Material pedagógico	(1.113.948,49)	(135.160,43)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(591.092,36)	(473.005,67)
Outros custos administrativos	(892.029,44)	(1.209.474,58)
Convênios e parcerias (e)	(482.350,00)	(13.750,00)
Serviços de preceptoria	(14.969.587,85)	(13.608.680,06)
Amortização (f)	(339.886,32)	(339.886,32)
	(28.637.130,77)	**(24.504.773,97)**

(e) Termo de Parceria nº 006A/2017/ Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino Saúde – COAPES, firmado entre a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP), por meio de sua Secretaria Municipal de Saúde e a Faculdade Santa Marcelina, C.N.P.J. 60.742.855/0017-87, tem por objeto viabilizar a reordenação da Rede de Estágios, Cursos de Graduação e Residências em Saúde, no município de São Paulo, do Estado de São Paulo, com garantia de estrutura de serviços de saúde em condições de oferecer campo de prática, mediante a integração ensino-serviço nas Redes de Atenção à Saúde. (f) Amortização refere-se a baixa do ativo intangível pelo reconhecimento dos custos de novos cursos iniciados no exercício 2019, com base em sua duração. **17 Auxílios, subvenções, convênios públicos e privados**

	2020	2019
Do Ensino básico		
Prefeitura Municipal de Botucatu (g)	**900.000,00**	**900.000,00**
Ensino superior		
Convênios e parcerias privadas (h)	**91.900,80**	**1.063.956,18**

(g) Termo de Colaboração nº 07/2019 (2019) e 12/2020C (2020) firmado entre a Associação Santa Marcelina, através de sua filial Otos Social Marina Videmari, C.N.P.J. 60.742.855/0016-04, firmado com a Prefeitura Municipal de Botucatu (SP), por meio da Secretaria Municipal de Educação, para atendimento gratuito da educação infantil e ensino fundamental. (h) O saldo de R$ 1.063.956,18 (2019) está composto por: R$ 1.000.000,00 refere-se ao convênio firmado entre a Associação Santa Marcelina, C.N.P.J. 60.742.855/0001-10 e o Banco Santander para viabilização de programa de bolsas de mobilidade internacional e R$ 63.956,18 refere-se ao Termo de cooperação técnica - AAGAPE firmado entre a Faculdade Santa Marcelina Itaquera C.N.P.J. 60.742.855/0017-87, para o curso de especialização Latu Senso em Odontologia Hospitalar (R$ 91.900,80 em 2020).

AAGAPE - 1º SEMESTRE 2020		AAGAPE - 2º SEMESTRE 2020	
	Total matriculados		Total matriculados
Pós Graduação	107	Pós Graduação	55
	107		**55**

18 Receitas de doações

	2020	2019
Ensino básico		
Donativos de cooperadores	15.200,00	4.000,59
Donativos de pessoas jurídicas	37.918,99	229.277,50
Donativos de pessoas físicas	7.297,50	43.470,00
	60.416,49	**276.750,09**
Ensino superior		
Donativos de pessoas jurídicas	-	39.170,49
Donativos de pessoas físicas	-	2.400,00
	-	**41.570,49**

19 Outras receitas

	2020	2019
Ensino básico		
Serviços voluntários recebidos	5.275.803,94	5.160.515,68
Receitas patrimoniais (i)	354.793,98	600.329,19
Receitas de aluguéis	253.908,43	717.745,87
Receitas transitórias e eventuais (j)	20.848,17	1.917.584,99
	5.905.354,52	**8.396.175,73**
Ensino superior		
Serviços voluntários recebidos	608.226,72	359.283,00
Receitas patrimoniais (i)	175.074,56	227.029,96
Receitas de aluguéis	35.869,27	240.383,43
Receitas transitórias e eventuais	4.462,29	39.000,00
	823.632,84	**865.696,39**

(i) Receitas patrimoniais refere-se à recuperação de despesas, utilidades e descontos ocorridos em folha de pagamento, eventos e promoções sociais, entre outros. (j) O saldo de 2019 refere-se substancialmente a resultado obtido com venda de imobilizado. **20 Outras despesas**

	2020	2019
Ensino básico		
Despesas com pessoal (administrativo)	(16.544.221,43)	(20.505.606,32)
Despesas administrativas	(20.076.990,14)	(17.023.141,97)
Despesas com serviços voluntários	(5.275.803,94)	(5.160.515,68)
Despesas fiscais, tributárias e previdenciárias	(37.715,11)	(104.474,42)
	(41.934.730,62)	**(42.793.738,39)**
Ensino superior		
Despesas com pessoal (administrativo)	(12.482.734,69)	(12.256.220,99)
Despesas administrativas	(10.641.110,93)	(13.184.122,70)
Despesas fiscais, tributárias e previdenciárias	(94.039,58)	(55.413,19)
Despesas com serviços voluntários	(608.226,72)	(359.283,00)
Resultado na baixa de bens imobilizados		(1.655,06)
	(23.826.111,92)	**(25.856.694,93)**

21 Receitas e despesas financeiras

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.208.457,72	9.144.873,99
Juros e multas ativas	1.456.044,69	1.604.710,82

ASSOCIAÇÃO SANTA MARCELINA

C.N.P.J. 60.762.859/0001-10

Notas explicativas as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

Santa Marcelina Cultura

o MEC publicou a Portaria Normativa nº 15, que dispõe sobre o processo de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência social com atuação na área de educação. A Associação Santa Marcelina foi registrada no extinto Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, por meio do processo administrativo nº 00000.108.917/59, deferido em sessão realizada no dia 16 de dezembro de 1959, bem como teve seu primeiro pedido de concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS (antigo Certificado de Fins Filantrópicos) deferido nos autos do processo nº 012.882/64, em 11 de março de 1964. A Associação Santa Marcelina é portadora regular do CEBAS desde a primeira concessão ocorrida em 11 de março de 1964 até o término da validade do último certificado ocorrido em 31 de dezembro de 2017, estando, inclusive, garantida a extensão de seus efeitos até decisão final do novo pedido de renovação já protocolizado junto ao Ministério da Educação - MEC em 29 de novembro de 2017. Mantendo sua regularidade, a Associação teve novo pedido de renovação do CEBAS deferido pelo MEC, conforme Portaria nº 301, de 15 de outubro de 2020, publicada no DOU de 16 de outubro de 2020, com validade de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017, conforme se verifica nos autos do processo administrativo nº 23000.020479/2015-91. Foram protocolados processos administrativos de renovação do CEBAS em 29 de novembro de 2017, aduzido sob o nº 23000.046475/2017-02 e nº 23000.030463/2020-53, em 04 de dezembro de 2020. Todos os processos citados se encontram em fase de instrução e pendente de decisão terminativa até data de encerramento desta demonstração contábil em abril/2021. Atendendo os requisitos e normas vigentes, a Associação se encontra em condição de regularidade quanto a entrega/protocolo dos relatórios anuais de monitoramento. **Gratuidades** A Associação Santa Marcelina e suas mantidas ofertam gratuidades integrais (100%) e parciais (50%), para alunos da educação básica e do ensino superior. Além disso, no ensino superior, após adesão ao programa bolsa universitário. Todos (PROUNI) em 22 de dezembro de 2010, também são concedidas bolsas de estudos integrais (100%) e parciais (50%), de acordo com a Lei nº 11.096/2005. As gratuidades são concedidas mediante análise prévia e comprovação do perfil socioeconômico, conforme disposto na Lei 12.101/2009, Art. 14. As quantidades de alunos e benefícios concedidos no exercício 2020 podem ser assim demonstradas:

Educação Básica

	Total matriculados	Bolsas de estudos concedidas			
		Convenção cole-tiva 100%	Convenção cole-tiva Parcial	Total beneficiados	
Educação Infantil	1.142	367	1	58	15	481
Ensino Fundamental I e II	4.003	746	19	158	41	964
Ensino Médio	735	78	7	40	8	133
	5.900	1.211	27	256	64	1.558

Ensino Superior - Cursos Semestrais

	Bolsas de estudos concedidas				
	Total matriculados	PROUNI 100%	PROUNI 50%		Convenção colet-iva 100%
	1º SEMESTRE 2020				
Graduação	4.217	334	26	74	2
Pós Graduação	498	0	0	0	1
Extensão	0	0	0	0	0
	3.169	334	26	74	3
	2º SEMESTRE 2020				
Graduação	4.213	370	27	72	2
Pós Graduação	595	0	0	0	2
Extensão	82	0	0	0	0
	3.198	370	27	72	4

Ensino Superior - Cursos Anuais

	Bolsas de estudos concedidas			
	Total matriculados	PROUNI 100%	PROUNI 50%	Convenção colet-iva 100%
Graduação	206	40	37	1
	206	40	37	1

Em atendimento a Portaria MEC nº 15/2017 as gratuidades concedidas podem ser assim demostradas, de acordo com o item 3 do Anexo V:

Ensino básico	2020		2019	
	Quantidade	Valores (R$)	Quantidade	Valores (R$)
Numero de alunos matriculados	5900	107.353.024,20	6348	104.251.356,79
Bolsas integrais da Lei 12.101/2009 Art. 14,§ 1o	1211	14.424.729,00	1245	14.308.884,00
Bolsas Parciais 50% da Lei 12.101/2009 Art.14,§ 2o	27	257.470,00	40	409.887,00
Outras bolsas 100%	256	5.947.370,00	259	5.410.336,16
Outras bolsas	64	681.740,60	63	611.939,80
Outras bolsas	0	-	1	300.042,00
Total de bolsas de estudos ofertadas	1558	21.351.313,60	1607	21.040.758,96
Ensino superior	2020		2019	
	Quantidade	Valores (R$)	Quantidade	Valores (R$)
Numero de alunos matriculados	2.719	115.366.028,13	2.557	99.456.585,29
Bolsas integrais da Lei 11.096/2005 - Prouni	410	16.758.669,94	384	15.491.314,96
Bolsas parciais 50% da Lei 11.096/2005 - Prouni	57	273.685,00	67	295.987,00
Bolsas Integrais da Lei 12.101/2009 Art.14,§ 1o	72	875.480,40	56	651.435,20
Bolsas Parciais 50% da Lei 12.101/2009 Art.14,§ 2o	2	6.648,00	0	-
Outras bolsas 100%	65	1.977.749,00	58	1.388.623,60
Outras bolsas	0	17.742,00	0	13.070,00
Total de bolsas de estudos ofertadas	606	19.909.984,34	565	17.840.430,76

Quadro demonstrativo em atendimento a Portaria MEC nº 15/2017, de acordo com o Anexo XIII:

APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA RECEITA EFETIVAMENTE RECEBIDA

	2020			2019		
	Educ. Básico	Educ. Superior	Consolidado	Educ. Básico	Educ. Superior	Consolidado
(+) MENSALIDADES A RECEBER NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	3.157.540,95	3.935.118,22	7.092.662,17	3.140.499,13	3.258.605,38	6.399.104,51
(+) RECEITA BRUTA DE MENSALIDADES DO EXERCÍCIO	107.353.024,20	119.174.710,55	226.527.734,75	104.368.656,27	104.803.871,65	209.172.527,92
(-) VALOR DAS BOLSAS DE ESTUDO INTEGRAIS E PARCIAIS (CRITÉRIO LEI 12.101/2009)	(14.722.203,00)	(892.138,40)	(15.604.341,40)	(14.845.975,00)	(651.435,20)	(15.498.411,20)
(-) VALOR DAS BOLSAS DE ESTUDO INTEGRAIS E PARCIAIS (da Lei 11.096/2005 - Prouni)		(17.032.354,94)	(17.032.354,94)		(15.787.301,96)	(15.787.301,96)
(-) VALOR DE OUTRAS BOLSAS DE ESTUDOS INTEGRAIS E PARCIAIS	(6.629.110,60)	(1.056.491,00)	(8.424.601,60)	(6.193.782,96)	(1.401.800,80)	(7.595.476,56)
(+) DEVOLUÇÕES E CANCELAMENTOS DE MENSALIDADES DO EXERCÍCIO	(176.112,52)	(1.589.892,58)	(1.766.005,13)	(117.309,48)	(1.222.803,11)	(1.340.112,59)
(-) DESCONTOS CONCEDIDOS	(10.043.894,61)	(8.206.355,86)	(18.250.250,47)	(6.476.833,94)	(6.322.603,80)	(15.799.537,74)
(-) PERDAS NO RECEBIMENTO DE MENSALIDADES						
(-) MENSALIDADES A RECEBER NO FINAL DO EXERCÍCIO	(3.402.574,57)	(3.559.214,30)	(6.961.788,87)	(3.157.540,95)	(3.935.118,22)	(7.092.662,17)
(=) TOTAL RECEITA ANUAL EFETIVAMENTE RECEBIDA	**75.536.672,82**	**89.834.381,69**	**165.371.054,51**	**73.716.819,07**	**78.751.521,14**	**152.468.340,21**

28 Impacto nas demonstrações financeiras relacionado a Pandemia de Coronavírus (COVID-19) O surto do novo Coronavirus (Covid-19) foi considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma pandemia em 11 de março de 2020 com impactos relevantes na economia nacional e internacional. A pandemia desencadeou importantes ações de governos e entidades privadas, que somados ao impacto na saúde da população e sistemas de saúde mundiais, resultaram em um cenário de incertezas para toda a sociedade e pessoas. A educação foi um dos setores que teve a rotina fortemente afetada pela pandemia de Covid-19. Com o fechamento das instituições de ensino, as aulas do ensino superior e educação básica foram transferidas para o formato remoto, para o ensino à distância de carga horária, seguindo as determinações das legislações no Brasil. A Associação realizou adaptações em seus processos, tomando as medidas adequadas para preverir a disseminação do Covid-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período, visando perpetuar a parceria. A Associação adquiriu equipamentos e ferramentas tecnológicas para utilização no novo processo de aulas online. A Associação está envidando todos os esforços para manter a qualidade da educação e serviços para seus alunos, colaboradores e parceiros. Não houve impacto no quadro de pessoal e na salário foram implantadas no decorrer do exercício de 2020, para os colaboradores das áreas administrativas e de serviços. No que pese os aspectos financeiros a Administração constatou que grande parte dos alunos foram impactados pela crise, com potencial aumento de rendа. A Associação implementou medidas alternativas, como descontos concedidos e parcelamento de mensalidades. A Administração entende não há a necessidade de reconhecimento de perdas ou necessidades de provisionamentos adicionais até o momento. **29 Nota Explicativa Suplementar - A Contraprestação da Associação Santa Marcelina a Sociedade Brasileira em Relação Específica ao Benefício Usufruída da Quota Patronal do INSS** A Associação Santa Marcelina de forma suplementar as suas Notas Explicativas e com objetivo apenas de contribuir com a transparência junto a sociedade brasileira, utilizou os indicadores da pesquisa do FONIF - Forum Nacional das Instituições Filantrópicas para evidenciar a contraprartida da Associação para a sociedade brasileira em relação aos benefícios preevidenciários (quota patronal) usufruídos, conforme descreveremos a seguir: - O Forum Nacional das Instituições Filantrópicas - FONIF - colaborando de forma pioneira para a defesa de suas demandas em diferentes âmbitos da sociedade, realizou em 2016 uma pesquisa que considerou como referência os dados disponíveis na ocasião, sendo o ano de 2014 o principal base de informações sobre o valor da imunidade do pagamento da contribuição para a Previdência Social, das informações dos censos da Educação Básica e Superior. Em 2018, dando continuidade ao relevante trabalho, o objetivo foi atualizar a pesquisa. Para a Educação Básica e Educação Superior utilizou-se como base os dados disponíveis de 2016, ainda considerados as mais recentes oficialmente disponibilizadas. Este entendimento permite compreender os expressivos resultados de contrapartida da filantropia demonstrados pela presente pesquisa, que identificam a contribuição econômico-financeira total que este investimento extrafiscal gera através das instituições filantrópicas. O FONIF - Forum Nacional das Instituições Filantrópicas, ao reportar indicadores que demonstrem adicionalmente o valor quantitativo e qualitativo das demais entregas e benefícios que as instituições realizam para a sociedade e pais o país, mensuram o impacto e o retorno econômico-financeiro do investimento realizado pelas instituições filantrópicas, indicando as alavancas e oportunidades que permitem maximizar a geração e proteção de valores, na educação, saúde e assistência social para a população brasileira. Na comparação com o valor da imunidade constitucional, obtem-se o retorno do investimento nas instituições filantrópicas de Educação como contraprartida ao CEBAS. Imunidade Previdenciária das Instituições Filantrópicas de Educação Básica e Superior. Assim, o múltiplo de valor consolidado do retorno da contraprartida gerado pelas instituições filantrópicas de educação foi de R$4,66 para cada R$1,00 de imunidade previdenciária. FONTE: Pesquisa - A contraprartida do Setor Filantrópico para o Brasil- 2018 A Associação Santa Marcelina de forma suplementar evidência numericamente com base nos índices da referida pesquisa a contraprartida da Associação para a sociedade brasileira em relação aos benefícios previdenciários (quota patronal) usufruídos.

DESCRIÇÃO	2020	2019
Benefício previdenciário usufruído (quota patronal INSS)	R$ 21.962.680,46	R$ 22.580.140,49
Conta partilha (índice médio - ES e ES) da entidade para a sociedade brasileira conforme pesquisa do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas - FONIF	R$ 102.346.090,90	R$ 105.223.454,70

Tania Conceição da Cruz — Diretora - Presidente — CPF 486.488.895-91

Cristiane Ferreira Vieira — Contadora CRC 1SP 233426/O-2 — Morello Contadores — CRC 2SP 014827/O-0

Marcelo Roberto Monello — Contador CRC 1SP 207461/O-2 — Morello Contadores — CRC 2SP 014827/O-0

"RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE"

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **ASSOCIAÇÃO SANTA MARCELINA** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado do período, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável sobre se as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de (IS) conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 28 de abril de 2021

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP 024298/O-3

Alexandre Chiarelli do Nascimento — Contador — CRC/SP 187.003/O- 0 — CNAI – SP – 1620

Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior — Contador CRC/RS 058.252/O-1 — CVM 7.710/04 — CNAI-RS-718

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1002297-90.2019.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 25ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Mario Chiuvite Júnior, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) THIAGO DOS SANTOS, que a(o) Empresa Brasileira de Securitização Sia. ajuizou ação de Execução para Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória objetivando a venda do veículo VW - VOLKSWAGEN J JETTA 2.0 TSI 8V 4P. ANO DE FABRICAÇÃO 2013, COR PRETA, CHASSI Nº 3VWL9616TDM077880, PLACAS PREFIXO JKX6514, alienado fiduciariamente. Apresentando o bem e estando o requerido em lugar ignorado, foi deferido o arresto do veículo e nomeado o requerente como depositário, para consolidar-se a propriedade e a posse plena do bem no patrimônio da requerente (art. 3º, § 1º do Dec. lei 911/69, alterado pela Lei 10.931/04), podendo, ainda, no prazo de 5 dias, a fluir após o prazo supra, oferecer resposta sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, o requerido será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de fevereiro de 2021.
29 e 30 / 04 / 2021

EDITAL DE CITAÇÃO. PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1005978-69.2017.8.26.0100 / U-113 / A Doutora Ana Claudia Dabus Guimarães e Souza, MM. Juiza de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos do Foro Central da Comarca de SÃO PAULO, Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos reus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, Incorporadora Jurubatuba Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda (SUCESSORA) visando a declaração de domínio do imóvel consistente em uma vaga de garagem de nº 105, do bloco C, situada na Rua Eça de Queiroz, 730 e 750, localizada no 2º subsolo do Edifício Danúbio, Vila Mariana, São Paulo-SP, com área útil e total de 16,5286992 m² e fração ideal de 0,483337% no terreno, contribuinte nº 037.093.0208-0, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias úteis, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.
29 e 30 / 04 / 2021

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0000774-83.2021.8.26.0005. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Marco Bacchacle, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a VASCONCELOS ALVES LIMA, Brasileiro, CPF 261.761.278-31, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Banco Santander (Brasil) S/A. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 435.902,80, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do CPC). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de fevereiro de 2021. 29 e 30 / 04 / 2021.

Processo 1003086-62.2014.8.26.0004 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - Banco Bradesco S/A - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1003086-62.2014.8.26.0004. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). Renato Guanaes Simões Thomsen, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Ana Cleina da Silva Jorge (CPF: 117.814.998-61) e C R Tecnology Comércio e Serviços de Informática e Eletrônicos - Epp (CNPJ: 09.647.270/0001-43), que Banco Bradesco S/A Ihe ajuizou ação de Execução de Título Extrajudicial, em 05/11/2014 (novembro de 2014), representada pela Cédula de Crédito Bancário Empréstimo Capital de Giro nº 7157583. Estando as executadas em lugar ignorado, expede-se edital, que será publicado na forma do art. 257, III do CPC, para que, no prazo de 3 (três) dias, paguem o débito, acrescido de juros e verba honorária, será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconvenção o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado.
29 e 30 / 04 / 2021

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0015780-81.2017.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). CLÁUDIO SALVETTI D ANGELO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a DIOGO SANTOS DE JESUS, brasileiro, RG 34.184.551-6, CPF 380.144.078-47, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Fundação São Paulo. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que tome conhecimento do bloqueio on line através do Sistema Bacenjud/Sisbajud no valor total de R$ 832,18 (R$ 653,92 + R$ 178,26) e que, o prazo para impugnação a este bloqueio é de 05 (cinco) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital. Fica ciente, ainda, que decorrido o período acima para impugnação, o bloqueio será convertido em penhora e o valor será disponibilizado à parte exequente. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 01 de fevereiro de 2021.
29 e 30 / 04 / 2021

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0002532-12.2021.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Raphael Garcia Pinto, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) MRL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA - M, CNPJ 09.112.499/0001-01, que lhe foi proposta uma ação de Cumprimento de sentença por parte de Sul America Cia de Seguro Saude. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, § 2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 19.406,56 (fevereiro/2021), devidamente atualizada, sob pena da multa de 10% sobre o valor do débito, e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do CPC). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do CPC, transcorrido o período acima indicado sem pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 14 de abril de 2021.
29 e 30 / 04 / 2021

Província dos Capuchinhos de São Paulo

CNPJ nº 60.530.061/0001-91

Reconhecida de utilidade pública pelo Decreto Estadual nº 39.146 de 01.09.94 e o Decreto Municipal nº 34.952 de 09/03/1995.

Relatório da Diretoria

Senhores Associados: Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, bem como o parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que desejarem.

Balanço Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro de

Ativo	2020	2019
Circulante	**10.335.263,00**	**8.331.019,62**
Disponível	**6.525.948,69**	**6.410.897,30**
Caixa	63.881,25	70.082,53
Banco Conta Movimento	338.586,91	454.573,35
Aplicações Financeiras	6.123.480,53	5.886.241,32
Créditos	**3.799.253,36**	**1.920.139,02**
Aluguéis a Receber	3.485.697,91	1.698.107,22
(-) Provisão Para Perda	(74.284,80)	(84.905,36)
Adiantamento Diversos	53.483,69	47.024,11
Outros Créditos	406.109,98	236.772,03
Despesas Antecipadas	28.247,53	33.141,02
Não Circulante	**216.271.012,90**	**220.651.314,04**
Depósitos e Bloqueio Judicial	966.874,31	966.874,31
Imobilizado	**215.304.398,57**	**219.684.699,73**
Investimentos	**49.239.101,63**	**48.959.529,21**
Imóveis Destinados a Renda	48.230.101,63	48.959.529,21
Imobilizado	**167.065.296,94**	**170.725.170,52**
Imobilizado / Intangível	205.377.136,77	204.918.057,75
Depreciação / Amortização	(38.311.839,83)	(34.192.887,23)
Total do Ativo	**226.606.275,90**	**228.982.350,19**

Notas Explicativas Sobre as Demonstrações Contábeis Encerradas em 31 de Dezembro de 2020

I - Contexto Operacional: Nota 01: A Provincia dos Capuchinhos de São Paulo (PROCASP) é associação civil de caráter beneficente, assistencial filantrópica, educacional, cultural e de comunicação social, reconhecida como entidade beneficente e de assistência social pelo Conselho Nacional de Assistência Social (C.N.A.S) pelo processo nº 269.351 de 10/12/1974, declarada de Utilidade Pública Estadual em São Paulo pelo Decreto nº 39.146, de 01/09/1994, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto nº 34.952, de 09/03/1995, no município de São Paulo. Foi protocolado no dia 21/12/2009 junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, hoje Ministério da Cidadania (MC), a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), processado sob nº 71010.001797/2009-56 que foi deferido através da Portaria SNAS sob nº 95/2014, publicada em 31/07/2014 com validade até 31/12/2014. Mesmo novo pedido de renovação em 18/12/2014, protocolo nº 71.000.139102/2014-14 junto ao Ministério da Cidadania (Secretaria Especial do Desenvolvimento Social) que se encontra sob justice junto ao Superior Tribunal de Justiça, processo nº 2020/0080102/0, em fase de análise de agravo interposto pela PROCASP em 21/12/2017, em cumprimento a legislação vigente, aguardamos novo processo de renovação registrado sobre protocolo nº 71000.083442/2017-61 que em um primeiro momento havia sido deferido, e meses depois, teve a decisão de deferimento anulada, e aguardando nova análise. Contra tal ato, foi impetrado Mandado de Segurança pelo senior jurídico da PROCASP, processo nº 1008152-05.2021.4.01.3400, e mantido perante a Justiça Federal do Distrito Federal, aí Áreas de Atuação: Conforme o Estatuto Social, em consonância com a Lei 8.742/93, a Provincia dos Capuchinhos de São Paulo tem por finalidade: «Dedicar-se às obras de promoção humana, beneficente, filantrópica e de assistência social; realizar e financiar atividades de desenvolvimento comunitário e social, de conveniência familiar, de proteção social, de vigilância social e de interseccionalidade; fomentar ao povo, em especial a crianças e adolescentes em risco social, à pessoa em situação de rua e moradores de rua, e, aos idosos desprovidos das necessidades básicas, assistência médica e dentária, hospitalar, medicamental, alimentar e jurídica; dar Assistência cultural, educacional e religiosa, através de escolas e congêneres, podendo ainda, para tal, utilizar-se da imprensa, rádio, televisão e outros meios de comunicação; promover a formação e qualificação de seus membros para que possam evangelizar e educar o povo através de suas atividades assistenciais, culturais e educacionais, custeando-lhes formação cultural e técnica em estabelecimentos mantidos ou fora deles, no país ou no exterior. » Atua na Assistência Social de forma continuada, permanente e planejada: no campo de atendimento, assessoramento e da defesa e garantia de direitos; em todas as atividades tem como particular missão veiculal, a evangelização e a prestação de assistência social, sem discriminação de raça, sexo, nacionalidade, de idade, credo religioso e política, ou condição social, observadas as disposições legais, presta serviços gratuitos permanentes e sem qualquer discriminação de seus assistidos; o atendimento às suas finalidades institucionais, inclusive seus investimentos patrimoniais, suas despesas, sua receitas, seus ingressos, seus desembolsos e suas gratuidades.

II - Apresentação das Demonstrações Contábeis: Nota 02: As demonstrações Contábeis estão sendo elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e atendem a legislação específica do Terceiro Setor: CFC nº 1.409/12, que Aprovou a ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros e Revogar as Resoluções CFC nº 803/96, 837/99, 852/99, 877/00, 926/01 e 966/03, publicadas no D.O.U., Seção I, de 2/3/99, 2/3/99, 21/8/99, 20/4/00, 3/1/02 e 6/6/03, respectivamente, CFC n.º 1.152/2009 que aprovou a NBT T 19.18 - Adoção Inicial ao Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/2008 que altera, revoga e introduz dispositivos na Lei nº 6.404/76 e especialmente a Resolução CFC n.º 877/2000, que aprovou a NBC T 10.19 - Entidades Sem Fins Lucrativos, Resolução CFC Nº 986/99 e alterações, que aprovou a NBC T 3 - Consolo, Contestação, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC Nº 758/93, que aprovou a NBC T 6 - Das Demonstrações Contábeis, Consolidadas e Resolução Nº 66, de 16 de Agosto de 2003 do Ministério da Assistência e Promoção Social - Conselho Nacional de Assistência Social contendo disposições aplicadas por entidades sem fins lucrativos. **III - Resumo das Práticas Contábeis: Nota 03:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência; **Nota 04:** Na disponibilidade de caixa e equivalentes de caixa representam moeda em caixa e depósitos bancários, bem como os recursos que possuem características de liquidez de curto prazo e de disponibilidade imediata; **Nota 05:** Na disponibilidade de Bancos Conta Movimento, estão demonstrados de acordo com as conciliações Bancárias, em conformidade com os registros contábeis, evidenciando os saldos disponíveis; **Nota 06:** Na disponibilidade de Aplicações Financeiras, estão demonstradas pelo valor da aplicação, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência:

Disponível	2020	2019
Caixa	63.881,25	70.082,53
Banco Conta Movimento	338.586,91	454.573,35
Aplicações Financeiras	6.123.480,53	5.886.241,32
	6.525.948,69	**6.410.897,30**

Nota 07: Os Alugueis a Receber referem-se a direitos a receber em todos os ramos de atividade da Provincia dos Capuchinhos de São Paulo e foi devidamente observado o regime de competência; **Nota 08:** A provisão para perdas sobre créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante suficiente para garantir as perdas prováveis de seus valores a receber, havendo conformidade com a NBC T 10.19.2.2;

Créditos	2020	2019
Alugueis a Receber	3.485.697,91	1.698.107,22
(-) Provisão Para Perda	(74.284,80)	(84.905,36)
	3.311.412,16	**1.613.201,89**

Nota 09: Registra-se no Ativo Não Circulante, os Bloqueios e Depósitos Judiciais, ocasionados por determinações judiciais;

Contas	2020	2019
Deposito Judicial	358

Cooperativa Habitacional Bonlar - Convocação para Assembléia Geral, em cumprimento ao disposto no Artigo 52 parágrafo Único do Estatuto Social. Pelo presente Edital ficam os Associados da Cooperativa Habitacional Bonlar, convocados para participarem da Assembléia Geral Ordinária, para tratar de Assuntos Gerais, a ser realizada em 28/Maio/2021 às 07:00hs em 1ª convocação, com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos Associados, às 08:00hs em 2ª convocação, com presença mínima de metade mais 1 (hum) Associados e às 09:00hs em 3ª e última convocação, com presença mínima de 10 (dez) Associados. Local: Cooperativa Habitacional Bonlar – Avenida Professor Manoel Pedroso, 655 – Parque Bahia – Cotia-SP.
São Paulo, 29/Abril/2021 - **Cooperativa Habitacional Bonlar – Nilton de Souza Paula** – Diretor Presidente.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 0039129-76.2018.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 22ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). FERNANDO HENRIQUE DE OLIVEIRA BIOLCATI, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Ueberlei Miranda Alves, CPF 808.116.121-04, que nos Autos do Cumprimento de Sentença, ajuizado por Orient Relógios da Amazônia Ltda contra Um Alves & Cia Ltda Me, foi determinado que vesse integrar a lide o citando. Estando o sócio supra em lugar ignorado, foi deferida sua citação por edital, para que em 05 dias, a fluir após os 30 dias supra, habilitese nos autos, sob pena de presumirem-se aceitos os fatos, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 04 de março de 2021. B 29 e 30/04

CARLISA S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

C.N.P.J./M.F. nº 00.473.895/0001-81
RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Submetemos à sua apreciação as demonstrações financeiras, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, colocando-nos à disposição para eventuais esclarecimentos. **A Diretoria**

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 - *(Em milhares de reais)*

Ativo	2020	2019	Passivo	2020	2019
Circulante	**120.256**	**110.096**	**Circulante**	**5.603**	**3.287**
Caixa e equivalentes de caixa	23.425	14.180	Fornecedores	2.404	525
Estoque de imóveis	94.781	93.738	Obrigações fiscais	176	178
Contas a receber	1.999	2.124	Imposto de renda	626	704
Outros ativos circulantes	51	54	Contribuição social	262	368
Não Circulante	**109.342**	**108.112**	Outras contas e despesas a pagar	1.185	1.512
Realizável a Longo Prazo	**30**	**31**	**Não Circulante**	**4.000**	**4.000**
Outros ativos realizáveis a longo prazo	30	31	Partes relacionadas	4.000	4.000
Investimentos	109.288	108.043	**Patrimônio Líquido**	**219.945**	**210.921**
Imobilizado	24	38	Capital social	161.795	161.795
			Reservas de lucros	18.753	17.516
			Lucros acumulados	39.397	31.609
Total do Ativo	**229.598**	**218.208**	**Total do Passivo**	**229.598**	**218.208**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2018	**161.795**	**14.916**	**53.225**	**229.938**
Lucro líquido do exercício	-	-	51.982	51.982
Reserva legal	-	2.599	(2.599)	-
Dividendos	-	-	(70.999)	(70.999)
Em 31 de dezembro de 2019	**161.795**	**17.516**	**31.609**	**210.921**
Lucro líquido do exercício	-	-	24.750	24.750
Reserva legal	-	1.237	(1.237)	-
Dividendos	-	-	(15.725)	(15.725)
Em 31 de dezembro de 2020	**161.795**	**18.753**	**39.397**	**219.945**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

1. Contexto operacional: A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, civis ou comerciais, na qualidade de sócia ou acionista ou quotista, podendo adquirir ou alienar participações societárias, e a administração de bens, empreendimentos ou negócios exclusivamente próprios. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **3. Principais práticas contábeis:** O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo é como segue: a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras da Sociedade são mensuradas usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas tendo como moeda funcional e de apresentação o real (R$). b) Circulante e não circulante: Os ativos e passivos são classificados como circulantes, quando sua realização ou liquidação provável ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. c) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos positivos em conta-movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. d) Contas a receber: São contabilizados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida, sendo deduzidas as perdas em crédito de liquidação duvidosa, quando aplicável. e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber. f) Estoque de Imóveis: Referem-se a todo o custo de aquisição do terreno e das edificações, incluindo os custos de construção e reformas. g) Investimentos: Os investimentos em empresas controladas ou coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base no balanço das investidas levantados na mesma data. h) Imobilizado: Estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação e amortização acumuladas, calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas de acordo com a vida útil dos bens. i) Imposto de renda e contribuição social: Conforme facultado pela legislação tributária, a Sociedade optou pelo regime de lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda é determinada à razão de 8% (vendas) e 32% (prestação de serviços e/ou locações), a da contribuição social à razão de 12% (vendas) e 32% (prestação de serviços e/ou locações), acrescentando-se em ambas 100% das demais receitas e ganhos de capital auferidos. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R$ 60 mil no trimestre, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. j) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes): Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e possa uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. k) Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. **4. Patrimônio líquido:** a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2020, o capital social totalmente integralizado monta R$ 161.794.996,00, dividido em 157.794.996 ações ordinárias nominativas e 4.000.000 ações preferenciais sem direito a voto, todas sem valor nominal. b) Reserva legal: A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir o limite de 20% do capital social. c) Reservas de lucros: Corresponde ao lucro remanescente, após a destinação para reserva legal, compensação de prejuízos e a distribuição dos dividendos. **5. Instrumentos financeiros:** A Sociedade entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale a seu valor de mercado. A Empresa participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito, de taxas de juros e de moeda, quando possível e aplicável. A partir do mês de setembro/2013, a Empresa passou a restringir sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo. A Empresa mantéve até o mês de setembro/2013, investimentos em títulos de renda fixa junto ao Banco Cruzeiro do Sul. Esta instituição financeira encontra-se em processo de liquidação extrajudicial. A Administração da Entidade efetuou provisão para perda desses valores, uma vez que os saldos não possuem cobertura total pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC). No ano de 2014, parte do saldo aplicado foi devolvido pelo Banco Cruzeiro do Sul. Assim sendo, a provisão foi parcialmente revertida.

Demonstração dos Resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 - *(Em milhares de reais)*

	2020	2019
Receita Operacional Líquida	**17.619**	**19.321**
(Despesas) Receitas Operacionais		
Administrativas e gerais	(6.255)	(6.268)
Encargos de depreciação	(14)	(24)
Outras despesas / receitas operacionais, líquidas (Inclui Reversão de Provisões)	-	385
	(6.269)	**(5.907)**
(Prejuízo) Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro, Participações e Impostos	**11.350**	**13.414**
Resultado Financeiro Líquido		
Receitas financeiras	1.054	1.613
Despesas financeiras	-	(4)
	1.054	**1.609**
Resultados de participações societárias	14.470	39.600
(Prejuízo) Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**26.874**	**54.623**
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Imposto de renda	(1.555)	(1.936)
Contribuição social	(569)	(705)
	(2.124)	**(2.641)**
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	**24.750**	**51.982**
(Prejuízo) Lucro por ação do capital social (em reais)	0,15	0,20

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 - *(Em milhares de reais)*

	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	24.750	51.982
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Encargos de depreciação	14	24
Resultados de participações societárias	(14.470)	(39.600)
Diminuição (aumento) nos ativos operacionais	-	49
Contas a receber	123	-
Outros ativos	4	12
Imóveis destinados à venda	(1.043)	-
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais		
Fornecedores	1.879	308
Obrigações fiscais, imposto de renda e contribuição social	(186)	(92)
Outros passivos	673	(396)
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	**11.744**	**12.238**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Recebimento de dividendos de investidas	13.225	60.290
Aquisição de imobilizados	-	(49)
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimento	**13.225**	**60.339**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de dividendos	(15.725)	(70.999)
Partes relacionadas	-	3.980
Caixa Gerado (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	**(15.725)**	**(67.019)**
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**9.245**	**5.559**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14.180	8.621
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	23.425	14.180
	9.245	**5.559**

DIRETORIA
Regina Maria da Silva Dias - Presidente
Ana Lúcia da Silva Dias - Diretora
Valce Teofilo dos Santos - CRC 1SP165.212/O-3

DOURO PATRIMONIAL S.A.

C.N.P.J./M.F. nº 03.712.566/0001-34
RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Submetemos à sua apreciação as demonstrações financeiras, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, colocando-nos à disposição para eventuais esclarecimentos. **A Diretoria**

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 - *(Em milhares de reais)*

Ativo	2020	2019	Passivo	2020	2019
Circulante	**72.724**	**69.321**	**Circulante**	**1.606**	**928**
Caixa e equivalentes de caixa	35.781	32.693	Obrigações fiscais	102	79
Estoque de imóveis	35.400	35.400	Imposto de renda	672	522
Contas a receber	1.395	1.080	Contribuição social	383	327
Impostos a recuperar	10	10	Outras obrigações	449	-
Adiantamento a fornecedores	138	138	**Não Circulante**		
Não Circulante	**5.333**	**5.333**	**Patrimônio Líquido**	**76.451**	**73.726**
Realizável a Longo Prazo	**5.333**	**5.333**	Capital social	39.400	39.400
Partes relacionadas	5.333	5.333	Reservas de lucros	5.766	5.155
Total do Ativo	**78.057**	**74.654**	Lucros ou prejuízos acumulados	31.285	29.171
				78.057	**74.654**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2018	**39.400**	**4.764**	**41.943**	**86.107**
Lucro líquido do exercício	-	-	7.819	7.819
Reserva legal	-	391	(391)	-
Dividendos	-	-	(20.200)	(20.200)
Em 31 de dezembro de 2019	**39.400**	**5.155**	**29.171**	**73.726**
Lucro líquido do exercício	-	-	12.225	12.225
Reserva legal	-	611	(611)	-
Dividendos	-	-	(9.500)	(9.500)
Em 31 de dezembro de 2020	**39.400**	**5.766**	**31.285**	**76.451**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

1. Contexto operacional: A Companhia tem por objeto social a incorporação de empreendimentos imobiliários e a administração de bens, empreendimentos ou negócios exclusivamente próprios. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **3. Principais práticas contábeis:** O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo é como segue: a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras da Sociedade são mensuradas usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas tendo como moeda funcional e de apresentação o real (R$). b) Circulante e não circulante: Os ativos e passivos são classificados como circulantes, quando sua realização ou liquidação provável ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. c) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos positivos em conta-movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. d) Contas a receber: São contabilizados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida, sendo deduzidas as perdas em crédito de liquidação duvidosa, quando aplicável. e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber. f) Estoque de Imóveis: Referem-se a todo o custo de aquisição do terreno e das edificações, incluindo os custos de construção e reformas. g) Imposto de renda e contribuição social: Conforme facultado pela legislação tributária, a Sociedade optou pelo regime de lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda é determinada à razão de 8% (vendas) e 32% (prestação de serviços), a da contribuição social à razão de 12% (vendas) e 32% (prestação de serviços e/ou locações), acrescentando-se em ambas 100% das demais receitas e ganhos de capital auferidos. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os Lucros que excederem a R$ 60 mil no trimestre, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. h) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes): Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possua uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. i) Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. **4. Patrimônio líquido:** a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2020, o capital social totalmente integralizado monta R$ 39.400.000,00, dividido em 39.400.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. b) Reserva legal: A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir o limite de 20% do capital social. c) Reservas de lucros: Corresponde ao lucro remanescente, após a destinação para reserva legal, compensação de prejuízos e a distribuição dos dividendos. **5. Instrumentos financeiros:** A Sociedade entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale a seu valor de mercado. A Empresa participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito, de taxas de juros e de moeda, quando possível e aplicável. A partir do mês de setembro/2013, a Empresa passou a restringir sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo. A Empresa mantéve até o mês de setembro/2013, investimentos em títulos de renda fixa junto ao Banco Cruzeiro do Sul. Esta instituição financeira encontra-se em processo de liquidação extrajudicial. A administração da Entidade efetuou provisão para perda desses valores, uma vez que os saldos não possuem cobertura total pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

Demonstração dos Resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 - *(Em milhares de reais)*

	2020	2019
Receita operacional líquida	**13.098**	**12.346**
(Despesas) receitas operacionais		
Administrativas e gerais	(34)	(4.813)
	(34)	**(4.813)**
(Prejuízo) Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	**13.064**	**7.533**
Resultado financeiro líquido		
Receitas financeiras	933	2.509
	933	**2.509**
(Prejuízo) Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**13.997**	**10.042**
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Imposto de renda	(1.297)	(1.628)
Contribuição social	(475)	(595)
	(1.772)	**(2.223)**
(Prejuízo) Lucro Líquido do Exercício	**12.225**	**7.819**
(Prejuízo) Lucro por ação do capital social (em reais)	0,31	0,30

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 - *(Em milhares de reais)*

	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	12.225	7.819
(Prejuízo) Lucro do exercício		
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Diminuição (aumento) nos ativos operacionais		
Contas a receber	(314)	(76)
Adiantamento de fornecedores	-	(117)
(Aumento) Diminuição nos passivos operacionais		
Obrigações fiscais, imposto de renda e contribuição social	228	(1.463)
Outras Obrigações	449	(420)
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	**12.588**	**5.743**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de dividendos	(9.500)	(20.200)
Partes relacionadas	-	(5.333)
Caixa Gerado (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	**(9.500)**	**(25.533)**
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**3.088**	**(19.790)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	32.693	52.483
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	35.781	32.693
	3.088	**(19.790)**

DIRETORIA
Regina Maria da Silva Dias - Presidente
Ana Lúcia da Silva Dias - Diretora
Valce Teofilo dos Santos - CRC 1SP165.212/O-3

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 5 E 17 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

CNPJ 29.938.085/0001-35 - NIRE 35.300.514.611 - Companhia Fechada
Ata de Reunião do Conselho de Administração em 17.03.2021

1. Data, Hora e Local: 17.03.2021, às 09h30, na sede da Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. ("Companhia"), localizada na Estrada de Itapecerica, nº 4.157, Capão Redondo, 05.858-001, São Paulo/SP. **2. Presença**: Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa**: Presidente: Luis Augusto Valença de Oliveira e Secretário: Igor de Castro Camillo. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre a renovação da garantia financeira. **5. Deliberações**: Os Senhores Conselheiros, após debates e discussões, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, conforme atribuição prevista no artigo 10, inciso (i), do Estatuto Social da Companhia, deliberaram aprovar a renovação da garantia financeira (fiança bancária) a ser apresentada pela Companhia (afiançado) para a EDP – Comercialização e Serviços de Energia Ltda. (beneficiário), especificada no Contrato nº. 4600042471, celebrado em 23/08/2018, tudo conforme termos e condições apresentados nesta reunião. **6. Encerramento**: Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente. MP 2.200-2/2001. São Paulo/SP, 17.03.2021. **Assinaturas**: Luis Augusto Valença de Oliveira, Presidente da Mesa e, Igor de Castro Camillo, Secretário. **Conselheiros: (1)** Luis Augusto Valença de Oliveira; **(2)** Luciano José Porto Fernandes; **(3)** Roberto Vollmer Labarthe; **(4)** Igor de Castro Camillo; e **(5)** Sérgio Luiz Pereira de Macedo. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração. *Luis Augusto Valença de Oliveira - Presidente da Mesa - Assinado com certificado digital ICP Brasil, Igor de Castro Camillo - Secretário - Assinado com certificado digital ICP Brasil.* JUCESP nº 153.968/21-7 em 08.04.2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

CIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços

CNPJ 05.410.674/0001-88-NIRE 35.300.379.527 - Companhia Fechada
Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 09.04.2021

1. Data, Hora e Local: 09.04.2021, às 10h00, na sede da Companhia, localizada na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º andar, sala 6, 04551-065, São Paulo/SP. **2. Presença**: Foram cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404/76 ("LSA"), constatando-se a presença da acionista representando a totalidade do capital social, conforme se verifica das assinaturas constantes e apostas no "Livro Registro de Presença de Acionistas". **3. Convocação**: Os avisos de que trata o artigo 124 da LSA foram dispensados pelo comparecimento da acionista detentora da totalidade do capital social, conforme permitido pelo §4º do artigo 124 da LSA. **4. Mesa:** Presidente: Marco Antonio Souza Cauduro e Secretário: Marcio Yassuhiro Iha. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a retificação da verba global anual de remuneração dos Administradores da Companhia para o exercício social de 2020 aprovada na AGO realizada em 29/04/2020 às 08h00. **6. Deliberações**: A acionista detentora da totalidade do capital social da Companhia, após debates e discussões, deliberou: **6.1.** Autorizar a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, §1º, da LSA; **6.2.** Consignar que a verba global e anual para remuneração dos membros da Administração da Companhia aprovada na AGO realizada em 29/04/2020 às 08h00, registrada na Junta Comercial de São Paulo ("JUCESP") sob o nº 211.799/20-8 em sessão de 17/06/2020 ("AGO 29/04/2020"), excedeu o limite fixado naquela data em R$ 1.000.000,00. **6.3.** Diante do exposto no item 6.2. acima, aprovar a verba global e anual para remuneração dos membros da Administração da Companhia para o exercício social de 2020, incluindo Diretor Estatutário e Diretor Não-Estatutário, no valor total de até de R$ 8.000.000,00, com a consequente retificação do valor disposto no item 7.6. da AGO 29/04/2020. Ficam ratificadas e permanecem inalteradas as demais disposições constantes na AGO 29/04/2020 que não forem alteradas pela presente assembleia. **7. Encerramento**: Nada mais haverendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, MP 2.200-2/2001. São Paulo/SP, 09.04.2021. **Assinaturas**: Marco Antonio Souza Cauduro, Presidente da Mesa e Marcio Yassuhiro Iha, Secretário. **Acionista**: CCR S.A., pelo Sr. Marcio Yassuhiro Iha. Certifico que a presente é cópia fiel do original, lavrado em Livro próprio. *Marco Antonio Souza Cauduro - Presidente da Mesa - Assinado com certificado digital ICP Brasil, Marcio Yassuhiro Iha - Secretário - Assinado com certificado digital ICP Brasil.* JUCESP nº 171.042/21-9 em 16.04.2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

ISEC SECURITIZADORA S.A. -

CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 22ª EMISSÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("Títulares dos CRA") da Série Única 22ª Emissão da **ISEC SECURITIZADORA S.A.**, com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("CRA", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), a **VORTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA** ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, convidados a se reunir, em **Assembleia convocação**, em Assembleia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 19 de maio de 2021 às 14h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Instrução Normativa da CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("IN CVM 625"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula 21.5 Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio da Emissão celebrado em 28 de outubro de 2020, conforme aditado ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Tomar conhecimento acerca (i) do teor do Aditamento ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóveis e Outras Avenças ("Aditamento Fiduciária de Imóveis"), relacionados aos Imóveis garantias, objetos das matrículas de nº 12.138, nº 8.725 e nº 453, ("Imóveis") junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Salto/SP; (ii) da não apresentação, pela Devedora, do arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, dos atos de Aprovação, conforme previsto no CDCA e no Termo de Securitização, quais sejam: (1) ARS da Devedora realizada em 28 de outubro de 2020; (2) Re-ratificação da Reunião de Sócios da Devedora realizada em 25 de novembro de 2020 e (3) Alteração do Contrato Social da Devedora; e (iii) da não apresentação, até esta data, das demonstrações financeiras auditadas da Devedora referente ao exercício encerrado em 31/12/2020. Em razão do pedido apresentado pela Devedora a Securitizadora em 19 de abril de 2021, bem como pelo exposto acima, aprovar: (i) a concessão de um prazo de mais 120 (cento e vinte) dias, contados da data realização da Assembleia, para conclusão do registro da Alienação Fiduciária de Imóveis supracitada; (ii) Em razão da pandemia e do não funcionamento do JUCESP em diversos períodos, conceder um prazo adicional de 60 (sessenta) dias a contar da realização desta assembleia, para que a Devedora apresente os referidos documentos devidamente arquivados na JUCESP; e (iii) Aprovar a concessão de mais 30 (trinta) dias contados do 30 de abril de 2021, para que a Devedora apresente a Emissora e ao Agente Fiduciário as informações financeiras pendentes de apresentação, para que seja verificado o atendimento dos Índices Financeiros na forma prevista no item xxxiii da cláusula 12.6 do CDCA; b) Autorizar o Agente Fiduciário para, em conjunto com a Emissora, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementação das deliberações acima. O material necessário para embasar a deliberação dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: www.iseccapital.com.br; e (ii) no site da CVM: www.cvm.gov.br A Assembleia será instalada em primeira convocação mediante a presença de Titulares dos CRA que representem, no mínimo, a maioria absoluta dos CRA em circulação, nos termos da cláusula 21.5 do Termo de Securitização. O Quórum para deliberação das matérias previstas na ordem do dia será de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação, conforme cláusula 14.8 do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet, sem possibilidade de participação de forma presencial, com a possibilidade de envio de Manifestação de Voto previamente, por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora aqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@iseccapital.com.br com cópia para juridico@iseccapital.com.br e ao Agente Fiduciário para agentefiduciario@vortx.com.br preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. O titular do CRA ("Titular de CRA") poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em sua página eletrônica (https://www.iseccapital.com.br) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRA na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular de CRA ou por seu representante legal, de forma eletrônica ou não, e se for de forma eletrônica, por meio de certificado emitido para assinaturas eletrônicas, com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil, (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes; Conforme art. 7º da IN CVM 625, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo à eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.
São Paulo, 29 de abril de 2021. **ISEC SECURITIZADORA S.A**

EDITAL DE CIENCIA DE LEILAO
Contrato 102354128009-5

Pelo presente edital vimos Cientificar o(s) mutuário(s) abaixo, devido decurso de prazo para purgação de débito, a realização da hasta pública do IMÓVEL: AVENIDA RAIMUNDO PEREIRA DE MAGALHÃES, Nº 1652 (ATUAL Nº 1.720 NÃO OFICIAL), APARTAMENTO Nº 14, TIPO B, LOCALIZADO NO 1º ANDAR DO EDIFÍCIO SAFIRA, BLOCO 14 DO CONDOMÍNIO ESPECIAL "PROJETO BANDEIRANTE", 31º SUBDISTRITO-PIRITUBA, SÃO PAULO/SP.

Primeiro público leilão foi realizado em 10/03/2020
Segundo público leilão: 31/05/2021 a partir das 10:00 as 10:15 horas

Local: Em frente à agência da Caixa Econômica Federal – AG. ESTADOS UNIDOS COD. 2887 – RUA ESTADOS UNIDOS, Nº 1898, JARDIM AMERICA, SÃO PAULO/SP. Credor Hipotecário: EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA

Mutuário(s):
ANTONIO EDUARDO SAMPAIO, BRASILEIRO, CASADO, PROFESSOR, RG. 7.649.601-SP, CPF: 010.343.118-75.

Informações nos telefones 11-97334-6595 e 11-2791-2274. ENDEREÇO DO LEILOEIRO: Avenida Calim Eid, nº 2842, Sala 08, Vila Ré, São Paulo/SP. E-mail: fabianasilva@afdsp.com.

Granado começa a campanha pelo título mundial da Moto-E

Recorde registrado pelo brasileiro é a referência para os pilotos que disputam a primeira etapa

Depois do Campeonato Espanhol de Superbike, no qual estreou bem com um pódio na primeira etapa, o brasileiro Eric Granado volta à pista de Jerez de la Frontera para mais um grande desafio. Defendendo a One Racing Energy, sua nova equipe para 2021, Granado disputará o Mundial de Moto-E, que realiza sua prova inaugural neste domingo, com transmissão ao vivo pelos canais Fox Sports.

"Fizemos uma ótima pré-temporada. Estivemos entre os mais rápidos constantemente e isso nos dá motivação e confiança para essa estreia", diz Granado, que durante os testes coletivos do dia 14 de abril cravou o recorde para os 4.228 metros do traçado em 1min47s065. "Foi legal por que eu e a equipe trabalhamos bem desde os primeiros dias e chegamos ao final dos testes coletivos com a melhor marca. Mas o importante é o que está por vir, no domingo que vem, com a disputa da primeira etapa", disse o brasileiro.

Foto/ Jesus Robledo

Treinos oficiais – Em 2020, Granado venceu a etapa inaugural do campeonato, também em Jerez, pista situada na Andaluzia, região ao sul da Espanha. "É um traçado ao qual eu me adapto muito bem", diz ele. "É também a pista mais conhecida pelas equipes da categoria, pois realizamos nossos testes lá. Nesta sexta-feira teremos os primeiros treinos oficiais para a primeira corrida do ano. A partir daí as coisas vão se definir melhor e vamos começar a saber quem é quem nessa temporada. Tem muita gente boa no grid, desde alguns pilotos experientes e outros novatos de muita qualidade. Eu e a minha equipe nos preparamos muito bem. Estamos prontos. Agora é entrar na pista e acelerar", completa o representante do Brasil no Mundial de Moto-E.

Eric Granado compete no Mundial com apoio de Oakley, Shark, CrossFox, Thinkers, GoPro, Alpinestars, Orbea, Marazul, Edge Life Sports e Frota Assessoria.

Sigma P1 inicia busca pelo título de casa nova e com novidades no carro

Carro de Jindra Kraucher e Aldo Piedade Jr. será operado pela equipe FTR e passou por atualizações de câmbio, motor, freios e aerodinâmica para tentar vencer o campeonato

Foto/ Wilton Inácio

Jindra *e Aldo*

A equipe Sigma P1 começa neste fim de semana sua campanha em busca do título do Império Endurance Brasil em 2021. A etapa de abertura do campeonato acontece em Goiânia (GO) e o time confirmou presença com seu mais recente modelo na categoria P2, uma das classes voltadas aos protótipos. A estreia será repleta de novidades: neste ano, a estrutura da equipe passa a ser operada pela FTR Motorsports. Já o carro a ser utilizado será o modelo com motor quatro cilindros turbo de projeto próprio e que, além do motor, recebeu atualizações nos freios, aerodinâmica e câmbio, que será idêntico ao usado na categoria americana Indy Lights.

Nas palavras do piloto Jindra Kraucher, o time realizou testes na pré-temporada em que correções importantes para a melhoria do desempenho puderam ser realizadas. "Este é o nosso chassis mais novo, que contorna muito melhor do que o antigo. Adoro Goiânia, é um circuito maravilhoso e prazeroso de guiar. Acho que vamos estar muito bem com esse carro, que tem um bom contorno para curvas de alta e média velocidade", seguiu o paulista, que aproveitou para elogiar o time que passará a operar as atividades do Sigma. "Estamos com um time novo, a FTR, com pessoas muito competentes e determinadas, o que nos enche de motivação para fazer uma boa temporada", avaliou.

Para a disputa da temporada, Kraucher terá novamente a companhia de Aldo Piedade Jr., que se disse ansioso para andar pela primeira vez no carro com as atualizações realizadas. "Os engenheiros fizeram um upgrade completo e isso já demonstrou resultados na pista, o que é o mais importante", assinalou Piedade. "Não vamos com a configuração completa ainda para essa prova. Se tudo der certo, pretendemos estreá-la em Interlagos e acredito que aí vamos ficar ainda melhores. Para essa prova, vamos com cautela, mas a equipe está de parabéns e muito motivada, não vejo a hora de começar", encerrou ele, confiante.

Conforme um dos criadores dos modelos Sigma, o engenheiro Pedro Fetter, o primeiro modelo Sigma P1, com motor V8 e utilizado na última temporada, também deve vir para a pista em 2021 e poderá estrear na segunda ou terceira etapa do campeonato. Já a primeira etapa do Império Endurance Brasil no ano ocorre neste sábado (1º), com largada às 13h. A prova terá transmissão ao vivo no canal de TV por assinatura Bandsports e no canal oficial da categoria no YouTube.

Marcelo Henriques inicia sua terceira temporada na GT Sprint Race Brasil

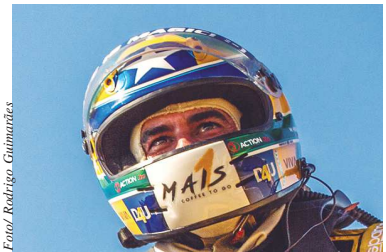
O piloto Marcelo Henriques (Mais1 Café, D4U Law Group, Action 360) começa, neste fim de semana, em Mogi das Guaçu (SP), sua terceira temporada na GT Sprint Race Brasil, uma das mais importantes competições do automobilismo nacional. Atual campeão da PROAM, ele e o companheiro de equipe, Alex Seid, preparam-se para mais um desafio: participar da categoria PRO, na qual estão os principais nomes do campeonato. A etapa de abertura será no circuito de Velocitta, no interior paulista, sendo a primeira das nove previstas para 2021.

A estreia em uma nova categoria é, sem dúvida, mais um grande motivador. Porém, o piloto sabe que a responsabilidade também aumenta em razão do nível dos adversários. "Sempre que muda o ano, as alterações entre os pilotos são muitas. A gente nunca sabe onde vai se colocar no grid. Vamos, mais uma vez, tentar dar o máximo em cada etapa, buscando uma boa classificação nas provas e no campeonato. Mas, uma coisa é fato: o nível dos pilotos aumenta e precisamos acompanhar essa evolução, trabalhando sempre para melhorar", afirma Marcelo.

Marcelo ressalta ainda o crescimento da categoria. "A GT Sprint Race está em plena ascensão e melhorando em vários aspectos. Para a gente é muito importante respirar junto essa evolução, pois auxilia no crescimento técnico e possibilita uma maior visibilidade para os patrocinadores. Será, certamente, um campeonato maior que o ano passado", explica.

Por falar em patrocinadores, o piloto mineiro comemora a manutenção dos apoiadores do ano passado. "Conseguimos renovar com os parceiros de 2020 e isso mostra que estamos fazendo bem o nosso trabalho. Esse reconhecimento dá mais tranquilidade e incentiva a buscar ainda mais conquistas dentro da categoria", detalha.

Marcelo fará a prova de abertura em um dos seus traçados preferidos. A programação oficial no Velocitta começará nesta sexta (30), com os treinos extras. No sábado será a vez dos treinos oficiais e classificatórios para as duas provas de domingo, marcadas para as 9h e 12h20, respectivamente. A primeira corrida será exibida no YouTube (youtube.com/acelerados) e a segunda no YouTube (youtube.com/acelerados e acelerados) e no BandSports.



Foto/ Rodrigo Guimarães

Marcelo *Henriques*

Seleção Masculina: Equipe conclui primeiro bloco de 10 dias de treinamento

Com 18 atletas à disposição e período maior dentro do CDV, equipe reforça preparação para a Liga das Nações 2021

Foto/Divulgação

A seleção brasileira masculina de vôlei encerrou na quinta-feira (29) o primeiro bloco de 10 dias de treinamentos no Centro de Desenvolvimento de Voleibol (CDV), em Saquarema (RJ). O grupo, atualmente formado por 18 atletas, teve um período maior de treinamento em virtude da pandemia da COVID-19 e, seguindo protocolo de segurança e na busca por manter um sistema controlado, passou 10 dias seguidos no centro de treinamento – diferente do esquema de folga todos os finais de semana, como de costume.

Com o técnico Renan ainda ausente em recuperação da COVID-19, o comando do grupo fica a cargo dos assistentes Ricardo Tabach e Carlos Schwanke. Os treinadores, que já trabalhavam com os levantadores Fernando Cachopa e Carísio, os opostos Wallace e Alan, o central Isac, os ponteiros Vaccari e Rodriguinho e o central Flávio, passaram a contar na segunda-feira (26.04) com o levantador Bruninho, o oposto Felipe Roque, os centrais Maurício Souza, Lucão e Matheus Pinta, os ponteiros Douglas, João Rafael e Maurício Borges e os líberos Thales e Maique.

Segundo o assistente técnico, Tabach, a chegada dos novos atletas permite que o trabalho seja ainda mais intensificado.

"Estávamos com alguns convocados e mais cinco atletas que vieram como convidados e com a chegada dos jogadores que disputaram a final da Superliga, passamos a ter um grupo maior para trabalhar. Todos chegaram em um bom ritmo, justamente porque tiveram um intervalo de cerca de uma semana apenas, e isso é importante no processo de preparação. Apesar do período curto de folga, todos tiveram a responsabilidade de se cuidar fisicamente e também se apresentaram muito motivados", disse Tabach.

Carlos Schwanke também está entusiasmado e tem muito a elogiar, incluindo também o início do trabalho com os jovens que estiveram em Saquarema como convidados – os ponteiros Adriano e Maicon, o oposto Darlan, o central Léo e o líbero Alexandre.

"Encontrar a nova geração foi muito interessante. Observamos grandes potenciais para o futuro e isso nos deixa feliz. O empenho de todos eles desde o primeiro dia em absorver todo o treinamento, tudo que passamos para eles, foi muito bacana. Depois, entramos em uma nova fase, com a chegada dos convocados", disse Schwanke, sobre os 10 finalistas da Superliga Banco do Brasil do EMS Taubaté Funvic (SP) e do Minas Tênis Clube (MG).

"É um ano importante depois de um ano sem competições internacionais, e vemos nos olhos deles a gana desde o primeiro dia. Notamos os mais velhos querendo muito e os mais novos se espelhando e querendo dar ainda mais. Todos estão se doando ao máximo e isso é muito importante para nós, os técnicos que estamos tocando os treinamentos, porque não é preciso fazer força. Só comandamos e eles deixam os treinos maravilhosos", complementou Carlos Schwanke.

A Liga das Nações será realizada em sistema de bolha anunciada pela Federação Internacional de Voleibol (FIVB) na cidade de Rimini, na Itália, em ambos os naipes. A competição acontecerá entre os dias 25 de maio e 27 de junho. O objetivo da entidade máxima do voleibol é permitir que as equipes joguem as partidas em total segurança durante todo o período do evento.

Na última edição do evento disputada em 2019, o Brasil ficou com a medalha de prata no feminino e em quarto lugar no masculino. *O Banco do Brasil é o patrocinador oficial do voleibol brasileiro*

Weal
PRODUTOS DE BEM ESTAR
DISTRIBUIDOR AUTORIZADO
eko'7
DIGA SIM À VIDA

Para você que sofre de insônia, enxaqueca, dores nas costas e deseja melhor noite de sono, melhor qualidade de vida e saúde através do desenvolvimento sustentável de produtos que promovem bem-estar para pessoas que buscam longevidade, nós temos uma solução para lhe oferecer.

(11) 99653-7522

InterCement BRASIL

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 62.258.884/0001-36

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da InterCement apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas preparadas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. Após a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a administração identificou ajustes e reclassificações que afetam os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como as demonstrações do resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas. Consequentemente, a Companhia está reapresentando as demonstrações financeiras compreendendo esses exercícios de acordo com o previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo reapresentadas também, para apresentar a demonstração do valor adicionado e para o aprimoramento de certas divulgações nas notas explicativas

I. Mensagem da Administração: Em 2020 iniciou-se uma das maiores pandemias já vistas, com impactos expressivos na vida das pessoas e empresas. Esse período foi, e está sendo, de muito aprendizado, adaptações e transformações. A Companhia atuou rapidamente para se adaptar ao contexto, sensibilizou com o momento ímpar e tomou ações para proteger seu principal ativo: as PESSOAS. A InterCement desenvolveu uma metodologia interna para a gestão desse cenário onde comitês foram estabelecidos. Foram criadas diversas ações nas unidades fabris e escritórios para mitigar o risco de contaminação e auxiliar os profissionais e seus familiares com suporte médico/hospitalar. Além das ações internas, a Companhia também contribuiu com as comunidades locais, através de campanhas de conscientização e doações. Com todo esse contexto de incertezas e expectativas de forte redução no nível da atividade econômica brasileira e mundial, a Companhia implementou importantes ações para preservar caixa e resultado. Apesar do cenário adverso, ocorreu uma recuperação na demanda de cimento ao longo do ano, crescendo 11% em 2020 comparado com 2019, segundo o Sindicato Nacional da Indústria do Cimento ("SNIC"). Em um ano atípico que exigiu muita criatividade e esforço, a Companhia fomentou a gestão participativa e inclusiva, acreditando que esse é o caminho para atingir grandes resultados. Além de avançar com o processo de transformação digital, realizar inúmeros eventos virtuais para os colaboradores, voltados principalmente para temas de saúde, segurança, meio ambiente, comunicação e liderança. Reforçou também o programa Amigo Construtor, um portal dedicado à comunicação e o relacionamento da empresa com os profissionais da construção. Ao longo de 2020, a Companhia desenvolveu diversos projetos com o objetivo de quebrar paradigmas, agregar valor e apoiar a transformação cultural, dentre os quais, destacam-se o "+20em20", que envolveu todas as áreas da Companhia e tinha o principal objetivo de criar a cultura de superação de resultados, o Fabrica Forte, que tem os conceitos da indústria 4.0 e alcançou todas as unidades, o ProcureCement com foco em melhorar os processos de Suprimentos e o Engrenagem na área Comercial, que vem direcionando a estratégia de go to Market da nossa Companhia. Apesar de um ano muito complexo, o EBITDA Ajustado da InterCement cresceu 153% em 2020, quando comparado a 2019. O Fluxo de Caixa Livre foi de R$434 milhões, superior ao ano anterior em R$ 710 milhões. Continuamos em busca de solidificar a cada dia os conceitos de indústria sustentável, melhoria continua e transformação digital, entendemos que dessa forma agregaremos valor a todos Stakeholders.

A Administração

II. Principais Indicadores Consolidados

INDICADORES		Consolidado		
(R$ milhões)	12M20	12M19 (reapresentado)	Variação%	12M18 (reapresentado)
Receita líquida de vendas	2.403	1.894	27%	1.807
Custo das vendas e dos serviços	(2.104)	(1.876)	12%	(1.933)
Lucro (prejuízo) bruto	299	17	1.641%	(127)
Ebitda	566	144	293%	(82)
Ebitda ajustado	683	270	153%	57
Resultado financeiro	(198)	(282)	-30%	(241)
Lucro líquido	(24)	(481)	-95%	(623)
Fluxo de caixa livre	434	(276)	257%	273
Dívida líquida	1.330	1.545	-14%	1.977
Dívida líquida sobre Ebitda ajustado	1,9	5,7	-66%	34,4
Margem %	**12M20**	**12M19 (reapresentado)**	**Variação%**	**12M18 (reapresentado)**
Bruta	12%	1%	11,5 *p.p*	-7%
Ebitda	24%	8%	16,0 *p.p*	-5%
Ebitda ajustado	28%	14%	14,2 *p.p*	3%
Líquida	-1%	-25%	24,4 *p.p*	-34%

III. Desempenho Econômico-Financeiro:

1. Receita líquida: A InterCement cresceu a receita líquida 27% em 2020. A Companhia concretizou ações importantes para atingir essa performance, implementou o projeto Engrenagem *(go to market)*, buscou canais e clientes mais rentáveis e atingiu crescimento sustentável de pulverização de clientes.

2. Custo das vendas e dos serviços: Os custos do ano de 2020 comparados com 2019 cresceram 12% em valores absolutos e 4% em valores unitários, ante uma inflação medida pelo IGPM de 23,14% em 2020. A pandemia impactou significativamente na cadeia produtiva das indústrias, aumentando os custos das matérias-primas e serviços. Outro fator importante foi a desvalorização do Real frente o Dólar nesse mesmo período, elevando os custos dos combustíveis importados. Além destes fatores, a Companhia constituiu provisão de R$ 124 milhões referente a estoque de matéria-prima obsoleto e outros.

3. Lucro (prejuízo) bruto: O lucro bruto da Companhia cresceu 1.641% em 2020. O principal motivo foi o crescimento da receita líquida ter atingido patamares superiores ao crescimento dos custos.

4. Ebitda e Ebitda Ajustado: O EBITDA de 2020 foi de R$ 566 milhões, 292% acima em relação ao ano de 2019 (R$ 144 milhões). O EBITDA Ajustado foi de R$ 683 milhões, 153% acima em relação ao ano de 2019 (R$ 270 milhões).

EBITDA AJUSTADO - RECONCILIAÇÃO DOS ITENS	Consolidado			
(R$ milhões)	12M20	12M19 (reapresentado)	Variação%	12M18 (reapresentado)
Resultado Líquido (LL)	**(24)**	**(481)**	**95%**	**(623)**
Impostos	**12**	–	11030%	55
Resultado Financeiro	**198**	282	-30%	241
Depreciação/Amortização	**380**	344	11%	245
EBITDA	**566**	**144**	**292%**	**(82)**
Itens reconciliados para EBITDA Ajustado	**117**	**126**	**-7%**	**140**
Venda crédito de impostos	**(18)**	63	-128%	(134)
Provisão imobilizado (unidades hibernadas)	**1**	49	-98%	186
Provisão/Baixa perda de estoques	**110**	–	0%	64
Despesas COVID-19	**13**	–	0%	–
Outras provisões	**11**	14	-20%	24
EBITDA Ajustado	**683**	**270**	**153%**	**57**

5. Resultado financeiro líquido: Em 2020, o resultado financeiro líquido foi negativo em R$ 198,4 milhões, sendo R$ 83,3 milhões melhor que o obtido em 2019 R$ 281,8 milhões, principalmente devido a redução da taxa de juros Selic.

6. Lucro líquido do exercício: Em 2020, o resultado líquido foi de (-R$ 24,2 milhões), aumento de 95,0% vs. 2019 (-R$ 481 milhões).

7. Geração de Caixa: Em 2020, o caixa gerado nas atividades operacionais foi de R$ 761 milhões, em comparação com R$ 11 milhões em 2019. O aumento foi impulsionado pela melhora na receita operacional, gestão do capital de giro e venda de crédito de impostos. O fluxo de caixa livre foi de R$ 434,5 milhões, sendo R$ 158,9 milhões acima em relação ao ano anterior. O crescimento se deu através do caixa gerado pelas atividades operacionais e menor pagamento de juros. Os juros pagos no período totalizaram R$ 120 milhões, redução de R$48 milhões em comparação aos R$ 169 milhões pagos em 2019, em função das menores taxas de juros. Em 2020, a Companhia fez um reperfilamento de sua dívida, com emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações. Os recursos provenientes dessa emissão foram convertidos integralmente para liquidação das debêntures de primeira e segunda emissão e para pagamento de outros empréstimos e financiamentos que possuíam prazos de vencimento inferiores à captação realizada.

FLUXO DE CAIXA	Consolidado			
(R$ milhões)	12M20	12M19 (reapresentado)	Variação %	12M18 (reapresentado)
EBITDA Ajustado	**683**	270	153%	57
Redução (aumento) ativos/passivos operacionais	**199**	(36)	650%	(15)
Outros	**(121)**	(122)	1%	(63)
Atividades Operacionais	**761**	**111**	**584%**	**(21)**
Juros pagos	**(120)**	(169)	29%	(192)
Pagamento de impostos	**(6)**	(6)	-7%	(6)
Fluxo de Caixa antes dos Investimentos	**635**	**(63)**	**1.101%**	**(220)**
CAPEX	**(213)**	(226)	6%	(59)
Venda de ativos/outros	**13**	14	-7%	6
Fluxo de Caixa Livre	**434**	**(276)**	**258%**	**(273)**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**1.678**	–	0%	–
Pagamentos empréstimos, financiamentos e debêntures	**(1.875)**	(234)	-700%	(355)
Aumentos/reduções de Capital	**–**	900	-100%	63
Dividendos	**(68)**	(74)	8%	(83)
Outras atividades de investimentos	**(124)**	(117)	-6%	611
Variação caixa, equivalentes de caixa e títulos	**45**	**199**	**-77%**	**(38)**
Caixa, equivalentes de caixa e títulos no final do período	**425**	**381**	**12%**	**181**

9. Investimentos (Imobilizado e Intangível): O valor dos investimentos em imobilizado e intangível de 2020 em relação a 2019 recuou 5%. Foi um ano de grande incerteza, exigiu cautela e eficiência em relação aos investimentos. Os investimentos em sustentabilidade das operações e segurança do trabalho representaram 90% do montante total, existe um robusto processo de priorização dos investimentos que visa manter a competitividade e elevar o nível de eficiência dos processos fabris, além de garantir a realização das adequações de segurança e proteção ao meio ambiente.

10. Auditores independentes - Instrução CVM 381/03: Com o objetivo de atender à Instrução CVM nº 381/2003, a InterCement Brasil S.A. informa que utilizou os serviços de auditoria independente da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (EY), para revisão especial de suas informações trimestrais e auditoria de suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. No decorrer deste exercício, a EY não realizou outros serviços relacionados a consultorias ou assessorias. A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

IV. Desenvolvimento Sustentável: 1. Meio Ambiente: A InterCement trata o tema meio ambiente como prioridade, garantindo o processo de produção de cimento aderente aos requisitos e as condicionantes ambientais. Em 2020 foram realizados investimentos em diversas ações para tornar nossa indústria cada dia mais sustentável. **2. Segurança do Trabalho:** Motivado pelo compromisso e valor inegociável com a vida, a InterCement define anualmente ações dentro da Governança de Saúde e Segurança do Trabalho para reforçar o cuidado e a valorização à vida de cada colaborador, na busca pelo ZERO Acidentes. Suportado por um sistema de gestão alinhado às melhores práticas de mercado, a área de Segurança do Trabalho avançou em 2020 com o objetivo de aumentar a efetividade da atuação em campo, por meio da digitalização dos processos e de uma governança integrada. **3. Social:** A InterCement tem convicção de que seu papel junto às comunidades onde está presente vai muito além da geração de valor na economia local: é contribuir para a transformação cultural, social e econômica de realidades, com resultados positivos para a comunidade e para os negócios. Essa é a razão pela qual o Instituto InterCement trabalha para a construção de um mundo melhor, apoiando as potencialidades dos territórios na promoção do desenvolvimento comunitário.

V. Recursos Humanos: A InterCement considera as pessoas o seu principal ATIVO. O respeito às particularidades do indivíduo é o pilar da relação com nossos colaboradores. Uma área específica de Diversidade e Inclusão foi criada, com intuito de aprofundar a cada dia em temas relacionados e prestar da melhor maneira possível esse tipo de auxílio aos colaboradores. Durante a pandemia foram realizados diversos treinamentos virtuais, tanto técnicos, quanto comportamentais, além da abordagem de diversos temas em palestras. Para adaptar ao contexto da pandemia, a InterCement contratou o serviço de telemedicina, com objetivo de reduzir a exposição dos profissionais.

VI. Demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas Anexo I - InterCement Brasil S.A. e Controladas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de Dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2020	31/12/2019 (reapresentado)	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)	Consolidado 31/12/2020	31/12/2019 (reapresentado)	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Ativo									
Ativo circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	4	**357.687**	342.011	170.129	204.897	**425.096**	379.881	181.088	210.187
Títulos e valores mobiliários	5	**–**	1.000	–	118.562	**–**	1.000	–	118.562
Contas a receber de clientes	6	**155.878**	43.783	40.172	36.020	**156.420**	43.631	39.654	35.594
Estoques	7	**347.444**	323.696	419.739	442.761	**341.249**	301.545	389.348	419.546
Impostos a recuperar	8	**39.347**	74.184	61.493	56.257	**40.265**	75.152	62.415	57.382
Outros ativos		**37.702**	40.763	64.101	32.461	**37.680**	39.976	64.667	33.309
Total do ativo circulante		**938.058**	825.437	755.634	890.958	**1.000.710**	841.185	737.172	874.580
Ativo não circulante									
Títulos e valores mobiliários	5	**5.349**	4.550	4.550	4.671	**6.298**	5.753	5.935	8.151
Contas a receber de clientes	6	**3.635**	1.877	2.890	4.155	**3.635**	1.877	2.890	4.155
Partes relacionadas	21	**25.100**	26.100	4.300	5.850	**25.200**	26.200	4.400	5.950
Estoques	7	**–**	86.876	69.296	40.288	**–**	86.876	69.296	40.288
Impostos a recuperar	8	**48.970**	137.238	264.350	9.671	**48.970**	137.238	264.350	9.671
Depósitos judiciais	18	**67.608**	70.826	73.897	72.613	**67.623**	70.968	74.022	72.728
Instrumentos financeiros derivativos	31.4	**24.705**	16.612	14.926	26.555	**24.705**	16.612	14.926	26.555
Outros ativos		**30.278**	50.284	32.307	36.494	**31.430**	51.435	33.346	38.675
Propriedade para Investimentos	10	**2.561**	4.782	9.623	17.157	**2.561**	4.782	9.623	17.157
Investimentos:									
Em controladas	9	**259.075**	244.055	289.935	254.029	**–**	–	–	–
Outros	9	**–**	–	–	265	**8**	8	8	8
Imobilizado	11	**1.747.282**	1.665.428	1.683.031	1.938.619	**2.010.050**	1.943.824	2.013.592	2.283.940
Direito de uso em arrendamentos	13.1	**224.663**	245.949	–	–	**224.727**	246.040	–	–
Intangível:									
Ágio	12	**301.312**	301.312	301.312	301.312	**301.312**	301.312	301.312	301.312
Outros intangíveis	12	**115.942**	167.672	190.810	144.519	**142.556**	194.328	215.693	169.520
Total do ativo não circulante		**2.856.480**	3.023.561	2.941.227	2.856.198	**2.889.075**	3.087.253	3.009.393	2.978.110
Total do ativo		**3.794.538**	3.848.998	3.696.861	3.747.156	**3.889.785**	3.928.438	3.746.565	3.852.690

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2020	31/12/2019 (reapresentado)	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)	Consolidado 31/12/2020	31/12/2019 (reapresentado)	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Passivo e patrimônio líquido									
Passivo circulante									
Fornecedores	14	**407.544**	299.392	447.618	318.057	**394.216**	284.943	400.039	282.498
Debêntures	16	**–**	719.975	469.743	419.482	**–**	719.975	469.743	419.482
Empréstimos e financiamentos	15	**13.667**	13.883	13.719	328.305	**13.667**	13.883	13.719	333.967
Juros a pagar	15 e 16	**6.108**	33.117	65.662	92.573	**6.108**	33.117	65.662	92.595
Impostos e obrigações a pagar	17	**160.442**	138.248	154.382	95.421	**164.084**	141.506	160.091	99.382
Salários e encargos sociais		**71.581**	45.206	49.264	52.146	**71.755**	45.343	49.398	52.281
Dividendos a pagar		**–**	–	–	128.550	**6.845**	–	–	143.180
Adiantamentos de clientes		**7.060**	8.629	6.953	8.523	**7.086**	8.599	6.827	8.530
Partes relacionadas	21	**67.877**	46.890	54.910	437.274	**67.877**	46.890	54.910	437.274
Passivos de arrendamento	13.2	**110.882**	112.247	–	–	**110.908**	112.275	–	–
Outras obrigações		**45.225**	39.091	33.435	31.275	**45.240**	38.830	33.301	29.229
Total do passivo circulante		**890.386**	1.456.678	1.295.686	1.911.606	**887.786**	1.445.361	1.253.690	1.898.418
Passivo não circulante									
Debêntures	16	**1.700.161**	940.656	1.410.631	1.680.269	**1.700.161**	940.656	1.410.631	1.680.269
Empréstimos e financiamentos	15	**40.918**	251.888	263.873	75.675	**40.918**	251.888	263.873	75.675
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	**66.168**	19.845	30.585	44.604	**66.898**	20.479	31.280	45.312
Provisão para reconstituição ambiental e descomissionamento de ativos	19	**23.677**	22.288	27.616	63.608	**23.677**	22.288	27.616	63.608
Impostos e obrigações a pagar	17	**62.789**	26.096	15.576	18.134	**62.789**	26.096	15.576	18.134
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	**159.956**	161.106	160.404	159.132	**159.956**	161.106	160.404	159.132
Passivos de arrendamento	13.2	**131.777**	143.291	–	–	**131.815**	143.354	–	–
Instrumentos financeiros		**–**	–	1.346	–	**–**	–	1.346	–
Outras obrigações		**81.302**	89.313	99.891	33.218	**118.649**	121.551	131.580	64.676
Total do passivo não circulante		**2.266.748**	1.654.483	2.009.922	2.074.640	**2.304.863**	1.687.418	2.042.306	2.106.806
Patrimônio líquido									
Capital social	22	**2.865.528**	2.865.528	1.965.528	786.644	**2.865.528**	2.865.528	1.965.528	786.644
Reservas de lucros		**–**	–	748.450	639.358	**–**	–	748.450	639.358
Reservas de incentivos fiscais		**117.619**	117.619	117.619	117.619	**117.619**	117.619	117.619	117.619
Ajustes de avaliação patrimonial		**92**	92	92	92	**92**	92	92	92
Prejuízos acumulados		**(2.345.835)**	(2.245.402)	(2.440.436)	(1.782.803)	**(2.345.835)**	(2.245.402)	(2.440.436)	(1.782.803)
Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora		**637.404**	737.837	391.253	(239.090)	**637.404**	737.837	391.253	(239.090)
Participação não controladores		**–**	–	–	–	**59.732**	57.822	59.316	86.556
Total do patrimônio líquido		**637.404**	737.837	391.253	(239.090)	**697.136**	795.659	450.569	(152.534)
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.794.538**	3.848.998	3.696.861	3.747.156	**3.889.785**	3.928.438	3.746.565	3.852.690

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros transações com acionistas	Reservas de incentivos fiscais	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Atribuível a proprietários da controladora	Participação não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2018 (reapresentado)		786.644	639.358	117.619	92	(1.782.803)	(239.090)	86.556	(152.534)
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	(657.633)	(657.633)	34.977	(622.656)
Aumento de capital	22 (b)	1.178.884	–	–	–	–	1.178.884	–	1.178.884
Dividendos pagos	22	–	–	–	–	–	–	(68.302)	(68.302)
Ganhos com alienação de participação em controladoria	22 (c)	–	29.403	–	–	–	29.403	1.676	31.079
Ganhos com transações com acionistas	22 (d)	–	84.098	–	–	–	84.098	–	84.098
Perda na variação de participação	9	–	(4.409)	–	–	–	(4.409)	4.409	–
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)		1.965.528	748.450	117.619	92	(2.440.436)	391.253	59.316	450.569
Absorção de prejuízos acumulados		–	(748.450)	–	–	748.450	–	–	–
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	(553.416)	(553.416)	72.414	(481.002)
Aumento de capital	22 (a)	900.000	–	–	–		900.000	–	900.000
Dividendos pagos	22	–	–	–	–	–	–	(73.908)	(73.908)
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)		**2.865.528**	**–**	**117.619**	**92**	**(2.245.402)**	**737.837**	**57.822**	**795.659**
Prejuízo do exercício		**–**	**–**	**–**	**–**	**(98.790)**	**(98.790)**	**74.629**	**(24.161)**
Dividendos pagos e propostos	22	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(74.828)**	**(74.828)**
Aumento de capital		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**466**	**466**
Perdas com participação em controlada	22 (e)	**–**	**–**	**–**	**–**	**(1.643)**	**(1.643)**	**1.643**	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**2.865.528**	**–**	**117.619**	**92**	**(2.345.835)**	**637.404**	**59.732**	**697.136**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidada

continua

InterCement BRASIL

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 62.258.884/0001-36

continuação

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais - R$, exceto o prejuízo por ação, em reais)

	Nota explicativa	Controladora 2020	Controladora 2019 (reapresentado)	Controladora 2018 (reapresentado)	Consolidado 2020	Consolidado 2019 (reapresentado)	Consolidado 2018 (reapresentado)
Receita líquida	24	**2.413.713**	1.905.624	1.819.492	**2.402.608**	1.893.597	1.806.582
Custo das vendas e dos serviços	25	**(2.224.459)**	(1.987.668)	(2.041.455)	**(2.104.071)**	(1.876.454)	(1.933.170)
Lucro (prejuízo) bruto		**189.254**	(82.044)	(221.963)	**298.537**	17.143	(126.588)
Receitas (despesas) operacionais							
Despesas administrativas e comerciais	25	**(211.168)**	(196.067)	(184.842)	**(217.699)**	(202.722)	(191.105)
Equivalência patrimonial	9	**15.119**	10.447	43.315	**–**	–	–
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	**105.428**	(12.784)	(9.697)	**105.336**	(13.765)	(9.687)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos		**98.633**	(280.448)	(373.187)	**186.174**	(199.344)	(327.380)
Resultado financeiro							
Variação cambial	26	**(23.159)**	(5.019)	(97.768)	**(23.154)**	(5.018)	(97.896)
Receitas financeiras	26	**43.816**	53.211	131.789	**45.092**	54.527	132.892
Despesas financeiras	26	**(211.849)**	(327.030)	(269.302)	**(220.359)**	(331.277)	(275.606)
(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**(92.559)**	(559.286)	(608.468)	**(12.247)**	(481.112)	(567.990)
Imposto de renda e contribuição social	23	**(6.231)**	5.870	(49.165)	**(11.914)**	109	(54.666)
Prejuízo do exercício		**(98.790)**	(553.416)	(657.633)	**(24.161)**	(481.003)	(622.656)
(Prejuízo) atribuído a Controladora		**(98.790)**	(553.416)	(657.633)	**(98.790)**	(553.416)	(657.633)
Não controladores		**–**	–	–	**74.629**	72.413	34.977
Prejuízo por ação							
Básico/diluído por ação ON - R$	28	**(0,04)**	(0,29)	(0,76)	**(0,04)**	(0,29)	(0,76)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora 2020	Controladora 2019 (reapresentado)	Controladora 2018 (reapresentado)	Consolidado 2020	Consolidado 2019 (reapresentado)	Consolidado 2018 (reapresentado)
(Prejuízo) do exercício	**(98.790)**	(553.416)	(657.633)	**(24.161)**	(481.003)	(622.656)
Outros resultados abrangentes	**–**	–	–	**–**	–	–
Resultado abrangente total do período	**(98.790)**	(553.416)	(657.633)	**(24.161)**	(481.003)	(622.656)
Resultado abrangente atribuível a						
Participação controladora	**(98.790)**	(553.416)	(657.633)	**(98.790)**	(553.416)	(657.633)
Participação não controladores	**–**	–	–	**74.629**	72.413	34.977

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora 2020	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2020	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receitas						
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	**3.200.590**	2.565.664	2.458.326	**3.201.418**	2.567.005	2.458.634
Outras receitas	**70.297**	69.527	202.098	**70.323**	69.525	202.080
Provisão para perdas de crédito esperada	**1.413**	(1.808)	(6.259)	**1.413**	(1.808)	(6.259)
	3.272.300	2.633.383	2.654.165	**3.273.154**	2.634.722	2.654.455
Insumos adquiridos de terceiros						
Produtos, mercadorias e serviços adquiridos	**(1.818.388)**	(1.607.620)	(1.704.905)	**(1.815.316)**	(1.595.162)	(1.689.816)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(411.137)**	(453.651)	(419.141)	**(275.670)**	(338.365)	(306.786)
Perda e recuperação de valores ativos	**81.876**	34.527	(166.013)	**81.876**	27.618	(166.013)
	(2.147.649)	(2.026.744)	(2.290.059)	**(2.009.110)**	(1.905.909)	(2.162.615)
Valor adicionado bruto	**1.124.651**	606.639	364.106	**1.264.044**	728.813	491.840
Depreciação, amortização e exaustão	**(355.891)**	(327.006)	(220.646)	**(379.832)**	(343.618)	(245.020)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	**768.760**	279.633	143.460	**884.212**	385.195	246.815
Valor adicionado recebido em transferência						
Resultado de equivalência patrimonial	**15.119**	10.446	43.316	**–**	–	–
Receitas financeiras	**40.804**	53.211	131.789	**42.080**	54.527	132.892
	55.923	63.657	175.105	**42.080**	54.527	132.892
Valor adicionado total a distribuir	**824.683**	343.290	318.565	**926.292**	439.722	379.707
Distribuição do valor adicionado	**824.683**	343.290	318.565	**926.292**	439.722	379.707
Pessoal e encargos	**262.734**	250.648	260.355	**263.313**	251.186	261.236
Impostos, taxas e contribuições	**422.991**	307.388	344.922	**440.846**	326.617	363.719
Juros, aluguéis e outras despesas operacionais	**237.748**	338.670	370.921	**246.294**	342.922	377.408
Prejuízos retidos	**(98.790)**	(553.416)	(657.633)	**(98.790)**	(553.416)	(657.633)
Participação dos não controladores nos lucros retidos	**–**	–	–	**74.629**	72.413	34.977

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS CONDENSADAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 de Dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional: A InterCement Brasil S.A. ("Companhia" ou "Grupo InterCement Brasil") está domiciliada na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 13º andar, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, Brasil. A Companhia tem como controladora final a InterCement Participações S.A., através da Intercement Trading e Inversiones S.A.. O Grupo InterCement Brasil possui 15 fábricas de cimento, 19 usinas de concreto e 02 unidades de agregados, todas localizadas no Brasil. Adicionalmente, a Companhia possui participações societárias em geradoras de energia elétrica na modalidade de autoprodutor. Em função de prejuízos operacionais recentes, desde o final de 2017, a Administração da Companhia e seus controladores efetuaram várias ações para reforçar o caixa e patrimônio líquido da Companhia. Em 8 de junho de 2020, a Companhia concluiu a emissão de debêntures no valor de R$1.700.161, sendo o primeiro pagamento em junho de 2023 e o último em junho de 2027. O processo foi integralmente encaminhado para o pré-pagamento de dívidas existentes. Essa operação liberou da parcela circulante da Companhia o montante de aproximadamente R$700.000. Durante o exercício de 2019 e 2018 a Companhia obteve aumento de capital das controladoras, nos montantes de R$900.000 e R$1.178.884, respectivamente. Adicionalmente, durante o mês de julho de 2020, a Companhia celebrou acordo para venda de créditos fiscais decorrentes de disputas judiciais na exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS cujo trânsito em julgado havia sido observado em 2019. A venda foi efetuada a um fundo de investimento, pelo montante de R$136.000. Essas negociações visaram o fortalecimento do capital de giro da Companhia e contribuíram para que em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresentasse capital circulante líquido positivo de R$47.672 e R$112.924 na controladora e consolidado, respectivamente (negativo em R$682.724 e R$655.659 em 2019, respectivamente). Dessa forma, a Companhia e seus controladores entendem que há recursos financeiros necessários para a continuidade de suas operações. Efeitos da nova pandemia de Coronavirus (COVID-19): A Companhia vem monitorando os impactos decorrentes da pandemia COVID-19 e vem se mantendo atenta às medidas expedidas pelas autoridades, conforme determinações das autoridades de saúde referente a segurança e continuidade de suas operações. Dentre as ações mais relevantes destacamos: • Instituição do trabalho a distância (home office) para todos os colaboradores administrativos; • Instituição de um comitê de combate a crise que se reúne periodicamente visando a definição de estratégias e assertividade na tomada de decisões; • Gerenciamento mais rigoroso dos estoques, avaliando criteriosamente as compras realizadas, visando evitar o desabastecimento, garantir a produção, atender as demandas dos clientes e proteger a saúde financeira da Companhia; • Rigorosos controles e cumprimento de medidas adotas nas áreas fabris visando maior segurança e redução do risco de contágio dos trabalhadores; • Nos âmbitos tributários, foram adotadas medidas de postergação de pagamentos de tributos estaduais sobre a receita, referentes ao período de março a dezembro de 2020 (nota explicativa nº 17). Dentre os diversos riscos aos quais a Companhia pode ter exposição, destacam-se o risco relacionado à recuperabilidade de ativos financeiros, do ativo imobilizado e intangível. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros: A Companhia avaliou sua carteira de recebíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e não identificou evidências que pudessem impactar as estimativas de reconhecimento de provisão para perdas de crédito esperadas. A Companhia permanece acompanhando o cenário e avaliando eventuais impactos que poderiam causar reflexo na mensuração do valor recuperável dos ativos financeiros. Perda por redução ao valor recuperável (impairment) do ativo imobilizado e intangível e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos: A Companhia avaliou a recuperabilidade de seus ativos, avaliando seus planos de negócio para os próximos períodos considerando o cenário atual impactado pela COVID-19 e não identificou a necessidade de provisão para perda nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2020.

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras, políticas contábeis significativas e resumo das principais práticas contábeis adotadas: 2.1. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: i) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as políticas estabelecidas na Legislação Societária Brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). ii) Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. iii) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em reais (R$), moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera. As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional da Companhia, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reavaliados pelas taxas vigentes. As variações cambiais são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas, exceto variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão incluídas no custo desses ativos quando consideradas ajustes aos juros sobre os custos, com juros dos referidos empréstimos. **2.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Na aplicação das práticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas em dados históricos e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Principais julgamentos na aplicação das práticas contábeis: A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia e que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. i) Redução ao valor recuperável do ágio: Para determinar se o ágio apresenta redução a seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Os detalhes da análise de perda por redução ao valor recuperável estão divulgados na nota explicativa nº 12. ii) Uso de estimativas: As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, conforme aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, amortização de intangíveis, provisão para perdas de bens paralisados, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas e obsolescência de estoques, provisão para reconstituição ambiental, descomissionamento de fábricas e provisão para riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa as estimativas, premissas, determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado e provisão para perda de estoques anualmente. iii) Ativos imobilizados e intangíveis: A estimativa de vida útil adotada pela Companhia é conforme segue:

	Vida útil
Edificações e outras construções	3 a 50 anos
Máquinas e equipamentos	2 a 50 anos
Veículos	2 a 16 anos
Móveis e utensílios	9 a 33 anos
Minas e jazidas	(*)
Reservatório, barragens e adutoras	49 a 50 anos
Fornos, moinhos e silos	30 a 53 anos
Direito de uso de software	5 anos

(*) A exaustão de minas e jazidas é feita: (a) com base na extração efetiva, em relação ao rendimento total esperado; ou (b) de forma linear, com base na vida útil definida para a mina (vida útil de 1 a 15 anos). **2.3. Bases de consolidação:** i) Entidades controladas: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e operações em conjunto. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas e operadas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial, com exceção da controlada Cauê Finance, que é considerada uma extensão da Companhia e consolidada nas demonstrações financeiras individuais, de acordo com a IAS 21 (CPC 02). Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição e até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações de acionistas não controladores, mesmo se resultar em montante negativo. As participações em consórcios e operações em conjunto ("joint operation") são reconhecidas linha a linha nas contas do balanço e da demonstração do resultado da Companhia. A participação dessas sociedades está restrita ao percentual que, e consequentemente, à parcela da receita e de determinados custos e despesas, conforme contrato entre as partes, com isso a Companhia reconhece contabilmente, de forma proporcional à sua participação nessas operações. Quando necessário, são feitos ajustes contábeis nas demonstrações financeiras das controladas para adequar suas práticas contábeis àquelas utilizadas pela Companhia. Todas as transações e saldos de ativos e passivos entre as empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados integralmente. Consolidação: As informações consolidadas incluem as seguintes controladas e operações em conjunto:

	2020 Participação - % Direta	2020 Participação - % Indireta	2019 Participação - % Direta	2019 Participação - % Indireta	2018 Participação - % Direta	2018 Participação - % Indireta
Controladas						
Barra Grande Participações S.A. (a)	**80,07**	**–**	80,07	–	80,07	–
Cauê Finance Limited (b)	**–**	**–**	–	–	100,00	–
CECC Incorporadora e Administradora de Bens Ltda.(c)	**–**	**–**	–	–	100,00	–
Comican - Companhia de Mineração Candiota (d)	**96,51**	**–**	48,00	–	48,00	–
Eco Processa Tratamento de Resíduos Ltda.	**100,00**	**–**	100,00	–	100,00	–
Estreito Participações S.A. (e)	**80,82**	**–**	80,82	–	80,82	–
Machadinho Participações S.A. (f)	**80,15**	**–**	80,15	–	80,15	–
Neogera Investimentos em Inovação Ltda.	**100,00**	**–**	100,00	–	100,00	–
Operação em conjunto						
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	**–**	**9,00**	–	9,00	–	9,00
Consórcios						
Consórcio Estreito Energia - CESTE	**–**	**4,44**	–	4,44	–	4,44
Consórcio Machadinho	**–**	**5,28**	–	5,28	–	5,28

(a) Em 21 de agosto de 2018, a Companhia realizou a conversão de 653.405 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal em 653.405 ações preferenciais, escriturais e sem valor nominal da sua controlada Barra Grande Participações. Em 09 de outubro de 2018, a Companhia alienou 653.405 ações preferenciais da sua controlada Barra Grande Participações, equivalente a 1,02% de participação acionária, pelo montante de R$25.927, ao acionista minoritário. A operação gerou um ganho líquido de R$15.450, já deduzido do imposto de renda e da contribuição social, registrado no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2020, a controlada Barra Grande Participações possui 64.129.456 ações escriturais e sem valor nominal, sendo 51.438.455 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal e 12.781.001 ações preferenciais, escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas. Os acionistas detentores das ações preferenciais, têm direito à dividendos prioritários equivalentes à 80% do lucro líquido auferido em cada exercício social, e não possuem direito de voto. (b) Em 5 de dezembro de 2019, foram encerradas as operações da controlada Cauê Finance. Com a dissolução foram transferidos para o caixa da Companhia R$793. (c) Em 19 de dezembro de 2019, a Companhia incorporou sua controlada CECC Incorporadora e Administradora de Bens Ltda., pelo montante de R$37.311. (d) Em 26 de junho de 2020 e 14 de outubro de 2020, a Companhia aprovou o aumento de capital na controlada, Companhia de Mineração Candiota "Comican", de 17.850.000 ações e de 15.000.000 ações, respectivamente, integralizando mediante créditos detidos contra esta mesma controlada, no montante de R$17.850 e R$2.500 mediante aporte em caixa, e o restante a ser integralizado até outubro de 2021. Com referido aumento de capital, a controlada Comican passa a ter 33.850.000 sendo 33.370.000 ações ordinárias e 480.000 ações preferenciais. (e) Em 31 de dezembro de 2018, foi aprovado o aumento de capital social da controlada Estreito Participações, no montante de R$23.187, com emissão de 200.000 ações ordinárias, o preço de emissão foi alocado da seguinte forma: R$208 destinado à formação de capital social e R$22.979 destinado à conta de reserva de capital. Em 31 de dezembro de 2020, a controlada Estreito Participações possui 181.597.485 ações escriturais e sem valor nominal, sendo 146.769.168 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal e 34.828.317 ações preferenciais, escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas. Os acionistas detentores das ações preferenciais, têm direito à dividendos prioritários equivalentes à 75% do lucro líquido auferido em cada exercício social, e não possuem direito de voto. (f) Em 6 de setembro de 2018, a Companhia realizou a conversão de 365.650 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal em 365.650 ações preferenciais, escriturais e sem valor nominal da sua controlada Machadinho. Em 9 de outubro de 2018, a Companhia alienou 365.650 ações preferenciais da sua controlada Machadinho, equivalente a 1,15% de participação acionária, pelo montante de R$23.210, ao acionista minoritário. A operação gerou um ganho líquido de R$13.953, já deduzido do imposto de renda e da contribuição social, registrado no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2020, a controlada Machadinho Participações possui, 31.795.658 ações escriturais e sem valor nominal, sendo 25.484.220 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal e 6.311.438 ações preferenciais, escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas. Os acionistas detentores das ações preferenciais, têm direito à dividendos prioritários equivalentes à 80% do lucro líquido auferido em cada exercício social, e não possuem direito de voto. ii) Participações em operações em conjunto ("joint operation"): Uma operação em conjunto é um acordo através do qual as partes detêm controle conjunto dos direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado em relação as decisões sobre as atividades relevantes e requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Quando uma entidade realiza atividades de operações em conjunto, o operador em conjunto reconhece os ativos, passivos, receitas e despesas em relação a sua participação. Quando uma empresa realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas apenas na medida das participações da Companhia na controlada em conjunto não relacionada à Companhia. iii) Ágio: O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda ao valor recuperável, se houver. Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a unidade geradora de caixa Intercement Brasil S.A., uma vez que a Companhia apresenta único segmento de negócios (cimentos). A unidade geradora de caixa a qual o ágio foi alocado é submetida anualmente a testes de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação nesse sentido. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos dessa unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável do ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida em períodos subsequentes. Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na determinação do lucro ou prejuízo da alienação. **2.4. Resumo das principais práticas contábeis: 2.4.1 Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado. Ativos financeiros: Estão classificados nas seguintes categorias específicas: (a) custo amortizado (b) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (c) valor justo por meio do resultado. *a) Custo amortizado:* Um ativo financeiro deve ser mensurado a custo amortizado se o objetivo do modelo de negócio é manter os ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais até o final do contrato, constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e de 2018 a Companhia apresentava classificados nesta categoria as contas a receber de clientes e valores a receber de partes relacionadas. *Contas a receber:* Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia, líquidos da provisão para perda de crédito esperada, sendo esta constituída quando há indícios de perdas esperadas pela Companhia no montante a receber, mediante análise de riscos e levando em consideração a análise histórica da recuperação dos valores em atraso. O valor da provisão para perda de créditos esperada é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. b) *Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:* Ativos financeiros devem ser mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, caso o objetivo do modelo de negócios seja receber os fluxos de caixa contratuais esperados e vender os ativos financeiros, compostos exclusivamente, de pagamentos de principal e juros, quanto pela venda de ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e de 2018 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros classificados nesta categoria. c) *Valor justo por meio do resultado:* Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado, caso não se enquadrem nas categorias de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e de 2018 a Companhia apresentava classificados nesta categoria saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, além de instrumentos financeiros derivativos. *Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:* Equivalentes de caixa consistem em aplicações financeiras com vencimento em até 90 dias, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários são representados por aplicações em fundo de renda fixa, fundos exclusivos e debêntures, sendo classificados em: (a) valor justo ao resultado ou (b) custo amortizado. Os títulos classificados a valor justo possuem seus efeitos reconhecidos no resultado. Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como: (a) passivos financeiros ao custo amortizado; e (b) valor justo por meio do resultado. a) *Passivos financeiros ao custo amortizado:* Os passivos financeiros classificados como ao custo amortizado são aqueles cujo os fluxos de caixa contratuais são, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e de 2018 a Companhia apresentava classificados nesta categoria saldos de fornecedores, debêntures, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas. b) *Valor justo por meio do resultado:* Os passivos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e de 2018 a Companhia apresentava classificados nesta categoria saldos de instrumentos financeiros

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais - R$)

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019 (reapresentado)	Controladora 2018 (reapresentado)	Consolidado 2020	Consolidado 2019 (reapresentado)	Consolidado 2018 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais							
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(92.559)**	(559.286)	(608.468)	**(12.247)**	(481.112)	(567.990)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:							
Depreciação, amortização e exaustão	11 e 12	**247.548**	228.028	220.646	**271.469**	251.432	245.025
Amortização direito de uso em arrendamentos	13.1	**108.343**	92.069	**–**	**108.363**	92.186	–
Resultado de equivalência patrimonial	9	**(15.119)**	(10.447)	(43.315)	**–**	–	–
Reversão de provisões para perdas eventuais, líquidas		**40.875**	(11.504)	36.321	**42.084**	(14.661)	36.472
Recuperação de impostos	25	**(50.999)**	7.100	(134.642)	**(50.999)**	7.100	(134.642)
Provisão para perdas estoques	7	**124.052**	22.810	61.182	**124.052**	22.810	61.182
Juros, encargos provisionados e variações cambiais		**160.008**	245.014	199.197	**160.980**	246.472	200.596
Ganho na venda de ativo imobilizado	25	**(22.548)**	(41.199)	(25.648)	**(22.548)**	(41.199)	(25.648)
Baixa de ativo imobilizado	25	**22.628**	92.140	12.915	**22.635**	92.140	12.937
Ajuste ao valor recuperável	25	**(81.876)**	(27.618)	166.013	**(81.876)**	(27.618)	166.013
Redução (aumento) nos ativos operacionais:							
Partes relacionadas		**(100.385)**	(10.200)	(62.631)	**(61.474)**	(5.160)	(54.581)
Contas a receber de clientes		**(106.260)**	(2.576)	(14.608)	**(106.953)**	(2.942)	(14.455)
Estoques		**(90.088)**	42.491	(68.720)	**(89.405)**	42.415	(68.853)
Impostos a recuperar		**190.887**	59.898	(5.495)	**190.864**	59.403	(5.292)
Outros ativos		**15.697**	(9.144)	2.101	**14.499**	(8.914)	3.047
Aumento (redução) nos passivos operacionais:							
Partes relacionadas		**62.969**	(126.587)	130.640	**52.409**	(102.779)	117.711
Fornecedores		**143.678**	15.618	(18.917)	**144.030**	15.967	(18.815)
Salários e férias a pagar		**25.655**	(3.582)	(2.671)	**25.704**	(3.584)	(2.680)
Outras obrigações e contas a pagar		**5.598**	(15.656)	46.208	**(19.341)**	(19.905)	47.548
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	18 e 19	**(5.536)**	(11.997)	(6.689)	**(5.536)**	(11.997)	(6.689)
Impostos e obrigações a pagar		**51.636**	(113)	(14.730)	**54.465**	1.292	(12.103)
		634.204	(24.741)	(131.311)	**761.175**	111.346	(21.217)
Imposto de renda e contribuição social pagos		**–**	–	–	**(6.429)**	(6.027)	(6.390)
Dividendos recebidos	9	**17.987**	18.476	–	**–**	–	–
Juros pagos		**(120.188)**	(168.645)	(192.130)	**(120.188)**	(168.645)	(192.321)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais		**532.003**	(174.910)	(323.441)	**634.558**	(63.326)	(219.928)
Fluxo de caixa das atividades de investimento							
Aplicações em títulos e valores mobiliários, líquidas		**202**	(1.026)	118.561	**456**	(1.053)	120.748
Aquisição de imobilizado		**(199.699)**	(211.009)	(164.938)	**(200.426)**	(212.367)	(166.412)
Adições ao intangível		**(5.166)**	(3.036)	(3.272)	**(12.691)**	(12.360)	(13.293)
Aumento do investimento	9	**(2.500)**	–	(200)	**–**	–	–
Recebimento pela venda de ativo imobilizado		**12.586**	13.559	5.845	**12.586**	13.559	5.845
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(194.577)**	(201.512)	(44.004)	**(200.075)**	(212.241)	(53.112)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento							
Integralização de capital	22	**–**	900.000	62.629	**–**	900.000	62.629
Integralização de capital (minoritários)		**–**	–	–	**466**	–	–
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures		**(1.875.498)**	(234.323)	(349.065)	**(1.875.498)**	(234.323)	(354.876)
Recebimento pela venda de investimento		**–**	–	49.136	**–**	–	49.136
Recebimento de empréstimos com partes relacionadas		**–**	–	550	**–**	–	550
Captação de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures		**1.700.161**	–	–	**1.700.161**	–	–
Gastos com emissões de debêntures	26	**(22.536)**	–	–	**(22.536)**	–	–
Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos	22	**–**	–	**–**	**(67.984)**	(73.908)	(82.931)
Partes relacionadas		**–**	(11.324)	560.824	**–**	(11.324)	560.823
Contraprestação de arrendamentos	13.2	**(123.877)**	(106.030)	**–**	**(123.877)**	(106.066)	**–**
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de financiamento		**(321.750)**	548.323	324.074	**(389.268)**	474.379	235.331
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa		**15.676**	171.901	(43.371)	**45.215**	198.812	(37.709)
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa		**–**	(19)	8.603	**–**	(19)	8.603
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**342.011**	170.129	204.897	**379.881**	181.088	210.194
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**357.687**	342.011	170.129	**425.096**	379.881	181.088

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

continua

InterCement BRASIL

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 62.258.884/0001-36

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS CONDENSADAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 de Dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

derivativos. Instrumentos financeiros derivativos: Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente remensurados pelo valor justo no fim de cada exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de "hedge"; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de "hedge". Classificação de instrumentos financeiros passivos e instrumentos patrimoniais: A Companhia também possui contratos que possuem componentes de instrumentos patrimoniais e instrumentos financeiros, sendo estes componentes classificados separadamente de acordo com suas características contratuais. Os instrumentos patrimoniais são mensurados ao custo histórico e os instrumentos financeiros derivativos pelo valor justo por meio do resultado. Perda por redução ao valor recuperável ("impairment"): Perdas de crédito esperadas são reconhecidas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases: (a) Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço. (b) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Em conformidade com a substituição do modelo de perdas incorridas pelas perdas esperadas, a Administração concluiu que a metodologia já adotada está aderente ao modelo de perdas esperadas. A Administração da Companhia concluiu em suas análises que a adoção do pronunciamento técnico CPC 48 (IFRS 9) não resultou em modificações significativas que não sejam as nomenclaturas das novas categorias de ativos e passivos financeiros e seus correspondentes reflexos nas políticas contábeis da Companhia. **2.4.2 Estoques:** São avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustado por perdas ao valor realizável, quando aplicável. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição de matéria-prima, custos de produção e transformação e outros custos incorridos ao trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal. Para os itens considerados obsoletos ou de giro baixo, é constituída provisão para obsolescência, considerando a utilização estimada. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. **2.4.3 Propriedades para investimento:** Conforme permitido pelo pronunciamento técnico CPC 28 - Propriedade para Investimentos, as propriedades destinadas a aluguel para aferição de renda são registradas ao valor de custo, deduzidos das depreciações acumuladas e de qualquer perda por "impairment". O valor justo das propriedades para investimento encontra-se divulgado na nota explicativa nº 10. **2.4.4 Imobilizado:** É registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O imobilizado em andamento representa ativos tangíveis em fase de construção/produção, registrados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas. Esses ativos são depreciados a partir do momento em que estão em condições de serem utilizados para os fins pretendidos. Os gastos relacionados à preparação e ao desenvolvimento de minas, incluindo, entre outros, a retirada e a disposição do material denominado estéril e a construção de taludes e acessos, são contabilizados agregando-se o valor das minas e amortizados com base no percentual de exploração em relação ao rendimento total esperado durante a vida útil. **2.4.5 Ativos intangíveis** Ativos intangíveis adquiridos separadamente: São registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos ou outra base sistemática representativa do momento em que os benefícios econômicos são usufruídos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados periodicamente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios: Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo na data da aquisição. Ativos intangíveis gerados internamente: O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstradas todas as seguintes condições: • A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda. • A intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo. • A habilidade de usar ou vender o ativo intangível. • Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros. • A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo. • A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento. O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do período, quando incorridos. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente. **2.4.6 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio:** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Ativos intangíveis com vida útil indefinida e/ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) estiver for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido a seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **2.4.7 Fornecedores:** O saldo de fornecedores refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados no passivo circulante em função dos pagamentos vencerem em até 12 meses. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e posteriormente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivas e tratadas ao valor presente quando aplicável na data das transações, com base em taxa estimada do custo de capital da Companhia. **2.4.8 Arrendamentos:** A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento, que não são pagos na data de início, sem considerar a inflação futura projetada, descontados aplicando-se a taxa incremental nominal de captação (taxa de desconto). De acordo com alguns contratos de arrendamentos, os fluxos de pagamentos futuros são indexados por índices inflacionários, entretanto, para fins contábeis de apuração do passivo de arrendamento a Companhia não considera a inflação futura projetada ou outro tipo de reajuste de preço futuro. A Companhia utiliza a taxa incremental nominal de captação pois as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros não podem ser prontamente determinadas. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento incluem os pagamentos fixos de arrendamento (incluindo pagamentos em substância fixos). O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial. O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado. A Companhia remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que o prazo de arrendamento for alterado ou o preço é reajustado (por exemplo: reajuste anual com base em índice inflacionário ou outro índice de reajuste). **2.4.9 Custos de empréstimos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos do custo de transação e posteriormente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período superior a três meses para ficarem prontos para uso, são acrescidos ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou para a venda. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos. **2.4.10 Provisões:** São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa. **2.4.11 Provisão para reconstituição ambiental e descomissionamento de ativo:** Em face das disposições legais e das práticas em vigor em várias áreas de negócio, os terrenos utilizados em exploração de minas e pedreiras são sujeitos à reconstituição ambiental. Adicionalmente, existem custos que serão exigidos para o descomissionamento de fábricas. Nesse contexto, são constituídas provisões para fazer face aos custos estimados para a recuperação e reconstituição ambiental das áreas em exploração e o descomissionamento de fábricas. Essas provisões são registradas de forma simultânea com um acréscimo ao valor do ativo subjacente, tendo por base as conclusões de estudos de recuperação paisagística e gastos futuros com descomissionamento de fábricas, sendo reconhecidos em resultados à medida que os ativos são depreciados/amortizados. Essas provisões estão reconhecidas como "Provisão para reconstituição ambiental e descomissionamento de ativos" no passivo. A provisão para reconstituição ambiental tem como contrapartida em seu registro inicial a rubrica de "Direitos de exploração de minas" no intangível, e a provisão para descomissionamento de ativos tem como contrapartida a rubrica de "Imobilizado - Outros". Aumentos ou diminuições nas provisões, que sejam decorrentes de mudanças nas estimativas, resultam em uma alteração correspondente no valor contábil do ativo relacionado. O aumento nas provisões é dado periodicamente pela atualização monetária, de modo a refletir a avaliação do dinheiro no tempo. A Companhia e suas controladas têm como prática a remediação ambiental progressiva de áreas de uso de minas e pedreiras, utilizando as provisões então constituídas. **2.4.12 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP:** A BAESA - Energética Barra Grande S.A. ("BAESA"), o Consórcio Estreito Energia ("Consórcio Estreito") e o Consórcio Machadinho ("Consórcio Machadinho") possuem concessão para exploração de empreendimento, outorgada para cada uma das consorciadas, de forma compartilhada. As consorciadas participam na exploração do empreendimento como produtoras independentes de energia. A energia gerada pelo empreendimento é destinada às consorciadas proporcionalmente aos respectivos percentuais de participação no consórcio. A vigência dos contratos de concessão é de: (i) 35 anos para a BAESA, contados a partir da data inicial de 14 de maio de 2001; (ii) 35 anos para o Consórcio Estreito, contados a partir da data inicial de 20 de maio de 2002; e (iii) 35 anos para o Consórcio Machadinho, contados a partir do ano de 1997. Os contratos de concessão da BAESA e Consórcio Estreito também estabelecem que um montante seja pago para o poder cedente, em parcelas mensais proporcionais, a título de concessão de energia. O uso do bem público (UBP) é reajustado anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M. **2.4.13 Tributação:** Impostos correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada individualmente por empresa com base nas alíquotas vigentes no fim de cada exercício e em disposições legais e tributárias específicas dos países onde estejam sediadas. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e base negativa possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros propiciarão a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado ao montante que se espera recuperar. Impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda: A interpretação ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Ao avaliar se o tratamento fiscal incerto afeta a determinação de lucro tributável, a Companhia assume que a autoridade fiscal examinará os valores que tem direito de examinar e tenha pleno conhecimento de todas as informações relacionadas. Se a Companhia concluir que não é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a Companhia reflete o efeito da incerteza na determinação do respectivo lucro tributável considerando o valor mais provável. O reconhecimento do efeito da incerteza para tratamentos fiscais incertos, são reconhecidas como obrigações legais na rubrica de impostos e contribuições a recolher no passivo não circulante e a contrapartida na rubrica de imposto de renda e contribuição social correntes. (nota explicativa nº 17). **2.4.14 Juros sobre o capital próprio:** São demonstrados como destinação do resultado, diretamente no patrimônio líquido, e os juros recebidos ou a receber de investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas, como crédito de investimento, quando aplicável. Para fins fiscais, os juros sobre o capital próprio são tratados como despesas ou receitas financeiras, reduzindo e aumentando, respectivamente, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social do exercício. **2.4.15 Subvenções governamentais:** Não são reconhecidas até que haja uma garantia razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas, desde que atendidas as condições da IAS 20 em consonância com o pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. A Companhia goza de subvenções atreladas aos incentivos de ICMS concedidos pelos governos estaduais nas suas principais fábricas, recentemente convalidados nos moldes da Lei Complementar nº 160/17, regulamentada pelo Convênio ICMS nº 190/17 com alterações posteriores. As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente ao longo dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. As parcelas recebidas de incentivos fiscais para investimento foram registradas no resultado do exercício na rubrica "Receita líquida de vendas", para o patrimônio líquido no final do exercício, quando houver lucro líquido, na rubrica "Reserva de incentivos fiscais". As subvenções governamentais estão detalhas na nota explicativa nº 22. **2.4.16 Principios gerais e critério de reconhecimento de receita:** Venda de produtos: A receita é mensurada quando ou à medida que uma obrigação de desempenho (última etapa para reconhecimento da receita) for atendida, reconhecendo o seu preço de transação deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A Companhia considera os termos dos contratos e todos os fatos e circunstâncias relevantes, a receita na venda de produtos é reconhecida quando os critérios estabelecidos em contrato são atendidos, os critérios definidos são: • Identificar o contrato com o cliente. • Identificar obrigações de desempenho definidas em contrato. • Determinar o preço da transação. • Alocar o preço da transação as obrigações de desempenho definidas em contrato. • Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende as obrigações de desempenho definidas em contrato. Prestação de serviços: A receita de serviços prestados, que engloba a homogeneização das matérias-primas e serviço de bombeamento do concreto é reconhecida no resultado em virtude de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **3. Normas novas revisadas interpretações IFRS e reapresentações das demonstrações financeiras: 3.1. Novos pronunciamentos técnicos adotados:** Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB e pelo CPC, que entraram em vigor e foram adotadas a partir 1º de janeiro de 2020. *(i) Alteração ao CPC 15 (R1): Definição de negócio:* As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividade e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saídas de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, mas podem impactar períodos futuros à medida que a Companhia ingressar em novas combinações de negócios. *(ii) Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material:* As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para o Grupo. *(iii) Alterações ao CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.:* As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do controle de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionado à Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para o Grupo. **3.2 Reapresentações das demonstrações financeiras:** Após a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a administração identificou ajustes e reclassificações que afetam os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como as demonstrações do resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas. Consequentemente, a Companhia está reapresentando as demonstrações financeiras compreendendo esses exercícios de acordo com o previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo reapresentadas também, para apresentar a demonstração do valor adicionado, as informações por segmentos e para o aprimoramento de certas divulgações nas notas explicativas. Os quadros a seguir demonstram os efeitos desses ajustes de reapresentação:

Balanços patrimoniais - Em 01 de Janeiro de 2018

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente apresentado	Correção de erros e reclassificações	Valores reapresentados	Originalmente apresentado	Correção de erros e reclassificações	Valores reapresentados
Ativo						
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (i)	204.897	–	204.897	210.038	149	210.187
Títulos e valores mobiliários	118.562	–	118.562	118.562	–	118.562
Contas a receber de clientes	36.020	–	36.020	35.594	–	35.594
Estoques(b); (f) e (i)	457.293	(14.532)	442.761	457.293	(37.747)	419.546
Impostos a recuperar (i)	56.257	–	56.257	56.941	441	57.382
Outros ativos (i)	32.461	–	32.461	33.247	62	33.309
Total do ativo circulante	905.490	(14.532)	890.958	911.675	(37.095)	874.580
Ativo não circulante						
Títulos e valores mobiliários	4.671	–	4.671	8.151	–	8.151
Contas a receber de clientes	4.155	–	4.155	4.155	–	4.155
Partes relacionadas	5.850	–	5.850	5.950	–	5.950
Estoques	40.288	–	40.288	40.288	–	40.288
Impostos a recuperar	9.671	–	9.671	9.671	–	9.671
Depósitos judiciais (i)	72.613	–	72.613	72.622	106	72.728
Instrumentos financeiros derivativos	26.555	–	26.555	26.555	–	26.555
Outros ativos	36.494	–	36.494	38.675	–	38.675
Propriedade para Investimentos (g)	28.099	(10.942)	17.157	28.099	(10.942)	17.157
Investimentos:						
Em controladas (b) e (e)	266.104	(12.075)	254.029	–	–	–
Outros	265	–	265	8	–	8
Imobilizado(d); (f) e (g)	1.876.365	62.254	1.938.619	2.221.686	62.254	2.283.940
Intangível:						
Ágio	301.312	–	301.312	301.312	–	301.312
Outros intangíveis (d); (e); (g) e (i)	144.405	114	144.519	160.969	8.551	169.520
Total do ativo não circulante	2.816.847	39.351	2.856.198	2.918.141	59.969	2.978.110
Total do ativo	3.722.337	24.819	3.747.156	3.829.816	22.874	3.852.690
Passivo circulante						
Fornecedores (h) e (i)	269.833	48.224	318.057	233.194	49.304	282.498
Debêntures	419.482	–	419.482	419.482	–	419.482
Empréstimos e financiamentos	328.305	–	328.305	333.967	–	333.967
Juros a pagar	92.573	–	92.573	92.595	–	92.595
Impostos e obrigações a pagar (i)	95.421	–	95.421	99.166	216	99.382
Salários e encargos sociais (i)	52.146	–	52.146	52.241	40	52.281
Dividendos a pagar	128.550	–	128.550	143.180	–	143.180
Adiantamentos de clientes	8.523	–	8.523	8.530	–	8.530
Partes relacionadas	437.274	–	437.274	437.274	–	437.274
Outras obrigações (e) e (h)	79.499	(48.224)	31.275	77.685	(48.456)	29.229
Total do passivo circulante	1.911.606	–	1.911.606	1.897.314	1.104	1.898.418
Passivo não circulante						
Debêntures	1.680.269	–	1.680.269	1.680.269	–	1.680.269
Empréstimos e financiamentos	75.675	–	75.675	75.675	–	75.675
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	44.604	–	44.604	45.312	–	45.312
Provisão para reconstituição ambiental e descomissionamento de ativos	63.608	–	63.608	63.608	–	63.608
Impostos e obrigações a pagar	18.134	–	18.134	18.134	–	18.134
Imposto de renda e contribuição social diferidos	159.132	–	159.132	159.132	–	159.132
Outras obrigações (e) e (h)	33.218	–	33.218	62.818	1.858	64.676
Total do passivo não circulante	2.074.640	–	2.074.640	2.104.948	1.858	2.106.806
Patrimônio líquido						
Capital social	786.644	–	786.644	786.644	–	786.644
Reservas de lucros	639.358	–	639.358	639.358	–	639.358
Reservas de incentivos fiscais	117.619	–	117.619	117.619	–	117.619
Ajustes de avaliação patrimonial	92	–	92	92	–	92
Prejuízos acumulados (b) (d) e (e)	(1.807.622)	24.819	(1.782.803)	(1.807.622)	24.819	(1.782.803)
Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora	(263.909)	24.819	(239.090)	(263.909)	24.819	(239.090)
Participação não controladores	–	–	–	91.462	(4.906)	86.556
Total do patrimônio líquido	(263.909)	24.819	(239.090)	(172.447)	19.913	(152.534)
Total do passivo e patrimônio líquido	3.722.337	24.819	3.747.156	3.829.815	22.875	3.852.690

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2018

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente apresentado	Correção de erros e reclassificações	Valores reapresentados	Originalmente apresentado	Correção de erros e reclassificações	Valores reapresentados
Ativo						
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (i)	170.129	–	170.129	179.797	1.291	181.088
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	–	–
Contas a receber de clientes	40.172	–	40.172	39.654	–	39.654
Estoques (c),(b), (f) e (i)	438.676	(18.937)	419.739	438.676	(49.328)	389.348
Impostos a recuperar (i)	61.493	–	61.493	62.408	7	62.415
Outros ativos (i)	64.101	–	64.101	65.081	(414)	64.667
Total do ativo circulante	774.571	(18.937)	755.634	785.616	(48.444)	737.172
Ativo não circulante						
Títulos e valores mobiliários	4.550	–	4.550	5.935	–	5.935
Contas a receber de clientes	2.890	–	2.890	2.890	–	2.890
Partes relacionadas	4.300	–	4.300	4.400	–	4.400
Estoques	69.296	–	69.296	69.296	–	69.296
Impostos a recuperar	264.350	–	264.350	264.350	–	264.350
Depósitos judiciais (i)	73.897	–	73.897	73.909	113	74.022
Instrumentos financeiros derivativos	14.926	–	14.926	14.926	–	14.926
Outros ativos	32.307	–	32.307	33.346	–	33.346
Propriedade para Investimentos (g)	17.901	(8.278)	9.623	17.901	(8.278)	9.623
Investimentos:						
Em controladas (b) e (e)	303.287	(13.352)	289.935	–	–	–
Outros	–	–	–	8	–	8
Imobilizado (d), (f) e (g)	1.632.855	50.176	1.683.031	1.963.416	50.176	2.013.592
Intangível:						
Ágio	301.312	–	301.312	301.312	–	301.312
Outros intangíveis (d), (e), (g) e (i)	192.482	(1.672)	190.810	209.347	6.346	215.693
Total do ativo não circulante	2.914.353	26.874	2.941.227	2.961.036	48.357	3.009.393
Total do ativo	3.688.924	7.937	3.696.861	3.746.652	(87)	3.746.565
Passivo circulante						
Fornecedores (h) e (i)	361.496	86.122	447.618	323.119	76.920	400.039
Debêntures	469.743	–	469.743	469.743	–	469.743
Empréstimos e financiamentos	13.719	–	13.719	13.719	–	13.719
Juros a pagar	65.662	–	65.662	65.662	–	65.662
Impostos e obrigações a pagar (i)	154.382	–	154.382	157.071	3.020	160.091
Salários e encargos sociais (i)	49.264	–	49.264	49.365	33	49.398
Dividendos a pagar	–	–	–	–	–	–
Adiantamentos de clientes	6.953	–	6.953	6.827	–	6.827
Partes relacionadas	54.910	–	54.910	54.910	–	54.910
Passivos de arrendamento	–	–	–	–	–	–
Outras obrigações (e), (h) e (i)	119.557	(86.122)	33.435	119.547	(86.246)	33.301
Total do passivo circulante	1.295.686	–	1.295.686	1.259.963	(6.273)	1.253.690
Passivo não circulante						
Debêntures	1.410.631	–	1.410.631	1.410.631	–	1.410.631
Empréstimos e financiamentos	263.873	–	263.873	263.873	–	263.873
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	30.585	–	30.585	31.280	–	31.280
Provisão para reconstituição ambiental e descomissionamento de ativos	27.616	–	27.616	27.616	–	27.616
Impostos e obrigações a pagar	15.576	–	15.576	15.576	–	15.576
Imposto de renda e contribuição social diferidos	160.404	–	160.404	160.404	–	160.404
Passivos de arrendamento	–	–	–	–	–	–
Instrumentos financeiros	1.346	–	1.346	1.346	–	1.346
Outras obrigações (e) e (i)	99.891	–	99.891	128.722	2.858	131.580
Total do passivo não circulante	2.009.922	–	2.009.922	2.039.448	2.858	2.042.306
Patrimônio líquido						
Capital social	1.965.528	–	1.965.528	1.965.528	–	1.965.528
Reservas de lucros	748.450	–	748.450	748.450	–	748.450
Reservas de incentivos fiscais	117.619	–	117.619	117.619	–	117.619
Ajustes de avaliação patrimonial	92	–	92	92	–	92
Prejuízos acumulados	(2.448.373)	7.937	(2.440.436)	(2.448.373)	7.937	-2.440.436
Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora	383.316	7.937	391.253	383.316	7.937	391.253
Participação não controladores	–	–	–	63.925	(4.609)	59.316
Total do patrimônio líquido	383.316	7.937	391.253	447.241	3.328	450.569
Total do passivo e patrimônio líquido	3.688.924	7.937	3.696.861	3.746.652	(87)	3.746.565

continua

InterCement BRASIL

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 62.258.884/0001-36

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS CONDENSADAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 de Dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2019

	Controladora			Consolidado		
Ativo	Originalmente apresentado	Correção de erros e reclassificações	Valores reapresentados	Originalmente apresentado	Correção de erros e reclassificações	Valores reapresentados
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	342.011	–	342.011	379.881	–	379.881
Títulos e valores mobiliários	1.000	–	1.000	1.000	–	1.000
Contas a receber de clientes	43.783	–	43.783	43.631	–	43.631
Estoques (e) e (f)	289.990	33.706	323.696	267.839	33.706	301.545
Impostos a recuperar (g)	70.881	3.303	74.184	71.849	3.303	75.152
Outros ativos (g)	44.066	(3.303)	40.763	43.279	(3.303)	39.976
Total do ativo circulante	791.731	33.706	825.437	807.479	33.706	841.185
Ativo não circulante						
Títulos e valores mobiliários	4.550	–	4.550	5.753	–	5.753
Contas a receber de clientes	1.877	–	1.877	1.877	–	1.877
Partes relacionadas	26.100	–	26.100	26.200	–	26.200
Estoques (f)	138.359	(51.483)	86.876	138.359	(51.483)	86.876
Impostos a recuperar (g)	127.490	9.748	137.238	127.490	9.748	137.238
Depósitos judiciais	70.826	–	70.826	70.968	–	70.968
Instrumentos financeiros derivativos	16.612	–	16.612	16.612	–	16.612
Outros ativos (g)	60.032	(9.748)	50.284	61.183	(9.748)	51.435
Propriedade para Investimentos	4.782	–	4.782	4.782	–	4.782
Investimentos:						
Em controladas (d)	251.908	(7.853)	244.055	–	–	–
Outros	–	–	–	8	–	8
Imobilizado (a), (b) e (e)	1.626.672	38.756	1.665.428	1.905.068	38.756	1.943.824
Direito de uso em arrendamentos (c)	201.334	44.615	245.949	201.425	44.615	246.040
Intangível:						
Ágio	301.312	–	301.312	301.312	–	301.312
Outros intangíveis (a), (b) e (d)	179.333	(11.661)	167.672	210.895	(16.567)	194.328
Total do ativo não circulante	3.011.187	12.374	3.023.561	3.071.932	15.321	3.087.253
Total do ativo	3.802.918	46.080	3.848.998	3.879.411	49.027	3.928.438
Passivo circulante						
Fornecedores	299.392	–	299.392	284.943	–	284.943
Debêntures	719.975	–	719.975	719.975	–	719.975
Empréstimos e financiamentos	13.883	–	13.883	13.883	–	13.883
Juros a pagar	33.117	–	33.117	33.117	–	33.117
Impostos e obrigações a pagar	138.248	–	138.248	141.506	–	141.506
Salários e encargos sociais	45.206	–	45.206	45.343	–	45.343
Adiantamentos de clientes	8.629	–	8.629	8.599	–	8.599
Partes relacionadas	46.890	–	46.890	46.890	–	46.890
Passivos de arrendamento	112.247	–	112.247	112.275	–	112.275
Outras obrigações (d)	39.091	–	39.091	39.015	(185)	38.830
Total do passivo circulante	1.456.678	–	1.456.678	1.445.546	(185)	1.445.361
Passivo não circulante						
Debêntures	940.656	–	940.656	940.656	–	940.656
Empréstimos e financiamentos	251.888	–	251.888	251.888	–	251.888
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19.845	–	19.845	20.479	–	20.479
Provisão para reconstituição ambiental e descomissionamento de ativos (b)	29.227	(6.939)	22.288	29.227	(6.939)	22.288
Impostos e obrigações a pagar	26.096	–	26.096	26.096	–	26.096
Imposto de renda e contribuição social diferidos	161.106	–	161.106	161.106	–	161.106
Passivos de arrendamento (c)	124.219	19.072	143.291	124.282	19.072	143.354
Outras obrigações (d) e (b)	86.238	3.075	89.313	113.485	8.067	121.551
Total do passivo não circulante	1.639.275	15.208	1.654.483	1.667.218	20.200	1.687.418
Patrimônio líquido						
Capital social	2.865.528	–	2.865.528	2.865.528	–	2.865.528
Reservas de incentivos fiscais	117.619	–	117.619	117.619	–	117.619
Ajustes de avaliação patrimonial	92	–	92	92	–	92
Prejuízos acumulados	(2.276.274)	30.872	(2.245.402)	(2.276.274)	30.872	(2.245.402)
Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora	706.965	30.872	737.837	706.965	30.872	737.837
Participação não controladores	–	–	–	59.682	(1.860)	57.822
Total do patrimônio líquido	706.965	30.872	737.837	766.647	29.012	795.659
Total do passivo e patrimônio líquido	3.802.918	46.080	3.848.998	3.879.411	49.027	3.928.438

Demonstrações dos resultados para exercício findo em 31 de dezembro de 2018

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente apresentado	Correção de erros e reclassificações	Valores reapresentados	Originalmente apresentado	Correção de erros e reclassificações	Valores reapresentados
Receita líquida (i)	1.819.492	–	1.819.492	1.810.954	(4.372)	1.806.582
Custo das vendas e dos serviços (a), (b), (c), (e) e (i)	(1.808.715)	(232.740)	(2.041.455)	(1.706.136)	(227.034)	(1.933.170)
Lucro (prejuízo) bruto	10.777	(232.740)	(221.963)	104.818	(231.406)	(126.588)
Receitas (despesas) operacionais						
Despesas administrativas e comerciais (a)	(413.694)	228.852	(184.842)	(419.957)	228.852	(191.105)
Equivalência patrimonial (b), (e) e (i)	44.592	(1.277)	43.315	555	(555)	–
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (d) e (i)	2.020	(11.717)	(9.697)	2.030	(11.717)	(9.687)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	(356.305)	(16.882)	(373.187)	(312.554)	(14.826)	(327.380)
Resultado financeiro						
Variação cambial	(97.768)	–	(97.768)	(97.896)	–	(97.896)
Receitas financeiras (i)	131.789	–	131.789	132.864	28	132.892
Despesas financeiras (i)	(269.302)	–	(269.302)	(274.270)	(1.336)	(275.606)
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(591.586)	(16.882)	(608.468)	(551.856)	(16.134)	(567.990)
Imposto de renda e contribuição social (i)	(49.165)	–	(49.165)	(54.215)	(451)	(54.666)
Prejuízo do exercício	(640.751)	(16.882)	(657.633)	(606.071)	(16.585)	(622.656)
(Prejuízo) lucro atribuído a Controladora	(640.751)	(16.882)	(657.633)	(640.751)	(16.882)	(657.633)
Não controladores	–	–	–	34.680	297	34.977

Demonstrações dos resultados para exercício findo em 31 de dezembro de 2019

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente apresentado	Correção de erros e reclassificações	Valores reapresentados	Originalmente apresentado	Correção de erros e reclassificações	Valores reapresentados
Receita líquida	1.905.624	–	1.905.624	1.893.597	–	1.893.597
Custo das vendas e dos serviços (b), (c) e (d)	(1.997.344)	9.676	(1.987.668)	(1.885.865)	9.411	(1.876.454)
Lucro (prejuízo) bruto	(91.720)	9.676	(82.044)	7.732	9.411	17.143
Receitas (despesas) operacionais						
Despesas administrativas e comerciais	(196.067)	–	(196.067)	(202.722)	–	(202.722)
Equivalência patrimonial (d)	11.644	(1.197)	10.447	–	–	–
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (a)	(539)	(12.245)	(12.784)	(1.520)	(12.245)	(13.765)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	(276.682)	(3.766)	(280.448)	(196.510)	(2.834)	(199.344)
Resultado financeiro						
Variação cambial	(5.019)	–	(5.019)	(5.018)	–	(5.018)
Receitas financeiras	53.211	–	53.211	54.527	–	54.527
Despesas financeiras (b), (c) e (d)	(343.147)	16.117	(327.030)	(346.176)	14.899	(331.277)
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(571.637)	12.351	(559.286)	(493.177)	12.065	(481.112)
Imposto de renda e contribuição social	5.870	–	5.870	109	–	109
Prejuízo do exercício	(565.767)	12.351	(553.416)	(493.068)	12.065	(481.003)
(Prejuízo) lucro atribuído a Controladora	(565.767)	12.351	(553.416)	(565.767)	12.351	(553.416)
Não controladores	–	–	–	72.699	(286)	72.413

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para exercício findo 01 de janeiro de 2018

	Capital social	Reserva de lucros transações com acionistas	Reservas de incentivos fiscais	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Atribuível a Participação proprietários da controladora	Participação não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (anteriormente apresentado)	786.644	639.358	117.619	92	(1.807.622)	(263.909)	91.462	(172.447)
Efeito de ajustes	–	–	–	–	24.819	24.819	(4.906)	19.913
Saldos em 01 de janeiro de 2018 (apresentados)	786.644	639.358	117.619	92	(1.782.803)	(239.090)	86.556	(152.534)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para exercício findo 31 de dezembro de 2018

	Capital social	Reserva de lucros transações com acionistas	Reservas de incentivos fiscais	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Atribuível a Participação proprietários da controladora	Participação não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (anteriormente apresentado)	1.965.528	748.450	117.619	92	(2.448.373)	383.316	63.925	447.241
Efeito de ajustes	–	–	–	–	7.937	7.937	(4.609)	3.328
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (apresentados)	1.965.528	748.450	117.619	92	(2.440.436)	391.253	59.316	450.569

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para exercício findo 31 de dezembro de 2019

	Capital social	Reserva de lucros transações com acionistas	Reservas de incentivos fiscais	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Atribuível a Participação proprietários da controladora	Participação não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (anteriormente apresentado)	2.865.528	–	117.619	92	(2.276.276)	706.963	59.684	766.647
Efeito de ajustes	–	–	–	–	30.872	30.872	(1.860)	29.012
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (apresentados)	2.865.528	–	117.619	92	(2.245.404)	737.835	59.684	795.659

Demonstração do fluxo de caixa - Exercício findo 31 de dezembro de 2019

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente apresentado	Correção de erros e reclassificações	Valores reapresentados	Originalmente apresentado	Correção de erros e reclassificações	Valores reapresentados
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais	(323.441)	–	(323.441)	(230.333)	10.405	(219.928)
Caixa líquido proveniente da (aplicado nas) atividades de investimento	(44.004)	–	(44.004)	(43.842)	(9.270)	(53.112)
Caixa líquido proveniente da (aplicado nas) atividades de financiamento	324.074	–	324.074	235.331	–	235.331
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(43.371)	–	(43.371)	(38.844)	1.135	(37.709)
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa	8.603	–	8.603	8.603	–	8.603
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	204.897	–	204.897	210.038	156	210.194
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	170.129	–	170.129	179.797	1.291	181.088

Demonstração do fluxo de caixa - Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente apresentado	Correção de erros e reclassificações	Valores reapresentados	Originalmente apresentado	Correção de erros e reclassificações	Valores reapresentados
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais	(200.212)	25.302	(174.910)	(88.667)	25.341	(63.326)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	(201.512)	–	(201.512)	(212.241)	–	(212.241)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	573.625	(25.302)	548.323	499.720	(25.341)	474.379
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	171.901	–	171.901	198.812	–	198.812
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa	(19)	–	(19)	(19)	–	(19)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	170.129	–	170.129	181.088	–	181.088
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	342.011	–	342.011	379.881	–	379.881

Os motivos que resultaram na necessidade de reapresentação estão resumidos a seguir: Saldo de abertura (01 de janeiro de 2018) e saldo final (31 de dezembro de 2018): (a) Alteração pela Administração em 2019 da prática contábil adotada na apresentação dos gastos com fretes sobre vendas na modalidade CIF, que estão relacionados a obrigação de desempenho de entrega dos produtos aos clientes conforme CPC47 (IFRS 15) - Receita de Contrato com o Cliente. Estes fretes eram classificados como despesas comerciais e passaram a ser classificados como custo das vendas. A alteração dessa política foi aplicada de forma retrospectiva. (b) Identificação pela Administração da existência de lucros não realizados nas transações de venda de energia elétrica entre suas controladas Barra Grande, Estreito e Machadinho e a Companhia, os quais deveriam ser apropriados ao resultado do exercício de acordo a realização dos estoques à terceiros. (c) Identificação pela Administração da existência de despesas com importação referentes a aquisição de combustível, as quais deveriam ser apropriadas ao resultado do exercício de acordo com a realização dos estoques. (d) A Administração reavaliou em dezembro de 2020 a provisão constituída inicialmente em 2017 para projetos temporariamente paralisados e, através de parecer jurídico, constatou um excesso de provisão relacionada a obrigações fiscais, decorrente de erro na mensuração da premissa. Adicionalmente, a Administração identificou ativos relacionados aos projetos não considerados inicialmente na constituição da provisão. Foi adotada a abordagem retrospectiva para correção desse valor. (e) Administração identificou na controlada Estreito Participações que o direito de concessão pelo uso do bem público, registrado no contexto do OCPC 05 - Contratos de Concessão, não estava sendo adequadamente amortizado, assim como a correspondente obrigação não estava sendo devidamente atualizada em função dos encargos financeiros equivalentes. (f) Foram identificados pela Administração, itens sobressalentes estratégicos de imobilizados classificados indevidamente no estoque de materiais de manutenção. (g) Foram identificados pela Administração, imobilizados classificados indevidamente como propriedades para investimento, observando o CPC 28, tais itens foram reclassificados para o imobilizado. (h) Foram identificados pela Administração, operações de risco sacado classificados indevidamente como outras contas a pagar, observando a natureza da transação, tais itens foram reclassificados para o grupo de fornecedores. (i) Reavaliação pela Administração do critério de consolidação da subsidiária Comican, em conformidade com o CPC 36 (R3)/(IFRS 10) - Demonstrações Consolidadas, em função da Companhia ter a habilidade de determinar suas políticas financeiras e operacionais, ainda que sua participação no capital votante da subsidiária fosse de 48% em 2019 e 2018. Saldo de 31 de dezembro de 2019: (a) A Administração reavaliou em dezembro de 2020 a provisão constituída inicialmente em 2017 para projetos temporariamente paralisados e, através de parecer jurídico, constatou um excesso de provisão relacionada a obrigações fiscais, decorrente de erro na mensuração da premissa. Adicionalmente, a Administração identificou ativos relacionados aos projetos não considerados inicialmente na constituição da provisão. Foi adotada a abordagem retrospectiva para correção desse valor. (b) A Administração reavaliou os ativos e passivos relacionados a provisão para reconstituição ambiental e descomissionamento de fábricas, e constatou um excesso de provisão ocasionada por erro no cálculo da atualização do passivo a valor presente. (c) Identificação pela Administração de contratos de arrendamentos vigentes que não haviam sido considerados na adoção inicial do CPC 06 (R2)/(IFRS 16) -Arrendamentos, além da necessidade de remensuração (correção) do ajuste a valor presente em três contratos. (d) Administração identificou na controlada Estreito Participações que o direito de concessão pelo uso do bem público, registrado no contexto do OCPC 05 - Contratos de Concessão, não estava sendo adequadamente amortizado, assim como a correspondente obrigação não estava sendo devidamente atualizada em função dos encargos financeiros equivalentes. (e) Foram identificados pela Administração, itens sobressalentes estratégicos de imobilizados classificados indevidamente no estoque de materiais de manutenção. (f) A Administração reavaliou o saldo dos estoques, e identificou sobressalentes estratégicos que foram transferidos para o imobilizado (conforme item "e") e o saldo remanescente alocados aos estoques de curto prazo, visto que, a expectativa de realização é inferior a 12 meses, em conformidade com o CPC 02. (g) A Administração identificou imposto relacionado a verba previdenciária "INSS" alocada indevidamente no grupo de outros ativos, reclassificado à rubrica de impostos a recuperar.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018 (reapresentado)
Caixa e bancos (a)	**6.245**	4.701	22.221	**6.409**	5.102	22.526
Aplicações financeiras	**351.442**	337.310	147.908	**418.687**	374.779	158.562
Total	**357.687**	342.011	170.129	**425.096**	379.881	181.088

(a) Em 31 de dezembro de 2019 possuía saldos em moedas estrangeiras (euros e dólares norte-americanos) equivalentes a R$793 na controladora e no consolidado (R$424 em 31 de dezembro de 2018). Em 2020 a Companhia não possui saldos em moedas estrangeiras em caixa e equivalentes de caixa. As aplicações financeiras são representadas como segue:

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a)	**321.103**	158.877	–	**373.058**	162.464	4.202
Operações compromissadas (b)	**30.322**	138.302	120.767	**45.612**	172.180	122.439
Fundo de renda fixa (c)	**–**	40.131	27.141	**–**	40.135	31.921
Outros	**17**	–	–	**17**	–	–
Total	**351.442**	337.310	147.908	**418.687**	374.779	158.562

Todas as aplicações financeiras são contratadas com instituições financeiras de primeira linha ao preço e condições de mercado. Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até 90 dias, contados da data de contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante. (a) Em 31 de dezembro de 2020, os Certificados de Depósito Bancário - CDBs, possuem rentabilidade entre 96% a 125% do CDI (75% a 98,75% em 31 de dezembro de 2019 e 75% a 96,75% em 31 de dezembro de 2018). (b) Em 31 de dezembro de 2020, as operações compromissadas possuem rentabilidade de 70% do CDI (70% em 31 de dezembro de 2019 e 50% a 70% em 31 de dezembro de 2018). (c) Em 2020, o fundo de renda fixa foi resgatado e alocado em CDB. Em 31 de dezembro de 2019, o fundo de renda fixa possuía rentabilidade de 99,49% do CDI (101,31% em 31 de dezembro de 2018).

5. Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários estão classificados como ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado e são representados como segue:

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Títulos de capitalização	**–**	1.000	**–**	**–**	1.000	–
Debêntures	**–**	–	**–**	**257**	243	–
Depósito em garantia (a)	**5.349**	4.550	4.550	**6.041**	5.510	5.935
Total	**5.349**	5.550	4.550	**6.298**	6.753	5.935
Total - classificado no circulante	**–**	1.000	**–**	**–**	1.000	–
Total - classificado no circulante	**5.349**	4.550	4.550	**6.298**	5.753	5.935

(a) A Companhia efetua compulsoriamente depósitos a título de garantia, em decorrência da postergação parcial do saldo de Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços - ICMS para o Estado de Goiás. No consolidado, inclui também depósitos em garantia da operação em conjunto BAESA e da controlada Estreito, com finalidade de constituir reserva para obrigações com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e Fundação Nacional do Índio - FUNAI, respectivamente.

6. Contas a receber de clientes:

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018 (reapresentado)
Clientes dos mercados interno e externo (a)	**204.643**	93.912	89.543	**205.185**	93.760	89.025
Classificadas no circulante	**3.635**	1.877	2.890	**3.635**	1.877	2.890
Classificadas no circulante	**201.008**	92.035	86.653	**201.550**	91.883	86.135
Provisão para perdas de crédito esperada	**(45.130)**	(48.252)	(46.481)	**(45.130)**	(48.252)	(46.481)
Total líquido no circulante	**155.878**	43.783	40.172	**156.420**	43.631	39.654

(a) Em 27 de dezembro de 2018, a Companhia assinou contrato de cessão de crédito de recebíveis com a Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (parte relacionada), no montante de R$105.719, com deságio total de R$960, registrado na rubrica "Despesas financeiras". Em 27 de dezembro de 2019, a Companhia assinou contrato de cessão de crédito de recebíveis com instituição financeira, sem direito a regresso, no montante de R$90.843, com deságio total de R$492, registrado na rubrica "Despesas financeiras". Em 2020, não houve cessão similar. A Companhia constitui provisão para perdas de crédito esperada com base na avaliação individualizada de determinados clientes, os quais estão em processo de recuperação judicial ou inadimplência recorrente, e constituiu provisão de 100% do saldo de contas a receber com esses clientes. Para os demais clientes é considerada a perda esperada pela Companhia no montante a receber, mediante análise de riscos e levando em consideração a análise histórica da recuperação dos valores em atraso. Vide nota 2.4.1.

Composição das contas a receber por vencimento:

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
A vencer	**156.539**	35.297	37.545	**157.081**	35.145	37.027
Vencidos:						
0 a 30 dias	**2.588**	6.923	5.777	**2.588**	6.923	5.777
31 a 60 dias	**405**	868	866	**405**	868	866
61 a 90 dias	**136**	660	1.381	**136**	660	1.381
91 a 180 dias	**305**	1.739	1.280	**305**	1.739	1.280
181 dias ou mais	**44.670**	48.425	42.694	**44.670**	48.425	42.694
Total	**204.643**	93.912	89.543	**205.185**	93.760	89.025

Movimentação da provisão para perdas de crédito esperada:

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Saldo no início período	**48.252**	46.481	40.488	**48.252**	46.481	40.488
Constituições/reversões, líquidas	**(1.413)**	1.808	6.259	**(1.413)**	1.808	6.259
Montantes baixados no período como incobráveis	**(1.709)**	(37)	(266)	**(1.709)**	(37)	(266)
Saldo no fim do período	**45.130**	48.252	46.481	**45.130**	48.252	46.481

7. Estoques:

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019 (reapresentado)	2018 (reapresentado)	2020	2019 (reapresentado)	2018 (reapresentado)
Produtos acabados	**41.763**	40.166	43.004	**39.793**	38.638	40.526
Produtos em elaboração	**86.270**	86.344	117.082	**81.935**	82.778	111.302
Matéria-prima	**133.946**	121.706	121.148	**134.010**	121.746	121.235
Combustíveis	**54.251**	70.805	79.197	**54.297**	71.428	79.703
Almoxarifado	**96.080**	108.285	123.425	**96.080**	108.415	123.548
Adiantamento a fornecedores	**58.956**	23.210	28.933	**58.956**	5.360	6.083
Estoque em trânsito (a)	**22.496**	–	35.589	**22.496**	–	35.589
Embalagem e outros	**5.756**	6.473	4.183	**5.756**	6.473	4.184
Provisão para realização (b)	**(152.074)**	(46.417)	(63.526)	**(152.074)**	(46.417)	(63.526)
Total	**347.444**	410.572	489.035	**341.249**	388.421	458.644
Circulante	**347.444**	323.696	419.739	**341.249**	301.545	389.348
Não circulante (c)	**–**	86.876	69.296	**–**	86.876	69.296

A movimentação da provisão para perdas de estoques é demonstrada como segue:

	2020	2019	2018
Saldo no início do exercício	**46.417**	63.526	67.761
Constituições (d)	**124.052**	22.810	61.182
Baixas (e)	**(18.395)**	(39.919)	(65.417)
Saldo no fim do exercício	**152.074**	46.417	63.526

(a) Refere-se à transação de importação de matéria-prima com a parte relacionada Intercement Trading e Inversiones, com cláusula contratual "incoterm" CFR (cost and freight - custo e frete), onde a partir do momento em que a mercadoria cruza o navio, todos os benefícios e responsabilidades passam a ser do comprador. (b) Em 2020 as provisões para realização referem-se essencialmente a estoques de matéria-prima e estoques de fábricas paralisadas temporariamente. Em relação à matéria-prima, a companhia possuía até 1º de janeiro de 2021 contrato com cláusula "take or pay" para aquisição de escória bruta, conforme citado na nota explicativa nº 27, após o encerramento deste contrato, as condições de mercado tornaram o produto menos atrativo no mercado, fato que levou a Companhia a reavaliar os estoques e constituir a provisão, com a contrapartida no grupo do CPV (custo do produto vendido). Em 2019 e 2018, as provisões para realização referem-se essencialmente a estoques de fábricas paralisadas temporariamente. (c) Referem-se a estoques de matéria-prima adquiridos através de contrato com cláusula "take or pay", e que possui previsão de utilização além de doze meses, tais estoques foram provisionados em 2020 conforme item (b). (d) Em 31 de dezembro de 2020, referem-se essencialmente a estoque de matéria-prima conforme item (b), em 31 de dezembro de 2019 e 2018, referem-se à provisão para perda de estoques das fábricas paralisadas temporariamente. (e) Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, as baixas referem-se às contabilizações das perdas efetivas de estoques descartados.

continua

InterCement BRASIL

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 62.258.884/0001-36

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS CONDENSADAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 de Dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Impostos a recuperar:

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019 (reapresentado)	2018	2020	2019 (reapresentado)	2018
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	**8.944**	6.856	5.095	**9.229**	7.520	5.764
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	**27.419**	28.319	32.430	**27.419**	28.319	32.430
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a recuperar (a)	**30.632**	130.106	267.944	**30.922**	130.270	268.035
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras	**1.127**	1.910	1.540	**1.462**	2.043	1.696
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI (b)	**6.874**	30.757	18.684	**6.874**	30.757	18.684
Contribuição Previdenciária sobre Verbas Indenizatórias	**13.161**	13.051	–	**13.161**	13.051	–
Impostos antecipados e outros	**160**	423	150	**168**	430	156
Total	**88.317**	211.422	325.843	**89.235**	212.390	326.765
Classificados no circulante	**39.347**	74.184	61.493	**40.265**	75.152	62.415
Classificados no não circulante	**48.970**	137.238	264.350	**48.970**	137.238	264.350

(a) Em 2018, a Companhia registrou PIS e COFINS a recuperar no montante de R$254.421, sendo R$134.642 de principal e R$119.780 de atualização monetária, reconhecido em sua demonstração de resultados, respectivamente, nas rubricas de Outras receitas operacionais e Receitas financeiras, em decorrência do trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, pagos pela Cimpor Cimentos do Brasil (incorporada pela Companhia em dezembro de 2013) nos períodos de junho de 2005 a fevereiro de 2013. Em 2019, a Receita Federal do Brasil publicou a Instrução Normativa 1911/2019 ("IN"), que limita aos contribuintes o aproveitamento do crédito de PIS e COFINS mencionado no item (a) acima, criando uma expectativa de que a Receita Federal do Brasil somente homologará a parte calculada de acordo com essa IN (incontroversa) do crédito em discussão. Diante deste fato, a Companhia alienou parte dos créditos a um fundo de investimento, referente à parcela incontroversa, na forma de precatórios e com deságio de aproximadamente 70%, pelo montante de R$54.091, tendo provisionado a totalidade dos créditos remanescentes. Em 2019, a Companhia registrou novos créditos de PIS e COFINS no montante de R$88.698, sendo R$54.857 de principal e R$33.841 de atualização monetária, reconhecendo em sua demonstração de resultado, respectivamente, nas rubricas de Outras receitas operacionais e de Receitas financeiras, relativos a créditos tributários incontroversos em decorrência do trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Com base no deságio observado na venda dos créditos anteriormente registrados e considerando a intenção de venda futura em forma de precatórios, o registro levou em consideração o deságio de 70% em função do valor dos créditos previstos. O valor do crédito total é de R$295.655. Em julho de 2020, a Companhia alienou esses créditos a um fundo de investimento, pelo montante de R$131.000, gerando um ganho de R$40.760, sendo R$26.164 de principal e R$14.596 de atualização monetária, reconhecido em sua demonstração de resultados, respectivamente, nas linhas de outras receitas operacionais e de receitas financeiras. (b) Durante o ano de 2020, a Companhia realizou parte dos créditos de IPI através de compensações com impostos previdenciários.

9. Investimentos - Controladora:

	Participação no capital social - %			Ações/cotas possuídas			Patrimônio líquido			Resultado do exercício			Transação com acionista	Resultado de equivalência patrimonial			Saldo dos Investimentos		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018	2020	2019	2018	2020	2019	2018	2020	2020	2019 (reapresentado)	2018 (reapresentado)	2020	2019 (reapresentado)	2018 (reapresentado)
Controladas:																			
Barra Grande Participações S.A. (a)	**80,07**	80,07	80,07	**51.348.455**	51.348.455	51.348.455	**70.998**	70.355	72.016	**36.041**	26.074	23.547	–	**7.231**	4.842	14.703	**55.619**	55.293	55.997
CECC Incorporadora e Administradora de Bens Ltda. (b)	–	–	100,00	–	–	37.261.303	–	–	37.311	–	–	–	–	–	–	–	–	–	37.311
Companhia de Mineração Candiota (c) e (g)	**96,51**	48,00	48,00	**20.605.360**	480.000	480.000	**13.187**	(1.707)	(2.829)	**(5.925)**	1.123	1.152	**(1.643)**	**(5.160)**	539	553	**12.727**	(819)	(1.358)
Estreito Participações S.A. (d)	**80,82**	80,82	80,82	**146.769.168**	146.769.168	146.769.168	**200.001**	197.784	204.271	**21.478**	15.135	17.629	–	**5.323**	(226)	5.663	**160.107**	158.742	163.293
Eco Processa Tratamento de Resíduos Ltda.	**100,00**	100,00	100,00	**700**	700	700	**268**	302	271	**(34)**	31	7	–	**(34)**	31	7	**268**	302	271
Machadinho Participações S.A. (e)	**80,15**	80,15	80,15	**25.484.220**	25.484.220	25.484.220	**39.976**	38.715	44.386	**39.416**	37.354	36.167	–	**7.776**	5.281	22.443	**29.672**	29.019	32.343
Neogera Investimentos em Inovação Ltda.	**100,00**	100,00	100,00	**580.000**	580.000	580.000	**682**	699	719	**(16)**	(20)	(54)	–	**(17)**	(20)	(54)	**682**	699	719
														15.119	10.447	43.315	**259.075**	243.236	288.576
Operações em conjunto:																			
CCEscom Cement (f)	**50,10**	50,10	50,10	**9.018**	9.018	9.018	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
														–	–	–	–	–	–
Total														**15.119**	10.447	43.315	**259.075**	243.236	288.576
														Classificados no ativo			**259.075**	244.055	289.935
														Classificados no passivo (Outras obrigações)			–	(819)	(1.359)

(a) Em 9 de outubro de 2018, a Companhia converteu 653.405 ações ordinárias, da controlada Barra Grande Participações, em ações preferenciais e posteriormente alienou a totalidade das ações preferenciais, equivalente a 1,02% de participação acionária, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.3(a). O resultado de equivalência patrimonial da controlada considera a distribuição desproporcional dos lucros, aos detentores das ações preferenciais, conforme previsto no estatuto social e acordo de acionistas. (b) Em 19 de dezembro de 2019, a controlada CECC Incorporadora e Administradora de bens, foi incorporada na Companhia. (c) Em 28 de junho de 2020 e 14 de outubro de 2020, a Companhia aprovou o aumento de capital na controlada, Companhia de Mineração Candiota "Comican", de 17.850.000 ações e de 15.000.000 ações, respectivamente, integralizando mediante créditos detidos contra esta mesma controlada, no montante de R$17.850 e R$2.500 mediante aporte em caixa, e o restante a ser integralizado até outubro de 2021. Com referido aumento de capital, a controlada Comican passa a ter 33.850.000 sendo 33.370.000 ações ordinárias e 480.000 ações preferenciais conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.3. (d) Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia aumentou o capital social da controlada Estreito, no montante de R$208, com emissão de 200.000 ações ordinárias e destinou R$22.979 para a conta de reserva de capital, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.3(e). O resultado de equivalência patrimonial da controlada considera a distribuição desproporcional dos lucros, aos detentores das ações preferenciais, conforme previsto no estatuto social e acordo de acionistas. (e) Em 9 de outubro de 2018, a Companhia converteu 365.650 ações ordinárias, da controlada Machadinho Participações, em ações preferenciais e posteriormente alienou a totalidade das ações preferenciais, equivalente a 1,15% de participação acionária, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.3(f). O resultado de equivalência patrimonial da controlada considera a distribuição desproporcional dos lucros, aos detentores das ações preferenciais, conforme previsto no estatuto social da companhia e acordo de acionistas. (f) Em 30 de abril de 2016, a Companhia constituiu provisão para perda da totalidade de sua participação na controlada em conjunto CCEscom Cement, no montante de R$8.205. A Companhia entende que a provisão deve ser mantida para 31 de dezembro de 2020, pois não houve alteração nos critérios para reconhecimento da provisão. A Companhia está buscando o encerramento da participação na Controlada em conjunto CCEscom Cement. (g) Investimento reclassificado para outras obrigações no passivo não circulante: As informações sobre as principais controladas e operações em conjunto em 31 de dezembro de 2020, 2019 e de 2018 são como segue: Barra Grande Participações S.A.: companhia brasileira constituída em 22 de abril de 2015, com o objetivo de participar em outras empresas. Em 31 de dezembro de 2020, possui a participação na Companhia BAESA, que tem como objetivo principal explorar o potencial de energia hidráulica, construir e manter a propriedade da usina hidrelétrica Barra Grande ("UHE Barra Grande") e comercializar ou utilizar a energia elétrica produzida pelo prazo de concessão. A controlada Barra Grande adota o método de equivalência patrimonial para a contabilização desta operação em conjunto, com base na existência de acordo de acionistas. Camargo Corrêa Escom Cement B.V.: companhia holandesa que tem como objetivo participar, investir e gerenciar outras companhias. Atualmente possui investimento na companhia Palanca Cimentos em Angola. A Companhia constituiu provisão para perda sobre essa investida, conforme mencionado na nota explicativa nº 9. (f). Neogera Investimentos em Inovação Ltda.: sociedade brasileira constituída em 16 de outubro de 2014, com o objetivo de conduzir e investir em projetos de inovação. Machadinho Participações S.A.: sociedade brasileira constituída em 22 de abril de 2015, com o objetivo de participar em outras empresas. Em 31 de dezembro de 2020, possui a participação no Consórcio Machadinho. Estreito Participações S.A.: sociedade brasileira constituída em 22 de abril de 2015, com o objetivo de participar em outras empresas. Em 31 de dezembro de 2020, possui a participação no Consórcio CESTE. A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

	Controladora
Saldo em 1º de janeiro de 2018 (reapresentado)	252.382
Aumento de capital (a)	200
Baixas (b)	(1.676)
Equivalência patrimonial	43.315
Perda na variação de participação	(4.409)
Outras transações de capital	(1.236)
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	288.576
Baixas (b)	(37.311)
Equivalência patrimonial	10.447
Dividendos recebidos (c)	(18.476)
Saldo em 31 de dezembro de 2019(reapresentado)	**243.236**
Aumento de capital (a)	**20.350**
Equivalência patrimonial	**15.119**
Dividendos recebidos (c)	**(17.987)**
Outras transações de capital (d)	**(1.643)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**259.075**

(a) Em 2018, refere-se a aumento de capital na sua controlada Neogera, no montante de R$200. Em 2020, refere-se a aumento de capital na controlada Companhia de Mineração Candiota. (b) Em 2019, refere-se à incorporação da controlada CECC Incorporadora e Administradora de bens, no montante de R$37.311. Em 2018, refere-se à redução de participação pela venda parcial das suas controladas Barra Grande e Machadinho Participações, nos montantes de R$891 e R$785 respectivamente (c) Refere-se a dividendos recebidos das controladas Barra Grande e Machadinho Participações, durante o ano de 2020 e de 2019. (d) Perda na variação de participação referente a controlada Companhia de mineração Candiota.

10. Propriedades para investimento: A Companhia possui usinas de concreto mantidas para fins de renda de aluguel de longo prazo. As propriedades estão registradas ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, pelas vidas úteis estimadas. O saldo de propriedade para investimento é composto como segue:

	Controladora e Consolidado								
	2020			2019			2018		
	Custo	Depreciação	Valor líquido	Custo	Depreciação	Valor líquido	Custo	Depreciação	Valor líquido
Propriedade para investimento	5.217	(2.656)	**2.561**	8.472	(3.690)	**4.782**	16.515	(6.892)	**9.623**

A movimentação de propriedade para investimento é demonstrada como segue:

	Controladora
Saldo em 01 de janeiro de 2018	17.157
Baixas	(5.967)
Depreciações	(1.566)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**9.624**
Transferência imobilizado	(4.290)
Depreciações	(552)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**4.782**
Baixas	(1.893)
Adição	234
Depreciações	(562)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.561**

Após estudo de avaliador independente foi determinado um valor justo no montante de R$40.015, referente a 10 propriedades para investimento. Como as propriedades para investimento são mantidas a custo, não houve indicativos de *impairment* quando da avaliação do valor de realização em 31 de dezembro de 2020.

11. Imobilizado:

	Controladora									Consolidado								
	2020				2019 (reapresentado)				2018 (reapresentado)									
	Custo	Depreciação	Ajuste ao valor de realização	Valor líquido	Custo	Depreciação	Ajuste ao valor de realização	Valor líquido	Custo	Depreciação	Ajuste ao valor de realização	Valor líquido	Custo	Depreciação	Ajuste ao valor de realização	Valor líquido	Custo	Depreciação	Ajuste ao valor de realização	Valor líquido
Terrenos	**150.046**	–	**(27.310)**	**122.736**	152.463	–	(27.088)	125.375	125.678	–	–	125.678	**167.841**	–	**(27.088)**	**140.753**	**178.623**	–	–	**178.623**
Edifícios	**1.465.175**	**(847.225)**	**(59.866)**	**558.084**	1.425.811	(810.394)	(98.010)	517.407	1.445.603	(796.814)	–	(133.327)	**1.480.202**	**(854.237)**	**(59.866)**	**566.099**	**1.440.739**	**(816.886)**	–	**623.853**
Máquinas e equipamentos (a)	**2.965.802**	**(2.212.994)**	**(73.512)**	**679.296**	2.868.954	(2.102.166)	(101.810)	664.978	2.827.027	(2.029.277)	–	(136.620)	**3.094.720**	**(2.269.919)**	**(73.512)**	**751.289**	**2.997.230**	**(2.154.298)**	**(101.810)**	**741.122**
Veículos (a)	**52.724**	**(46.263)**	**–**	**6.461**	51.776	(41.987)	(579)	9.210	61.152	(44.811)	(1.910)	14.431	**52.799**	**(46.332)**	**–**	**6.467**	51.850	(42.046)	(579)	9.225
Móveis e utensílios	**20.034**	**(18.857)**	**(76)**	**1.101**	19.782	(18.530)	(142)	1.110	19.847	(17.957)	(225)	1.665	**20.227**	**(18.977)**	**(76)**	**1.174**	19.974	(18.644)	(142)	1.188
Peças de reposição	**41.663**	**(6.561)**	**(1.504)**	**33.598**	40.070	(9.245)	(1.970)	28.855	33.093	(7.966)	(1.339)	23.788	**41.663**	**(6.561)**	**(1.504)**	**33.598**	40.070	(9.245)	(1.970)	28.855
Adiantamento a fornecedores (e)	**80.427**	**–**	**(31.705)**	**48.722**	81.050	–	(32.396)	48.654	82.305	–	(33.112)	49.193	**80.427**	**–**	**(31.705)**	**48.722**	81.051	–	(32.396)	48.655
Imobilizado em andamento (b)	**790.709**	**–**	**(499.985)**	**290.724**	827.570	–	(576.256)	251.314	835.702	–	(568.735)	266.967	**791.970**	**–**	**(499.985)**	**291.985**	828.873	–	(576.256)	252.617
Outros	**18.741**	**(12.155)**	**(26)**	**6.560**	31.204	(12.626)	(53)	18.525	40.341	(15.542)	(82)	24.717	**18.788**	**(12.182)**	**(26)**	**6.560**	31.231	(12.652)	(53)	18.526
Total	**5.585.321**	**(3.144.055)**	**(693.984)**	**1.747.282**	5.498.680	(2.994.948)	(838.304)	1.665.428	5.470.748	(2.912.367)	(875.350)	1.683.031	**6.026.995**	**(3.322.961)**	**(693.984)**	**2.010.050**	5.939.636	(3.157.508)	(838.304)	1.943.824

Controladora
Movimentação 2020

	Saldo 31.12.2019 (reapresentado)	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências (h)	Ajuste ao valor de realização (c)	Saldo 31.12.2020
Terrenos	**125.375**	–	**(3.268)**	**851**	**(222)**	**122.736**	
Edifícios	**517.407**	**14.764**	**(7.141)**	**(41.645)**	**36.555**	**38.144**	**558.084**
Máquinas e Equipamentos	**664.978**	**82.259**	**(10.210)**	**(157.852)**	**71.822**	**28.299**	**679.296**
Veículos	**9.210**	**37**	**–**	**(4.542)**	**1.177**	**579**	**6.461**
Móveis e utensílios	**1.110**	**255**	**–**	**(576)**	**246**	**66**	**1.101**
Peças de reposição	**28.855**	**9.582**	**–**	**(412)**	**(4.893)**	**466**	**33.598**
Adiantamento a fornecedores	**48.654**	**–**	**(623)**	**–**	**–**	**691**	**48.722**
Imobilizado em andamento	**251.314**	**96.264**	**–**	**–**	**(133.125)**	**76.271**	**290.724**
Outros	**18.525**	**–**	**1.865**	**(1.002)**	**(12.854)**	**26**	**6.560**
Total	**1.665.428**	**203.161**	**(19.377)**	**(206.029)**	**(40.221)**	**144.320**	**1.747.282**

Consolidado
Movimentação 2020

	Saldo 31.12.2019 (reapresentado)	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências (h)	Ajuste ao valor de realização	Saldo 31.12.2020
Terrenos	**136.234**	**–**	**(3.268)**	**(556)**	**851**	**(222)**	**133.039**
Edifícios	**525.843**	**14.764**	**(7.142)**	**(42.165)**	**36.555**	**38.144**	**566.099**
Máquinas e Equipamentos	**741.122**	**82.258**	**(10.209)**	**(162.649)**	**72.468**	**28.299**	**751.289**
Veículos	**9.225**	**37**	**(1)**	**(4.551)**	**1.178**	**579**	**6.467**
Móveis e utensílios	**1.188**	**256**	**(5)**	**(580)**	**249**	**66**	**1.174**
Reservatórios, barragens e adutoras	**181.559**	**–**	**–**	**(10.460)**	**18**	**–**	**171.117**
Peças de reposição	**28.855**	**9.583**	**–**	**(414)**	**(4.892)**	**466**	**33.598**
Adiantamento a fornecedores	**48.655**	**–**	**(624)**	**–**	**–**	**691**	**48.722**
Imobilizado em andamento	**252.617**	**96.989**	**–**	**–**	**(133.892)**	**76.271**	**291.985**
Outros	**18.526**	**–**	**–**	**1.866**	**(1.002)**	**(12.856)**	**6.560**
Total	**1.943.824**	**203.887**	**(19.383)**	**(222.377)**	**(40.221)**	**144.320**	**2.010.050**

Controladora
Movimentação 2019

	Saldo 31.12.2018 (reapresentado)	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências (h)	Ajuste ao valor de realização (c)	Transferência de propriedade para Investimento (g)	Incorporação (f)	Saldo 31.12.2019 (reapresentado)
Terrenos	125.678	– (14.173)	–	–	1.184	(27.088)	2.462	37.312	125.375
Edifícios	515.462	23.323	(61.403)	(40.529)	43.409	35.317	1.828	–	517.407
Máquinas e Equipamentos	661.130	77.109	(13.549)	(147.414)	52.892	34.810	–	–	664.978
Veículos	14.431	275	(1.715)	(5.194)	82	1.331	–	–	9.210
Móveis e utensílios	1.665	96	(3)	(759)	28	83	–	–	1.110
Peças de reposição	23.788	2.728	(2)	(1.290)	4.261	(630)	–	–	28.855
Adiantamento a fornecedores	49.193	–	(1.255)	–	–	716	–	–	48.654
Imobilizado em andamento	266.967	109.574	–	–	(117.706)	(7.521)	–	–	251.314
Outros	24.717	633	(6.420)	617	(1.050)	28	–	–	18.525
Total	1.683.031	213.738	(98.520)	(194.569)	(16.900)	37.046	4.290	37.312	1.665.428

Consolidado
Movimentação 2019

	Saldo 31.12.2018 (reapresentado)	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências (h)	Ajuste ao valor de realização	Transferência para propriedade para Investimento	Saldo 31.12.2019 (reapresentado)
Terrenos	174.642	– (14.172)		(538)	928	(27.088)	2.462	136.234
Edifícios	523.756	23.386	(61.403)	(41.038)	43.997	35.317	1.828	525.843
Máquinas e Equipamentos	740.539	77.447	(13.549)	(152.151)	54.026	34.810	–	741.122
Veículos	14.448	275	(1.716)	(5.204)	91	1.331	–	9.225
Móveis e utensílios	1.692	104	(2)	(766)	77	83	–	1.188
Reservatórios, barragens e adutoras	191.888	82	–	(10.425)	14	–	–	181.559
Peças de reposição	23.787	2.728	(2)	(1.290)	4.262	(630)	–	28.855
Adiantamento a fornecedores	49.195	–	(1.256)	–	–	716	–	48.655
Imobilizado em andamento	268.928	110.461	–	–	(119.251)	(7.521)	–	252.617
Outros	24.717	631	(6.420)	617	(1.047)	28	–	18.526
Total	2.013.592	215.114	(98.520)	(210.795)	(16.903)	37.046	4.290	1.943.824

Controladora
Movimentação 2018

	Saldo 01.01.2018 (reapresentado)	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências (h)	Ajuste ao valor de realização (c)	Saldo 31.12.2018 (reapresentado)
Terrenos	123.981	–	(8)	–	1.705	–	125.678
Edifícios	604.366	3.796	(1.758)	(37.961)	13.613	(66.594)	515.462
Máquinas e Equipamentos	765.686	45.736	(241)	(135.705)	35.949	(50.295)	661.130
Veículos	20.517	–	(692)	(5.747)	–	353	14.431
Móveis e utensílios	2.544	140	(1)	(1.139)	329	(208)	1.665
Minas e Jazidas	68.101	6.466	–	(18.532)	(56.035)	–	–
Peças de reposição	23.055	3.722	–	(2.132)	(168)	(689)	23.788
Adiantamento a fornecedores	51.664	–	(109)	–	(457)	(1.905)	49.193
Imobilizado em andamento	261.471	112.312	(2.264)	–	(59.694)	(44.858)	266.967
Outros	17.234	–	–	(1.573)	9.138	(82)	24.717
Total	1.938.619	172.172	(4.151)	(203.711)	(55.620)	(164.278)	1.683.031

Consolidado
Movimentação 2018

	Saldo 01.01.2018 (reapresentado)	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências (h)	Ajuste ao valor de realização	Saldo 31.12.2018 (reapresentado)
Terrenos	173.484	–	(8)	(539)	1.705	–	174.642
Edifícios	613.161	3.804	(1.758)	(38.470)	13.613	(66.594)	523.756
Máquinas e Equipamentos	849.719	45.835	(241)	(140.428)	35.949	(50.295)	740.539
Veículos	20.544	–	(693)	(5.756)	–	353	14.448
Móveis e utensílios	2.577	138	–	(1.144)	329	(208)	1.692
Minas e Jazidas	68.101	6.465	–	(18.531)	(56.035)	–	–
Reservatórios, barragens e adutoras	202.290	22	(1.238)	(9.186)	–	–	191.888
Peças de reposição	23.055	3.724	–	(2.135)	(168)	(689)	23.787
Adiantamento a fornecedores	51.664	–	(107)	–	(457)	(1.905)	49.195
Imobilizado em andamento	262.110	113.658	(2.288)	–	(59.694)	(44.858)	268.928
Outros	17.235	–	–	(1.573)	9.138	(83)	24.717
Total	2.283.940	173.646	(5.411)	(218.684)	(55.620)	(164.279)	2.013.592

continua

InterCement BRASIL

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 62.258.884/0001-36

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS CONDENSADAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 de Dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) Nas rubricas "Máquinas e equipamentos" e "Veículos" existem, em 31 de dezembro de 2020, bens que foram adquiridos para as unidades de produção de concreto, por meio de contratos de financiamento (FINAME), que são garantidos pelos próprios bens financiados. O financiamento original corresponde a 90% do valor total dos bens e, em 31 de dezembro de 2020, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 15, o saldo a pagar (FINAME) é de R$4.966 (R$7.144 e R$ 9.540 em 31 de dezembro de 2019 e 2018). (b) Os saldos referem-se substancialmente a projetos para expansão de unidades e melhorias no processo produtivo, sendo que alguns desses projetos foram paralisados temporariamente e ajustados ao valor de realização, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11(c). (c) Tendo em vista o contexto macroeconômico no Brasil nos últimos anos, que resulta na redução do consumo de cimento, a Administração decidiu realizar algumas ações como segue: Em 2018, a Administração decidiu concentrar esforços nas plantas com melhores margens, portanto, a Companhia registrou perdas adicionais por redução ao valor recuperável no valor de R$164.279, que poderão ser revertidas assim que as condições de mercado permitirem a recuperação dessas operações. Em 2019, como um esforço contínuo para focar em plantas com melhores margens, a Administração registrou perdas adicionais por redução ao valor recuperável para certas plantas no valor de R$83.473, e reverteu perdas por redução ao valor recuperável no valor de R$ 48.573 para plantas que melhoraram seu desempenho durante 2019. Além disso, a provisão para redução ao valor recuperável também foi impactada positivamente em R$72.316 devido à baixa dos ativos da usina de Cubatão, resultando na reversão de seu valor contábil que estava totalmente prejudicado em anos anteriores e tal montante é compensado pela baixa dos ativos (Ver baixas contábeis acima). Em 2020, com o crescimento do mercado brasileiro em preços e volumes e expectativa de expansão da demanda para 2021, a Administração voltou a operar algumas linhas de produção, resultando em perda por redução ao valor recuperável (reversão) de R$144.320. A expectativa da Companhia é que a economia brasileira continue crescendo em 2021 e nos próximos anos, com base em fatores como tom expansivo da política monetária e aumento da confiança dos investidores. (d) De acordo com o Contrato de Concessão, os terrenos vinculados às UHEs Barra Grande e Estreito, são depreciados linearmente pelo prazo de concessão, e passarão ao final da concessão a integrar o patrimônio da União. (e) Em dezembro de 2020, 2019 e de 2018, na controladora referem-se essencialmente a expansão das fábricas de Caxitu e Cezarina. (f) Refere-se a terrenos registrados na controlada CECC na data da incorporação, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.3.(c). (g) Refere-se substancialmente terrenos anteriormente arrendados, que em 2019 retornou ao ativo imobilizado. Adicionalmente, ao longo de 2020 alguns desses terrenos foram vendidos, conforme mencionado na nota explicativa nº 25.(a). (h) Refere-se à transferência dos ativos em andamento para as classes do imobilizado e/ou intangível.

12. Intangível:

	Controladora											
	2020				2019 (reapresentado)				2018 (reapresentado)			
	Custo	Amortização e exaustão	Ajuste ao valor de realização (d)	Valor líquido	Custo	Amortização e exaustão	Ajuste ao valor de realização (d)	Valor líquido	Custo	Amortização e exaustão	Ajuste ao valor de realização (d)	Valor líquido
Direitos de exploração de minas (a)	**304.668**	**(153.619)**	**(67.534)**	**83.515**	282.457	(128.087)	(10.958)	143.412	272.198	(104.856)	–	167.342
Direitos de uso de software	**75.355**	**(66.654)**	**(92)**	**8.609**	62.151	(59.936)	(142)	2.073	60.742	(59.579)	(255)	908
Gastos com desenvolvimento de projetos	**166.349**	**(153.670)**	**(108)**	**12.571**	161.270	(148.526)	(24)	12.720	159.637	(143.791)	(129)	15.717
Marcas e patentes e outros	**27.609**	**(15.096)**	**(1.266)**	**11.247**	24.890	(15.376)	(47)	9.467	22.468	(14.265)	(1.360)	6.843
	573.981	**(389.039)**	**(69.000)**	**115.942**	530.768	(351.925)	(11.171)	167.672	515.045	(322.491)	(1.744)	190.810

	Controladora											
	2020				2019 (reapresentado)				2018 (reapresentado)			
Ágio:	Custo	Amortização e exaustão	Ajuste ao valor de realização	Valor líquido	Custo	Amortização e exaustão	Ajuste ao valor de realização	Valor líquido	Custo	Amortização e exaustão	Ajuste ao valor de realização	Valor líquido
CBC - Companhia Brasileira de Concreto (b)	**102.633**	–	–	**102.633**	102.633	–	–	102.633	102.633	–	–	102.633
RA Participações de Investimentos Ltda. (b)	**14.882**	–	–	**14.882**	14.882	–	–	14.882	14.882	–	–	14.882
Cia. Industrial e Mercantil de Cimentos S.A. (b)	**75.801**	–	–	**75.801**	75.801	–	–	75.801	75.801	–	–	75.801
Incorporação da Goiás (c)	**16.361**	–	–	**16.361**	16.361	–	–	16.361	16.361	–	–	16.361
Incorporação da Cimento Brumado (c)	**59.983**	–	–	**59.983**	59.983	–	–	59.983	59.983	–	–	59.983
Aquisição de centrais de concreto (c)	**8.794**	–	–	**8.794**	8.794	–	–	8.794	8.794	–	–	8.794
Outros	**22.858**	–	–	**22.858**	22.858	–	–	22.858	22.858	–	–	22.858
	301.312	–	–	**301.312**	301.312	–	–	301.312	301.312	–	–	301.312
Total intangível Controladora	**875.293**	**(389.039)**	**(69.000)**	**417.254**	832.080	(351.925)	(11.171)	468.984	816.357	(322.491)	(1.744)	492.122

	Consolidado											
	2020				2019 (reapresentado)				2018 (reapresentado)			
	Custo	Amortização e exaustão	Ajuste ao valor de realização (d)	Valor líquido	Custo	Amortização e exaustão	Ajuste ao valor de realização (d)	Valor líquido	Custo	Amortização e exaustão	Ajuste ao valor de realização (d)	Valor líquido
Direitos de exploração de minas (a)	**344.511**	**(178.872)**	**(67.534)**	**98.105**	315.184	(146.518)	(10.958)	157.708	296.449	(116.827)	–	179.622
Bens vinculados à concessão	**21.044**	**(9.154)**	–	**11.890**	20.635	(8.422)	–	12.213	20.167	(7.713)	–	12.454
Direitos de uso de software	**75.472**	**(66.811)**	**(92)**	**8.569**	62.267	(60.088)	(142)	2.037	60.851	(59.677)	(255)	919
Gastos com desenvolvimento de projetos	**183.626**	**(170.945)**	**(108)**	**12.573**	178.547	(165.804)	(24)	12.719	176.914	(161.068)	(129)	15.717
Marcas e patentes e outros	**27.961**	**(15.276)**	**(1.266)**	**11.419**	25.242	(15.544)	(47)	9.651	22.821	(14.480)	(1.360)	6.981
	652.614	**(441.058)**	**(69.000)**	**142.556**	601.875	(396.376)	(11.171)	194.328	577.202	(359.765)	(1.744)	215.693

	Controladora											
	2020				2019 (reapresentado)				2018 (reapresentado)			
Ágio:	Custo	Amortização e exaustão	Ajuste ao valor de realização	Valor líquido	Custo	Amortização e exaustão	Ajuste ao valor de realização	Valor líquido	Custo	Amortização e exaustão	Ajuste ao valor de realização	Valor líquido
CBC - Companhia Brasileira de Concreto (b)	**102.633**	–	–	**102.633**	102.633	–	–	102.633	102.633	–	–	102.633
RA Participações de Investimentos Ltda. (b)	**14.882**	–	–	**14.882**	14.882	–	–	14.882	14.882	–	–	14.882
Cia. Industrial e Mercantil de Cimentos S.A. (b)	**75.801**	–	–	**75.801**	75.801	–	–	75.801	75.801	–	–	75.801
Incorporação da Goiás (c)	**16.361**	–	–	**16.361**	16.361	–	–	16.361	16.361	–	–	16.361
Incorporação da Cimento Brumado (c)	**59.983**	–	–	**59.983**	59.983	–	–	59.983	59.983	–	–	59.983
Aquisição de centrais de concreto (c)	**8.794**	–	–	**8.794**	8.794	–	–	8.794	8.794	–	–	8.794
Outros	**22.858**	–	–	**22.858**	22.858	–	–	22.858	22.858	–	–	22.858
	301.312	–	–	**301.312**	301.312	–	–	301.312	301.312	–	–	301.312
Total intangível Consolidado	**953.926**	**(441.058)**	**(69.000)**	**443.868**	903.187	(396.376)	(11.171)	495.640	878.514	(359.765)	(1.744)	517.005

Controladora

Movimentação 2020	Saldo em 31.12.2019	Adições	Baixas	Amortizações e exaustões	Transferência	Ajuste ao valor de realização	Saldo em 31.12.2020
Ágio	301.312	–	–	–	–	–	301.312
Direitos de uso de software	2.073	5.088	–	(6.848)	8.245	51	8.609
Direitos de exploração de minas	143.412	–	(121)	(25.771)	22.571	(56.576)	83.515
Gastos com desenvolvimento de projetos	12.720	–	–	(5.256)	5.191	(84)	12.571
Marcas e patentes e outros	9.467	78	(76)	(1.216)	4.214	(1.220)	11.247
	468.984	**5.166**	**(197)**	**(39.091)**	**40.221**	**(57.829)**	**417.254**

Controladora

Movimentação 2019	Saldo em 31.12.2018	Adições	Baixas	Amortizações e exaustões	Transferência	Ajuste ao valor de realização	Saldo em 31.12.2019
Ágio	301.312	–	–	–	–	–	301.312
Direitos de uso de software	908	92	–	(453)	1.413	113	2.073
Direitos de exploração de minas	167.342	2.717	(4.103)	(23.256)	11.670	(10.958)	143.412
Gastos com desenvolvimento de projetos	15.717	196	–	(4.737)	1.439	105	12.720
Marcas e patentes e outros	6.843	31	(40)	(1.058)	2.378	1.313	9.467
	492.122	**3.036**	**(4.143)**	**(29.504)**	**16.900**	**(9.427)**	**468.984**

Controladora

Movimentação 2018	Saldo em 01.01.2018	Adições	Baixas	Amortizações e exaustões	Transferência	Ajuste ao valor de realização	Saldo em 31.12.2018
Ágio	301.312	–	–	–	–	–	301.312
Direitos de uso de software	1.043	108	–	(931)	943	(255)	908
Direitos de exploração de minas	112.792	–	–	–	54.550	–	167.342
Gastos com desenvolvimento de projetos	22.564	1.078	–	(7.600)	(196)	(129)	15.717
Marcas e patentes e outros	8.120	2.086	–	(2.334)	323	(1.352)	6.843
	445.831	**3.272**	**–**	**(10.865)**	**55.620**	**(1.736)**	**492.122**

Consolidado

Movimentação 2020	Saldo em 31.12.2019	Adições	Baixas	Amortizações e exaustões	Transferência	Ajuste ao valor de realização	Saldo em 31.12.2020
Ágio	301.312	–	–	–	–	–	301.312
Direitos de uso de software	2.037	5.088	–	(6.852)	8.244	51	8.568
Direitos de exploração de minas	157.708	7.117	(121)	(28.981)	18.958	(56.576)	98.105
Gastos com desenvolvimento de projetos	12.719	–	–	(5.253)	5.191	(84)	12.573
Marcas e patentes e outros	9.651	78	(76)	(1.227)	4.214	(1.220)	11.420
Bens vinculados à concessão	12.213	408	–	(4.345)	3.614	–	11.890
	495.640	**12.691**	**(197)**	**(46.658)**	**40.221**	**(57.829)**	**443.868**

Consolidado

Movimentação 2019	Saldo em 31.12.2018	Adições	Baixas	Amortizações e exaustões	Transferência	Ajuste ao valor de realização	Saldo em 31.12.2019
Ágio	301.312	–	–	–	–	–	301.312
Direitos de uso de software	919	98	–	(455)	1.362	113	2.037
Direitos de exploração de minas	179.622	11.193	(4.103)	(29.716)	11.670	(10.958)	157.708
Gastos com desenvolvimento de projetos	15.717	193	–	(4.735)	1.439	105	12.719
Marcas e patentes e outros	6.981	31	(40)	(1.065)	2.431	1.313	9.651
Bens vinculados à concessão	12.454	467	–	(708)	–	–	12.213
	517.005	**11.982**	**(4.143)**	**(36.679)**	**16.902**	**(9.427)**	**495.640**

Consolidado

Movimentação 2018	Saldo em 01.01.2018	Adições	Baixas	Amortizações e exaustões	Transferência	Ajuste ao valor de realização	Saldo em 31.12.2018
Ágio	301.312	–	–	–	–	–	301.312
Direitos de uso de software	1.046	110	–	(929)	947	(255)	919
Direitos de exploração de minas	124.505	9.270	–	(8.702)	54.549	–	179.622
Gastos com desenvolvimento de projetos	22.564	1.078	–	(7.600)	(196)	(129)	15.717
Marcas e patentes e outros	8.272	2.086	–	(2.345)	320	(1.352)	6.981
Bens vinculados à concessão	13.133	11	–	(690)	–	–	12.454
	470.832	**12.555**	**–**	**(20.266)**	**55.620**	**(1.736)**	**517.005**

(a) Referem-se essencialmente a gastos com direitos minerários, licenciamentos e gastos relacionados à preparação e ao desenvolvimento de minas. A vida útil foi divulgada na nota explicativa nº 2.2 (iii). (b) Referem-se a ágios pagos na aquisição dessas entidades, que já foram incorporadas pela Companhia. Os ágios foram amortizados pela taxa de 10% ao ano até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização, conforme regulamentação da Deliberação nº 527/07 da CVM, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos". (c) Referem-se à parcela de ágio decorrente da incorporação da Cimpor Cimentos Brasil S.A.. Os ágios foram pagos na aquisição dessas entidades pela Cimpor Cimentos do Brasil S.A. e tais entidades foram incorporadas pela Companhia. Os ágios foram amortizados pela taxa de 10% ao ano até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização, conforme regulamentação da Deliberação nº 527/07 da CVM, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos". (d) Em 2020, a Administração revisou seu portfólio de ativos relacionados à concessão e sobre o uso esperado de tais ativos no plano de negócios atual, considerado que tais ativos não são mais recuperável no futuro, a Companhia considerou adequada registrar uma perda por redução ao valor recuperável de R$57.829. Perdas por redução ao valor recuperável do ágio: A companhia anualmente ou quando há indicadores de redução ao valor recuperável revisa as premissas subjacentes para determinação do valor recuperável dos ativos líquidos, considerando a estimativa do fluxo de caixa futuro que refletem, entre outros, um conjunto de estimativas relacionadas ao crescimento de mercado, participação de mercado, investimentos e custos. Na preparação das projeções de fluxo de caixa, a Administração considerou as melhores premissas disponíveis a partir de 31 de dezembro de 2020. Ao avaliar essas melhores premissas, mesmo considerando os impactos da COVID-19 nas projeções futuras, a Administração não encontrou necessidade de registrar provisões adicionais para perdas por redução ao valor recuperável.

	2020			2019			2018		
Unidade geradora de caixa (UGC)	**Ágio**	**Taxa de desconto**	**Taxa de crescimento real**	**Ágio**	**Taxa de desconto**	**Taxa de crescimento real**	**Ágio**	**Taxa de desconto**	**Taxa de crescimento real**
Cimentos	**301.312**	**8,90%**	**0,0%**	301.312	8,18%	0,0%	301.312	10,75%	0,0%

Análise de sensibilidade: Considerando o fluxo de caixa descontado de 31 de dezembro de 2020, a Companhia calculou o eventual impacto das alterações na taxa de desconto e na margem EBITDA em relação a todas as projeções de negócio, considerando os cenários dos impactos de redução/aumento no valor recuperável do ativo. A conclusão da Administração é que não há uma perda por redução ao valor recuperável.

Impacto em FCD	**0,50%**	**-0,50%**	**1,00%**	**-1,00%**	**2,00%**	**-2,00%**
Taxa Wacc	**(675.998)**	**802.404**	**(1.253.263)**	**1.770.287**	**(2.187.045)**	**4.460.162**
Impairment	–	–	–	–	–	–
Margem EBITDA	**205.051**	**(205.051)**	**410.103**	**(410.103)**	**820.205**	**(820.205)**
Impairment	–	–	–	–	–	–

13. Operações de Arrendamento: 13.1. Direito de uso em arrendamentos:

	Consolidado					
	2020					
Categoria	**Saldo inicial**	**Adições e atualizações de contratos (a)**	**Baixas (b)**	**Amortização**	**Provisão para perdas (c)**	**Saldo final**
Imóveis	**11.245**	**–**	**–**	**(1.783)**	**(1.539)**	**7.923**
Equipamentos de informática	**460**	**600**	**–**	**(609)**	**–**	**451**
Máquinas e equipamentos	**222.924**	**91.512**	**–**	**(104.106)**	**(3.075)**	**207.255**
Veículos	**11.411**	**–**	**(448)**	**(1.865)**	**–**	**9.098**
Total	**246.040**	**92.112**	**(448)**	**(108.363)**	**(4.614)**	**224.727**

	Consolidado					
	2019 (reapresentado)					
Categoria	**Adoção inicial**	**Adições e atualizações de contratos (a)**	**Baixas (b)**	**Amortização**	**Saldo final**
Imóveis	14.623	(1.624)	–	(1.754)	11.245
Equipamentos de informática	1.071	–	–	(611)	460
Máquinas e equipamentos	286.931	36.968	(13.066)	(87.909)	222.924
Veículos	13.323	–	–	(1.912)	11.411
Total	315.948	35.344	(13.066)	(92.186)	246.040

13.2. Passivos de arrendamento:

	Consolidado					
	2020					
Categoria	**Saldo inicial**	**Adições e alterações contratuais (a)**	**Baixas (b)**	**Pagamentos**	**Juros**	**Saldo final**
Imóveis	**11.677**		**–**	**(2.395)**	**940**	**10.222**
Equipamentos de informática	**478**	**600**	**–**	**(653)**	**32**	**457**
Máquinas e equipamentos	**231.621**	**91.512**	**–**	**(118.365)**	**17.412**	**222.180**
Veículos	**11.853**	**–**	**(448)**	**(2.465)**	**924**	**9.864**
Total	**255.629**	**92.112**	**(448)**	**(123.878)**	**19.308**	**242.723**
				Classificado no circulante		**110.908**
				Classificado no não circulante		**131.815**

	Consolidado					
	2019 (reapresentado)					
Categoria	**Adoção inicial**	**Adições e alterações contratuais (a)**	**Baixas (b)**	**Pagamentos**	**Juros**	**Saldo final**
Imóveis	14.623	(1.624)	–	(2.364)	1.042	11.677
Equipamentos de informática	1.071	–	–	(660)	68	479
Máquinas e equipamentos	286.931	36.968	(13.391)	(100.491)	21.578	231.595
Veículos	13.323	–	–	(2.551)	1.106	11.878
Total	315.948	35.344	(13.391)	(106.066)	23.794	255.629
				Classificado no circulante		**112.275**
				Classificado no não circulante		**143.354**

(a) Incluem adições de novos contratos. As atualizações de índices devidos às obrigações de arrendamento são registradas de acordo com cada contrato, ocasionando impactos de ajuste a valor presente de passivos de arrendamento e direitos de uso em arrendamentos. Adicionalmente, nas datas de aniversário dos contratos, inclui a remensuração de ativos e passivos dos pagamentos variáveis considerados como pagamentos fixos em essência. Estas atualizações, quando ocorrem, não impactam o resultado, apenas as rubricas patrimoniais. (b) Contratos encerrados antecipadamente. (c) Referem-se a provisões de contratos relacionados a armazenagem e movimentação de matéria-prima (escória bruta). Considerando que tais ativos não geram benefício econômico futuro, conforme citado na nota explicativa nº 7 (b), a Companhia avaliou e constituiu provisão para os direitos de uso relacionados ao arrendamento do imóvel e dos equipamentos.

Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento: Em 31 de dezembro de 2020, o cronograma de vencimento do passivo de arrendamento reconhecidos no passivo não circulante é conforme segue:

Ano	**Fluxo Bruto**	**Juros embutidos**	**Passivo de arrendamento**
2022	96.234	(6.871)	89.363
2023	33.742	(2.175)	31.567
2024	6.286	(653)	5.634
2025>	5.688	(436)	5.251
Total	141.950	(10.135)	131.815

Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar: A Companhia possui o direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos. Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS e COFINS sobre o fluxo contratual bruto, em 31 de dezembro de 2020, de R$ 24.750 na Controladora e no Consolidado (R$ 26.753 na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2019).

Informações referente aos passivos sem inflação, efetivamente contabilizados e, estimativa dos saldos inflacionados:

	2020	**2019**
Fluxo real		
Passivo de arrendamento	267.573	289.216
Juros embutidos	(24.850)	(33.587)
	242.723	255.629
	2020	**2019**
Fluxo inflacionado		
Passivo de arrendamento	286.053	311.288
Juros embutidos	(27.601)	(37.568)
	258.452	273.720

14. Fornecedores:

	Controladora			Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
Nacionais	**253.277**	212.013	229.691	**239.948**	197.564	182.112
Nacionais - Risco sacado	**108.430**	80.787	86.122	**108.430**	80.787	86.122
Estrangeiros	**45.837**	6.592	131.805	**45.838**	6.592	131.805
	407.544	299.392	447.618	**394.216**	284.943	400.039

As operações de risco sacado com fornecedores são negociações junto a instituições financeiras que possibilitam aos fornecedores a antecipação dos recebíveis decorrente de vendas de mercadorias. A efetiva antecipação dos recebíveis depende do aceite por parte de seus fornecedores, tendo em vista que a participação não é obrigatória. As taxas de juros praticadas pelos bancos juntos aos fornecedores estão entre 0,60% a 0,89% a.m. em 2020 (0,62% a 1,18% a.m. em 2019 e 0,85% a 1,80%a.m. em 2018).

15. Empréstimos e financiamentos: Os saldos demonstrados referem-se a controladora e consolidado.

Modalidade/Instituição financeira	**Encargos**	**Vencimento até**	**2020**	**2019**	**2018**
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (a)	2,94% a.a.	Dezembro de 2024	**35.440**	44.297	53.152
FINAME (b)	2,50% a 10% a.a.	Novembro de 2023	**4.966**	7.144	9.540
Incentivo Fomentar	Parcela fixa	Dezembro de 2020	**–**	114	114
Itaú BBA - Fomentar (c)	Parcela fixa	Dezembro de 2022	**14.271**	14.265	14.854
Bradesco S.A. (d)	126% da taxa CDI	Abril de 2023	**–**	202.667	203.316
Total			**54.677**	268.487	280.976
Classificados no circulante - juros (apresentados como "Juros a pagar")			**92**	2.716	3.384
Classificados no circulante - principal			**13.667**	13.883	13.719
Classificados no não circulante - principal			**40.918**	251.888	263.873

CDI - Certificado de Depósito Interbancário. (a) Linha de crédito para ampliação de fábrica na cidade de Cezarina, Estado de Goiás. Esse empréstimo exige que a Companhia mantenha o saldo de contas a receber de clientes equivalente a no mínimo 20% do valor da dívida atualizada. (b) Os financiamentos destinados à aquisição de imobilizado estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados. (c) Em 28 de dezembro de 2006, conforme instrumento de cessão de crédito assinado entre a Companhia e o Banco Itaú BBA S.A., foi transferido o título dos créditos relativos à aquisição do incentivo fiscal Fomentar da Cimpor Brasil Participações Ltda., por R$18.000, para o Banco Itaú BBA S.A., cuja dívida nominal e prefixada correspondia a R$57.772, com desconto de R$39.772, o qual será liquidado pela Companhia sem correção. A dívida da Companhia foi descontada a valor presente de acordo com o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, considerando a taxa de oportunidade de 15,34% ao ano, a ser liquidada em parcelas anuais e sucessivas até 2022. (d) Em 30 de junho de 2016, a Companhia captou empréstimo no valor de R$300.000, com vencimento do principal em 28 de junho de 2018 e juros devidos semestralmente, calculados sobre a variação do CDI. Em 12 de abril de 2018, a Companhia liquidou parcialmente o montante de R$100.000 do empréstimo, e assinou um aditivo com o Banco Bradesco S.A., repactuando sua dívida, no montante de R$200.000, prorrogando o vencimento, para pagamento em 3 parcelas, sendo a primeira em 13 de abril de 2021. À época, foi reconhecido um custo de repactuação, no montante de R$2.214 registrado no resultado, como despesa financeira. Em 8 de junho de 2020, a Companhia liquidou antecipadamente o empréstimo com o Banco Bradesco S.A., mediante recursos captados pela emissão de novas debêntures conforme Nota 16. A movimentação dos empréstimos e financiamentos na controladora e consolidado é demonstrada como segue:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	424.701
Pagamentos	(167.245)
Juros	23.520
Saldo em 31 de dezembro de 2018	280.976
Pagamentos	(31.135)
Juros	18.646
Saldo em 31 de dezembro de 2019	268.487
Pagamentos	**(221.843)**
Juros	**8.033**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**54.677**

continua

InterCement BRASIL

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 62.258.884/0001-36

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS CONDENSADAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 de Dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

Cronograma de vencimento: Em 31 de dezembro de 2020, as parcelas de longo prazo têm o cronograma de vencimento conforme segue:

Exercício	Controladora e Consolidado
2022	21.893
2023	9.879
2024	9.146
Total	40.918

16. Debêntures:

	Encargos anuais	Vencimento final	Controladora e Consolidado 2020	2019	2018
Debêntures (a)	115% da taxa DI	Abril de 2022	–	689.923	923.685
Debêntures (b)	115% da taxa DI	Agosto de 2022	–	1.005.650	1.025.503
Debêntures (d)	100% da taxa DI + 3,75% a.a	Junho de 2027	1.706.177	–	–
Gastos com emissão			–	(922)	(1.696)
Debêntures em carteira (c)			–	(3.619)	(4.840)
Total			1.706.177	1.691.032	1.942.652
Classificados no circulante - juros (apresentados como "Juros a pagar")			6.016	30.401	62.278
Classificados no circulante			–	719.975	469.743
Classificados no não circulante			1.700.161	940.656	1.410.631

(a) Em 14 de março de 2012, a InterCement Brasil S.A. emitiu 150.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, de espécie quirografária, em duas séries, no valor unitário de R$10,00. Os juros são pagos anual e semestralmente, para a primeira e segunda séries, respectivamente. As referidas debêntures estão garantidas por carta de fiança da Companhia e da Cauê Austria Holding GMBH. Em 8 de junho de 2020, a Companhia efetuou a liquidação de R$500.000 referente a primeira série, mediante recursos captados pela emissão de novas debêntures conforme item (d) abaixo, restando o saldo da segunda série com vencimento em parcelas anuais. Nos meses de outubro e novembro de 2020, a Companhia recomprou e posteriormente cancelou 91,4% das debêntures emitidas em 2012 com vencimento final em abril de 2022 pelo montante de R$95.165. Ainda em novembro, a Companhia resgatou o saldo restante de 2.792 debêntures, pelo montante de R$9.398, retirando-se assim, 100% dos papéis em circulação no mercado referente a esta emissão. (b) Em agosto de 2012, a Cimpor Cimentos Brasil S.A. emitiu 1.200 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, de espécie quirografária, em duas séries, no valor unitário de R$1.000,00. As debêntures são remuneradas a 115% da taxa DI e serão pagas anualmente sendo o primeiro pagamento em 2017 e o último na data de vencimento em 21 de agosto de 2022. O saldo a pagar quando da incorporação da Cimpor Cimentos Brasil S.A. foi transferido para a Companhia. Em 8 de junho de 2020, a Companhia efetuou a liquidação total destas debêntures, pelo montante de R$1 bilhão, mediante recursos captados pela emissão de novas debêntures conforme item (d) abaixo. (c) Em 23 de dezembro de 2016, a Companhia efetuou a recompra de 716 debêntures referente ao item (a) acima, pelo montante de R$7.206. (d) Em 8 de junho de 2020, a Companhia emitiu 1.700.161 debêntures simples, não- conversíveis em ações, nominativas e escriturais, de espécie quirografária, em nove séries, no valor unitário de R$1.000,00. As debêntures são remuneradas a 100% da taxa DI, acrescida de taxa equivalente a 3,75% ao ano. Os juros serão pagos semestralmente sem carência, e o principal em parcelas semestrais, sendo o primeiro pagamento em junho de 2023 e o último na data de vencimento em junho de 2027. Os custos com a emissão da dívida no montante de R$22.536 foram reconhecidas diretamente no resultado do período. O reconhecimento como despesa está de acordo com o CPC 48 que determina que quando um instrumento de dívida é contabilizado como uma extinção da dívida original, as taxas incorridas devem ser imediatamente reconhecidas como parte do ganho ou perda na extinção. Condições restritivas: Os contratos exigem o cumprimento de determinadas cláusulas restritivas, em que os índices financeiros são calculados com base nas demonstrações financeiras anuais consolidadas da InterCement Participações S.A., sempre em 31 de dezembro de cada ano, e a captação está garantida por aval. Debêntures emitidas em 2020: A Companhia firmou acordo com os detentores das debêntures para o cumprimento de um limite de dívida bruta de € 1.800.000 mil, a ser medido em 31 de dezembro de 2020. Nos anos seguintes, o *covenant* financeiro muda do limite de dívida bruta para a alavancagem líquida, a ser medida através da relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado. Em 2021, o limite é 5,85X; passando a 5,35X em 2022; 4,85X em 2023; 3,85X em 2024 e 3,35X de 2025 até 2027. Para efeito de determinação do EBITDA ajustado a Companhia utiliza as seguintes métricas: resultado líquido do período acrescidos de (i) receitas (despesas) financeiras, (ii) impostos sobre o lucro e custos e despesas com depreciação e amortização (iii) mais ou menos perda e reversão por redução ao valor recuperável, mais ou menos despesas não recorrentes. Em 31 de dezembro de 2020,2019 e 2018, as cláusulas restritivas das debêntures estavam adimplentes. A movimentação das debêntures na controladora e consolidado é demonstrada como segue:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.171.603
Pagamentos	(374.071)
Juros	145.120
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.942.652
Pagamentos	(371.834)
Juros	120.214
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.691.032
Novas debêntures	**1.700.161**
Pagamentos	**(1.773.843)**
Juros	**88.827**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.706.177**

Cronograma de vencimento: Em 31 de dezembro de 2020, as parcelas de longo prazo têm o cronograma de vencimento conforme segue:

Exercício	Controladora e Consolidado
2023	297.527
2024	340.033
2025	425.040
2026	425.040
2027	212.521
Total	1.700.161

17. Impostos e obrigações a pagar:

	Controladora 2020	2019	2018	Consolidado 2020	2019	2018
ICMS	**30.434**	15.954	17.244	**30.916**	16.224	18.992
PIS/COFINS	**1.367**	1.022	5.023	**2.599**	1.926	6.387
IR retido	**2.517**	2.350	2.556	**2.518**	2.365	2.559
ISS	**1.486**	1.430	960	**1.562**	1.531	1.056
Impostos parcelados (a)	**104.103**	29.485	18.855	**104.103**	29.485	18.855
Obrigação legal	**78.371**	107.030	118.546	**78.371**	107.030	118.546
Outros	**4.953**	7.073	6.774	**6.804**	9.041	9.272
	223.231	164.344	169.958	**226.873**	167.602	175.667
Classificados como circulante	**160.442**	138.248	154.382	**164.084**	141.506	160.091
Classificados como não circulante	**62.789**	26.096	15.576	**62.789**	26.096	15.576

(a) Em decorrência dos efeitos mencionados na nota explicativa nº 1, a Companhia adotou medidas de postergação de pagamentos de tributos estaduais sobre a receita, referentes ao período de março a dezembro de 2020. Esses parcelamentos referem-se a impostos estaduais (ICMS) firmado em conjunto com vários estados, em até 60 parcelas mensais com término em novembro de 2025 no montante de R$77.416 (R$0 em 2018 e 2019). Também temos parcelamentos de impostos e contribuições federais (IRPJ, CSLL, Pis e Cofins) firmado em conjunto com a Receita Federal do Brasil - RFB de anos anteriores, cuja parcela final tem previsão termino em novembro de 2024 no montante de R$26.687 (R$29.485 e 18.855 em 2019 e 2018, respectivamente).

18. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários: A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários, tributários e outros. Em bases periódicas, as respectivas Administrações revisam o quadro de riscos conhecidos, avaliam as chances de perdas prováveis e ajustam as provisões, considerando a opinião de seus assessores jurídicos e os demais dados disponíveis no fim de cada exercício. Com relação as incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, as provisões são constituídas quando é mais provável ("more likely than not") que os tratamentos fiscais não sejam aceitos pelas autoridades fiscais. A provisão para riscos é composta como segue:

	Controladora 2020	2019	2018	Consolidado 2020	2019	2018
Trabalhistas e previdenciários (a)	**36.519**	19.980	30.631	**36.612**	20.024	30.704
Tributários (b)	**26.029**	9.249	5.514	**26.029**	9.249	5.514
Cíveis e outros (c)	**13.489**	2.062	6.403	**14.126**	2.652	7.025
	76.037	31.291	42.548	**76.767**	31.925	43.243
Depósitos judiciais (d)	**(9.869)**	(11.446)	(11.963)	**(9.869)**	(11.446)	(11.963)
Total	**66.168**	19.845	30.585	**66.898**	20.479	31.280

(a) Referem-se a processos que tratam principalmente de ações indenizatórias diversas, decorrentes de rescisão de contrato de trabalho. (b) Referem-se, substancialmente, a processos judiciais e administrativos relacionados a; (i) ICMS - ausência de recolhimento e tomada de crédito indevido em operações diversas; (ii) ICMS - Importação por conta e ordem de terceiro, realizadas através de Trading; (iii) Contribuição Previdenciária - ausência de recolhimento de adicional da contribuição em decorrência da exposição dos trabalhadores a agentes nocivos; (iv) IRPJ/CSLL, PIS/COFINS - compensações não homologadas de créditos resultados a maior; (v) ISS - ausência de recolhimento em prestações de serviços diversos; (vi) IPTU - majoração da base de cálculo, e (vii) honorários sucumbenciais devidos à Fazenda Nacional sobre o insucesso em demandas ativas. (c) Referem-se a processos que tratam principalmente de ações indenizatórias diversas, decorrentes de rescisão contratual, acidentes de trânsito, acidentes de trabalho, tráfego com excesso de peso, e de instituição de servidão de passagem de telefônico. (d) A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais atrelados à provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, conforme segue:

	Controladora e Consolidado 2020	2019	2018
Trabalhistas e previdenciários	**5.223**	8.379	8.281
Tributários	**3.537**	3.003	3.497
Cíveis e outras	**1.109**	64	185
Total	**9.869**	11.446	11.963

Depósitos não atrelados à provisão para riscos:

	Controladora 2020	2019	2018	Consolidado 2020	2019	2018
Depósitos trabalhistas e previdenciários	**17.478**	18.455	19.317	**17.479**	18.456	19.322
Depósitos tributários	**48.730**	48.671	48.815	**48.730**	48.790	48.928
Depósitos cíveis	**1.400**	3.700	5.765	**1.414**	3.722	5.772
Total	**67.608**	70.826	73.897	**67.623**	70.968	74.022

Contingências possíveis: Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuem exposição de R$6.052.042 (R$4.294.103, R$3.245.656 em 31 de dezembro de 2019 e 2018), sendo R$65.165 de contingências trabalhistas (R$58.188, R$36.929 em 31 de dezembro de 2019 e 2018), R$5.014.355 de contingências tributárias, incluindo as incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro de acordo com a avaliação do IFRIC 23 (ICPC 22) (R$3.168.738, R$2.268.044 em 31 de dezembro de 2019 e 2018), R$972.079 de contingências cíveis (R$1.067.071, R$909.922 em 31 de dezembro de 2019 e 2018) e R$443 de processos administrativos de outras naturezas (R$106, R$30.762 em 31 de dezembro de 2019 e 2018), conforme opinião dos assessores jurídicos. Os principais processos classificados como probabilidade de perda possível, são conforme segue: *Tributárias:* Referem-se, substancialmente, a processos administrativos e judiciais relacionados a (i) PIS/COFINS - ausência de oferecimento à tributação de receita de juros sobre capital próprio; (ii) PIS/COFINS - crédito indevido decorrente de despesa com frete nas transferências de mercadorias entre estabelecimento industrial e distribuidor; (iii) PIS/COFINS - compensação não homologada em decorrência de créditos insuficientes de CSLL por dedução indevida da base de cálculo (iv) ICMS - ausência de recolhimento em operações diversas; (v) ICMS - discussão sobre aplicabilidade de pauta fiscal; (vi) ICMS - transferência de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo contribuinte; (vii) ICMS - crédito indevido de materiais intermediários; (viii) ICMS - crédito indevido em operações com bens do ativo fixo considerados para uso e consumo; (ix) ICMS - diferencial de alíquota; (x) ITBI - cobrança do imposto em razão da incorporação da CIMPOR pela ICB; (xi) ISS - Substituição Tributária; e (xi) CFEM - ausência de recolhimento. As contingências tributárias que os assessores jurídicos da ICB consideram o risco êxito mais provável do que o risco de perda ("more likely than not"), avaliadas com base no IFRIC 23 (ICPC 22), são: (i) glosa de créditos por suposta dedução indevida da base de cálculo, a título de amortização de ágio decorrente da aquisição de outras empresas; (ii) IRPJ/CSLL - cobrança dos tributos sobre lucros apurados no exterior por empresas controladas e coligadas; (iii) IRPJ/CSLL - ausência de oferecimento à tributação de receita de juros sobre capital próprio; (iv) IRPJ - compensação não homologada de crédito decorrente de aplicação indevida de incentivo fiscal concedido pela SUDENE; e (v) IRPJ - compensação não homologada de crédito decorrente de apuração a menor de saldo negativo do imposto. *Cível:* As principais causas cíveis têm por objeto a (i) reparação de danos em decorrência de descumprimento contratual; (ii) pagamento de indenização por trafegar com excesso de peso; (iii) indenização por acidentes de trabalho e de trânsito na esfera cível e por cobrança indevida; (iv) descumprimento de condicionantes de licenças de operação e suposta falta de licenciamento; (v) poluição atmosférica e do solo; (vi) indenizações oriundas das servidões de mina e (vii) infração contra a ordem econômica, conforme descrição abaixo: A Companhia e outras empresas do setor foram partes em processos administrativos e judiciais que tramitaram perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Em julho de 2015, o Tribunal do CADE julgou o recurso administrativo apresentado pela Companhia no processo iniciado pelas autoridades de concorrência em 2007 (bem como para as demais empresas envolvidas), mantendo a decisão de condenação pela formação de cartel e aplicação de multa pecuniária, além de outras penalidades acessórias. A multa aplicada à Companhia corresponde, em 31 de dezembro de 2020, a R$809.581 (considerando InterCement e Cimpor), ficando a Companhia obrigada a alienar 20% da sua capacidade instalada dos ativos de concreto nos mercados relevantes brasileiros em que atua, entre outras penalidades acessórias. Tendo-se tornado definitiva no âmbito administrativo do CADE a referida decisão, a Companhia recorreu judicialmente, tendo obtido, em 22 de outubro de 2015, mediante a apresentação de garantias reais (duas fábricas no Brasil), a concessão de tutela antecipada requerida, para suspender todas as penalidades impostas pelo CADE até o julgamento do mérito da causa. Contra tal decisão, o CADE apresentou recurso de Agravo de Instrumento, cujo pedido de tutela antecipada recursal formulado foi indeferido. O processo encontra-se em fase de instrução probatória, não tendo tido, em 2020, movimentação relevante. Considerando a opinião dos seus assessores jurídicos, de que a probabilidade de perda na esfera judicial é classificada como possível, não foi constituída provisão para este passivo contingente em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

A movimentação das provisões para riscos é como segue:

Controladora	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Cíveis e outros	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	41.165	8.760	6.676	(11.997)	44.604
Adições/baixas	(7.594)	(3.246)	56	(11.678)	(22.462)
Pagamento	(2.940)	–	(329)	11.712	8.443
Saldo em 31 de dezembro de 2018	30.631	5.514	6.403	(11.963)	30.585
Adições/baixas	(6.238)	7.215	(3.115)	(5.056)	(7.194)
Pagamento	(4.413)	(3.480)	(1.226)	5.573	(3.546)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	19.980	9.249	2.062	(11.446)	19.845
Adições/baixas	**20.594**	**16.882**	**11.440**	**(5.373)**	**43.543**
Pagamento	**(4.055)**	**(102)**	**(13)**	**6.950**	**2.780**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**36.519**	**26.029**	**13.489**	**(9.869)**	**66.168**

Consolidado	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Cíveis e outros	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	41.195	8.760	7.354	(11.997)	45.312
Adições/baixas	(7.551)	(3.246)	–	(11.678)	(22.475)
Pagamento	(2.940)	–	(329)	11.712	8.443
Saldo em 31 de dezembro de 2018	30.704	5.514	7.025	(11.963)	31.280
Adição/baixas	(6.267)	7.215	(3.147)	(5.056)	(7.255)
Pagamento	(4.413)	(3.480)	(1.226)	5.573	(3.546)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	20.024	9.249	2.652	(11.446)	20.479
Adição/baixas	**20.643**	**16.882**	**11.487**	**(5.373)**	**43.639**
Pagamento	**(4.055)**	**(102)**	**(13)**	**6.950**	**2.780**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**36.612**	**26.029**	**14.126**	**(9.869)**	**66.898**

19. Provisão para reconstituição ambiental e descomissionamento de ativo: Em 31 de dezembro de 2020, é mantida provisão para aplicação em gastos relativos a desativação de ativos e recuperação ambiental de áreas em processo de exploração de responsabilidade da Companhia. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se os valores contabilizados sempre que necessário. A movimentação da provisão é como segue:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	63.608
Reversão	(36.099)
Utilização	(3.420)
Atualização	3.527
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**27.616**
Reversão	(10.523)
Constituição	2.718
Utilização	(2.878)
Atualização	5.355
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	**22.288**
Constituição	1.160
Utilização	(1.365)
Atualização	1.594
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**23.677**

20. Benefícios a empregados: 20.1. Previdência privada: A Companhia proporciona aos empregados plano de previdência privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e os empregados contribuem na mesma paridade de valores até o limite de 4% do salário nominal. Para contribuições acima do limite estabelecido, não há contribuição por parte da Companhia. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia contribuiu com o montante de R$909 (R$1.031 e R$1.574 em 31 de dezembro de 2019 e 2018 respectivamente).

20.2. Outros benefícios a empregados: São concedidos, ainda, outros benefícios aos empregados, tais como auxílio-médico, auxílio-alimentação, seguro de vida em grupo, auxílio-acidente de trabalho, auxílio-transporte, treinamentos e outros. O montante referente a tais benefícios em 31 de dezembro de 2020 é de R$45.379 na controladora e no consolidado (R$46.508 e R$45.568 em 31 de dezembro de 2019 e 2018 respectivamente).

21. Partes relacionadas: As transações com partes relacionadas referem-se a adiantamentos, contratos de mútuo, vendas e compras de produtos e serviços. Os saldos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 são os seguintes:

Controladora 2020	Ativo circulante: Contas a receber	Adiantamentos a fornecedores	Outros créditos	Ativo não circulante: Outras contas a receber (partes relacionadas)	Passivo circulante: Fornecedores	Empréstimos (partes relacionadas)	Adiantamento de clientes e outras obrigações
Entidades sob controle comum do Grupo:							
Loma Negra (a)	–	–	**5.433**	–	–	–	–
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	**17**	**518**	**1.000**	**2.300**	**522**	–	**26**
HM Engenharia e Construção S.A. (c)	–	–	–	**22.800**	–	–	–
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.	–	–	–	–	–	–	**38**
Controladas:							
Barra Grande Participações S.A. (e)	–	–	–	–	**5.843**	–	–
Companhia de Mineração Candiota (d)					**685**		
Estreito Participações S.A. (e)	–	–	–	–	**6.958**	–	**4.090**
Machadinho Participações S.A. (e)	**244**	–	–	–	**4.392**	–	**799**
Controladora:							
Mover Participações S.A. (b)	–	–	–	–	–	–	**4**
Intercement Trading e Inversiones S.A. (b) e (f)	–	**23.974**	–	–	**349**	**67.877**	**4.973**
InterCement Participações S.A. (b)	–	–	**1.011**	–	–	–	**1.580**
Total em 31 de dezembro de 2020	**261**	**24.492**	**7.444**	**25.100**	**18.749**	**67.877**	**11.510**

Controladora 2019	Ativo circulante: Contas a receber	Adiantamentos a fornecedores	Outros créditos	Ativo não circulante: Outras contas a receber (partes relacionadas)	Passivo circulante: Fornecedores	Empréstimos (partes relacionadas)	Adiantamento de clientes e outras obrigações
Entidades sob controle comum:							
Loma Negra (a)	–	–	**3.852**	–	–	–	–
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	**4**	**518**	**1.000**	**3.300**	**835**	–	–
HM Engenharia e Construção S.A. (c)	–	–	–	**22.800**	–	–	–
Yguazú Cimentos S.A. (b)	**1.175**	–	–	–	–	–	–
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.	–	–	–	–	–	–	–
Controladas:							
Barra Grande Participações S.A. (e)	–	–	–	–	**5.907**	–	–
Machadinho Participações S.A. (e)	–	–	–	–	**4.215**	–	**798**
Estreito Participações S.A. (e)	–	–	–	–	**3.513**	–	**4.090**
Companhia de Mineração Candiota (d)	–	**17.850**	**1.350**	–	**5.355**	–	–
Controladora:							–
Mover Participações S.A. (b)	–	–	–	–	**15**	–	–
Cimpor Serviços (b)	–	–	–	–	**4.122**	–	–
Cauê Austria Holding GmbH (f)	–	–	–	–	–	**46.890**	**2.824**
Intercement Trading e Inversiones S.A. (b)	–	–	–	–	**594**	–	**2.150**
InterCement Participações S.A. (b)	–	–	**297**	–	–	–	**3.080**
Participações Morro Vermelho S.A.	**37**	–	–	–	–	–	–
Total em 2019	**1.216**	**18.368**	**6.499**	**26.100**	**24.556**	**46.890**	**12.942**

Controladora 2018	Ativo circulante: Contas a receber	Adiantamentos a fornecedores	Outros créditos	Ativo não circulante: Outras contas a receber (partes relacionadas)	Passivo circulante: Fornecedores	Empréstimos (partes relacionadas)	Adiantamento de clientes e outras obrigações
Entidades sob controle comum:							
Participações Morro Vermelho S.A.	30	–	–	–	–	–	–
Loma Negra (a)	–	–	7.199	–	–	–	–
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	81	–	1.000	4.300	998	–	125
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (a)	22	–	–	–	–	–	1
Intercement Portugal S.A. (a)	–	–	–	–	2.368	–	–
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (a)	–	–	–	–	–	–	48
Companhia de Mineração Candiota (h)	288	22.850	–	–	11.643	–	126
Controladas:							
Barra Grande Participações S.A. (e)	–	–	–	–	5.951	–	–
Machadinho Participações S.A. (e)	–	–	–	–	16.725	–	798
Estreito Participações S.A. (e)	–	–	–	–	17.322	–	4.090
Controladora:							
Mover Participações S.A.	–	–	–	–	–	–	4
Cauê Austria Holding GmbH (f)	–	–	–	–	–	44.587	2.824
Intercement Trading e Inversiones S.A. (b) e (g)	–	1.092	–	–	128.059	10.323	2.149
InterCement Participações S.A. (h)	–	–	19.869	–	–	–	–
Total em 2018	**421**	**23.942**	**28.067**	**4.300**	**183.066**	**54.910**	**10.165**

Consolidado 2020	Ativo circulante: Contas a receber	Adiantamentos a fornecedores	Outros créditos	Ativo não circulante: Outras contas a receber (partes relacionadas)	Passivo circulante: Fornecedores	Empréstimos (partes relacionadas)	Adiantamento de clientes e outras obrigações
Entidades sob controle comum do grupo:							
Loma Negra (a)	–	–	**5.433**	–	–	–	–
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	**17**	**518**	**1.000**	**2.300**	**522**	–	**52**
HM Engenharia e Construção S.A. (c)	–	–	–	**22.800**	–	–	–
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.	–	–	–	–	–	–	**38**
Controladora:							
Mover Participações S.A. (b)	–	–	–	–	–	–	**4**
Intercement Trading e Inversiones S.A. (b) e (f)	–	**23.974**	–	–	**350**	**67.877**	**4.974**
InterCement Participações S.A. (b)	–	–	**1.011**	–	–	–	**1.580**
Outras	–	–	–	**100**	–	–	–
Total em 31 de dezembro de 2020	**17**	**24.492**	**7.444**	**25.200**	**872**	**67.877**	**6.648**

continua

InterCement BRASIL

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 62.258.884/0001-36

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS CONDENSADAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 de Dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

Consolidado 2019	Ativo circulante			Ativo não circulante	Passivo circulante		
	Contas a receber	Adiantamentos a fornecedores	Outros créditos	Outras contas a receber (partes relacionadas)	Fornecedores	Empréstimos (partes relacionadas)	Adiantamento de clientes e outras obrigações
Entidades sob controle comum:							
Loma Negra (a)	–	–	3.852	–	–	–	–
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	4	518	1.000	3.300	835	–	52
HM Engenharia e Construção S.A. (c)	–	–	–	22.800	–	–	–
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.	–	–	–	–	–	–	38
Yguazú Cementos S.A. (b)	1.175	–	–	–	–	–	–
Controladora:							
Mover Participações S.A. (b)	–	–	–	–	15	–	4
Cimpor Serviços (b)	–	–	–	–	4.122	–	–
Cauê Austria Holding GmbH (f)	–	–	–	–	–	46.890	2.824
Intercement Trading e Inversiones S.A. (b)	–	–	–	–	594	–	2.150
InterCement Participações S.A. (b)	–	–	–	–	–	–	3.080
Participações Morro Vermelho S.A.	37	–	–	–	–	–	–
Outras	–	–	297	100	–	–	–
Total em 2019	1.216	518	5.149	26.200	5.566	46.890	8.148

Consolidado 2018	Ativo circulante			Ativo não circulante	Passivo circulante		
	Contas a receber	Adiantamentos a fornecedores	Outros créditos	Outras contas a receber (partes relacionadas)	Fornecedores	Empréstimos (partes relacionadas)	Adiantamento de clientes e outras obrigações
Entidades sob controle comum:							
Participações Morro Vermelho S.A.	30	–	–	–	–	–	–
Loma Negra (a)	–	–	7.199	–	–	–	–
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	81	–	1.000	4.300	1.021	–	125
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (a)	22	–	–	–	–	–	1
Intercement Portugal S.A. (a)	–	–	–	–	2.368	–	–
Cimpor Financial Operations B.V. (g)	–	–	–	–	–	–	2.149
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (a)	–	–	–	–	–	–	48
Yguazú Cementos S.A. (a)	–	–	–	–	–	–	–
Controladora:							
Mover Participações S.A.	–	–	–	–	–	–	4
Cauê Austria Holding GmbH (f)	–	–	–	–	–	44.587	2.824
Intercement Trading e Inversiones S.A. (b) e (g)	–	1.092	–	–	128.059	10.323	–
InterCement Participações S.A. (h)	–	–	19.869	–	–	–	–
Outras	–	–	–	100	–	–	–
Total em 2018	133	1.092	28.067	4.400	131.448	54.910	5.151

(a) Contas a receber pela venda de ativo imobilizado. (b) Compra e venda de mercadorias, serviços e ativo imobilizado. Refere-se essencialmente a adiantamentos para compra de combustíveis com a controladora Intercement Trading e Inversiones S.A., de acordo com as transações definidas em cada pedido de compra (transação spot) e venda de imóvel à Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A., com vencimentos até dezembro de 2023. (c) Venda de imóvel da InterCement Brasil para a HM Engenharia e Construção S.A., com vencimentos até 2024, corrigidos mensalmente pelo IPCA. (d) Aquisição de matéria-prima utilizada na fabricação do cimento (calcário) da unidade de Candiota. O valor da transação é definida de acordo com as condições estabelecidas em cada pedido de compra (transação spot). (e) Contratos de compra e venda de energia com as controladas, Barra Grande Participações S.A., Estreito Participações S.A. e Machadinho Participações S.A., com vigência até maio de 2036, dezembro de 2037 e julho de 2032 respectivamente, ambos possuem atualização anual da tarifa com base no IPCA. (f) Empréstimo de mútuo no montante de €10 milhões de euros, equivalente a R$69.913 milhões de reais, sujeito a Euribor mais juros de 3,22% ao ano, com vencimento do principal e juros em 17 de fevereiro de 2022. Em fevereiro de 2021, a Companhia realizou a liquidação antecipada do mútuo, conforme mencionado na nota 34. (g) Empréstimo de mútuo no montante total de US$131 milhões, sujeito a Libor mais juros entre 4,05% e 5,85% ao ano, com vencimento semestral de juros e vencimento do principal em 18 de fevereiro de 2021 e 25 de julho de 2024. Em 2018, a Cimpor B.V., originalmente detentora desse crédito, vendeu a valor de mercado, para a Intercement Trading e Inversiones, pelo montante de US$119 milhões. Tal operação gerou um deságio de US$11 milhões, reconhecido no Patrimônio Líquido, na rubrica "Transações com acionistas". Posteriormente, em dezembro de 2018, a Intercement Trading e Inversiones, controladora da Companhia, integralizou capital, com esse crédito. Em 2017, o montante em reais referente a este empréstimo de mútuo era de R$437.274. (h) Refere-se a reembolso de despesas da Intercement Participações pagos pela Companhia em 2018. As transações efetuadas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 são como segue:

Controladora 2020	Vendas	Custos de vendas e serviços	Despesas administrativas e comerciais	Outras receitas (despesas) operacionais	Receita (despesa) de encargos financeiros
Entidades sob controle comum do Grupo:					
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	516	–	(8.194)	–	186
Intercement Portugal S.A. (b)	–	–	(974)	–	(2.132)
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (a)	77	–	–	–	–
Loma Negra (a)	–	–	–	7	1.573
Controlada:					
Barra Grande Participações S.A. (d)	–	(72.618)	–	–	–
Companhia de Mineração Candiota (c)	–	(15.719)	–	–	–
Estreito Participações S.A. (d)	–	(45.040)	–	–	–
Machadinho Participações S.A. (d)	–	(51.817)	–	–	–
Controladora:					
Mover Participações S.A. (b)	–	–	(165)	–	–
Intercement Trading e Inversiones S.A. (b) e (e)	–	(66.731)	–	–	(22.752)
Outras	–	–	(2.279)	–	–
Total em 31 de dezembro de 2020	593	(251.925)	(11.612)	7	(23.125)

Controladora 2019	Vendas	Custos de vendas e serviços	Despesas administrativas e comerciais	Outras receitas (despesas) operacionais	Receita (despesa) de encargos financeiros
Entidades sob controle comum:					
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	2.991	–	(9.808)	–	189
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. e controladas (b)	509	–	–	–	–
HM Engenharia e Construção S.A. (f)	–	–	–	22.800	–
Intercement Portugal S.A. (b)	–	–	(946)	–	(809)
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (a)	225	(215)	–	–	–
Loma Negra (a)	565	–	–	–	(3)
Yguazú Cementos S.A. (a)	2.059	–	–	–	4
Controlada:					
Barra Grande Participações S.A. (d)	–	(69.558)	–	–	–
Companhia de Mineração Candiota (c)	–	(25.414)	–	–	–
Estreito Participações S.A. (d)	–	(39.232)	–	–	–
Machadinho Participações S.A. (d)	–	(49.328)	–	–	–
Controladora:					
Mover Participações S.A. (b)	–	–	(347)	–	–
Intercement Trading e Inversiones S.A. (b) e (e)	–	(51.363)	–	–	(8.851)
InterCement Participações S.A. (b)	–	–	(2.535)	–	–
Cauê Austria Holding GmbH (e)	–	–	–	–	(2.303)
Outras	56	–	(1.788)	–	–
Total em 2019	6.405	(235.110)	(15.424)	22.800	(11.773)

Controladora 2018	Vendas	Custos de vendas e serviços	Despesas administrativas e comerciais de	Receita (despesa) de encargos financeiros
Entidades sob controle comum:				
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	812	–	(10.079)	119
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	870	–	–	23
Intercement Portugal S.A. (a)	–	–	(946)	(730)
Cimpor Financial Operations B.V (g)	–	–	–	(109.278)
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (a)	869	–	–	–
Companhia de Mineração Candiota (c)	–	(25.389)	–	–
Loma Negra C.I.A. S.A. (a)	7.255	–	–	(56)
Yguazú Cementos S.A. (a)	4.176	–	–	402
Controlada:				
Machadinho Participações S.A. (d)	–	(47.838)	17	–
Barra Grande Participações S.A. (d)	–	(61.057)	–	–
Estreito Participações S.A. (d)	–	(40.512)	19	–
Eco Processa Tratamento de Resíduos Ltda.	–	–	(126)	–
Controladora:				
Mover Participações S.A.	–	–	(150)	–
Intercement Trading e Inversiones S.A. (b) e (e)	–	(79.551)	–	(3.562)
InterCement Participações S.A. (b)	–	–	(59)	23
Cauê Austria Holding GmbH (e)	–	–	–	(34.990)
Outras	292	–	(2.795)	(161)
Total em 2018	14.274	(254.347)	(14.119)	(148.210)

Consolidado 2020	Vendas	Custos de vendas e serviços	Despesas administrativas e comerciais	Outras receitas (despesas) operacionais	Receita (despesa) de encargos financeiros
Entidades sob controle comum do Grupo:					
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	516	–	(8.194)	–	186
Intercement Portugal S.A. (b)	–	–	(974)	–	(2.132)
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (a)	77	–	–	–	–
Loma Negra (a)	–	–	–	7	1.573
Controladora:					
Mover Participações S.A. (b)	–	–	(165)	–	–
Intercement Trading e Inversiones S.A. (b) e (e)	–	(66.731)	–	–	(22.752)
Outras	–	–	(2.279)	–	–
Total em 31 de dezembro de 2020	593	(66.731)	(11.612)	7	(23.125)

Consolidado 2019	Vendas	Custos de vendas e serviços	Despesas administrativas e comerciais	Outras receitas (despesas) operacionais	Receita (despesa) de encargos financeiros
Entidades sob controle comum:					
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	2.991	–	(9.808)	–	189
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. e controladas (b)	509	–	–	–	–
HM Engenharia e Construção S.A. (f)	–	–	–	22.800	–
Intercement Portugal S.A. (b)	–	–	(946)	–	(809)
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (a)	225	(215)	–	–	–
Loma Negra (a)	565	–	–	–	(3)
Yguazú Cementos S.A. (a)	2.059	–	–	–	4
Controladas:					
Barra Grande Participações S.A.	–	–	–	–	–
Companhia de Mineração Candiota	–	–	–	–	–
Estreito Participações S.A.	–	–	–	–	–
Machadinho Participações S.A.	–	–	–	–	–
Controladora:					
Mover Participações S.A.	–	–	(347)	–	–
Intercement Trading e Inversiones S.A. (b) e (e)	–	(51.363)	–	–	(8.851)
InterCement Participações S.A. (b)	–	–	(2.535)	–	–
Cauê Austria Holding GmbH (e)	–	–	–	–	(2.303)
Outras	56	–	(1.788)	–	–
Total em 2019	6.405	(51.578)	(15.424)	22.800	(11.773)

Consolidado 2018	Vendas	Custos de vendas e serviços	Despesas administrativas e comerciais	Receita (despesa) de encargos financeiros
Entidades sob controle comum:				
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	812	–	(10.079)	119
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	870	–	–	–
Intercement Portugal S.A. (a)	–	–	(946)	(730)
Cimpor Financial Operations B.V (g)	–	–	–	(65.571)
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (a)	869	–	–	–
Loma Negra C.I.A. S.A. (a)	7.255	–	–	(6.054)
Yguazú Cementos S.A. (a)	4.176	–	–	402
Controladora:				
Mover Participações S.A.	–	–	(150)	(31.595)
Intercement Trading e Inversiones S.A. (b) e (e)	–	(79.551)	–	(15.674)
InterCement Participações S.A. (b)	–	–	(59)	23
Cauê Austria Holding GmbH ((e)	–	–	–	(28.992)
Outras	292	–	(2.795)	(138)
Total em 2018	14.274	(79.551)	(14.029)	(148.210)

(a) Contas a receber pela venda de ativo imobilizado. (b) Refere-se essencialmente a compra de combustíveis com a controladora Intercement Trading e Inversiones S.A. e contratação de serviços de backoffice da Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (c) Aquisição de matéria prima utilizada na fabricação do cimento (calcário) da unidade de Candiota. O valor da transação é definida de acordo com as condições estabelecidas em cada pedido de compra (transação spot). (d) Contratos de compra e venda de energia com as controladas, Barra Grande Participações S.A., Estreito Participações S.A. e Machadinho Participações S.A. com vigência até maio de 2036, dezembro de 2037 e julho de 2032 respectivamente, ambos possuem atualização anual da tarifa com base no IPCA. (e) Empréstimo de mútuo no montante de €10 milhões de euros, equivalente a R$69.913 milhões de reais, sujeito a Euribor mais juros de 3,22% ao ano, com vencimento do principal e juros em 17 de fevereiro de 2022. Em fevereiro de 2021, a Companhia realizou a liquidação antecipada do mútuo, conforme mencionado na nota 34. (f) Venda de imóvel da InterCement Brasil para a HM Engenharia e Construção S.A., com vencimentos até 2024, corrigidos mensalmente pelo IPCA. (g) Empréstimo de mútuo no montante total de US$131 milhões, sujeito Libor mais juros entre 4,05% e 5,85% ao ano, com vencimento semestral de juros e vencimento do principal em 18 de fevereiro de 2021 e 25 de julho de 2024. Em 2018, a Cimpor B.V., originalmente detentora desse crédito, vendeu a valor de mercado, para a Intercement Trading e Inversiones, pelo montante de US$119 milhões. Tal operação gerou um deságio de US$11 milhões, reconhecido no Patrimônio Líquido, na rubrica "Transações com acionistas". Posteriormente, em dezembro de 2018, a Intercement Trading e Inversiones, controladora da Companhia, integralizou capital, com esse crédito. Em 2017, o montante em reais referente a este empréstimo de mútuo era de R$437.274. Remuneração dos administradores: a) *Controladora:* Para o exercício de 2020, o montante da remuneração de curto prazo do Conselho de Administração e dos Diretores Estatutários foi fixado em até R$7.000, não incluídos encargos sociais, e montante de provisão para férias e benefícios de qualquer natureza. Os montantes referentes à despesa com remuneração do Conselho de Administração e dos Diretores Estatutários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e de 2018 estão demonstrados a seguir: Remuneração dos administradores: a) *Controladora e consolidado:*

	2020	2019	2018
Curto prazo:			
Salários, remuneração fixa e outros benefícios	4.019	3.377	4.641
Longo prazo (benefícios pós-emprego):			
Previdência privada	190	178	228
Total da remuneração (sem encargos sociais)	4.209	3.555	4.869
Encargos sociais	1.543	1.228	2.073
Total da remuneração (com encargos sociais)	5.752	4.783	6.942

22. Patrimônio líquido: O capital social em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R$2.865.528 (R$1.965.528 em 2018), representado por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A composição acionária em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 está detalhada a seguir:

Acionistas	2020 Ações ordinárias	%	2019 Ações ordinárias	%	2018 Ações ordinárias	%
Cauê Austria Holding GmbH	–	–	1.402.230.518	56,78	1.116.059.601	56,78
Intercement Trading e Inversiones	2.469.585.273	100,00	1.067.354.755	43,22	849.468.336	43,22
	2.469.585.273	100,00	2.469.585.273	100,00	1.965.527.937	100,00

Em 02 de novembro de 2020, a acionista Cauê Austria Holding GmbH foi incorporada pela acionista Intercement Trading e Inversiones S.A. Transações com acionistas: (a) Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 2019, os acionistas da Companhia aprovaram aumentos de capital e integralizações no montante de R$900.000, mediante a emissão de 1.290.697.078 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, que foram subscritas pelos acionistas da seguinte forma:(i) 732.857.801 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pela acionista Cauê Austria Holding; e (ii) 557.839.277 subscritas pela acionista Intercement Trading e Inversiones. (b) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em fevereiro de 2019, os acionistas da Companhia aprovaram aumentos de capital e integralização no montante de R$650.000, mediante a emissão de 650.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, que foram subscritas pelos acionistas da seguinte forma:(i) 369.070.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pela acionista Cauê Austria Holding; e (ii) 280.930.000 subscritas pela acionista Intercement Trading e Inversiones. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de março de 2018, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital (à ser integralizado posteriormente) no montante R$1.150.000, mediante a emissão de 1.150.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, que serão subscritas pelos acionistas da seguinte forma:(i) 653.018.007 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pela acionista Cauê Austria Holding; e (ii) 496.981.933 subscritas pela acionista Intercement Trading e Inversiones. Em 19 de junho de 2018, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, a integralização de capital, nos montantes de R$606.741, pela acionista Cauê Austria Holding, e R$55.559 pela acionista Intercement Trading e Inversiones, mediante capitalização de créditos, respectivamente. Em 8 de agosto de 2018, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, a integralização de capital, em moeda corrente, pela acionista Cauê Austria Holding, o montante de R$46.229. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de dezembro de 2018, os acionistas da Companhia aprovaram a integralização e retificação do aumento de capital e o número de ações emitidas na Assembleia Geral Extraordinária de 27 de março de 2018, de forma que o aumento de capital na Companhia foi para R$1.178.884, mediante a emissão de 1.178.884.252 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pelos acionistas da seguinte forma:(i) 669.370.478 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pela acionista Cauê Austria Holding; e (ii) 509.513.774 subscritas pela acionista Intercement Trading e Inversiones. Em 12 de dezembro de 2018, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, a integralização de capital, em moeda corrente, no montante de R$16.400, pela acionista Cauê Austria Holding, e R$453.955 pela acionista Intercement Trading e Inversiones, mediante capitalização de créditos. Transações com acionistas não controladores: (c) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, inclui os efeitos da: (i) venda de participação nas controladas Barra Grande Participações S.A., e Machadinho Participações S.A. no montante de R$29.403, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.3. (d) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, inclui o ganho pela venda, a valor de mercado, do crédito "fixed rate notes" pela Cauê Finance à Cauê Austria, no montante de R$40.969 e ganho pela venda, a valor de mercado, dos créditos detidos pela Cimpor B.V. contra a controlada Cauê Finance, para a controladora Intercement Trading e Inversiones, no montante de R$43.129. (e) Em 31 de dezembro de 2020, refere-se a perda na variação de participação, sem alteração de controle da controlada Companhia de Mineração Candiota, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9 (c). De acordo com o ICPC 09 (R2) e a IFRS 10/CPC36, esses efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizados diretamente no patrimônio líquido. Reservas de lucros - incentivo fiscal: Correspondem à retenção de lucros para aplicação em projetos de investimentos, conforme orçamento submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária e segundo o artigo 194 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e de 2018, a Companhia não constituiu reserva, já que apurou prejuízo no exercício. Com base na Lei nº 11.941/09, que dispõe sobre a aplicação da Lei nº 11.638/07, o incentivo fiscal decorrente do ICMS (Lei Complementar nº 160/17) obtido nas operações realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 no montante de R$5.691 (R$7.197 em 31 de dezembro de 2017) foi reconhecido no resultado na rubrica "Receita líquida de vendas". Conforme disposto no artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, a Administração poderá destinar para a reserva de incentivos fiscais parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimento, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. As reservas de incentivos fiscais foram constituídas até o ano de 2014 no montante de R$117.619, sendo que as reservas dos anos de 2015 a 2020, totalizando o montante de R$90.855, serão constituídas em anos subsequentes, quando a Companhia apurar lucros. De acordo com a legislação, quando a parcela do lucro líquido decorrente de incentivos fiscais é destinada para a reserva de incentivos fiscais não há tributação de imposto de renda e contribuição social, a tributação somente é devida se esta parcela for distribuída como dividendos. Dividendos e juros sobre capital próprio: Aos acionistas é assegurado, em cada exercício social, o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado em conformidade com o Estatuto da Companhia e a Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e de 2018, a Companhia não efetuou a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios, já que não apurou lucro nos exercícios. Instrumento patrimonial - ações preferenciais sobre sociedades de propósito específico: As ações preferenciais das controladas Barra Grande Participações, Machadinho Participações e da Estreito Participações, possuem determinadas características específicas, nomeadamente, em termos de: • Direito a dividendos prioritários sobre lucros e/ou reservas distribuídas em cada exercício. • Ausência de direito de voto (exceto quanto a matérias específicas estabelecidas nos correspondentes estatutos). • Prioridade relativamente às ações ordinárias em caso de liquidação. • Podem ser convertidas em ações ordinárias (direito de conversão) nos termos dos estatutos. • Não participação em futuros aumentos de capital. Os termos dos contratos celebrados estabelecem ainda um conjunto de premissas que regulam os termos de um eventual desinvestimento por parte do comprador, incluindo mecanismos tendentes a assegurar uma rentabilidade mínima, bem como direitos de conversão das ações preferênciais em ações ordinárias. Considerando todas essas características, atendendo ao disposto na IAS 32, os referidos instrumentos (quer da Barra Grande, Machadinho ou Estreito) adquirem características de instrumento patrimonial e instrumento financeiro, na medida em que os mesmos incorporam simultaneamente componentes enquadráveis como instrumento de capital e instrumento financeiro (ativo ou passivo financeiro). Assim, esses componentes foram mensurados e reconhecidos separadamente nas demonstrações financeiras conforme segue: • A contribuição inicial recebida em contrapartida da venda das ações preferenciais foi classificada como instrumento patrimonial, uma vez que, nos termos estabelecidos, não existe obrigação de recompra dessas ações (obrigação de entregar dinheiro ou outro ativo financeiro), bem como são estabelecidas igualmente cláusulas de conversibilidade em ações ordinárias (por opção dos detentores dessas ações) e seus respectivos dividendos; • Existem também cláusulas contratuais referente a opções de retorno de rentabilidade mínima e eventual cobertura de uma desvalorização significativa dos investimentos nas entidades que emitiram esses instrumentos em um período de até sete anos ou pela opção de saída por parte dos detentores das ações preferenciais, nas condições estabelecidas nos contratos. Essas opções geram valores de perda ou ganho para a Companhia e foram classificados como instrumentos financeiros derivativos e mensurados pelo seu justo valor na data de cada demonstração financeira. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e de 2018, foram pagos dividendos aos minoritários relacionado à essas transações no montante de R$67.984, R$73.908 e R$82.931 (sendo R$14.629 referente ao exercício de 31 de dezembro de 2017), respectivamente. E em 31 de dezembro de 2020 foram propostos dividendos sobre o lucro líquido do exercício no montante de R$ 6.845.

23. Imposto de renda e contribuição social:

	Controladora 2020	Controladora 2019 (reapresentado)	Controladora 2018 (reapresentado)	Consolidado 2020	Consolidado 2019 (reapresentado)	Consolidado 2018 (reapresentado)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(92.559)	(559.286)	(608.468)	(12.247)	(481.112)	(567.990)
Alíquotas (15% para imposto de renda mais adicional de 10% e 9% para contribuição social)	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Crédito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	31.470	190.157	206.879	4.164	163.578	193.117
Ajustes para apuração do imposto de renda e da contribuição social efetivos:						
Equivalência patrimonial	5.140	3.552	14.727	–	–	–
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	10.657	(4.075)	(758)	10.198	(2.928)	(710)
IR/CS corrente (auto de infração JCP 2009)	–	(12.542)	–	–	(12.542)	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(46.117)	(190.336)	(224.312)	(44.828)	(190.846)	(224.796)
Diferença de alíquota (a)	–	–	–	25.934	23.733	23.424
Liminar judicial - exclusão de juros de mora e correção monetária (b)	(7.382)	19.114	(45.701)	(7.382)	19.114	(45.701)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	(6.232)	5.870	(49.165)	(11.914)	109	(54.666)
Correntes	(7.382)	6.572	(66.238)	(13.064)	811	(71.739)
Diferidos	1.150	(702)	17.073	1.150	(702)	17.073

continua

InterCement BRASIL

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 62.258.884/0001-36

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS CONDENSADAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 de Dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) Refere-se a imposto de renda e contribuição social apurados pelo regime de lucro presumido das suas controladas Barra Grande, Machadinho e Estreito. (b) Refere-se à liminar judicial nº 0012852-21.2010.403.6100, que assegura a Companhia a não recolher o IRPJ e CSLL sobre os juros moratórios, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas com terceiros, sobre receitas decorrentes da atualização monetária sobre a restituição de tributos pagos indevidamente ou a maior, e aos valores depositados judicialmente ou administrativamente. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias dos livros fiscais e societários, até o limite considerado passível de realização. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são compostos como segue:

	Controladora e Consolidado		
	2020	2019	2018
No ativo:			
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (a)	68.553	69.045	68.745
Total - ativo	68.553	69.045	68.745
No passivo:			
Amortização de ágio (rentabilidade futura)	107.458	107.458	107.458
Avaliação da vida útil do imobilizado (b)	101.604	101.842	99.612
Ajuste a valor presente - divida Banco Itaú - Fomentar	1.371	2.115	2.890
Capitalização de juros	9.929	12.993	14.179
Outras	8.147	5.743	5.010
Total - passivo	228.509	230.151	229.149
Total líquido classificado no passivo não circulante	159.956	161.106	160.404

(a) Em 31 de dezembro de 2020, considerando a expectativa da administração e de acordo com as premissas utilizadas na projeção de fluxo de caixa, a Companhia mantém impostos diferidos ativos registrados até o limite de realização, com base nas projeções futuras de lucro tributável, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui um montante acumulado de prejuízo fiscal e base negativa de R$1.476.282 (R$ 1.340.988 e R$ 826.671 em 2019 e 2018, respectivamente). (b) Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, a Companhia revisou a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do intangível, gerando disparidade entre a taxa de depreciação contábil e a fiscal. Para fins fiscais, as referidas taxas continuarão seguindo o disposto na legislação fiscal. A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e passivos é demonstrado como segue:

	Controladora e Consolidado		
	2020	2019	2018
Saldo inicial	161.106	160.404	159.132
Efeitos no resultado	(1.150)	702	1.272
Saldo final	159.956	161.106	160.404

24. Receita líquida:

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Venda de produtos	3.068.812	2.441.920	2.365.784	3.069.640	2.443.184	2.366.091
Serviços prestados	148.971	136.786	107.263	148.971	136.865	107.263
Impostos sobre vendas (a)	(786.877)	(660.040)	(638.834)	(798.810)	(673.408)	(652.052)
Abatimentos/descontos	(17.193)	(13.042)	(14.721)	(17.193)	(13.044)	(14.720)
Total	2.413.713	1.905.624	1.819.492	2.402.608	1.893.597	1.806.582

(a) Na controladora e no consolidado, os impostos sobre vendas são compostos por impostos federais, estaduais e municipais, como Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Imposto Sobre Serviços - ISS.

25. Informações sobre a natureza de custos e despesas:

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019 (reapresentado)	2018 (reapresentado)	2020	2019 (reapresentado)	2018 (reapresentado)
Depreciação e amortização	(247.548)	(228.028)	(220.646)	(271.469)	(251.432)	(245.025)
Amortização direito de uso em arrendamentos	(108.363)	(92.186)	–	(108.363)	(92.186)	–
Salários e benefícios a empregados	(272.752)	(260.213)	(270.487)	(273.414)	(260.815)	(271.431)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(579.711)	(502.728)	(529.231)	(564.942)	(477.532)	(504.602)
Serviços de terceiros	(117.080)	(128.106)	(162.175)	(128.989)	(141.205)	(173.334)
Despesas com frete	(236.548)	(237.613)	(242.948)	(236.586)	(237.649)	(242.975)
Despesas com manutenção	(101.937)	(87.279)	(98.715)	(102.322)	(87.707)	(99.012)
Despesas com combustível	(339.924)	(321.704)	(282.098)	(342.460)	(324.058)	(283.504)
Despesas com eletricidade (h)	(248.795)	(237.164)	(276.745)	(107.082)	(114.394)	(158.235)
Reversão (constituição) de provisão para riscos	(28.371)	(3.108)	(9.705)	(28.371)	(3.141)	(9.761)
Ganho na venda de ativo imobilizado e intangível (a)	22.548	41.199	25.648	22.548	41.199	25.648
Baixa de ativo imobilizado (e)	(22.631)	(92.140)	(12.915)	(22.631)	(92.140)	(12.937)
Ajuste ao valor recuperável (b)	81.876	27.618	(166.013)	81.876	27.618	(166.013)
Provisão para desmobilização/ alienação de fábricas (c)	(1.524)	–	(28.962)	(1.524)	–	(28.962)
Provisão para perdas de estoques (g) (Nota 7)	(124.052)	(22.810)	(61.182)	(124.052)	(22.810)	(61.182)
ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (d) (Nota 8)	26.164	(51.159)	134.642	26.164	(51.159)	134.642
Recuperação de impostos	24.835	44.059	24.059	24.835	44.059	24.060
Provisão para perda de crédito esperada (Nota 6)	1.413	(1.808)	(6.259)	1.413	(1.808)	(6.259)
Outras receitas (despesas) (f)	(57.799)	(43.349)	(52.262)	(61.065)	(47.781)	(55.080)
	(2.330.199)	(2.196.519)	(2.235.994)	(2.216.434)	(2.092.941)	(2.133.962)
Custo das vendas e dos serviços	(2.224.459)	(1.987.668)	(2.041.455)	(2.104.071)	(1.876.454)	(1.933.170)
Despesas administrativas e comerciais	(211.168)	(196.067)	(184.842)	(217.699)	(202.722)	(191.105)
Outras receitas (despesas) operacionais	105.428	(12.784)	(9.697)	105.336	(13.765)	(9.687)
Total	(2.330.199)	(2.196.519)	(2.235.994)	(2.216.434)	(2.092.941)	(2.133.962)

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base em sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas são apresentadas a seguir: (a) Em 2020, refere-se substancialmente à venda de terrenos anteriormente mantidos como propriedades para investimento, no montante de R$5.700, além de terrenos e equipamentos diversos que não estavam em operação, no montante de R$16.895. Em 2019, refere-se substancialmente à venda de um terreno, no montante de R$22.800 à empresa HM Engenharia (parte relacionada) além de equipamentos diversos que não estavam em operação. Em 2018, refere-se substancialmente à venda de terrenos, no montante de R$6.300 e lotes de betoneiras, no montante de R$9.800. (b) Refere-se ao ajuste ao valor de realização do imobilizado, intangível e direito de uso, conforme mencionado nas notas explicativas nº 11 (i) e (j) ,12 (d) e 13.1. (c) Em 2020 e 2018, a Companhia reconheceu provisão para obrigações contratuais relacionadas a projetos e unidades paralisadas temporariamente devido ao cenário econômico e ao mercado de cimento no Brasil, nos montantes de R$1.524 e R$28.962, respectivamente, com a contrapartida na linha de "outras obrigações" no passivo não circulante. (d) Refere-se à constituição do crédito tributário relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições de PIS e COFINS descrito na nota explicativa nº 8. (a). (e) Refere-se substancialmente à baixa de ativos da unidade de Cubatão, conforme abertura da nota explicativa nº11 (movimentação do ano de 2019). (f) Em 2019, refere-se substancialmente a crédito de atualização de empréstimo compulsório de energia elétrica - Eletrobrás no montante de R$21.549. (g) Refere-se a provisões para perdas de estoques, conforme mencionada na nota explicativa nº 7 (d). (h) Na controladora, contempla aquisição de energia elétrica de suas controladas, Barra Grande Participações, Estreito Participações e Machadinho Participações. No consolidado, contempla os custos com eletricidade da InterCement Brasil (com eliminação da energia adquirida das controladas citadas anteriormente), da controlada Comican e da controlada em conjunto Baesa.

26. Resultado financeiro:

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Variação cambial:						
Receita com variação cambial (c)	3.808	100.462	126.550	3.808	100.462	126.621
Despesa com variação cambial (c)	(26.967)	(105.481)	(224.318)	(26.962)	(105.480)	(224.517)
	(23.159)	(5.019)	(97.768)	(23.154)	(5.018)	(97.896)
Receitas financeiras:						
Variação monetária	4.593	1.458	6.179	4.648	2.323	6.953
Atualização monetária (a)	14.596	33.841	119.780	14.596	33.841	119.780
Rendimento financeiro	5.581	9.226	6.593	7.039	9.894	7.121
Juros ativos	2.524	3.138	3.069	2.528	3.149	3.081
Instrumentos financeiros derivativos (b)	8.093	3.033	–	8.093	3.033	–
Recompra Debêntures	3.521	–	–	3.521	–	–
PIS e COFINS	(721)	269	(6.230)	(777)	209	(6.282)
Outras receitas	5.629	2.246	2.398	5.444	2.078	2.239
Total	43.816	53.211	131.789	45.092	54.527	132.892
Despesas financeiras:						
Variação monetária	(32.079)	(22.190)	(9.318)	(40.356)	(26.268)	(15.184)
Atualização monetária (a)	–	(94.314)	–	–	(94.314)	–
Juros sobre passivos de arrendamentos (nota 13)	(19.308)	(23.794)	–	(19.308)	(23.794)	–
Despesa com juros e encargos (d)	(98.139)	(145.107)	(212.117)	(98.140)	(145.111)	(212.306)
Despesa de multas	(3.511)	(9.049)	(4.617)	(3.785)	(9.228)	(4.778)
Instrumentos financeiros derivativos (b)	–	–	(12.975)	–	–	(12.975)
Gasto com emissão de debêntures	(22.536)	–	–	(22.536)	–	–
Despesas bancárias	(11.967)	(11.458)	(18.299)	(12.050)	(11.511)	(18.300)
Seguro Garantia	(21.118)	(4.178)	(3.729)	(21.118)	(4.178)	(3.729)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(450)	(4.362)	(1.348)	(450)	(4.362)	(1.348)
Outras despesas	(2.741)	(12.578)	(6.899)	(2.616)	(12.511)	(6.986)
Total	(211.849)	(327.030)	(269.302)	(220.359)	(331.277)	(275.606)

(a) Em 2019, refere-se ao deságio proveniente da alienação dos créditos relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS constituído em 2018, e também da provisão para perda da parte controversa deste mesmo crédito, totalizando no montante de R$ 94.314. A Companhia também, reconheceu variação monetária no montante de R$33.841 relativa aos créditos tributários em decorrência do trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS, conforme mencionado na nota explicativa nº 8(a) e em 2020 houve ganho proveniente da alienação destes créditos totalizando R$14.596. Em 2018, refere-se à atualização monetária, proveniente de decisão favorável em processo judicial, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS de junho de 2005 a fevereiro de 2013 (processo com decisão de trânsito em julgado). (b) Ganhos e perdas reconhecidos sobre instrumentos financeiros derivativos mencionados na nota explicativa nº 31.4. (c) Refere-se substancialmente, as flutuações nas taxas de câmbio, dos empréstimos de mútuos atrelados à moeda estrangeira. (d) Refere-se substancialmente a juros sobre empréstimos e debêntures, nos montantes de R$96.860 em 2020 (R$138.860 e R$168.640 em 2019 e 2018 respectivamente).

27. Compromissos: a) Contratos de compra: A Companhia possui acordo contratual para compra de escória bruta com vigência até 1º de janeiro de 2021, ajustado pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), também possui contrato para aquisição de energia elétrica até 2024 e contratos "Take or Pay" para serviços de transporte rodoviário até 2023, serviços de ferroviário, armazenamento, transporte e manuseamento até 2029 e venda de clínquer de acordo com o mínimo estipulado no contrato até 2022, cujos desembolsos totais estimados, em valores nominais, são os seguintes:

	2020			2019				2018			
	Energia	Take or pay	Total	Energia	Take or pay	Escória	Total	Energia	Take or pay	Escória	Total
2019	–	–	–	–	–	–	–	107.780	47.884	32.636	188.300
2020	–	–	–	126.017	45.350	22.246	193.613	127.726	45.371	32.636	205.733
2021	125.030	45.511	170.541	123.702	47.727	1.854	173.283	125.379	46.698	2.720	174.797
2022	125.612	37.212	162.824	124.277	39.413	–	163.690	125.963	38.072	–	164.035
2023	125.612	17.570	143.182	124.277	19.366	–	143.643	125.963	18.249	–	144.212
Após 2023	77.777	33.669	111.446	76.951	32.292	–	109.243	77.993	32.292	–	110.285
Total	454.031	133.962	587.993	575.224	184.148	24.100	783.472	690.804	228.566	67.992	987.362

28. Resultado por ação: O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período. O prejuízo diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A seguir está demonstrado o cálculo do resultado por ação básico e diluído em conjunto, já que não há potenciais ações dilutivas que possam impactar o cálculo do resultado por ação diluído:

	Controladora e Consolidado		
	2020	2019	2018
Numerador básico e diluído-			
Alocação do prejuizo do exercício para os acionistas	(98.791)	(553.416)	(657.633)
Denominador básico e diluído -			
Média ponderada de ações	2.469.585.273	1.880.729.131	864.910.964
Prejuizo básico/diluído por ação ON (em reais)	(0,04)	(0,29)	(0,76)

29. Seguros: A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros, de forma global, dos bens do imobilizado e estoques sujeitos a riscos de incêndio, roubos, danos materiais, obras civis e riscos de engenharia e lucros cessantes, de acordo com a avaliação da Administração. As principais coberturas de seguros são:

Modalidade	2020
Responsabilidade Civil	R$67.562
Responsabilidade Operacional - Danos Materiais	R$642.977
Responsabilidade Operacional - Lucros cessantes	R$32.641

30. Avais e Fianças: A Companhia é garantidora para os seguintes empréstimos captados por suas controladoras e controladas: • Ao Banco Itaú BBA S.A. Nassau Branch - IBBA em 26 de março de 2012, posteriormente cedido a terceiros, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controladora Cauê Áustria (posteriormente incorporada a Intercement Trading e Inversiones S.A.) e o IBBA (posteriormente cedido a terceiros), cujo objeto foi a concessão de crédito no montante de US$750 milhões, equivalentes a R$1.281.600. Em 31 de dezembro de 2020, o montante é de US$21 milhões, equivalentes a R$109.131, destinado a usos corporativos gerais. • Aos investidores, em 17 de julho de 2014, em decorrência da emissão de Senior Notes 2024 pela empresa do Grupo InterCement, InterCement Financial Operations BV, no montante de US$750 milhões, equivalentes a R$1.680.225. Em 31 de dezembro de 2020, o montante é de US$551 milhões, equivalentes a R$2.864.359, destinado ao pré-pagamento de dívidas e a usos corporativos gerais. • Ao Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A - BBVA, em 31 de outubro de 2018, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controladora InterCement Trading e Inversiones S.A. e o BBVA, cujo objeto foi a concessão de crédito no montante de €22 milhões, equivalentes a R$99.671. Em 31 de dezembro de 2020, o montante é de €16,5 milhões, equivalentes a R$105.235, destinado a usos corporativos gerais. • Aos Debenturistas, em 08 de junho de 2020, em decorrência da 1ª Emissão de Debêntures pela empresa controladora InterCement Participações S.A., no montante de R$ 2.976.666. Em 31 de dezembro de 2020, o montante é de R$ 2.987.199, destinado ao pré-pagamento de dívidas.

31. Instrumentos financeiros: A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, debêntures bem como instrumentos financeiros derivativos. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: **(a) Considerações sobre riscos:** Risco de crédito: Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia e suas controladas mantêm contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela administração e somente efetuam transações de venda de produtos de acordo com os critérios de aprovação de crédito desenhados para minimizar os riscos de inadimplência. Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, não havia concentração de risco de crédito relevante associado a clientes. Risco de taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. As taxas de juros sobre empréstimos, financiamento, mútuo e debêntures estão mencionadas nas Notas 15, 21 e 16, respectivamente. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 4. Risco de liquidez: A gestão do risco de liquidez significa manter um nível adequado de recursos de caixa e contratar limites de crédito que não só garantam a prossecução normal das atividades da Companhia, mas também atendam às necessidades de quaisquer operações extraordinárias. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices ("covenants") previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando risco de liquidez para a Companhia e suas controladas. Os vencimentos dos instrumentos financeiros de empréstimos, financiamentos, fornecedores, passivos de arrendamentos e debêntures são conforme segue:

	Até 1 ano	1-2 anos	3-5 anos	Acima de 5 anos	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	114.690	149.995	435.982	1.598.324	2.298.991
Fornecedores	394.216	–	–	–	394.216
Passivo de arrendamento	125.623	96.234	44.659	1.056	267.572
	634.529	246.229	480.641	1.599.380	2.960.779

Hierarquia de valor justo: A Companhia possui instrumentos financeiros no qual são mensurados a valor justo, dado este cenário é aplicado a regra de hierarquia do valor justo vide CPC 46, isso requer que a Companhia faça uma avaliação da hierarquia do valor justo que são classificados em três níveis a seguir: Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

		Controladora			Consolidado		
	Nota	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Ativos financeiros							
Custo amortizado:							
Contas a receber de clientes (nível 2)	06	204.643	93.912	89.543	205.185	93.760	89.025
Partes relacionadas (nível 2)	21	25.100	26.100	4.300	25.200	26.200	4.400
Valor justo por meio do resultado:							
Equivalentes de caixa (nível 2)	04	357.687	342.011	170.129	425.096	379.881	181.088
Títulos e valores mobiliários (nível 2)	05	5.349	5.550	4.550	6.298	6.753	5.935
Instrumentos financeiros derivativos (nível 3)	31 (b)	24.705	16.612	14.926	24.705	16.612	14.926
Passivos financeiros							
Custo amortizado							
Debêntures (nível 2)	16	1.706.176	1.691.032	1.942.652	1.706.176	1.691.032	1.942.652
Empréstimos e financiamentos (nível 2)	15	54.676	268.487	280.976	54.676	268.487	280.976
Fornecedores (nível 2)	14	407.544	299.392	447.618	394.216	284.943	400.039
Passivo de arrendamento (nível 2)	13.2	242.659	255.538	–	242.723	255.629	–
Partes relacionadas (nível 2)	21	67.877	46.890	54.910	67.877	46.890	54.910
Valor justo por meio do resultado							
Instrumentos financeiros derivativos (nível 3)	13.2	–	–	1.346	–	–	1.346

(b) Valor justo dos instrumentos financeiros: (i) Cálculo do valor justo (nível 1 e 2). Os seguintes valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Assim, as estimativas aqui apresentadas não são necessariamente indicativas dos montantes que a Companhia poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas podem ter um efeito significativo nos valores justos estimados. Os seguintes métodos e premissas foram usados para estimar o valor justo para cada classe dos instrumentos financeiros para os quais a estimativa de valores é praticável: (a) Os valores de caixa e equivalentes de caixa, títulos mobiliários, contas a receber, demais recebíveis, fornecedores e demais passivo circulante se aproximam de seu valor justo registrado nas demonstrações financeiras. (b) O valor justo de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas de juros de referência disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes. Os principais valores contábeis e justos dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2020, os quais estão classificados nos Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de valor justo, estão demonstrados a seguir:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	Custo amortizado	Valor Justo	Custo amortizado	Valor Justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado:					
Contas a receber de clientes (nível 2) - (a)	06	204.643	204.643	205.185	205.185
Partes relacionadas (nível 2) - (a)	21	25.100	25.100	25.200	25.200
Valor justo por meio do resultado:					
Equivalentes de caixa (nível 2) - (a)	04	357.687	357.687	425.096	425.096
Títulos e valores mobiliários (nível 2) - (a)	05	5.349	5.349	6.298	6.298
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Debêntures (nível 2) - (b)	16	1.706.176	1.559.070	1.706.176	1.559.070
Empréstimos e financiamentos (nível 2) - (b)	15	54.676	52.289	54.676	52.289
Fornecedores (nível 2) - (a)	14	407.544	407.544	394.216	394.216
Passivo de arrendamento (nível 2)	13.2	242.659	244.306	242.723	244.370
Partes relacionadas (nível 2) - (a)	21	67.877	67.877	67.877	67.877

(ii) Cálculo do valor justo (nível 3). De acordo com a Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, as companhias devem divulgar em nota explicativa específica informações sobre todos os seus instrumentos financeiros derivativos. A técnica de avaliação para determinar a mensuração do valor justo das demonstrações financeiras categorizadas no Nível 3 da hierarquia de valor justo, que compreende as opções de derivativos das operações "Baesa", Machadinho "e" Estreito ", foi o Black-Scholes. Os dados não observáveis significativos para a mensuração incluem: pagamentos de dividendos esperados com base em projeções de fluxos de caixa descontados; informações de benchmarking de volatilidade de entidades listadas comparativas, entre outros. Também usamos a técnica de avaliação de Monte Carlo para criar uma distribuição de probabilidade (ou avaliação de risco) na determinação do exercício das opções de venda, cujo pressuposto também foi utilizado na determinação do justo valor. Com relação às operações com derivativos, a perda ou o ganho registrado, considerando os valores contábeis e de mercado, está assim demonstrado:

	Controladora e Consolidado											
	2020				2019				2018			
	Valor de mercado				Valor de mercado				Valor de mercado			
Operação	Valor nocional	Posição ativa	Posição passiva	Efeito Líquido	Valor nocional	Posição ativa	Posição passiva	Efeito Líquido	Valor nocional	Posição ativa	Posição passiva	Efeito Líquido
"Put options"(b)	–	24.705	–	8.093	–	16.612	–	3.033	–	14.926	1.346	(12.975)
Total	–	24.705	–	8.093	–	16.612	–	3.033	–	14.926	1.346	(12.975)

(c) Gestão do risco de capital: O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um "rating" de crédito adequado perante às instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A estrutura de capital da Companhia e de suas controladas consiste na dívida líquida e patrimônio líquido. A Dívida Líquida compreende empréstimos e financiamentos e debêntures menos caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários circulantes e derivativos. Os juros a pagar, operações de risco sacado e os passivos de arrendamento não estão incluídos na dívida líquida.
(d) Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 descreve os riscos que podem gerar variações materiais no resultado da Companhia, a fim de apresentar 10%, 25% e 50% de apreciação/depreciação na variável de risco considerada. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros: a) Aplicações financeiras, empréstimos e debêntures indexados ao CDI; b) Mútuo com partes relacionadas indexados ao Euribor; c) Contas a receber e contas a pagar em moeda estrangeira. Para a análise de sensibilidade do exercício de 31 de dezembro de 2020, a Companhia considerou a taxa de juros de aplicações, empréstimos a 2,77% (0,50% a taxa do Euribor), Taxa Referencial 0%. Os cenários considerados foram: Cenário I - Provável: apreciação/depreciação de 10% das variáveis de risco utilizadas para precificação; Cenário II - Possível: apreciação/depreciação de 25% das variáveis de risco utilizadas para precificação; Cenário III - Remoto: apreciação/depreciação de 50% das variáveis de risco utilizadas para precificação. Em 31 de dezembro de 2020:

		Cenário Consolidado					
		3	2	1	1	2	3
Operação	Risco	Alta 50%	Alta 25%	Alta 10%	Queda 10%	Queda 25%	Queda 50%
Exposição ao risco cambial							
Ativo:							
Contas a receber de clientes	Alta/queda do Dólar	448	231	13	(13)	(231)	(448)
Contas a receber partes relacionadas	Alta/queda do Dólar	14.848	7.640	431	(431)	(7.640)	(14.848)
Passivo:							
Mútuo com partes relacionadas	Alta/queda do Euro	(9.973)	(2.917)	(1.633)	1.633	2.917	9.973
Fornecedores no exterior	Alta/queda do Dólar	(161)	(59)	(42)	42	59	161
Exposição a índices variáveis							
Aplicações financeiras:							
CDI	Alta/Queda do CDI	17.658	14.715	12.949	(12.949)	(14.715)	(17.658)
Empréstimos e debêntures:							
Empréstimos e debêntures	Alta/Queda do CDI	(70.892)	(59.076)	(51.987)	51.987	59.076	70.892
Mútuo com partes relacionadas	Alta/Queda Euribor	(509)	(424)	(373)	373	424	509

32. Informações por segmentos: Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo tomador de decisões operacionais na decisão de alocar recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimentos e de aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, conclui-se que a Companhia opera em um único segmento operacional denominado Cimento.

33. Informações adicionais aos fluxos de caixa: Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Capitalização de juros	–	–	384	–	–	384
Aquisição de imobilizado sem efeito caixa (reclassificação entre imobilizado e estoque)	3.461	2.729	517	3.461	2.729	517
Aquisição de imobilizado sem efeito caixa	–	–	6.333	–	–	6.333
Atualização do Direito de Concessão UBP Ceste	–	–	–	–	–	(738)
Vendas de imobilizado que serão recebidas futuramente	12.506	6.058	13.956	12.506	6.058	13.956
Aporte de capital mediante integralização de créditos	–	–	1.116.255	–	–	1.116.255
Aumento investimento mediante créditos	17.850	–	–	–	–	–

34. Eventos subsequentes: Em fevereiro de 2021, a Companhia realizou a liquidação antecipada do contrato de mútuo que detinha com a controladora Intercement Trading e Inversiones no montante de R$71.900, equivalente a € 10.000 mil.

35. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Em 29 de abril de 2021 a administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.

InterCement BRASIL

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 62.258.884/0001-36

continuação

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Flávio Mendes Aidar - Presidente
Paulo Sergio de Oliveira Diniz - Membro do Conselho
Luiz Kleez - Membro do Conselho

DIRETORIA

Livio Hagime Kuze - CEO
Ricardo Congro - VP Industrial
Armando Sérgio Antunes da Silva - CFO
José Caires - Diretor de RH

CONTADOR

NELSON NÓBREGA DA COSTA
CRC 1SP 202165/O-9

"As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, estão à disposição no site e na sede da Companhia"

www.intercement.com

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0006433-05.2020.8.26.0009 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional IX - Vila Prudente, Estado de São Paulo, Dr(a). Claudia Akemi Okoda Oshiro Kato, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **APARECIDA ELIZABETH BAGO DE LIMA - EPP**, CNPJ 60.204.302/0001-03, com que por este Juízo, tramita de uma ação ora em fase de Cumprimento de sentença requerida por **Ravelmonte Prado Lobão Me**, tendo em vista a condenação em sentença nos autos principais, referente ao débito de R$ 49.238,40. Encontrando-a requerida em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO** por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, cumpra a quantia de R$ 49.238,40, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de março de 2020. B 29 e 30/04

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0006686-29.2019.8.26.0006 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional VI - Penha de Franca, Estado de São Paulo, Dr(a). Luciana Antunes Ribeiro Crocomo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) João Cláudio Compri dos Santos, CNPJ 15.058.275/0001-53, na pessoa de seu representante legal, que nos autos da Ação Monitória, requerida por Marco Antônio de Oliveira Pinto, foi constituído o mandado de citação em epígrafe, para que pague a quantia de R$ 4.783,47 (set/2019), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de março de 2020. B 29 e 30/04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1003533-73.2016.8.26.0006 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional VI - Penha de Franca, Estado de São Paulo, Dr(a). Luciana Antunes Ribeiro Crocomo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Pedro Zanardi, CPF 153.330.588-90, que Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A., ajuizou uma Ação Monitória, objetivando o recebimento do valor de R$ 17.560,10 (03/2016), acrescidos de juros e correção monetária; referente ao débito das faturas nº's 20606/4761, 21330/7948 e 20686244, nos valores de R$ 9.065,26, R$ 816,10 e R$ 5.055,01, oriundas do Contrato Termo de Adesão, para prestação de serviço de passagem e cobrança em pedágio. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, pague o valor supra, devidamente corrigido, e honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa (Art. 701 do NCPC), que o juranzi tenha das custas ou embargue, sob pena de constituir-se de pleno direito o título executivo judicial, sendo nomeado curador especial em caso de revela (art. 257, inciso IV do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (Art. 344 do NCPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 13 de maio de 2020. B 29 e 30/04

Edenred Soluções de Pagamento Hyla S.A.

CNPJ nº 59.158.642/0001-66

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços Patrimoniais

	Nota	2020	2019
Ativo/Circulante		**371.486**	**320.976**
Caixa e equivalentes de caixa	5	263.527	110.792
Contas a receber	6	318.742	193.472
Impostos a recuperar	7	7.405	8.415
Despesas antecipadas		1.491	2.202
Partes relacionadas	9	3.379	4.188
Outras contas a receber		6.948	1.815
Não Circulante		**94.997**	**81.218**
Realizável a longo prazo:			
Impostos de renda e contribuição social diferidos	8	16.829	16.015
Depósitos judiciais	17.b	1.630	1.615
Imobilizado	10	956	1.055
Intangível	11	75.039	61.847
Direito de uso de bens arrendados	12	543	686
Total do Ativo		**466.483**	**402.194**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2018	**64.414**	**14.447**	**(18.975)**	**59.886**
Lucro líquido do exercício			9.209	9.209
Saldos em 31/12/2019	**64.414**	**14.447**	**(13.572)**	**65.289**
Lucro líquido do exercício			2.982	2.982
Saldos em 31/12/2020	**64.414**	**14.447**	**(10.590)**	**68.253**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: A Edenred Soluções de Pagamento HYLA S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, tem por objeto social a instituição de arranjos de pagamento próprios, sendo responsável por desenvolver as regras e os procedimentos que disciplinam a prestação de serviços de pagamento ao público; prestação de atividades, no âmbito de arranjos de pagamento próprios, relacionadas com instituição de pagamentos na modalidade que foi previamente autorizada pelo Banco Central do Brasil, que incluem, mas não limitam a prestação de serviços de pagamento; prestação de serviços de administração de sistemas e/ou contratos de convênio de qualquer natureza especialmente relativos, mas não limitados nas áreas de: (i) motivação, incentivos, promoções, viagens, lazer, entretenimento e outros, por meio de emissão, própria ou por terceiros, de vale cupons ou cartões para bares por bens, serviços e/ou saque, bem como a intermediação de negócios; e (ii) gestão e administração de despesas, administração salarial, controle de custos ou qualquer outra política, permitida ou não vedada por lei, relacionada a cartões eletrônicos de pagamentos com ou sem função de saque; prestação de serviços de informática e processamento de dados, inclusive de assessoria e consultoria técnicas de informática, em especial para (1) a gestão de programas motivacionais, de fidelidade, eventos e outros; (2) o gerenciamento e manutenção de cadastro de clientes; e (3) elaboração de programas de computadores (software), inclusive jogos eletrônicos; a prestação de serviços de campanha de incentivos e eventos promocionais, objetivando a fidelização de clientela, a promoção de bens e serviços em geral e a motivação profissional, bem como mediante a divulgação dessas promoções na mídia em geral, a organização e gerenciamento de feiras de negócios e o agenciamento de propaganda e publicidade; a intermediação de negócios em geral e agenciamento; a prestação de serviço de propaganda e publicidade; a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, no país ou no exterior, cujo objeto social seja relacionado, necessário ou conveniente à consecução do objeto social da Companhia. A Companhia possui sua matriz localizada na Alameda Tocantins, 350, Alphaville Industrial, na cidade de Barueri. **2. Base de Elaboração das Demonstrações Financeiras e Resumo das Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as interpretações e as orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **2.2. Base de elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias de nível 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade: • Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos ativos ou passivos que a Companhia pode ter acesso na data de mensuração. • Informações de Nível 2 são informações, que não possuem os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. • Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 29 de abril de 2021. **2.3. Novos pronunciamentos e alterações de pronunciamentos:** No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações a seguir às Normas e Interpretações IFRS emitidas pelo IASB referentes aos períodos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve nenhum impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras. **Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros – Fase 2 do CPC 48 (IFRS 9) e CPC 40 (IFRS 7):** As taxas interbancárias ofertadas (IBORs) são taxas de referência de juros, tais como LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Porém, devido a recentes discussões no mercado colocaram em questão a viabilidade de longo prazo dessas benchmarks. Desta forma, em setembro de 2019, o IASB emitiu Reforma da Taxa de Juros de Referência (Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7). Essas alterações modificam as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização de hedge para os itens afetados durante o período de incerteza antes que os itens objetos de hedge ou instrumentos de hedge afetados pelas taxas de juros de referência sejam alterados em virtude das reformas contínuas das taxas de juros de referência. **Impacto da aplicação inicial da Alteração ao CPC 06 (IFRS 16) – Concessões de Aluguel Relacionadas à COVID-19:** Em maio de 2020, o IASB emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à COVID-19 (Alterações à IFRS 16) que estabelece medidas práticas para locatários que renegociarem as contraprestações de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19, ao introduzir um expediente prático para a IFRS 16. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz essa opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando a IFRS 16 como se a mudança não fosse uma modificação de arrendamento. O expediente prático é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas: a) a mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança; b) qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resulte em pagamentos de arrendamento revisados que igualam ou são menores que os de 2021 e pagamentos de arrendamento maiores após 30 de junho de 2021); e c) não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento. Não existem normas e interpretações emitidas e não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Empresa. **3. Principais Políticas Contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes: **a) Resultado das operações:** Apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. **b) Reconhecimento das receitas:** As receitas são reconhecidas da seguinte maneira: (i) Com base no efetivo prestação de serviços: 1. Receita de clientes: são tarifas recebidas de empresas clientes na venda de cartões pré-pagos, pós pagos e de todos os volumes relativos faturados aos clientes. 2. Receita de afiliados: correspondem às tarifas cobradas dos estabelecimentos, essas receitas são referentes aos valores já utilizados pelos usuários dos cartões na rede credenciada e são reconhecidas na receita no momento da transação. (ii) Quando o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade. (iii) Quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia. (iv) Quando as despesas incorridas com a transação, bem como as despesas para concluí-la, puderem ser mensuradas com confiabilidade. **c) Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R$), que foi designado como moeda funcional, por ser a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, e também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras. **d) Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescentados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo são reconhecidos imediatamente no resultado. A Companhia classifica seus instrumentos financeiros, em função da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e é determinado no reconhecimento inicial, segundo as classificações estabelecidas pelo CPC 48: (i) Custo amortizado: (ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (PL); e (iii) Valor justo por meio do resultado. **e) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com vencimentos originais em prazos não superiores a 90 dias a partir da data de aplicação e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos não for de conhecimento auferidos não for de conhecimento auferidos não for de conhecimento

NEON PAGAMENTOS S.A.

CNPJ: nº 20.855.875/0001-82

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e Consolidadas da Neon Pagamentos S.A. ("Neon") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Práticas Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Somos uma *fintech* brasileira, fundada em julho de 2016, buscando empoderar clientes sobre sua gestão financeira. Oferecemos serviços para auxiliar na vida financeira das pessoas de uma forma simples, prática e sem burocracia. Sendo a conta digital o principal produto, a Neon possui uma parceria com o Banco Votorantim para custódia e liquidação de suas contas.

O setor financeiro brasileiro vem passando por um momento de grandes mudanças relacionadas às tecnologias disruptivas que agilizam e reduzem o custo das transações, e por novas regulamentações que buscam modernizar e proporcionar a entrada de novas instituições. Neste contexto, as *fintechs* possuem papel relevante para aumentar a oferta de novos produtos e a competitividade no setor. Desta forma, estamos preparados para criar valor e entregar uma experiência de uso incrível e encantadora aos nossos clientes.

Em 2020, reforçando a expectativa do potencial de criação de valor, a Neon, através da sua holding Neon Payments Ltd., captou cerca de R$ 1,6 bilhão (US$ 300 milhões) em Série C liderada pela General Atlantic, em duas etapas de R$ 800 milhões cada uma. Também participaram do aporte os novos investidores BlackRock, Vulcan Capital, PayPal Ventures, Catalyst Fund, além de Monashees, Flourish Ventures e o BBVA via Propel Venture Partners, investidores de rodadas anteriores. Com a chegada destes novos acionistas, a Neon se consolida como um dos mais robustos quadros de acionistas do setor.

Está é a terceira rodada de investimentos do Grupo Neon. A empresa Neon Payments Ltd. captou R$ 72 milhões na Série A, em maio de 2018, com a Propel Venture Partners, Monashees, Quona Capital e Omidyar Network, hoje chamada de Flourish Ventures. Em novembro de 2019, na série B, levantou R$ 400 milhões em rodada liderada por General Atlantic e Banco Votorantim, banco parceiro da Neon.

Em 2020, como parte da estratégia de crescimento de produtos, a Neon fez a aquisição da Magliano Invest, corretora de valores, e da Consiga+, *startup* de crédito consignado privado, ambas pendentes de aprovação pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") na data da emissão deste relatório. Além disso, houve o lançamento de novos produtos, como a conta MEI Fácil, especialmente para o microempreendedor individual, e o cartão PJ, exclusivo para pessoas jurídicas independentemente do porte.

Durante 2020, a Neon cresceu de forma acelerada. Encerrou o ano com receita operacional líquida consolidada de R$ 66,4 milhões, resultado 268% superior ao de 2019 (R$ 18,1 milhões); 112,4 milhões de transações, crescimento de 173% em comparação a 2019 (R$ 41,2 milhões); e cerca de 824 colaboradores, um aumento de 25% em relação ao ano anterior (660). Adicionalmente, vimos a margem de contribuição se tornar positiva no último trimestre.

Para sustentar esse crescimento exponencial, foram realizados no ano passado investimentos significativos em áreas como segurança da informação, *marketing*, *compliance* e pessoas, incluindo além da equipe sênior de liderança da Neon. O resultado obtido pela Neon em 2020 é, assim, diretamente ligado a esse ritmo de crescimento.

O ano de 2020 teve um cenário desafiador em função da crise desencadeada pela COVID-19. Houve um fortalecimento dos meios e negócios digitais. Tivemos uma boa estratégia e conseguimos evoluir bastante. Continuamos a crescer de forma acelerada, impulsionados pelo auxílio do governo durante a pandemia, e ao longo deste ano de 2021 faremos a ampliação da oferta de crédito, bem como o lançamento de novos produtos. A combinação de acionistas com alta capacidade de investimento, qualidade da administração e o time de liderança da Neon nos fazem acreditar que temos as condições necessárias para ser cada vez mais um competidor relevante neste mercado.

PRODUTOS - RESOLVA SUA VIDA FINANCEIRA DIRETO NO APP

Cartão de crédito sem anuidade: Oferecemos um cartão que pode ser solicitado diretamente no app Neon e com funções de Cartão virtual.

Cartão de débito internacional Neon: Funciona como um cartão pré-pago: o saldo do cartão é o mesmo da sua conta. Sem taxas ou cheque especial. O cartão de débito tem bandeira Visa, aceita em milhões de estabelecimentos pelo mundo.

Saques gratuitos: Clientes pessoa física possuem gratuidade no serviço de saque junto à rede do Banco 24horas.

Investir e juntar dinheiro é simples na Neon: Criamos uma forma para os clientes investirem, com rendimento superior ao da poupança e com resgate a qualquer momento.

Outros serviços para simplificar a vida das pessoas: Trazemos o que o cliente precisa em uma conta: saque em qualquer Banco24Horas, depósito com boletos emitidos pelo próprio cliente, saldo inteligente para pagamento de contas, transferências gratuitas, recarga de celular, além de transferências e pagamento de contas.

Empréstimos Pessoais: Facilidade e simplicidade para simular um empréstimo diretamente no app Neon.

PRINCIPAIS DESTAQUES

Nova rodada de investimento de R$ 1,6 bilhões

O aporte da Série C faz parte de uma nova rodada de investimento liderada pelo fundo americano General Atlantic, em duas rodadas de R$ 800 milhões cada uma, com novos investidores e outros que já investiram na Neon anteriormente.

Este investimento é essencial para a Neon alavancar áreas estratégicas, escalando a sua oferta de crédito, aprimorando e lançando novos produtos, tanto para clientes em contas de pessoa física quanto para os mais de 1 milhão de microempreendedores individuais atendidos pela plataforma da MEI Fácil.

Aquisição da Magliano e Consiga +

Em 2020, como parte da estratégia de crescimento de produtos, a Neon fez a aquisição das empresas Magliano Invest (através da Neon Holding Ltda., constituída em 03 de junho de 2020 e subsidiária integral da Neon Payments Ltd.), e da Consiga+, sendo que ambas transações serão concluídas quando da aprovação pelo BACEN.

A Magliano Invest é a mais antiga corretora de valores do país. A aquisição da corretora vai permitir que nossos clientes façam investimentos através das contas digitais, oferecendo todos os serviços de um banco tradicional. A estrutura e o negócio da Magliano terão mais sinergia e integração com a Neon após a aprovação do Banco Central.

Em outubro de 2020, a Neon também efetuou a aquisição da Consiga+, startup de crédito consignado privado. Com essa aquisição, a Neon entra no segmento de empréstimos com parcelas deduzidas diretamente da folha de pagamento, com foco nas classes C e D, planejando lançar novos produtos, além de acelerar produtos como um empréstimo a profissionais com carteira assinada.

PESSOAS

Buscamos pelos melhores profissionais que nos ajudem na missão de simplificar a vida financeira das pessoas, de forma ética e responsável.

Finalizamos 2020 com 824 neowners trabalhando para criar a conta digital mais incrível do Brasil, isto representa um crescimento de 164 pessoas ao longo do ano. Importante ressaltar que ao longo do ano desenvolvemos nosso programa de trabalho remoto e já temos 99 neowners que vivem em outras localidades além da Grande São Paulo, representando 12% do total de colaboradores.

Estamos na lista Linkedin Top Startups de 2020 que revela as 10 empresas jovens e resilientes de destaque onde os brasileiros querem trabalhar atualmente.

E para que isso seja possível, temos valores que movem as nossas atitudes e direcionam as nossas relações, temos a ação: a Neon é Incrível e de Alta Performance, Talentosa e Colaborativa, Diversa e Responsável. Esses são os valores dos quais não abrimos mão e que vivenciamos todos os dias! Eles representam a evolução de tudo o que nos trouxe até aqui, bem como aquilo que acreditamos que nos fará mais fortes.

LICENÇA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL COMO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

Em 8 de abril de 2021, a Neon Pagamentos S.A. recebeu autorização do Banco Central do Brasil para funcionar como instituição de pagamento, nas modalidades emissora de moeda eletrônica e emissora de instrumento de pagamento pós-pago, marco regulatório importante para viabilizar nosso crescimento.

RECONHECIMENTOS

Neon, eleita TOP 3 bancos brasileiros da Forbes. A nossa conta digital sem mensalidade é uma das melhores do Brasil de acordo com a Forbes, a maior revista de negócios e economia do mundo.

Neon, eleita a melhor experiência de abertura de conta *Idwall*. A Neon tem a melhor experiência de abertura de conta de acordo com a *Idwall*, plataforma de inovação para startups.

Neon, eleita uma das 10 super *fintechs* da Distrito. A Neon é uma das maiores *fintechs* do Brasil de acordo com a Distrito, plataforma de inovação para *startups*.

Embora os planos de crescimento e projeções de resultados apresentados acima sejam baseados em premissas da administração e em informações disponíveis no mercado até o momento, tais expectativas envolvem imprecisões e riscos difíceis de serem previstos, podendo, dessa forma, haver resultados ou consequências que diferem daqueles aqui antecipados. Essas informações não são garantias de performance futura. A utilização dessas expectativas deve considerar os riscos e as incertezas que envolvem quaisquer atividades e que estão fora de nosso controle, e que incluem, mas não são limitados a nossa habilidade de perceber a dimensão das sinergias projetadas e seus cronogramas, mudanças políticas e econômicas, volatilidade nas taxas de juros e câmbio, mudanças tecnológicas, inflação, presses competitivas sobre produtos, preços, mudanças na legislação tributária, entre outras.

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais)

	Nota	Individual 2020	Individual 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Ativo					
Circulante		**887.641**	**361.687**	**888.139**	**361.615**
Disponibilidades	4	27.939	2.042	41.504	2.319
Ativo ao custo amortizado		717.270	294.814	729.776	294.814
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	348.089	176.320	360.595	176.320
Relações interfinanceiras	6	369.181	118.494	369.181	118.494
Ativo ao valor justo por meio de resultado		49.958	51.197	55.233	51.505
Instrumentos financeiros - carteira própria	7.a	1.627	7.938	6.898	8.246
Instrumentos financeiros - vinculados à prestação de garantias	7.a	48.331	43.259	48.331	43.259
Instrumentos financeiros - derivativos	7.b	–	–	4	–
Outros ativos		92.474	13.634	61.626	12.977
Outros créditos - diversos	8	79.733	13.634	48.885	12.977
Outros valores e bens	9	12.741	–	12.741	–
Não circulante		**300.231**	**145.401**	**335.896**	**190.329**
Outros créditos - diversos	8	234.870	81.804	234.870	81.804
Investimentos	10	28.800	35.810	–	–
Ágio		25.887	35.544	–	–
Participação em controladas		2.913	266	–	–
Imobilizado	11	16.862	17.286	16.957	17.466
Direitos de uso do ativo		13.503	13.503	13.503	13.503
Imobilizado de uso		11.154	6.812	11.295	6.992
(–) Depreciação acumulada		(7.795)	(3.029)	(7.841)	(3.029)
Intangível	12	19.694	10.441	84.064	90.999
Ágio		–	–	58.707	59.240
Ativos intangíveis		32.832	10.792	44.177	32.110
(–) Amortização acumulada		(13.138)	(351)	(18.820)	(351)
Total do ativo		**1.187.872**	**507.088**	**1.224.035**	**551.944**

	Nota	Individual 2020	Individual 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Passivo					
Circulante		**857.650**	**348.266**	**853.490**	**348.910**
Passivo ao custo amortizado		725.026	281.666	723.977	281.656
Relações interfinanceiras	6	402.585	143.176	402.585	143.176
Depósitos	13	322.441	138.490	321.392	138.480
Outros passivos		132.624	66.600	129.513	67.254
Obrigações sociais e estatutárias	14	37.228	12.538	37.228	12.538
Obrigações fiscais e previdenciárias	15	22.970	22.897	23.582	22.999
Diversos	16	72.426	31.165	68.703	31.717
Não circulante		**7.624**	**10.547**	**7.624**	**10.547**
Outros passivos - diversos	16	7.624	10.547	7.624	10.547
Patrimônio líquido atribuível ao controlador		**322.598**	**148.275**	**322.598**	**148.275**
Capital social	18	753.350	307.768	753.350	307.768
Reserva de capital		34.739	33.510	34.739	33.510
Prejuízos acumulados		(465.491)	(193.003)	(465.491)	(193.003)
Participação de não controladores		–	–	40.323	44.212
Total do patrimônio líquido		**322.598**	**148.275**	**362.921**	**192.487**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.187.872**	**507.088**	**1.224.035**	**551.944**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais)

	Nota	Individual 2020	Individual 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita líquida operacional	19	62.023	18.075	66.441	18.059
Custos dos serviços prestados	20	(94.423)	(43.296)	(94.527)	(43.296)
Resultado bruto		**(32.400)**	**(25.221)**	**(28.086)**	**(25.237)**
Despesas operacionais					
Despesas com pessoal	21	(165.667)	(65.568)	(170.676)	(65.935)
Despesas com vendas	22	(96.609)	(56.104)	(97.239)	(56.104)
Despesas administrativas	23	(105.366)	(41.097)	(108.655)	(41.139)
Despesas com planos de ações	30	(1.229)	(26.542)	(1.229)	(26.542)
Outros resultados operacionais, líquidos	24	5.548	(1.040)	4.240	(1.050)
		(363.323)	**(190.351)**	**(372.559)**	**(190.770)**
Resultado de participação em controladas	10	(924)	(428)	–	–
Prejuízo antes do resultado financeiro		**(396.647)**	**(216.000)**	**(400.645)**	**(216.007)**
Resultado financeiro líquido					
Receitas financeiras	25	6.522	7.384	7.070	7.440
Despesas financeiras	25	(17.821)	(1.699)	(18.153)	(1.752)
		(11.299)	**5.685**	**(11.083)**	**5.688**
Resultado antes da tributação sobre o lucro		**(407.946)**	**(210.315)**	**(411.728)**	**(210.319)**
IRPJ e CSLL corrente e diferido	17	**135.458**	**81.864**	**134.918**	**81.864**
Prejuízo do exercício		**(272.488)**	**(128.451)**	**(276.810)**	**(128.455)**
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores		(272.488)	(128.451)	(272.488)	(128.451)
Prejuízo atribuível aos acionistas não controladores		–	–	(4.322)	(4)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais)

	Individual 2020	Individual 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Prejuízo do exercício	(272.488)	(128.451)	(276.810)	(128.455)
Resultado abrangente total	(272.488)	(128.451)	(276.810)	(128.455)
Participação de não controladores			(4.322)	(4)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social Subscrito	Capital social A integralizar	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Individual						
Saldos em 31 de dezembro de 2018		66.800	(6.648)	6.968	(64.552)	2.568
Aumento de capital	18	241.200	6.416	–	–	247.616
Pagamento baseado em ações		–	–	26.542	–	26.542
Prejuízo do exercício		–	–	–	(128.451)	(128.451)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**308.000**	**(232)**	**33.510**	**(193.003)**	**148.275**
Aumento de capital	18	807.000	(361.418)	–	–	445.582
Pagamento baseado em ações		–	–	1.229	–	1.229
Prejuízo do exercício		–	–	–	(272.488)	(272.488)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**1.115.000**	**(361.650)**	**34.739**	**(465.491)**	**322.598**

	Nota	Capital social Subscrito	Capital social A integralizar	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Participação de não controladores	Consolidado Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**66.800**	**(6.648)**	**(64.552)**	–	–	**2.568**
Aumento de capital	18	241.200	6.416	–	–	–	247.616
Pagamento baseado em ações		–	–	26.542	–	–	26.542
Prejuízo do exercício		–	–	–	(128.451)	(4)	(128.455)
Participação de não controladores		–	–	–	44.216	44.216	44.216
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**308.000**	**(232)**	**33.510**	**(193.003)**	**44.212**	**192.487**
Aumento de capital	18	807.000	(361.418)	–	–	–	445.582
Pagamento baseado em ações		–	–	1.229	–	–	1.229
Prejuízo do exercício		–	–	–	(272.488)	(4.322)	(276.810)
Participação de não controladores		–	–	–	–	433	433
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**1.115.000**	**(361.650)**	**34.739**	**(465.491)**	**40.323**	**362.921**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais)

	Individual 2020	Individual 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Método Indireto				
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(272.488)	(128.451)	(276.810)	(128.455)
Conciliação dos valores que não impactam caixa				
Baixa do ativo imobilizado/intangível	35	149	1.189	149
Depreciação e amortização	17.553	2.680	23.281	2.680
Resultado com tributos correntes e diferidos	(135.458)	(81.864)	(134.918)	(81.864)
Resultado de participação em controladas	924	428	–	–
Provisão para contingências	78	220	78	220
Variação de valor justo de instrumentos financeiros	9.293	71	9.304	71
Opções de ações outorgadas	1.229	26.452	1.229	26.452
Planos de incentivo de longo prazo	9.858	–	9.858	–
Participação nos lucros	23.511	7.661	23.511	7.661
Perdas no valor recuperável de ativos	1.127	–	1.127	–
Reversão de provisões operacionais	(7.253)	–	(7.253)	–
Perdas com variação cambial	1.164	888	1.164	888
Provisão para perdas com inativação de cartões	4.549	–	4.549	–
Juros de arrendamento mercantil	(807)	(459)	(807)	(459)
	(346.685)	**(172.225)**	**(344.498)**	**(172.657)**
Variação nos ativos e passivos				
Títulos e valores mobiliários	(8.054)	(46.072)	(13.342)	(46.072)
Relações interfinanceiras - ativo	(250.687)	(109.039)	(250.687)	(109.039)
Outros créditos	(83.584)	(12.352)	(53.927)	(11.705)
Outros valores e bens	(17.290)	11	(17.290)	11
Depósitos	183.951	105.226	182.912	105.215
Relações interfinanceiras - passivo	258.245	128.784	258.245	128.784
Outras obrigações	37.201	67.744	37.007	68.409
Caixa aplicado nas atividades operacionais	**(226.903)**	**(37.923)**	**(201.580)**	**(37.054)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de investimento	–	(36.238)	–	(59.240)
Aquisição de imobilizado	(4.374)	(16.909)	(4.339)	(17.089)
Aquisição de intangível	(13.581)	(10.446)	(13.886)	(31.764)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	**(17.955)**	**(63.593)**	**(18.225)**	**(108.093)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	445.582	247.616	445.582	247.616
Liquidação por obrigação de arrendamentos mercantil	(3.058)	(1.452)	(3.058)	(1.452)
Aumento na participação de não controladores			433	44.216
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	**442.524**	**246.164**	**442.957**	**290.380**
Efeito líquido no caixa e equivalentes de caixa	**197.666**	**144.648**	**223.152**	**145.233**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	178.938	34.178	178.668	34.178
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	376.029	178.363	402.100	178.948
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**197.666**	**144.648**	**223.152**	**145.233**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Neon Pagamentos S.A. ("Neon"), controlada direta pela Neon Payments Limited com sede no Reino Unido, é uma Sociedade Anônima de capital fechado, constituída e existente segundo as leis brasileiras, e sua sede está localizada na Rua Hungria, 1.400, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

A Neon atua na exploração de atividades relacionadas à prestação de serviços de fornecimento de tecnologia para clientes e fornecedores, incluindo, mas não se limitando, ao fornecimento de tecnologia para pagamentos; a prestação de atividades no âmbito do seu próprio arranjo de pagamento ou de terceiros, como instituição de pagamento, que incluem, mas não se limitam a prestação de serviço de emissão de instrumentos de pagamento pré e pós-pagos; e a instituição e administração de arranjo de pagamento próprio, sendo responsável por desenvolver as regras e os procedimentos que disciplinam a prestação de serviços de pagamento ao público.

Plano da Administração para aumento de liquidez da Neon

A Administração da Neon, com base no seu plano de negócios e no resultado esperado oriundo dos seus investimentos, prevê o crescimento da sua base de clientes e o aumento de suas receitas. Como consequência desses eventos, a geração de caixa futura é suficiente para fazer face aos compromissos representados pelo seu passivo circulante.

Para sustentar esse crescimento exponencial, foram realizados no ano passado investimentos significativos em áreas como segurança da informação, *marketing*, *compliance* e pessoas, além da equipe sênior de liderança da Neon. O resultado obtido pela Neon em 2020 é, assim, diretamente ligado a esse ritmo de crescimento.

Além disso, em 2020 houve o aporte da Série C na Holding Neon Payments Ltd., que faz parte de uma nova rodada de investimento liderada pelo fundo americano General Atlantic, em duas rodadas de R$ 800 milhões cada uma, com novos investidores e outros que já investiram na Neon anteriormente. Parte deste valor já foi aportado na Neon Pagamentos S.A. e o restante permanecerá na Holding.

Este investimento é essencial para a Neon alavancar áreas estratégicas, escalando a sua oferta de crédito, aprimorando e lançando novos produtos, tanto para clientes em contas de pessoa física quanto para os mais de 1 milhão de microempreendedores individuais atendidos pela plataforma da MEI Fácil.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais da controladora e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76, Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Práticas Contábeis ("CPC") aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo das principais práticas contábeis.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Neon evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela diretoria da Neon Pagamentos S.A. em 6 de abril de 2021.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional da Neon, com base no suporte financeiro de seus acionistas. Durante a elaboração das demonstrações financeiras, a Administração efetua uma avaliação da capacidade de dar continuidade às suas atividades. As práticas contábeis mais relevantes adotadas pela Neon são as seguintes:

a. Base de consolidação

A tabela a seguir apresenta as entidades controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

Entidade	Ramo de atividade	Participação no capital (%) 2020	2019
Neon Investimentos	Gestão de fundos	99,0%	99,0%
Neon Tecnologia	Desenvolvimento de programas de computador	99,0%	99,0%
MEI Fácil	Serviços em tecnologia de informação	45,0%	45,0%
Neon Segurança (i)	Fundo de Investimento	100,0%	–
Neon Max Turbo (ii)	Fundo de Investimento	90,0%	–

(i) Fundo de investimentos com carteira composta predominantemente por ativos de renda fixa. Controle obtido durante de 2020 através da aquisição de cotas.

(ii) Fundo de investimentos multimercado como objetivo obter ganhos de capital através de operações nos mercados de juros, câmbio, ações, *commodities*, dívida e derivativos. Controle obtido durante o exercício de 2020 através da aquisição de cotas.

(i) Controladas

A Neon controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Neon obtiver o controle e até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, quando requeridas, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre a Neon e suas controladas, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as companhias, são eliminados no processo de consolidação. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Base de mensuração

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira dos mesmos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

c. Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Neon. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do exercício no período em que elas ocorrem, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.

e. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição e que não haja restrição quanto a disponibilidade do recurso.

f. Instrumentos financeiros

A Neon opera apenas com instrumentos financeiros que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, investimentos, derivativos e outros recebíveis, assim como fornecedores e outras dívidas, cujos valores são próximos ou iguais aos respectivos valores de mercado.

Todos os ativos e passivos da Neon estão registrados conforme as respectivas práticas, essa seção descreve as práticas contábeis decorrentes da adoção do CPC 48 (com efeitos retrospectivos ao balanço de abertura de 1º de janeiro de 2018).

(i) Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão de mercado.

(ii) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais foram adquiridos e de suas características. A classificação de instrumentos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios segundo o qual o ativo financeiro é gerido além do seu fluxo de caixa contratual.

(iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não possuem apenas pagamentos de principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração da posição financeira ao valor justo, com as variações líquidas no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

(iv) Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ele apresenta as características abaixo:

Se o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é de manter ativos financeiros para recolher fluxos de caixas em datas específicas, cujos pagamentos apenas por pagamentos de principal e juros. Após a mensuração inicial, os montantes dos ativos financeiros serão mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva.

Mesmo que a Neon não planeje vender o ativo financeiro classificado nessa categoria, pois espera mantê-lo até o vencimento para recolher fluxos de caixa contratuais, a Neon não é obrigada a manter esses instrumentos até o vencimento e um evento de venda pode ocorrer.

(v) Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados usando o método da taxa de juros efetiva e quando em conjunto com qualquer desconto ou prêmio na emissão e custos relevantes que passem a constituir parte integrante da taxa de juros efetiva.

(vi) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos com o objetivo de recompra no futuro próximo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de *hedge* em relações de *hedge*, conforme definido pela IFRS 9. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes.

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g. Baixa de ativos e passivos financeiros

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando: o direito de receber fluxos de caixa do ativo estiver vencido ou houver transferência do direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou assunção da obrigação de pagar o fluxo recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro devido a um contrato de repasse e se: (i) Houver transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo; ou (ii) Não houver transferência substancial ou retenção substancial de todos os riscos e benefícios do ativo mas houver transferência do controle sobre o ativo.

(ii) Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação a respeito do passivo é eliminada, cancelada ou vencida. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos de passivo existentes são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença para o valor contábil é reconhecida no resultado do exercício.

(iii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial de um instrumento de dívida, a Neon deve realizar as projeções das eventuais perdas esperadas num exercício de 12 meses e reconhecer essas mesmas como provisão, apesar de nenhuma perda efetiva ter se materializada ainda. Se a Neon antecipa uma deterioração significativa da qualidade de crédito de suas contrapartes, ela deve reconhecer uma provisão igual ao valor de todas perdas esperadas na vida do instrumento financeiro, e não somente nos 12 meses subsequentes.

h. Determinação do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

• Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro.

• Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos.

• Nível 3: Cotações de preços não observáveis para ativo ou passivo.

A Neon não possui instrumentos financeiros classificados no nível 3.

i. Relações interfinanceiras

A Neon Pagamentos firmou um contrato de parceria com a Visa do Brasil Empreendimentos Ltda. ("Visa") ficando autorizada a emitir e operar produtos de cartão de crédito ou débito com a bandeira Visa.

Nas transações de cartão de débito fisico os valores utilizados afetam diretamente a conta digital do cliente e em conta partida a Neon Pagamentos se compromete a honrar os montantes com a Visa em D+1, mediante liquidação de agenda. Já para transações de cartão de crédito, os valores utilizados pelos clientes compõe recebimento na Neon Pagamentos como emissor (liquidados pelo Banco BV S.A., conforme contrato de parceria para a operação de cartões de crédito) e em conta partida a Neon Pagamentos se compromete a honrar os montantes com a Visa em D+27

continuação

NEON PAGAMENTOS S.A. - CNPJ nº 20.855.875/0001-82

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

• Alterações negativas em premissas utilizadas para avaliação de ativos, tais como: fluxos de caixa e volumes projetados, taxas de desconto, entre outras.

Anualmente a Neon avalia se há indicativos de desvalorização de um ativo. Se houver evidências de perda no valor recuperável, são realizados testes de *impairment* pelo método de fluxo de caixa descontado ou outro método que seja adequado para mensuração do valor recuperável do ativo.

Independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, são testados anualmente ativos com vida útil indefinida ou ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

Caso o valor recuperável do ativo avaliado for menor que o valor contábil, a diferença existente entre esses valores é ajustada pela constituição de provisão para perdas, reduzora dos ativos, em contrapartida ao resultado do período, exceto para ágio por expectativa de rentabilidade futura, onde a perda é considerada definitiva, sem possibilidade de reversões.

o. Ativos e passivos contingentes

Provisões são reconhecidas quando a Neon tem uma obrigação corrente (legal ou construtiva) onde é provável que um desembolso será requerido para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável possa ser feita do montante da obrigação. A despesa relacionada a qualquer provisão é apresentada no resultado do exercício.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem recursos.

Passivos contingentes - são reconhecidas nas demonstrações financeiras, baseado nas opiniões de assessores jurídicos e da Administração, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

p. Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferida são calculados sobre o valor das diferenças temporárias, do prejuízo fiscal e da base negativa acumulada. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da CSLL do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizados pela Administração. Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240, e de 9% para contribuição social.

q. Uso de estimativa e julgamento

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As estimativas consideradas mais relevantes pela Neon estão relacionadas aos seguintes tópicos:

• Redução ao valor recuperável do ágio - Nota 12.

A revisão do ágio por redução ao valor recuperável reflete a melhor estimativa da Administração sobre os fluxos de caixa futuros, com a estimativa do seu valor justo menos custos de venda e/ou valor em uso. A avaliação foi efetuada com base em 31 de dezembro de 2020 e não existe perda para reconhecimento no exercício.

• Pagamentos baseados em ações - Nota 30.

A entidade usa o modelo de precificação de opções *Black-Scholes* para estimar o valor justo da remuneração baseada em ações recebida pelos funcionários e administradores outorgados. Algumas premissas de volatilidade e riscos foram utilizadas e são consistentes com as características da empresa e do plano.

A entidade usou como referência a volatilidade das ações do Banco Inter, Itaú-Unibanco, Bradesco, Santander, Cielo, Banrisul e Banco do Brasil. O *Risk-Free* usado foi o *Treasury bill* (nota do Tesouro) porque é o ativo líquido com o menor risco.

r. Arrendamento mercantil

A Neon adota o CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. A Neon adotou a opção prevista na norma de reconhecer os contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Neon optou por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo ativo seja objeto de baixo valor. A Neon possui arrendamentos de determinados equipamentos (máquina de café, filtro de água) que são considerados de baixo valor.

Quando da identificação dos ativos de direito de uso dentro do escopo de contratos identificados, também foram desconsiderados: (i) contratos com pagamentos variáveis; (ii) contratos em que o ativo de arrendamento foi considerado como não identificável; (iii) contratos em que a Neon não tem direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos provenientes do uso do ativo; e (iv) contratos em que a Neon não tem o controle substancial sobre a definição do uso do ativo.

Importante destacar que a Neon analisou, porém não identificou: (i) contratos que tratem de ativos identificáveis e não identificáveis na mesma negociação; ou (ii) contratos de prestação de serviços em que foram constatados ativos identificáveis dentro do escopo da norma.

A Neon considerou, para todos os contratos, o prazo de arrendamento conforme a combinação de prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Neon quanto ao prazo de permanência em cada contrato.

Para fins de adoção inicial, a Companhia adotou o custo médio das dívidas ativas em 1º de janeiro de 2019, para todos os contratos classificados de acordo com o CPC 06 (R2).

Para os novos contratos, renovações e aditamentos, será identificada a taxa incremental para cada contrato de arrendamento. A taxa incrementa deverá refletir o custo médio das dívidas ativas na data de fechamento de cada contrato.

No entanto, os resultados do EBITDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) serão otimizados à medida que a despesa operacional for substituída pela despesa de juros e depreciação do resultado conforme CPC 06 (R2). Para classificação na demonstração do fluxo de caixa, os pagamentos de arrendamento serão separados em um componente principal (atividades de financiamento) e juros (atividades operacionais ou de financiamento). Para a contabilidade do arrendador, a norma não altera substancialmente a forma de contabilizar os arrendamentos.

A Neon adota essa norma desde 01 de janeiro de 2019 de forma prospectiva modificada.

s. Depósitos

Corresponde aos saldos em moeda eletrônica mantidos em contas de pagamentos pré-pagas, depositadas no app Neon e estão avaliados pelos valores de liquidação.

t. Reconhecimento de receitas e despesas

A receita operacional da prestação de serviços no curso normal dos negócios é mensurada pelo valor justo. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à prestação do serviço foram transferidos para o comprador, é provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Neon, os custos relacionados podem ser estimados com segurança, e o valor da receita pode ser mensurado com segurança.

A Neon aplica um modelo de cinco etapas para determinar quando reconhecer a receita e em que valor. As receitas relacionadas com cartões de débito, crédito e conta digital são reconhecidas no momento da sua disponibilização aos clientes, momento no qual são cumpridas as cinco etapas de reconhecimento.

A natureza das receitas auferidas pelo grupo, quando e como surgem e são reconhecidas estão descritas na Nota 19.

u. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras compreendem os juros sobre aplicações financeiras de curto prazo, títulos e valores mobiliários, outras rendas financeiras, juros de depósitos, variação cambial e tarifas bancárias são reconhecidas no resultado em base "pro rata" dia.

v. Planos de remuneração de longo prazo

• Plano de opção de compra de ações

A Neon mantém planos de incentivo de longo prazo, estruturados por meio de outorgas de opções de compra de ações, no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Neon Payments Ltd., que é classificado como pagamento baseado em ações liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais. O objetivo é conceder, aos colaboradores e executivos da Neon, a oportunidade de se tornarem acionistas da Neon Payments Ltd., obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos seus interesses com os interesses dos acionistas, bem como possibilitar à Neon atrair e manter vinculados a ela administradores e empregados.

(i) Plano de opções de compra de ações de 2018.

Este plano foi aprovado pelo Conselho de Administração da Neon Payments Ltd., e concede ao beneficiário opções de compra de ações da Neon Payments Ltd. com preço de exercício e prazos de *vesting* e exercício pré-estabelecidos. Neste plano, o valor justo das opções concedidas pela Holding é reconhecido no resultado da Neon, durante o período igual o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas) em contrapartida do patrimônio líquido. No fim de cada exercício, a Neon revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas. A Neon reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida à reserva de capital no patrimônio líquido.

Em reunião realizada pelo Conselho de Administração da Neon Payments Ltd. em 30 de novembro de 2020, referido plano foi integralmente substituído pelo Plano de opções de compra de ações de 2020 e pelo Programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa - *Phantom Shares*, abaixo descritos.

(ii) Plano de opções de compra de ações de 2020.

Este plano foi aprovado pelo Conselho de Administração da Neon Payments Ltd. em 30 de novembro de 2020 e concede ao beneficiário a possibilidade de adquirir opções de compra de ações da Neon Payments Ltd. com preço de exercício e prazos de *vesting* e exercício pré-estabelecidos. Neste plano, as opções são adquiridas pelo funcionário diretamente da Neon Payments Ltd. ao valor justo da opção, sem impacto no resultado da Neon Pagamentos.

A partir de 08 dezembro de 2020, para aqueles beneficiários do plano de opções de compra de ações de 2018 que assinaram contrato modificando seus respectivos benefícios pelo plano de opções de compra de ações de 2020, houve a manutenção do reconhecimento contábil do valor justo da outorga original, dado que o valor justo do plano atual é inferior ao plano modificado.

• Programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa - *Phantom Shares*

Este plano foi aprovado pelo Conselho de Administração da Neon Payments Ltd. em 30 de novembro de 2020 e concede ao beneficiário a possibilidade de participar na valorização das ações da Neon Payments Ltd. com preço de exercício e prazos de *vesting* e exercício pré-estabelecidos. Neste plano, o valor justo é mensurado pela diferença entre o preço atual da Neon Payments Ltd. e o preço de exercício estipulado, sendo provisionado na Neon Pagamentos o percentual decorrido da carência, de acordo com o período de cada *vesting*, em conta de resultado e em contrapartida ao passivo. O cálculo considera 100% das ações vestidas e o pro rata mensal das ações a serem vestidas, deduzidas de um cenário de rotatividade estimado anualmente.

Em 08 de dezembro de 2020, para os beneficiários do Plano de opções de compra de ações de 2018 que assinaram contrato substituindo seus respectivos benefícios pelo programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa - *Phantom Shares*, o plano anterior foi cancelado, com a aceleração do reconhecimento do seu valor justo no resultado do exercício de 2020 em contrapartida à reserva de capital no patrimônio líquido. A partir dessa data, os registros do *Phantom Shares* passaram a serem realizados conforme metodologia de cálculo descrita acima.

x. Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

w. Combinação de negócios

Em novembro de 2019, a Neon adquiriu 45% do capital social da MEI Fácil por R$ 35.544. Como resultado da aquisição, se espera que a Neon aumente sua oferta de produtos para o micro e pequeno empreendedor brasileiro. Também se espera a redução de custos por meio de economias de escala. O *Term Sheet* vinculante entre as partes, após a não identificação de passivos relevantes no processo de *due diligence*, estabeleceu os principais termos e condições para que a totalidade das quotas de emissão da MEI sejam adquiridas com pagamento em dinheiro pela Neon Pagamentos e entrega de ações de emissão da Neon Payments.

Com a operação de aquisição a Neon controla a MEI Fácil pois estará exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a controlada e tem capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder.

Em 2020 o ágio foi reduzido para R$ 25.887 (2019 - R$ 35.544) no balanço individual e R$ 58.707 (2019 - R$ 59.240) no balanço consolidado, considerando a alocação do preço dos ativos adquiridos após finalização do *PPA - Purchase Price Allocation*. Durante o período não houve impacto de *impairment* do ágio.

	Individual		Consolidado	
Contraprestação	**2019**	**2020**	**2019**	**2020**
Caixa	35.544	35.544	35.544	35.544
Participação de não controladora	–	–	44.212	44.437
Ajuste de alocação	–	(190)	–	(462)
Total da contraprestação	35.544	35.354	79.756	79.519

Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	Individual		Consolidado	
	2019	**2020**	**2019**	**2020**
Caixa e equivalentes de caixa	125	–	277	–
Ativo imobilizado (nota 11)	81	–	180	–
Relações contratuais com clientes (nota 12)	7.525	7.658	16.723	16.838
Marcas (incluídas em intangíveis) (nota 12)	1.817	1.809	4.037	3.974
Licenças (incluídas em intangíveis) (nota 12)	252	–	559	–
Duplicatas a receber	107	–	238	–
Duplicatas a pagar	(674)	–	(1.498)	–
Total de ativos líquidos identificáveis	9.233	9.467	20.516	20.812
Ágio	**26.312**	**25.887**	**59.240**	**58.707**

4. DISPONIBILIDADES

	Individual		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Disponibilidades em moeda nacional	27.939	2.042	41.504	2.319
Total	**27.939**	**2.042**	**41.504**	**2.319**

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Individual		Consolidado	
Ativo financeiro ao custo amortizado	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (i)	304.031	176.320	304.031	176.320
Letras do Tesouro Nacional - LTN (ii)	44.058	–	56.564	–
Total	**348.089**	**176.320**	**360.595**	**176.320**

(i) Vinculados à saldos em conta pré-paga.
(ii) Inclui títulos vinculados à saldos de liquidação financeira - Agenda Visa.

6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	Individual e consolidado	
Ativo financeiro ao custo amortizado	**2020**	**2019**
Recebimentos a liquidar		
Valores a receber de cartões de débito e crédito	369.181	118.494
Passivo financeiro ao custo amortizado		
Pagamentos a liquidar		
Valores a pagar de cartões de débito e crédito	(402.585)	(143.176)
Valor líquido das transações com cartões	**(33.404)**	**(24.682)**

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

7.a Títulos e valores mobiliários

	Individual		Consolidado	
Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Carteira própria	1.627	7.938	6.898	8.246
Vinculados à prestação de garantias	48.331	43.259	48.331	43.259
Total	**49.958**	**51.197**	**55.229**	**51.505**

Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento

	Individual			
	2020			
Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado	**Sem vencimento**	**Acima de 1 ano**	**Valor de mercado**	**Valor de custo**
Carteira própria	**1**	**1.626**	**1.627**	**7.938**
Cotas de fundo de renda fixa (i)	1	–	1	1
Certificados de depósito bancário (ii)	–	1.626	1.626	7.937
Vinculados a prestação de garantias	**–**	**48.630**	**48.331**	**43.259**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (iii)	–	48.630	48.331	43.259
Total	**1**	**50.256**	**49.958**	**51.197**

(i) Referem-se a investimentos em renda fixa não exclusivos e com liquidez imediata, realizados junto a bancos de renome. Essas aplicações são remuneradas entre 95% e 100% do Certificado de depósitos Interbancários (CDI).

(ii) Referem-se a aplicações em título de renda fixa (CDB), tendo por objetivo o fornecimento de garantias necessárias à operação da Neon junto a empresas parceiras. Essas aplicações são remuneradas entre 95% e 100% do certificado de depósitos interbancários (CDI).

(iii) Vinculados à saldos de liquidação financeira - agenda Visa.

	Consolidado			
	2020			
Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado	**Sem vencimento**	**Acima de 1 ano**	**Valor de mercado**	**Valor de custo**
Carteira própria	**3.673**	**3.226**	**6.898**	**8.246**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	–	956	955	–
Cotas de fundo de renda fixa	3.539	–	3.539	309
Certificados de depósito bancário	–	2.270	2.270	7.937
Ações de companhias abertas	134	–	134	–
Vinculados a prestação de garantias	**–**	**48.630**	**48.331**	**43.259**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	–	48.630	48.331	43.259
Total	**3.673**	**51.856**	**55.229**	**51.505**

7.b Derivativos

	Consolidado		
		2020	2019
Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado	**Até 90 dias**	**Valor de mercado**	**Valor de mercado**
Termo de ações	138	138	–
Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado			
Termo de ações	134	134	–
Total líquido	**4**	**4**	**–**

8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Individual		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Adiantamento e antecipações salariais	404	350	407	350
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	3.598	7.867	3.665	7.938
Devedores por depósitos em garantia (ii)	6.775	2.749	6.775	2.749
Impostos e contribuições a compensar	4.195	87	4.195	112
Imposto de renda a recuperar	2.875	1.356	3.010	1.366
Valores a receber de sociedades ligadas (iv)	31.681	1.179	–	208
Incentivo de *marketing* (v)	30.182	–	30.182	–
Despesas diversas - pais	23	46	651	254
Total circulante	**79.733**	**13.634**	**48.885**	**12.977**
Impostos e contribuições a compensar (iii)	17.553	–	17.553	–
Créditos tributários (nota 17 b.)	217.322	81.864	217.322	81.864
Total não circulante	**234.875**	**81.864**	**234.875**	**81.864**

(i) Referem-se a antecipações a fornecedores de serviços.
(ii) Depósitos judiciais para fazer face a processos em andamento.
(iii) Refere-se ao reconhecimento de créditos de PIS e COFINS de anos anteriores e corrente, passíveis de compensação.
(iv) Valores transacionados entre Neon Pagamentos e Neon Tecnologia.
(v) Fundo de *marketing* de parceria Visa do Brasil Empreendimentos Ltda. - o grupo celebrou contrato onde tem o direito de ser reembolsado por montantes para cobrir despesas de *marketing* e vendas incorridas na atração e inscrição de novos clientes em produtos de cartão de crédito/débito da Neon. O crédito a receber é reconhecido quando a companhia atinge o desempenho estabelecido nas disposições contratuais.

9. OUTROS VALORES E BENS - DESPESAS ANTECIPADAS

	Individual e Consolidado	
	2020	**2019**
Fianças de aluguel	102	–
Prêmio de seguros	100	–
Ativação de cartões (i)	12.539	–
Total	**12.741**	**–**

(i) Refere-se a gastos no valor de R$ 17.088 com emissão de cartões disponibilizados para os clientes, cujos benefícios ocorrerão em períodos subsequentes. Inclui também a constituição de provisão para perda com inativação de cartões de (R$ 4.549).

10. INVESTIMENTOS

Na aquisição da MEI Fácil a Neon reconheceu um ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura no montante de R$ 35.544 no balancete individual no exercício de 2019. Em 2020 o ágio foi reduzido para R$ 25.887, considerando a alocação do preço dos ativos adquiridos - após finalização do *PPA - Purchase Price Allocation*, em marca e relações contratuais com clientes, conforme nota 3w.

Durante o período não houve redução ao valor recuperável do ágio registrado no investimento. O ágio do consolidado é apresentado no intangível, conforme nota 12.

As participações em controladas da Neon Pagamentos são compostas conforme demonstrado abaixo:

			Individual - 2020	
	% de Participação	**Patrimônio líquido**	**Valor do investimento**
Neon Investimentos	99%	2.050	2.029
MEI Fácil	45%	1.965	884
Neon Tecnologia	99%	(2.208) (*)	–
Total			**2.913**

			Individual - 2019	
	% de Participação	**Patrimônio líquido**	**Valor do investimento**
Neon Investimentos	99%	269	266
MEI Fácil	45%	(442) (*)	–
Neon Tecnologia	99%	(401) (*)	–
Total			**266**

(*) Em razão do passivo a descoberto dos investimentos no encerramento dos períodos, a Neon Pagamentos registrou provisão para valores a pagar a sociedades ligadas no montante de R$ 2.186 (2019 - R$ 596), conforme demonstrado na nota 16.

11. IMOBILIZADO

a. Composição do imobilizado

				Individual	
				2020	**2019**
Vida útil (anos)	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Saldo líquido**	**Saldo líquido**
Direito de uso de imóveis	4	13.503	(4.492)	9.011	12.016
Imobilizado de uso	–	11.154	(3.303)	7.851	5.270
Computadores e periféricos	5	3.070	(1.123)	1.947	1.981
Móveis e utensílios	10	1.249	(243)	1.006	680
Equipamentos eletrônicos	5	551	(122)	429	270
Instalações	5	1.127	(538)	589	817
Benfeitorias	10	5.157	(1.277)	3.880	1.585
Imobilizado em andamento	–	–	–	–	32
Total		**24.657**	**(7.795)**	**16.862**	**17.286**

				Consolidado	
				2020	**2019**
Vida útil (anos)	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Saldo líquido**	**Saldo líquido**
Direito de uso de imóveis	4	13.503	(4.492)	9.011	12.016
Imobilizado de uso	–	11.295	(3.349)	7.946	5.450
Computadores e periféricos	5	3.164	(1.169)	1.995	1.981
Móveis e utensílios	10	1.250	(243)	1.007	765
Equipamentos eletrônicos	5	597	(122)	475	270
Instalações	5	1.127	(538)	589	817
Benfeitorias	10	5.157	(1.277)	3.880	1.585
Imobilizado em andamento	–	–	–	–	32
Total		**24.798**	**(7.841)**	**16.957**	**17.466**

b. Movimentação do imobilizado

					Individual
	2019	**Adições**	**Baixas**	**Depreciação**	**2020**
Direito de uso de imóveis (nota 29.c)	12.016	–	–	(3.005)	9.011
Imobilizado de uso	5.270	4.374	(32)	(1.761)	7.851
Computadores e periféricos	1.886	649	–	(588)	1.947
Móveis e utensílios	680	441	–	(115)	1.006
Equipamentos eletrônicos	270	223	–	(64)	429
Instalações	817	–	–	(228)	589
Benfeitorias	1.585	3.061	–	(766)	3.880
Imobilizado em andamento	32	–	(32)	–	–
Total	**17.286**	**4.374**	**(32)**	**(4.766)**	**16.862**

					Consolidado
	2019	**Adições**	**Baixas**	**Depreciação**	**2020**
Direito de uso de imóveis (nota 29.c)	12.016	–	–	(3.005)	9.011
Imobilizado de uso	5.450	4.339	(35)	(1.808)	7.946
Computadores e periféricos	1.981	649	–	(635)	1.995
Móveis e utensílios	765	360	(3)	(115)	1.007
Equipamentos eletrônicos	270	269	–	(64)	475
Instalações	817	–	–	(228)	589
Benfeitorias	1.585	3.061	–	(766)	3.880
Imobilizado em andamento	32	–	(32)	–	–
Total	**17.466**	**4.339**	**(35)**	**(4.813)**	**16.957**

12. INTANGÍVEL

a. Composição do intangível

				Individual	
				2020	**2019**
Vida útil (anos)	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Saldo líquido**	**Saldo líquido**
Desenvolvimento de *software* (i)	5	10.069	(1.721)	8.348	9.727
Relações contratuais com clientes (ii)	2	7.658	(4.741)	2.917	–
Licenças de *software* e direitos de uso	1 a 2	12.953	(6.370)	6.583	651
Outros ativos intangíveis	–	343	(306)	37	60
Marcas e patentes (iii)	–	1.809	–	1.809	3
Total		**32.832**	**(13.138)**	**19.694**	**10.441**

				Consolidado	
				2020	**2019**
Vida útil (anos)	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Saldo líquido**	**Saldo líquido**
Desenvolvimento de *software* (i)	5	10.069	(1.721)	8.348	9.727
Relações contratuais com clientes (ii)	2	7.658	(4.741)	2.917	–
Licenças de *software* e direitos de uso	1 a 2	12.953	(6.370)	6.583	651
Outros ativos intangíveis	–	343	(306)	37	60
Marcas e patentes (iii)	–	1.809	–	1.809	3
Total		**32.832**	**(13.138)**	**19.694**	**10.441**

(i) São capitalizados no ativo intangível os custos de desenvolvimento relacionados à adição de novos recursos ou novos produtos no aplicativo Neon, *software* desenvolvido internamente. Nenhum custo de pesquisa está incluído nesta capitalização. Os critérios de reconhecimento estão descritos na nota 3.1.
(ii) Aquisição de carteira de clientes na combinação de negócios com a MEI Fácil.
(iii) Vida útil de marcas e patentes é indefinida.

					Consolidado
					2020	**2019**
Vida útil (anos)	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Saldo líquido**	**Saldo líquido**
Ágio (i)	–	58.707	–	58.707	59.240
Desenvolvimento de *software* (ii)	5	10.069	(1.721)	8.348	9.727
Relações contratuais com clientes (iii)	2	16.838	(10.423)	6.415	16.723
Licenças de *software* e direitos de uso	1 a 2	12.953	(6.370)	6.583	651
Outros ativos intangíveis	–	343	(306)	37	618
Marcas e patentes	–	3.974	–	3.974	4.040
Total		**102.884**	**(18.820)**	**84.064**	**90.999**

(i) Na aquisição da MEI Fácil a Neon reconheceu um ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura no montante de R$ 59.240 no balancete consolidado no exercício de 2019. Em 2020 o ágio foi reduzido para R$ 58.707, considerando a alocação do preço dos ativos adquiridos - após finalização do *PPA - Purchase Price Allocation*, em marca e relações contratuais com clientes. Durante o período não houve redução ao valor recuperável do ágio registrado no investimento.

(ii) São capitalizados no ativo intangível os custos de desenvolvimento relacionados à adição de novos recursos ou novos produtos no aplicativo Neon, um *software* desenvolvido internamente. Nenhum custo de pesquisa está incluído nesta capitalização. Os critérios de reconhecimento estão descritos na nota 3.1.

(iii) Aquisição de carteira de clientes na combinação de negócios com a MEI Fácil.

b. Movimentação do intangível

					Individual
	2019	**Adições**	**Baixas**	**Amortização**	**2020**
Desenvolvimento de *software* (i)	9.727	1.469	(1.127)	(1.721)	8.348
Relações contratuais com clientes	–	7.658	–	(4.741)	2.917
Software - licenças e direitos autorais de uso	651	12.302	–	(6.370)	6.583
Outros ativos intangíveis	60	–	–	(23)	37
Marcas e patentes	3	1.809	(3)	–	1.809
Total	**10.441**	**23.238**	**(1.130)**	**(12.855)**	**19.694**

(*) Nas adições, inclui o valor de R$ 9.657 referente à alocação de parte do preço pago da MEI Fácil conforme *PPA - Purchase Price Allocation*, em marca e relações contratuais com clientes. Vide detalhamento na nota 3w.

					Consolidado
	2019	**Adições**	**Baixas**	**Amortização**	**2020**
Ágio	59.240	–	(533)	–	58.707
Desenvolvimento de *software* (i)	9.727	1.469	(1.127)	(1.721)	8.348
Relações contratuais com clientes	16.723	115	–	(10.423)	6.415
Software - licenças e direitos autorais	651	12.302	–	(6.370)	6.583
Outros ativos intangíveis	618	–	(558)	(23)	37
Marcas e patentes	4.040	–	(66)	–	3.974
Total	**90.999**	**13.886**	**(2.284)**	**(18.537)**	**84.064**

(i) Baixa devido à avaliação de perda no valor recuperável de projetos descontinuados.

13. DEPÓSITOS

São passivos financeiros a custo amortizado, que correspondem a operações envolvendo principalmente as obrigações contraídas pela Neon junto a seus clientes, usuários do aplicativo Neon (app Neon) e contemplam montantes correspondentes aos depósitos em conta de pagamento pré-paga sem remuneração aos clientes, assim como valores monetários das operações efetuadas pelos clientes cuja contraparte é a liquidação de pagamentos mantida junto à Instituição Financeira parceira da Neon. Em 31 de dezembro de 2020 o valor é R$ 122.441 no balanço individual (2019 - R$ 138.490) e R$ 321.392 no balanço consolidado (2019 - R$ 138.490).

14. OUTROS PASSIVOS - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

	Individual		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Participação nos lucros	23.511	7.661	23.511	7.661
Planos de remuneração de longo prazo (i)	13.717	4.877	13.717	4.877
Total	**37.228**	**12.538**	**37.228**	**12.538**

(i) Referem-se a dois planos de remuneração de longo prazo, sendo concedidos a alguns executivos e colaboradores. O primeiro plano no valor de R$ 3.859 (2019 - R$ 4.877) está relacionado a bônus para alguns diretores. O segundo plano, no valor de R$ 9.858, é composto por remuneração baseada em ações a serem liquidadas em caixa (*Phantom Shares*), correspondente a 10.097 ações outorgadas, com *strike* variando entre US$ 1 e US$ 356,04, sendo concedido a alguns funcionários e executivos. Vide maiores detalhes nas notas 3*v* e 30.

15. OUTROS PASSIVOS - OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Individual		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	594	351	821	351
Impostos e contribuições sobre remuneração de colaboradores	21.296	20.285	21.573	20.376
COFINS	–	1.274	40	1.274
PIS	–	271	8	271
ISS	1.070	705	1.130	705
Outros	10	11	10	22
Total	**22.970**	**22.897**	**23.582**	**22.999**

16. OUTROS PASSIVOS - DIVERSOS

	Individual		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Fornecedores (i)	55.923	28.385	53.969	28.400
Passivos de arrendamento (nota 29.c)	2.908	2.182	2.908	2.182
Provisão para despesas de pessoal	11.409	–	11.826	63
Valores a pagar a sociedades ligadas	2.186	596	–	1.070
Outros	–	2	–	2
Passivo circulante	**72.426**	**31.165**	**68.703**	**31.717**
Passivos de arrendamento (nota 29.c)	7.350	10.327	7.350	10.327
Provisões para contingências (nota 26)	274	240	274	240
Passivo não circulante	**7.624**	**10.567**	**7.624**	**10.567**

(i) Referem-se basicamente a fornecedores de serviços.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Demonstrativo do cálculo dos valores de imposto de renda e contribuição social

	Individual		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(407.946)	(216.000)	(411.728)	(216.007)
Encargos total do imposto de renda e contribuição social	138.702	63.627	139.988	63.629
Adições/exclusões permanentes	(3.244)	(938)	(5.070)	(940)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	135.458	62.689	134.918	62.689
Im

☆ continuação

NEON PAGAMENTOS S.A. - CNPJ nº 20.855.875/0001-82

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Individual		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Serviços de consultoria administrativa e empresarial	(16.553)	(10.709)	(13.423)	(10.751)
Serviços jurídicos - assessoria legal e societária	(5.744)	(3.977)	(5.744)	(3.977)
Aluguel, condomínio e manutenção predial	(4.598)	(2.948)	(4.668)	(2.948)
Depreciação e amortização	(17.553)	(2.680)	(23.281)	(2.680)
Viagens e locomoções	(220)	(596)	(220)	(596)
Manutenções	(620)	(203)	(620)	(203)
Suporte técnico de informática	(54.734)	(19.005)	(54.734)	(19.005)
Eventos	(160)	(196)	(160)	(196)
Outras despesas	(5.184)	(783)	(5.805)	(783)
Total	**(105.366)**	**(41.097)**	**(108.655)**	**(41.139)**

24. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Individual		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Outras receitas operacionais (i)	36.245	7.952	36.245	7.942
Perdas operacionais (ii)	(22.244)	(6.655)	(21.714)	(6.655)
Outras despesas operacionais	(1.920)	(2.337)	(2.641)	(2.337)
Impostos e taxas	(6.533)	–	(6.650)	–
Total	**5.548**	**(1.040)**	**5.240**	**(1.050)**

(i) Refere-se ao reconhecimento de créditos tributários de PIS e COFINS de anos anteriores de R$ 29.517 e reversão de provisões operacionais de R$ 6.728 (2019 - R$ 7.952 no individual e R$ 7.942 no consolidado).
(ii) Refere-se a provisões e perdas incorridas no curso normal dos produtos da empresa.

25. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Individual		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Rendimentos de aplicações financeiras	6.522	7.384	7.070	7.440
Subtotal	**6.522**	**7.384**	**7.070**	**7.440**
Perdas com derivativos (i)	(12.749)	–	(12.955)	–
Tarifas e comissões bancárias	(791)	(635)	(880)	(636)
Multas e juros	(1.436)	(374)	(1.458)	(374)
Juros de arrendamento mercantil	(807)	(459)	(807)	(459)
Outras despesas financeiras	(2.038)	(231)	(2.053)	(283)
Subtotal	**(17.821)**	**(1.699)**	**(18.153)**	**(1.752)**
Resultado financeiro líquido	**(11.299)**	**5.685**	**(11.083)**	**5.688**

(i) Refere-se a perdas com instrumentos derivativos (opções - *put*), que foram contratadas com o objetivo de proteger os futuros aumentos de capital em dólares, resultantes da assinatura do primeiro aporte de Série C, recebidos por sua controladora - Neon Payments Ltd. O valor do ativo principal era de US$ 51.830, e prêmio de R$ 4.259.

26. CONTINGÊNCIAS

A Neon é parte em ações judiciais e processos administrativos perante órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos cíveis de relação de consumo e trabalhistas.

a. Contingências passivas e obrigações legais

As provisões reconhecidas contabilmente estão representadas por ações de relação de consumo e trabalhistas, substancialmente por causas com perdas possíveis por nossos assessores jurídicos. Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica "Outros créditos". Existem processos cíveis de relação de consumo classificados como perdas possíveis por nossos assessores jurídicos no montante de R$ 8.729 (2019 - R$ 742) e processos trabalhistas no montante de R$ 179. Em 2019 não havia processos trabalhistas classificados como perdas possíveis por nossos assessores jurídicos.

b. Composição das provisões

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em 31 de dezembro de 2020 no montante de R$ 274 (2019 - R$ 220) considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações cíveis de relação de consumo e trabalhistas classificadas como perdas prováveis.

c. Movimentação das provisões cíveis e trabalhistas

	Individual e Consolidado 2020		
	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Total
Saldo inicial		220	220
Constituição	7	47	54
Saldo final	**7**	**267**	**274**

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A estrutura de Gerenciamento de Riscos da Neon atua em linha com a sua estratégia e seu modelo de negócios, e é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos seus produtos, a relevância de exposição a riscos, e com a importância sistêmica da Instituição.

Governança

A estrutura de governança de riscos da Neon busca estabelecer um ambiente de gestão de riscos independente, robusto, integrado e abrangente, em linha com a regulamentação em vigor e com as melhores práticas de mercado, adotando uma postura prospectiva, para garantir que todos os riscos por ela incorridos sejam devidamente identificados, mensurados, avaliados, monitorados, controlados, mitigados e reportados.

A Neon adota três linhas de defesa para identificação e monitoramento dos riscos e controles na instituição, conforme responsabilidades definidas abaixo. A área de auditoria interna será implementada após a aprovação do Banco Central como Instituição de Pagamento.

1ª Linha	2ª Linha	3ª Linha
• Gerenciar e supervisionar os riscos inerentes ao seu processo.	• Auxiliar a 1ª linha de defesa no desenvolvimento de processos e controles para gerenciamento dos riscos. • Emitir alertas à 1ª linha de defesa sobre mudanças no cenário regulatório e de riscos.	• Fornecer avaliações independentes para a alta administração e aos órgãos de governança.
Áreas de Negócio e Suporte • Atendimento ao cliente • BackOffice • Crédito/Cobrança • Finanças • Prevenção à Fraudes • Produtos • Segurança da Informação • TeamX • Tecnologia	• Risco Operacional • Controles Internos • Compliance • Jurídico	• Auditoria Interna

a) Risco de crédito

A possibilidade de ocorrência de perdas associadas: ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; à desvalorização ou redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia do tomador ou contraparte; aos custos de recuperação de exposições deterioradas; e às vantagens concedidas ao tomador ou contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia.

b) Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas, resultantes de falha, ineficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais.

O sistema de riscos operacionais e controles internos da Neon tem como objetivo garantir a existência de uma estrutura de controles que permita a compreensão dos principais riscos decorrentes de fatores internos e externos, visando assegurar que esses riscos sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e testados de forma eficiente e eficaz, sendo composta pela totalidade das políticas, normas, procedimentos e práticas instituídas, visando assegurar que os riscos inerentes às atividades da instituição sejam identificados e gerenciados de forma adequada.

O processo de gerenciamento do risco operacional é realizado de forma contínua, integrada e abrangente, envolvendo diversas áreas com atribuições específicas. A mensuração e o controle do risco operacional são realizados de maneira centralizada e independente. A Neon mantém uma estrutura que assegura a adequada capacitação sobre o risco operacional de todos os colaboradores e dos prestadores de serviços terceirizados relevantes, por meio de treinamento visando a disseminação da cultura de riscos da Neon.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade da Neon não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade da Neon não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As funções de gerenciamento de risco de liquidez compreendem um conjunto de atividades funcionais que permeiam todas as "células de negócio", desenvolvimento de produtos, negociação e desembolso de operações, e o acompanhamento da efetividade dos processos e controles utilizados.

São controlados os limites definidos de ativos de alta qualidade de liquidez para suportar cenários de estresse. Os cenários de estresse definem condições adversas nas variáveis que impactam a necessidade de caixa. O monitoramento é feito diariamente, estimando os fluxos de caixa futuros decorrentes de seus ativos e passivos, com reportes gerenciais tempestivos para a Diretoria da Neon e para a gestão de liquidez.

A Neon mantém recursos líquidos correspondentes a pelo menos 100% do saldo de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento.

d) Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos índices de preços, das taxas referenciais, dos preços das ações e dos preços de commodities, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva da Neon.

A supervisão dos riscos permite a análise de exposições diante dos limites estabelecidos e a identificação de tendências por meio da utilização de modelos específicos.

Na Neon, a gestão do risco de mercado tem, entre outros, o objetivo de apoiar as áreas de negócios, estabelecendo processos e implementando ferramentas necessárias para avaliação e controle dos riscos relacionados, possibilitando a mensuração e o acompanhamento dos níveis de apetite a risco definidos pela Administração.

e) Gestão de capital

O gerenciamento de capital tem como objetivo prover o capital necessário para suportar o crescimento da Neon e planejar as fontes adicionais de capital, de forma a manter, permanentemente, montantes de patrimônio líquido em valores considerados suficientes para requerimentos futuros.

A Neon mantém, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, o maior valor entre: i) 2% da média mensal das transações de pagamento executadas pela Neon nos últimos 12 (doze) meses; ou ii) 2% do saldo das moedas eletrônicas emitidas pela Neon, apurado diariamente.

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme definições do CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, partes relacionadas são os controladores e acionistas considerados pessoa relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do possoal-chave da Administração.

As transações com partes relacionadas foram feitas em termos equivalentes àqueles que prevalecem nas transações com entidades não relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2020, a Neon mantenve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

	Individual		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Valores a receber a sociedades ligadas (i)	31.681	1.179	–	208
Valores a pagar a sociedades ligadas (ii)	(3.414)	(1.116)	–	(1.590)
Total líquido	**28.267**	**63**	**–**	**(1.382)**

(i) Valores transacionados entre Neon Pagamentos e Neon Tecnologia, vide nota 8.
(ii) Inclui, substancialmente, valores a pagar para Inmetrics S.A. pela aquisição de serviços de tecnologia no montante de R$ 2.186 (2019 - R$ 520) e obrigações relacionadas ao passivo a descoberto do investimento encerramento dos períodos no montante de R$ 2.186 (2019 - R$ 596), conforme demonstrado na nota 16.

A Neon registrou no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o valor de R$ 3.004 (2019 - R$ 2.484) referente a despesas de prestação de serviços com partes relacionadas.

• Pessoal-chave da Administração

A administração-chave inclui diretores (executivos e não executivos) que têm autoridade e responsabilidade por planejar, dirigir e controlar as atividades da entidade.

Em 31 de dezembro de 2020, a Neon mantenve transações com pessoal-chave da administração: despesas com emolumentos para diretores de R$ 4.804 (2019 - R$ 3.378), programa de remuneração de longo prazo de R$ 2.883 e pagamento baseado em ações de R$ 107 (2019 - R$ 17.355).

Os diretores estatutários e seus parentes próximos também têm contas e cartões de débito/crédito da Neon Pagamentos. O saldo em suas contas digitais é de R$ 143, possuem limites de cartão de crédito de R$ 328 e saldo pendente de R$ 14 para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

As transações do pessoal-chave da administração que afetam a Neon Pagamentos e o patrimônio da Neon são detalhadas abaixo:

	Individual e Consolidado	
	2020	2019
Neon Pagamentos S.A.	**Patrimônio líquido**	**Patrimônio líquido**
Reserva de capital (i)	34.739	33.510
Total	34.739	33.510

(i) Constituída em função de pagamentos baseados em ações.

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Cobertura de seguros

A Neon adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2020, as apólices mais relevantes da Neon estão relacionadas a cobertura de danos materiais de seus escritórios, no valor total de R$ 12 milhões e os principais riscos cobertos são de incêndio, queda de raio, explosão, implosão e danos elétricos.

b) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	Individual		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Disponibilidade	1	1	41.504	2.319
Aplicação financeira - fundos de investimento	1	1	1	309
Aplicação em operações compromissadas	348.089	178.320	360.595	176.320
Total	**376.029**	**178.363**	**402.100**	**178.948**

c) Arrendamento mercantil - *leasing*

A Neon possui contratos indexados de arrendamento de imóveis onde se localizam a sede e seus escritórios administrativos. Para mensurar uma estimativa razoável para permitir que os usuários acessem os possíveis impactos da norma nas demonstrações financeiras. O impacto da adoção da IFRS 16 em 31 de dezembro de 2020 está demonstrado abaixo:

	Individual e Consolidado	
	2020	2019
Ativos		
Direito de uso de imóveis	13.503	13.503
Depreciação do direito de uso de imóveis	(4.492)	(1.487)
Direito de uso de imóveis, líquido (nota 11)	9.011	12.016
Passivos		
Obrigações de arrendamento - curto prazo (nota 16)	(2.908)	(2.182)
Obrigações de arrendamento - longo prazo (nota 16)	(7.350)	(10.327)
Impacto no demonstrado do resultado		
Depreciação do direito de uso de ativos (nota 11.b)	(3.005)	(1.487)
Despesas financeiras	(3.058)	(459)

d) Instrumentos financeiros por categoria

	Individual		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	376.029	178.363	400.100	178.948
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	369.181	118.494	369.181	118.494
Ativos ao valor justo por meio do resultado	49.258	51.196	55.229	51.196
	794.468	348.053	824.510	348.638
Passivos financeiros				
Passivos ao custo amortizado				
Depósitos	322.441	138.490	321.392	138.480
Fornecedores e outras obrigações	529.802	172.379	528.877	172.931
Passivos de arrendamento	10.258	12.509	10.258	12.509
Total	**862.501**	**323.378**	**860.527**	**323.920**

e) Fianças bancárias

A Neon contratou fianças bancárias junto ao Banco BV para garantia de aluguéis de imóveis e garantias contratuais:

Contrato	Valor atualizado	Início	Vencimento
10200835	15.966	15/05/2018	12/05/2023
10200738	1.692	10/05/2019	09/05/2020
10214143	1.310	13/05/2019	07/05/2020
10223361	2.498	02/01/2020	04/01/2021

30. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Os planos de pagamento baseado em ações da Neon Payments Ltd. (descritos na nota 3v) foram projetados para fornecer incentivos de longo prazo para os colaboradores-chave (incluindo diretores executivos) a fim de fornecer retornos pela continuidade dos serviços prestados a longo prazo. A participação nos planos e a outorga dos benefícios são deliberados pelo Conselho de Administração.

Para o Plano de opções de compra de ações de 2018, os participantes receberam opções que somente eram exercidas se determinadas condições fossem atendidas (*vesting conditions*), com prego de exercício não inferior ao valor nominal das ações. Uma vez totalmente adquiridas, as opções permaneciam exercíveis por um período de 10 anos. Enquanto não exercidas, não havia o direito a dividendos ou a voto. Quando exercíveis, cada opção era conversível em uma ação da *holding* (Neon Payments Ltd.). Além disso, as opções eram canceladas se o empregado deixasse a Neon antes que as opções fossem adquiridas (*do not vest*).

Conforme mencionado na nota 3.v, em 30 de novembro de 2020, foi deliberada em reunião do Conselho de Administração da Neon Payments Ltd. a substituição de referido plano, com a modificação para o Plano de opções de compra de ações de 2020 e, em alguns casos, cancelamento do plano anterior e nova concessão de remuneração de ações com liquidação em caixa - *Phantom Shares*, sendo que as condições de repactuação com os beneficiários foram firmadas em contrato individual em 09 de dezembro de 2020.

O novo plano de opções de compra de ações ("SOP 2020") concede ao beneficiário a possibilidade de adquirir opções de compra de ações da Neon Payments Ltd. com prego de exercício e prazos de *vesting* e exercício pré-estabelecidos. Como regra geral, as novas opções tem o direito totalmente adquirido (*vesting period*) em 4 anos, sendo 15%, 40%, 65% e 100% das opções após o primeiro, segundo, terceiro e quarto aniversário, respectivamente, e o exercício fica condicionado a um evento de liquidez (por um período de até 10 anos).

Neste plano, as opções não adquiridas, após incorrido o *vesting period*, pelo beneficiário diretamente da Neon Payments Ltd. ao valor justo da opção, determinado na outorga.

O programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa - *Phantom Shares* concede aos participantes, após satisfeitas os prazos de *vesting* e exercício pré-estabelecidos, o direito de receber em caixa a diferença positiva entre o valor justo apurado no momento do exercício e o valor de referência inicial. Como regra geral, o direito passa a ser adquirido (*vesting period*) em 4 anos, sendo 15%, 40%, 65% e 100% das ações após o segundo, terceiro e quarto aniversário, respectivamente, e o exercício fica condicionado a um evento de liquidez (por um período de até 10 anos).

Plano de Opções de Compra de Ações

Ao longo de 2018, foram outorgadas 91.390 opções de ações (plano antigo), com prego de exercício que variava de US$ 1,00, US$ 1,31 e US$ 1,37, sendo movimentadas conforme a seguir:

	Quantidade de Opções	Reserva de Capital (R$)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**91.390**	**6.968**
Provisão de outorgas remanescentes	–	2.639
Cancelamento (perda de direito) (i)	(1.557)	–
Exercício com liquidação em caixa (ii)	(10.696)	8.610
Exercício de ações	(43.682)	15.293
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**23.455**	**33.510**
Opções modificadas para o novo plano SOP (iv)	**14.011**	**–**
Cancelamento (migração *Phantom Shares*) (iii)	(1.983)	334
Cancelamento (perda de direito) (i)	(7.461)	–
Opções modificadas para o novo plano SOP	**14.011**	**–**
Novas outorgas no novo plano SOP (v)	21.235	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**35.246**	**34.739**

(i) Cancelamento das opções por perda de direito decorrente de desligamento do beneficiário do quadro de colaboradores Neon.

(ii) Complemento na reserva de capital em função do aceleramento do exercício de ações, cujo pagamento foi efetuado pela Neon Payments Ltd.

(iii) Aceleração em função do cancelamento do plano anterior de opções de compra de ações e migração para o plano de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa - *Phantom Shares*.

(iv) Na data de substituição do plano, foi efetuado um cálculo comparativo entre o valor justo na data original de concessão e o valor justo atualizado, e não há valores a serem reconhecidos em despesa na Neon Pagamentos relativo à modificação para o novo plano.

(v) O valor justo das opções outorgadas no Plano SOP 2020 será pago à Neon Payments pelo participante que aderir ao plano, à medida que as opções ficarem *vested*, não havendo, portanto, montante a ser apropriado no resultado da Neon Pagamentos, em contrapartida à reserva de capital no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo em estoque de opções outorgadas, no âmbito do novo plano SOP 2020, está abaixo representado:

Data de concessão	Preço de exercício	Quantidade de Opções
julho/19	US$ 90,61	665
setembro/19	US$ 90,61	610
novembro/19	US$ 90,61	11.726
fevereiro/20	US$ 281,44	2.095
junho/20	US$ 281,44	1.084
dezembro/20	US$ 356,04	2.955
dezembro/20	R$ 1.819,68	11.211
		35.246

As opções outorgadas são contabilizadas de acordo com o CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, utilizando um modelo de precificação de opções *Black-Scholes* para fornecer uma estimativa do valor justo dos serviços prestados pelos funcionários participantes, cujas principais premissas foram:

	Plano 2018 (substituído)	SOP 2020
Preço médio ponderado das ações na data da outorga	US$ 90,61	US$ 268,28
Preço médio de exercício ponderado	US$ 1,15	US$ 206,60
Volatilidade esperada	45%	43,61%
Vida esperada	1 ano	8 anos
Taxa livre de risco	2%	0,62%
Rendimento esperado de dividendos	0%	0%
Valor justo médio ponderado das opções na data da concessão	US$ 89,49	US$ 118,89

A volatilidade esperada foi determinada pelo cálculo da volatilidade histórica dos preços das ações de empresas similares nos anos anteriores, com base na vida útil esperada de cada tipo de opção. A vida esperada usada no modelo foi ajustada, com base na melhor estimativa dos Administradores, para os efeitos da intransferibilidade, restrições de exercícios e considerações comportamentais. O cranio estimado para rotatividade foi de 38% em 2020 (35% para 2019).

Programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa - *Phantom Shares*

Em 31 de dezembro de 2020, o plano de *Phantom Shares* totaliza 10.097 ações outorgadas, com *strike* variando entre US$ 1 e US$ 356,04 e cenário estimado para rotatividade de 38%, com saldo passivo atualizado de R$ 9.858 (vide nota 16). Conforme mencionado na tabela acima, houve reconhecimento de despesa de R$ 334 relacionada à aceleração do plano antigo, em função da migração para o plano de *Phantom Shares*.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em fevereiro de 2021, a Neon contratou instrumentos derivativos NDF (*Non-Deliverable Forward*), com o objetivo de proteger futuros aumentos de capital em dólares, resultantes da assinatura do aporte Série C, recebidos por sua controladora - Neon Payments Ltd. O valor do principal dos contratos é de R$ 85.840 vencidos em abril de 2021 e R$ 48.752 a vencer em outubro de 2021 com taxas reais versus dolar de 5,4130 e 5,4631, respectivamente.

Em fevereiro, março e abril de 2021, a Neon Payments Ltd. integralizou capital na Neon Pagamentos no montante de R$ 128.852, R$ 52.539 e R$ 180.143, respectivamente, totalizando R$ 361.534.

Em abril de 2021, foram liquidadas parte das opções exercidas para aumento de capital na Neon Payments Ltd., no montante de US$ 61.283, relacionados ao aporte da Série C. Adicionalmente, foram emitidas mais 19.410 novas ações na Neon Payments Ltd pelo montante de US$ 6.911 como complemento do aporte da Série C.

Em 08 de abril de 2021, o Banco Central autorizou a Neon Pagamentos S.A. a funcionar como instituição de pagamento, nas modalidades emissora de moeda eletrônica e emissora de instrumento de pagamento pós-pago. Os critérios e práticas contábeis associados às normas e instruções do Banco Central do Brasil, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), serão adotadas de forma prospectiva a partir desta aprovação. Os impactos da adoção do COSIF estão sendo avaliados pela Administração.

A DIRETORIA — **CONTADOR: GUSTAVO MELCHER FELIPE -** CRC SP-270606/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Neon Pagamentos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Neon Pagamentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Neon Pagamentos S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neon Pagamentos S.A. e da Neon Pagamentos S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de burla ou de outros controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2021

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC PR 050377/O-6

Bauko Máquinas S/A

CNPJ - 62.092.734/0001-76

Srs. Acionistas: Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.S.ª, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31/12/20 e 31/12/19.

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

Balanço Patrimonial	31/12/20	31/12/19
Ativo Circulante	**56.977.361**	**54.547.717**
Caixas / Bancos	2.047.950	160.404
Aplicações financeiras	26.838.740	32.983.257
Contas a Receber	13.138.124	9.525.946
Outras Contas a Receber	3.220.937	6.172.751
Impostos a Recuperar	2.704.220	2.993.245
Adiantamentos a Fornecedores	14.876	44.104
Estoque Mágnuas para Revenda	542.600	3.797.773
Peças de Reposição	8.281.583	8.381.838
Seguros a Apropriar	190.531	186.369
Não Circulante	**161.707.686**	**138.211.342**
Depósito Judicial	308.647	291.495
Investimentos: Participações Societárias	142.310.845	117.381.510
Imobilizado	**19.058.369**	**20.356.192**
Imóveis	20.096.678	20.096.678
Emplhadeiras / Máquinas de Construção	6.555.386	6.296.032
Outros Ativos	5.880.354	6.169.608
(-)Depreciação / Amortizações Acumulada	(13.474.050)	(12.006.026)
Intangível	**30.034**	**32.235**
Programa de Informática	199.677	199.677
(-)Amortizações Acumulada	(169.643)	(167.442)
Total do Ativo	**218.685.047**	**192.469.059**
Passivo Circulante	**27.982.904**	**15.196.401**
Fornecedores	21.277.895	11.529.469
Empréstimos e Financiamentos	2.506.825	1.965.914
Obrigações a provisões Trabalhistas e Sociais	839.288	655.172
Impostos a Recolher	395.642	305.224
Adiantamento de Clientes	2.542.854	734.718
Não Circulante	**356.659**	**1.388.229**
Obrigações de Longo Prazo		
Empréstimos e Financiamentos	356.658	1.388.229
Patrimônio líquido	**190.765.885**	**185.884.357**
Capital Social	**149.000.000**	**140.000.000**
Reserva Legal	**4.366.180**	**3.856.624**
Reserva de Lucros	**46.369.699**	**42.033.733**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**218.685.047**	**202.469.073**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Contexto Operacional: A Bauko é uma sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social: comercialização, distribuição, representação e locação por conta própria ou de terceiros, de veículos, máquinas e equipamentos utilizados em atividades de engenharia e construção civil, terraplenagem, agricultura e transportes em geral, inclusive das respectivas peças, acessórios, componentes e implementos e suporte de produto dos equipamentos representados. **Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis da legislação societária e das normas contábeis emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Sumário das Principais Práticas Contábeis:** O resultado é apurado e contabilizado pelo regime de competência, os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição e imobilizado é demonst

PARTICIPAÇÕES MORRO VERMELHO S.A.

CNPJ nº 03.987.192/0001-60

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 29 de abril de 2021 **A Administração**

BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

Ativo	31.12.2020	31.12.2019
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	51.479	40.225
Contas a receber	213	213
Dividendos a receber	1.627	1.627
Impostos a recuperar	13.224	15.799
Partes relacionadas	2.898	2.843
Outros créditos	3.162	2.591
Total do ativo circulante	72.603	63.298
Ativo Não Circulante		
Investimentos	3.109.519	5.074.080
Propriedades para investimentos	16.934	15.687
Direito de uso em arrendamento mercantil	349	446
Imobilizado e intangível	728	863
Total do ativo não circulante	3.127.530	5.091.076
Total do Ativo	3.200.133	5.154.374

Passivo e Patrimônio Líquido	31.12.2020	31.12.2019
Passivo Circulante		
Fornecedores e contas a pagar	284	458
Impostos e obrigações a recolher	30	9.031
Dividendos a pagar	146.507	42.675
Partes relacionadas	1.329	–
Obrigações de arrendamento mercantil	228	173
Salários e encargos a pagar	833	672
Total do passivo circulante	149.211	53.009
Passivo Não Circulante		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	12.834	3.627
Partes relacionadas	1.200	1.200
Obrigações de arrendamento mercantil	152	289
Total do passivo não circulante	14.186	5.116
Patrimônio Líquido		
Capital social	5.245.794	5.245.794
Reservas de lucros	20.835	788.530
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.653.210)	(938.075)
Prejuízos acumulados	(576.683)	–
Total do patrimônio líquido	3.036.736	5.096.249
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	3.200.133	5.154.374

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2020	31.12.2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(1.185.213)	(34.262)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	176	240
Amortização de direito de uso em arrendamento	210	167
Resultado da equivalência patrimonial	1.159.160	31.773
Constituição (reversão) de **provisões**, líquidas	9.268	1.789
Ganho na alienação do ativo imobilizado e das propriedades para investimento	–	(11.273)
Receita e despesas financeiras, líquidas	(194)	(659)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Impostos a recuperar	10.592	251
Outros créditos	(568)	(1.301)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores e contas a pagar	1.155	(146)
Salários e encargos a pagar	100	125
Impostos e obrigações a recolher	(9.001)	17
	(14.315)	(13.279)
Dividendos recebidos	50.109	33.209
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	35.794	19.930
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Recebimento pela venda de propriedade para investimento	–	12.350
Aquisição de bens para ativo imobilizado e intangível	(1.289)	–
Aumento (redução) de investimento	–	1.693
Aumento (redução) de capital	53.197	92.163
Recebimento pela venda de participação societária	–	2.207
Partes relacionadas	(55)	–
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	51.853	108.413
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Dividendos pagos	(76.169)	(121.347)
Pagamentos de obrigações de arrendamento mercantil	(224)	(187)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(76.393)	(121.534)
Aumento do Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa	11.254	6.809
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	40.225	33.416
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício	51.479	40.225

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto o valor por ação)

	Capital Social	Reserva de lucros – Recompra de ações	Reserva de lucros – Transações com sócios	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros ou Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	5.245.794	284.202	647.976	–	(274.969)	–	5.903.003
Resultados abrangentes do exercício	–	–	–	–	(1.054.706)	(43.221)	(1.097.927)
CPC 42 - economia hiperinflacionária	–	–	–	–	391.600	–	391.600
Transação de capital com sócios	–	–	–	14	–	–	14
Destinação:							
Distribuição de dividendos (R$ 19,09 por ação)	–	–	(100.441)	–	–	–	(100.441)
Absorção de prejuízos acumulados com reserva de lucros	–	–	(43.207)	(14)	–	43.221	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	5.245.794	284.202	504.328	–	(938.075)	–	5.096.249
Resultados abrangentes do exercício	–	–	–	–	(1.235.430)	(1.185.213)	(2.420.643)
CPC 42 - economia hiperinflacionária	–	–	–	–	520.295	–	520.295
Transação de capital com sócios	–	–	–	20.835	–	–	20.835
Destinação:							
Distribuição de dividendos (R$ 34,22 por ação)	–	–	(180.000)	–	–	–	(180.000)
Absorção de prejuízos acumulados com reserva de lucros	–	(284.202)	(324.328)	–	–	608.530	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	5.245.794	–	–	20.835	(1.653.210)	(576.683)	3.036.736

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto o valor por ação)

	31.12.2020	31.12.2019
Receitas		
Resultado de equivalência patrimonial	(1.159.160)	(31.773)
Aluguéis	1.251	12
	(1.157.909)	(31.761)
Receitas (Despesas) Operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(25.941)	(17.142)
Outras receitas e (despesas líquidas)	5	11.501
Prejuízo Operacional Antes do Resultado Financeiro	(1.183.845)	(37.402)
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras, líquidas	2.586	3.727
Despesas financeiras	(3.954)	(587)
	(1.368)	3.140
Prejuízo Operacional Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(1.185.213)	(34.262)
Imposto de Renda e Contribuição Social	–	(8.959)
Prejuízo Líquido do Exercício	(1.185.213)	(43.221)
Prejuízo por Ação - Básico e Diluído por Ação - R$	(225,20)	(8,21)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2020	31.12.2019
Prejuízo Líquido do Exercício	(1.185.213)	(43.221)
Item que não será reclassificado subsequentemente para o resultado:		
Entidade de previdência privada	248	6.420
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:		
Ajustes de variação cambial de investimentos no exterior	(1.248.691)	(1.073.509)
Adoção do CPC 42 - economia hiperinflacionária	520.295	391.600
Resultado com instrumentos financeiros	12.910	12.197
Efeitos fiscais sobre instrumentos financeiros e outros	103	186
Total dos efeitos de investidas	(715.135)	(663.106)
Resultado Abrangente Total do Exercício	(1.900.348)	(706.327)

A DIRETORIA **NELSON NÓBREGA DA COSTA** - Contador - CRC 1 SP 202165/O-9

As demonstrações financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, estão à disposição na sede da Companhia.

R.C.A.B.O.N. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 09.594.448/0001-55

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 29 de abril de 2021 **A Administração**

BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

Ativo	31.12.2020	31.12.2019
Não Circulante		
Investimentos:		
Participação em sociedade investida	337.333	566.111
Total do Ativo	337.333	566.111

Patrimônio Líquido	31.12.2020	31.12.2019
Capital social	582.725	582.725
Ajustes de avaliação patrimonial	(181.162)	(101.722)
Reservas de lucros	2.315	85.108
Prejuízos acumulados	(66.545)	–
Total do Patrimônio Líquido	337.333	566.111
Total do Patrimônio Líquido	337.333	566.111

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de lucros – Legal	Reserva de lucros – Estatutária	Reserva de lucros – Transações com Sócios	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	582.725	24.540	76.526	–	(28.062)	–	655.729
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(15.959)	(15.959)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(117.161)	–	(117.161)
Transação de capital com sócios	–	–	–	1	–	–	1
CPC 42 - economia hiperinflacionária	–	–	–	–	43.501	–	43.501
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	–	(15.958)	(1)	–	15.959	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	582.725	24.540	60.568	–	(101.722)	–	566.111
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(151.653)	(151.653)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(137.236)	–	(137.236)
Transação de capital com sócios	–	–	–	2.315	–	–	2.315
CPC 42 - economia hiperinflacionária	–	–	–	–	57.796	–	57.796
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	(24.540)	(60.568)	–	–	85.108	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	582.725	–	–	2.315	(181.162)	(66.545)	337.333

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2020	31.12.2019
Receitas (Despesas) Operacionais de Participações		
Resultado da equivalência patrimonial	(151.653)	(15.959)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2020	31.12.2019
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(151.653)	(15.959)
Ajuste ao lucro para apuração do resultado abrangente		
Efeito reflexo de investida	(79.440)	(73.660)
Resultado Abrangente Total	(231.093)	(89.619)

A DIRETORIA **NELSON NÓBREGA DA COSTA** Contador - CRC 1SP 202165/O-9

R.C.A.B.P.N. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 09.594.459/0001-35

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 29 de abril de 2021 **A Administração**

BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

Ativo	31.12.2020	31.12.2019
Não Circulante		
Investimentos:		
Participação em sociedade investida	673.803	1.130.776
Total do Ativo	673.803	1.130.776

Patrimônio Líquido	31.12.2020	31.12.2019
Capital social	1.163.959	1.163.959
Ajustes de avaliação patrimonial	(361.861)	(203.184)
Reservas de lucros	4.623	170.001
Prejuízos acumulados	(132.918)	–
Total do Patrimônio Líquido	673.803	1.130.776
Total do Patrimônio Líquido	673.803	1.130.776

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de lucros – Legal	Reserva de lucros – Estatutária	Reserva de lucros – Transações com Sócios	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	1.163.959	49.014	152.861	–	(56.052)	–	1.309.782
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(31.877)	(31.877)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(234.022)	–	(234.022)
Transação de capital com sócios	–	–	–	3	–	–	3
CPC 42 - economia hiperinflacionária	–	–	–	–	86.890	–	86.890
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	–	(31.874)	(3)	–	31.877	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	1.163.959	49.014	120.987	–	(203.184)	–	1.130.776
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(302.919)	(302.919)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(274.122)	–	(274.122)
Transação de capital com sócios	–	–	–	4.623	–	–	4.623
CPC 42 - economia hiperinflacionária	–	–	–	–	115.445	–	115.445
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	(49.014)	(120.987)	–	–	170.001	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	1.163.959	–	–	4.623	(361.861)	(132.918)	673.803

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2020	31.12.2019
Receitas (Despesas) Operacionais de Participações		
Resultado da equivalência patrimonial	(302.919)	(31.877)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2020	31.12.2019
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(302.919)	(31.877)
Ajuste ao lucro para apuração do resultado abrangente		
Efeito reflexo de investida	(158.677)	(147.132)
Resultado Abrangente Total	(461.596)	(179.009)

A DIRETORIA **NELSON NÓBREGA DA COSTA** Contador - CRC 1 SP 202165/O-9

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1007545-90.2017.8.26.0008. A MMa. Juíza de Direito da 5ª Vara Cível do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dra. MÁRCIA CARDOSO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a SANTO SIMIONI FILHO, CPF: 085.284.628-20, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Hotel Fazenda Vale Suíço Ltda - EPP, objetivando a quantia de R$ 1.976,08 (maio/2017), representada pelos cheques de nºs: UA-500864, UA-500865 e UA-500866, todos da agência 9643 do Banco Itaú Unibanco S.A., conta 21133-8. Estando o executado em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 29 de março de 2021. 29 e 30 / 04 / 2021

Edital de citação - Prazo de 20 dias. Processo nº 1008892-14.2019.8.26.0001 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Cível do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Carina Bandeira Margarido Paes Leme, na forma da Lei, etc. Faz saber a Reinaldo Manoel Belo de Oliveira, CPF: 012.268.978-00, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de Mecânica Agrícola Imigrantes Ltda., objetivando a cobrança de R$ 11.668,94 (abril/2019), referente as duplicatas não pagas oriundas do conserto de um Trator. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado e os honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa, ou oponha embargos, sob pena de constitui-se de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em executivo. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 30 de março de 2021.

Jornal ODIASP

STF começa a julgar validade de artigo da Lei de Patentes

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli iniciou na quinta-feira (29) leitura do voto sobre a validade de um artigo da Lei de Propriedade Industrial.

A Corte julga uma decisão individual proferida pelo ministro no início do mês, na qual foi suspensa a prorrogação de patentes para produtos farmacêuticos, equipamentos e materiais de saúde diante da pandemia de covid-19. Após a leitura de parte do voto, a sessão foi suspensa e será retomada na quarta-feira (5).

Na liminar que está em julgamento, Toffoli atendeu ao pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) para suspender a eficácia do Artigo 40 da Lei nº 9.279/1996. O dispositivo trata do prazo de validade de uma patente no caso de demora na análise pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Para a PGR, o artigo é inconstitucional por conferir prazo de vigência indeterminada às patentes.

Até o momento, o ministro se encaminha para manter sua decisão no julgamento definitivo. Para Toffoli, a norma é arbitrária e torna automática a prorrogação de patentes no país, possibilitando a formação de monopólios.

"A aludida ausência de limitação redunda no cenário absurdo de termos patentes vigendo no país por prazos extremamente extensos, de cerca de 30 anos, o que desborda dos limites da razoabilidade e faz o nosso país destoar das demais jurisdições em matéria de proteção da propriedade industrial", afirmou.

Toffoli explicou que, em muitos casos, as patentes passam para domínio público no exterior, mas continuam no período de exclusividade no Brasil. Pela lei, o prazo de exclusividade de patentes é de 20 anos, mas pode ser estendido diante da demora na aprovação.

"Na hipótese do INPI demorar 10 anos para deferir um requerimento de patente de invenção, essa vigerá por mais 10 anos, de modo que, ao final do período de vigência, terão transcorrido 20 anos desde o depósito. Em outro exemplo, caso a autarquia demore 15 anos para deferir o pedido, estando garantido que a patente vigerá por mais 10 anos desde a concessão, ao final do período de vigência terão transcorrido 25 anos desde a data do depósito', explicou.

Mais dez ministros devem votar sobre a questão. (Agencia Brasil)

Moraes nega suspensão do processo de impeachment contra Witzel

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes negou pedido para suspender o julgamento do processo de impeachment do governador afastado do Rio de Janeiro Wilson Witzel. Com decisão, a sessão de análise do impedimento fica mantida para a sexta-feira (30), na Assembleia Legislativa do estado.

Na decisão, no entanto, Moraes determinou que os documentos que não fazem parte das acusações que estão no processo de impeachment sejam retirados do processo.

Em agosto do ano passado, Witzel foi afastado do cargo pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). O afastamento foi determinado no âmbito da Operação Tris in Idem, um desdobramento da Operação Placebo, que investiga atos de corrupção em contratos públicos do governo do Rio de Janeiro.

Desde o início das investigações, Witzel nega o envolvimento em atos de corrupção e sustenta que seu afastamento não se justifica. (Agencia Brasil)

R.C.N.O.N. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 09.594.570/0001-21

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 29 de abril de 2021 **A Administração**

BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

Ativo	31.12.2020	31.12.2019	Patrimônio Líquido	31.12.2020	31.12.2019
			Capital social	582.725	582.725
Não Circulante			Ajustes de avaliação patrimonial	(181.162)	(101.722)
Investimentos:			Reservas de lucros	2.315	85.108
			Prejuízos acumulados	(66.545)	–
Participação em sociedade investida	337.333	566.111	Total do Patrimônio Líquido	337.333	566.111
Total do Ativo	337.333	566.111	**Total do Patrimônio Líquido**	337.333	566.111

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2020	31.12.2019
Receitas (Despesas) Operacionais de Participações		
Resultado da equivalência patrimonial	(151.653)	(15.959)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de lucros – Legal	Reserva de lucros – Estatutária	Reserva de lucros – Transações com Sócios	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	582.725	24.540	76.526	–	(28.062)	–	655.729
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(15.959)	(15.959)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(117.161)	–	(117.161)
Transação de capital com sócios	–	–	–	1	–	–	1
CPC 42 - economia hiperinflacionária	–	–	–	–	43.501	–	43.501
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	–	(15.958)	(1)	–	15.959	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	582.725	24.540	60.568	–	(101.722)	–	566.111
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(151.653)	(151.653)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(137.236)	–	(137.236)
Transação de capital com sócios	–	–	–	2.315	–	–	2.315
CPC 42 - economia hiperinflacionária	–	–	–	–	57.796	–	57.796
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	(24.540)	(60.568)	–	–	85.108	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	582.725	–	–	2.315	(181.162)	(66.545)	337.333

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2020	31.12.2019
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(151.653)	(15.959)
Ajuste ao lucro para apuração do resultado abrangente		
Efeito reflexo de investida	(79.440)	(73.660)
Resultado Abrangente Total	(231.093)	(89.619)

A DIRETORIA **NELSON NÓBREGA DA COSTA** Contador - CRC 1SP 202165/O-9

R.C.N.P.N. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 09.594.480/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 29 de abril de 2021 **A Administração**

BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

Ativo	31.12.2020	31.12.2019	Patrimônio Líquido	31.12.2020	31.12.2019
			Capital social	1.163.959	1.163.959
Não Circulante			Ajustes de avaliação patrimonial	(361.861)	(203.184)
Investimentos:			Reservas de lucros	4.623	170.001
			Prejuízos acumulados	(132.918)	–
Participação em sociedade investida	673.803	1.130.776	Total do Patrimônio Líquido	673.803	1.130.776
Total do Ativo	673.803	1.130.776	**Total do Patrimônio Líquido**	673.803	1.130.776

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2020	31.12.2019
Receitas (Despesas) Operacionais de Participações		
Resultado da equivalência patrimonial	(302.919)	(31.877)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de lucros – Legal	Reserva de lucros – Estatutária	Reserva de lucros – Transações com Sócios	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	1.163.959	49.014	152.861	–	(56.052)	–	1.309.782
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(31.877)	(31.877)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(234.022)	–	(234.022)
Transação de capital com sócios	–	–	–	3	–	–	3
CPC 42 - economia hiperinflacionária	–	–	–	–	86.890	–	86.890
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	–	(31.874)	(3)	–	31.877	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	1.163.959	49.014	120.987	–	(203.184)	–	1.130.776
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(302.919)	(302.919)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(274.122)	–	(274.122)
Transação de capital com sócios	–	–	–	4.623	–	–	4.623
CPC 42 - economia hiperinflacionária	–	–	–	–	115.445	–	115.445
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	(49.014)	(120.987)	–	–	170.001	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	1.163.959	–	–	4.623	(361.861)	(132.918)	673.803

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2020	31.12.2019
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(302.919)	(31.877)
Ajuste ao lucro para apuração do resultado abrangente		
Efeito reflexo de investida	(158.677)	(147.132)
Resultado Abrangente Total	(461.596)	(179.009)

A DIRETORIA **NELSON NÓBREGA DA COSTA** Contador - CRC 1 SP 202165/O-9

R.C.P.O.D.O.N. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 09.594.541/0001-60

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 29 de abril de 2021 **A Administração**

BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

Ativo	31.12.2020	31.12.2019	Patrimônio Líquido	31.12.2020	31.12.2019
			Capital social	582.725	582.725
Não Circulante			Ajustes de avaliação patrimonial	(181.162)	(101.722)
Investimentos:			Reservas de lucros	2.315	85.108
			Prejuízos acumulados	(66.545)	–
Participação em sociedade investida	337.333	566.111	Total do Patrimônio Líquido	337.333	566.111
Total do Ativo	337.333	566.111	**Total do Patrimônio Líquido**	337.333	566.111

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2020	31.12.2019
Receitas (Despesas) Operacionais de Participações		
Resultado da equivalência patrimonial	(151.653)	(15.959)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de lucros – Legal	Reserva de lucros – Estatutária	Reserva de lucros – Transações com Sócios	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	582.725	24.540	76.526	–	(28.062)	–	655.729
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(15.959)	(15.959)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(117.161)	–	(117.161)
Transação de capital com sócios	–	–	–	1	–	–	1
CPC 42 - economia hiperinflacionária	–	–	–	–	43.501	–	43.501
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	–	(15.958)	(1)	–	15.959	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	582.725	24.540	60.568	–	(101.722)	–	566.111
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(151.653)	(151.653)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(137.236)	–	(137.236)
Transação de capital com sócios	–	–	–	2.315	–	–	2.315
CPC 42 - economia hiperinflacionária	–	–	–	–	57.796	–	57.796
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	(24.540)	(60.568)	–	–	85.108	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	582.725	–	–	2.315	(181.162)	(66.545)	337.333

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2020	31.12.2019
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(151.653)	(15.959)
Ajuste ao lucro para apuração do resultado abrangente		
Efeito reflexo de investida	(79.440)	(73.660)
Resultado Abrangente Total	(231.093)	(89.619)

A DIRETORIA **NELSON NÓBREGA DA COSTA** Contador - CRC 1 SP 202165/O-9

R.C.P.O.D.P.N. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 09.594.468/0001-26

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 29 de abril de 2021 **A Administração**

BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

Ativo	31.12.2020	31.12.2019	Patrimônio Líquido	31.12.2020	31.12.2019
			Capital social	1.163.959	1.163.959
Não Circulante			Ajustes de avaliação patrimonial	(361.861)	(203.184)
Investimentos:			Reservas de lucros	4.623	170.001
Participação em sociedade investida	673.803	1.130.776	Prejuízos acumulados	(132.918)	–
			Total do Patrimônio Líquido	673.803	1.130.776
Total do Ativo	673.803	1.130.776	**Total do Patrimônio Líquido**	673.803	1.130.776

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2020	31.12.2019
Receitas (Despesas) Operacionais de Participações		
Resultado da equivalência patrimonial	(302.919)	(31.877)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de lucros – Legal	Reserva de lucros – Estatutária	Reserva de lucros – Transações com Sócios	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	1.163.959	49.014	152.861	–	(56.052)	–	1.309.782
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(31.877)	(31.877)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(234.022)	–	(234.022)
Transação de capital com sócios	–	–	–	3	–	–	3
CPC 42 - economia hiperinflacionária	–	–	–	–	86.890	–	86.890
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	–	(31.874)	(3)	–	31.877	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	1.163.959	49.014	120.987	–	(203.184)	–	1.130.776
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(302.919)	(302.919)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(274.122)	–	(274.122)
Transação de capital com sócios	–	–	–	4.623	–	–	4.623
CPC 42 - economia hiperinflacionária	–	–	–	–	115.445	–	115.445
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	(49.014)	(120.987)	–	–	170.001	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	1.163.959	–	–	4.623	(361.861)	(132.918)	673.803

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2020	31.12.2019
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(302.919)	(31.877)
Ajuste ao lucro para apuração do resultado abrangente		
Efeito reflexo de investida	(158.677)	(147.132)
Resultado Abrangente Total	(461.596)	(179.009)

A DIRETORIA **NELSON NÓBREGA DA COSTA** Contador - CRC 1SP 202165/O-9

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1002542-06.2017.8.26.0704 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional XV - Butantã, Estado de São Paulo, Dr(a). Luciane Cristina Silva Tavares, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **JORGE HIROSHI EMURA, Brasileiro, Divorciado, Empresário, CPF 055.338.918-99,** que a Ação de Busca e Apreensão do veículo marca Chevrolet, modelo Astra HB Advantage 4p, ano de fabricação/modelo 2010/2011, placa EQO2428, chassi 9BGTR48C2BB113121, renavam 21240749, requerida pelo Banco Santander S/A, foi convertida em ação de Execução de Título Extrajudicial, para cobrança de R$ 110.338,44 (março/2020). Estando o executado em local ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 03 dias, a fluir após os 20 dias supra, pague o "quantum" reclamado, acrescido de juros e correção monetária, bem como honorários advocatícios fixados em 10% sobre o total do débito atualizado, anotando-se que, efetuado o pagamento no prazo de 03 dias, a verba honorária fica reduzida pela metade, tendo o prazo de 15 dias, a fluir após o prazo supra, para oferecer embargos, facultando ao executado nesse prazo, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, mais custas e honorários, requerer o pagamento do saldo em 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC). Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 03 de fevereiro de 2021. B 29 e 30/04

EDITAL DE CITAÇÃO. PRAZO DE 20 DIAS. expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1013744-61.2014.8.26.0003 (USUC 1236) A Doutora Ana Claudia Dabus Guimarães e Souza, MM. Juiza de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a LAURA PAIS, JOÃO AFONSO, BELMIRA COELHO, MARIA PAES ou MARIA PAIS, JOSE MARIA AFONSO, ALZIRA NUNES DE LIMA, AFONSO HENRIQUE PAIS RIBEIRO, ISAURA RODRIGUES NUNES RIBEIRO, ANTONIO AFONSO, MARIA DA GLORIA LIMA, ESPOLIO DE EMILIA AFONSO PAES, AFONSO HENRIQUES PAIS RIBEIRO, ISAURA RODRIGUES NUNES RIBEIRO, LEDA PAIS RIBEIRO, LOURIVAL DA COSTA RIBEIRO, JOSÉ NEGRI, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que Hidro Castro Materiais Elétricos e Hidráulicos Ltda (ajuizou/ram) ação de USUCAPIÃO, visando a declaração do domínio do imóvel localizado na Rua Felipe D' Oliveira, s/n Lote 04 Quadra 08, Americanópolis - São Paulo - SP, com área de 197,46m², confrontante n. 091.305.0004-4, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias úteis, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. 29 e 30 / 04 / 2021.

Jornal ODIASP

Senado aprova ampliação do teste do pezinho no SUS

O Senado aprovou, na quinta-feira (29), um projeto de lei (PL) que aumenta o número de doenças rastreadas pelo teste do pezinho aplicado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Com a ampliação prevista no projeto, o exame alcançará 14 grupos de doenças, medida que será implementada de forma escalonada, em prazo a ser regulamentado pelo Ministério da Saúde.

O texto, que teve origem na Câmara dos Deputados, segue agora para sanção presidencial.

Atualmente, o teste do pezinho realizado pelo SUS engloba seis doenças: hipotireoidismo congênito; fenilcetonúria; anemia falciforme; fibrose cística (também conhecida como mucoviscidose); hiperplasia adrenal congênita e deficiência de biotinidase. Conforme destacado pelo autor do projeto, deputado Dagoberto Nogueira (PDT-MS), a versão expandida do teste, encontrada nos serviços privados, faz o diagnóstico de até 53 doenças.

O teste do pezinho é feito a partir da coleta de gotas de sangue dos pés dos recém-nascidos. Para determinar o aumento do número de doenças rastreadas pelo teste, o projeto altera o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A ampliação do teste deverá entrar em vigor 365 dias após a publicação da lei originada pelo projeto. A lista de doenças a serem rastreadas pelo teste do pezinho deverá ser revisada periodicamente, com base em evidências científicas e com prioridade para as de maior prevalência no país, com protocolo de tratamento aprovado e incorporado ao SUS. (Agencia Brasil)

Força Nacional vai apoiar o Ibama em ações na Amazônia Legal

O Diário Oficial da União publicou, na quinta-feira (29), Portaria nº 197, de 27 de abril de 2021, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública, em apoio ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Ministério do Meio Ambiente, na Amazônia Legal.

De acordo com o documento, a Força Nacional atuará em ações de fiscalização e de repressão ao desmatamento ilegal e demais crimes ambientais, e de combate aos incêndios florestais e queimadas, em atividades e serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da proteção das pessoas e do patrimônio.

O apoio dos militares será em caráter episódico e planejado, por 260 dias, a contar de quinta-feira, data da publicação da portaria. A operação terá o apoio logístico do Ibama, que deverá dispor da infraestrutura necessária à Força Nacional.

Para o ministro da Justiça, Anderson Torres, ações com planejamento são cruciais para garantir a preservação da biodiversidade nacional. "Esse reforço é um grande diferencial nas ações em campo. O trabalho integrado garante mais assertividade no enfrentamento a qualquer tipo de atividade ilegal que atinja o meio ambiente", disse. (Agencia Brasil)

R.R.R.P.N. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 09.608.284/0001-78

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 29 de abril de 2021

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

Ativo	31.12.2020	31.12.2019	Patrimônio Líquido	31.12.2020	31.12.2019
Não Circulante			Capital social	5.741	5.741
Investimentos:			Ajustes de avaliação patrimonial	(1.802)	(1.020)
			Reservas de lucros	23	854
Participação em sociedade investida	3.322	5.575	Prejuízos acumulados	(640)	–
			Total do Patrimônio Líquido	3.322	5.575
Total do Ativo	3.322	5.575	**Total do Patrimônio Líquido**	3.322	5.575

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de lucros – Legal	Reserva de lucros – Estatutária	Reserva de lucros – Transações com Sócios	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	5.741	189	822	–	(294)	–	6.458
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(157)	(157)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(1.154)	–	(1.154)
CPC 42 - economia hiperinflacionária	–	–	–	–	428	–	428
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	–	(157)	–	–	157	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	5.741	189	665	–	(1.020)	–	5.575
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(1.494)	(1.494)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(1.351)	–	(1.351)
Transação de capital com sócios	–	–	–	23	–	–	23
CPC 42 - economia hiperinflacionária	–	–	–	–	569	–	569
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	(189)	(665)	–	–	854	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	5.741	–	–	23	(1.802)	(640)	3.322

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2020	31.12.2019
Receitas (Despesas) Operacionais de Participações		
Resultado da equivalência patrimonial	(1.494)	(157)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2020	31.12.2019
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(1.494)	(157)
Ajuste ao lucro para apuração do resultado abrangente		
Efeito reflexo de investida	(782)	(726)
Resultado Abrangente Total	(2.276)	(883)

A DIRETORIA

NELSON NÓBREGA DA COSTA
Contador - CRC 1 SP 202165/O-9

BARRA GRANDE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 22.686.328/0001-46

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 30 de abril de 2021

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares - R$)

Ativo	2020	2019	Passivo e Patrimônio Líquido	2020	2019
Circulante			**Passivo Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	20.713	9.032	Impostos a recolher	787	881
Dividendos a Receber	1.276	1.260	Dividendos a pagar	874	–
Impostos a recuperar	79	18	Partes relacionadas	5.955	3.772
Partes Relacionadas	5.843	5.907	Total do passivo circulante	7.616	4.653
Total do ativo circulante	27.911	16.217	**Patrimônio Líquido**		
Ativo Não Circulante			Capital Social	64.129	64.129
Investimentos:			Reserva de Lucros	6.869	6.225
Em operações controladas em conjunto	50.703	58.790	Total do Patrimônio Líquido	70.998	70.354
Total do ativo não circulante	50.703	58.790	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**	78.614	75.007
Total do Ativo	78.614	75.007			

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R$)

	Capital social	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	64.129	3.545	4.341	–	72.015
Dividendos distribuídos de anos anteriores	–	–	(4.341)	–	(4.341)
Dividendos do ano	–	–	–	(23.394)	(23.394)
Lucro do exercício	–	–	–	26.074	26.074
Destinação:					
Constituição de reserva legal	–	1.304	–	(1.304)	–
Reserva de retenção de lucros	–	–	1.376	(1.376)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	64.129	4.849	1.376	–	70.354
Dividendos distribuídos de anos anteriores	–	–	(1.376)	–	(1.376)
Dividendos do ano	–	–	–	(34.021)	(34.021)
Lucro do exercício	–	–	–	36.041	36.041
Destinação:					
Constituição de reserva legal	–	1.802	–	(1.802)	–
Constituição de reserva de lucros	–	–	218	(218)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	64.129	6.651	218	–	70.998

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares - R$)

	2020	2019		2020	2019
Receita Líquida	69.967	67.020	**Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social**	38.382	28.219
Custos das Vendas	(31.730)	(38.757)			
Lucro Bruto	38.237	28.263	**Imposto de Renda e Contribuição Social**		
Receitas (Despesas) Operacionais			Correntes	(2.341)	(2.145)
Gerais e administrativas	(227)	(202)	**Lucro Líquido do Exercício**	36.041	26.074
Equivalência patrimonial	31	112	Resultado por ação		
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro	38.041	28.173	Básico/diluído por ação ON - R$	0,1404	0,1016
Resultado Financeiro			Básico/diluído por ação PN - R$	2,2559	1,6320
Receitas financeiras	363	77			
Despesas financeiras	(22)	(31)			

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares - R$)

	2020	2019
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	38.382	28.219
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Resultado de equivalência patrimonial	(31)	(112)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Impostos a recuperar	(60)	(17)
Partes relacionadas	64	44
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	–	(1)
Impostos e obrigações a pagar	683	(1)
Partes relacionadas	2.183	(226)
	41.221	27.905
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.118)	(2.025)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	38.103	25.881
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Recebimento de dividendos	8.101	5.850
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	8.101	5.850
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Dividendos pagos	(34.523)	(27.734)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamento	(34.523)	(27.734)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	11.681	3.997
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	9.032	5.035
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício	20.713	9.032

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R$)

	2020	2019
Lucro Líquido do Exercício	36.041	26.074
Outros Resultados Abrangentes	–	–
Resultado Abrangente do Exercício	36.041	26.074

A DIRETORIA

NELSON NÓBREGA DA COSTA - Contador - CRC 1 SP 202165/O-9

"As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, encontram-se à disposição na sede da Companhia"

MACHADINHO PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 22.686.342/0001-40

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 29 de abril de 2021

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	2020	2019	Passivo e Patrimônio Líquido	2020	2019
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	14.766	9.212	Fornecedores	463	167
Contas a receber	177	94	Impostos e contribuições a recolher	638	606
Impostos a recuperar	86	28	Dividendos a pagar	2.543	–
Partes relacionadas	4.392	4.215	Partes relacionadas	9	9
Outros ativos	73	110	Passivos de arrendamento	4	4
Total do ativo circulante	19.494	13.659	Outras obrigações	264	249
Não Circulante			Total do passivo circulante	3.921	1.035
Partes relacionadas	798	798	**Não Circulante**		
Direito de uso em arrendamentos	9	13	Passivos de arrendamento	6	9
Imobilizado	23.602	25.289	Total do passivo não circulante	6	9
Total do ativo não circulante	24.409	26.100	**Patrimônio Líquido**		
Total do Ativo	43.903	39.759	Capital social	31.795	31.795
			Reservas de lucros	8.181	6.920
			Total do patrimônio líquido	39.976	38.715
			Total do Passivo e Patrimônio Líquido	43.903	39.759

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R$)

	Patrimônio Líquido				
		Reserva de Lucros			
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Retenção Lucros	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	31.795	3.706	8.885	–	44.386
Dividendos distribuídos de anos anteriores	–	–	(8.885)	–	(8.885)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	37.354	37.354
Dividendos do ano	–	–	–	(34.140)	(34.140)
Destinação:					
Reserva legal	–	1.868	–	(1.868)	–
Reserva de retenção de lucros	–	–	1.346	(1.346)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	31.795	5.574	1.346	–	38.715
Dividendos distribuídos de anos anteriores	–	–	(1.346)	–	(1.346)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	39.416	39.416
Dividendos do ano	–	–	–	(36.809)	(36.809)
Destinação:					
Reserva legal	–	1.971	–	(1.971)	–
Reserva de retenção de lucros	–	–	636	(636)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	31.795	7.545	636	–	39.976

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R$)

	2020	2019		2020	2019
Receita Líquida	49.926	47.528	Despesas financeiras	(51)	(51)
Custos das Vendas	(8.099)	(7.714)	**Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social**	41.118	38.891
Lucro Bruto	41.827	39.814			
Despesas Operacionais			**Imposto de Renda e Contribuição Social**	(1.702)	(1.537)
Gerais e administrativas	(1.027)	(991)	**Lucro Líquido do Exercício**	39.416	37.354
Lucro antes do Resultado Financeiro	40.800	38.823	Resultado por ação		
Resultado Financeiro			Básico/diluído por ação ON - R$	**0,3093**	0,2932
Receitas financeiras	369	119	Básico/diluído por ação PN - R$	**4,9961**	4,7348

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R$)

	2020	2019
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro antes do impostos de renda e da contribuição social	41.118	38.891
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Juros e variações monetárias e cambiais	3	–
Depreciação e amortização	1.904	1.897
Valor residual de imobilizado baixado	5	–
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Partes relacionadas	(177)	12.510
Contas a receber de clientes	(83)	42
Impostos a recuperar	(58)	(23)
Outros ativos	37	(1)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Partes relacionadas	–	2
Fornecedores	296	(7)
Impostos e obrigações a pagar	7	15
Outras obrigações	15	(22)
	43.067	53.304
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.680)	(1.503)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	41.387	51.801
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(222)	(286)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(222)	(286)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Contraprestação de arrendamentos	1	–
Dividendos pagos	(35.612)	(43.025)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(35.611)	(43.025)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	5.554	8.490
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.212	722
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	14.766	9.212

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R$)

	2020	2019
Lucro Líquido do Exercício	39.416	37.354
Outros Resultados Abrangentes	–	–
Resultado Abrangente do Exercício	39.416	37.354

A DIRETORIA

NELSON NÓBREGA DA COSTA - Contador - CRC 1 SP 202165/O-9

"As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, encontram-se à disposição na sede da Companhia"

UFMG receberá R$ 30 milhões para testar nova vacina

A vacina Spintec, que está sendo desenvolvida na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para combate à covid-19, já tem assegurados recursos para os primeiros experimentos clínicos com seres humanos. A prefeitura de Belo Horizonte repassará, ao todo, R$ 30 milhões para as fases 1 e 2 dos testes. A primeira parcela, estimada em R$ 6 milhões, deve ser liberada já no mês de maio, e as demais, até dezembro.

Segundo nota divulgada na quinta-feira (29) pela UFMG, um termo de cooperação deverá ser assinado com o município nos próximos dias. A realização dos testes já tinha R$ 3 milhões garantidos por meio de emendas parlamentares da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. "O suporte financeiro oferecido pela prefeitura da capital mineira vai assegurar a continuidade das pesquisas", diz o texto. De acordo com a UFMG, o acordo traz alívio, pois o orçamento da instituição não permitiria levar a pesquisa adiante e esta poderia ser interrompida.

Os cientistas envolvidos estabeleceram um projeto em busca de uma vacina que seja efetiva contra novas variantes. "A plataforma tecnológica usada consiste na combinação de diferentes proteínas para formar uma única, artificial. Esse composto, chamado de 'quimera', é injetado no organismo em duas doses e induz à resposta imune. Por não usar exclusivamente a proteína S, na qual se dá a maioria das mutações, as chances de sucesso desse imunizante no combate às novas variantes são bastante elevadas", destaca a nota da UFMG.

Nos testes pré-clínicos, com animais, os resultados têm se mostrado promissores. Quando inoculada em camundongos, foi observada uma resposta adequada: a formulação induziu 100% de proteção. Agora estão sendo realizados ensaios de tolerabilidade e imunogenicidade em primatas não humanos. Esses experimentos buscam detectar possíveis efeitos colaterais e confirmar a geração de anticorpos.

O início das fases 1 e 2, quando são realizados os primeiros testes com grupos reduzidos de adultos saudáveis, depende de autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Antes de conceder o aval, a Anvisa avalia os resultados da etapa pré-clínica.

Os recursos disponibilizados pela prefeitura serão usados para concluir os experimentos com os animais, comprar reagentes, produzir lotes de teste para análise da Anvisa, preparar documentação e realizar os primeiros testes com adultos saudáveis. Nas fases 1 e 2, são analisadas, entre outras questões, a segurança da vacina e sua capacidade de gerar resposta imune em seres humanos.

Caso os resultados sejam positivos, pode-se requerer à Anvisa o início da Fase 3, na qual a eficácia será avaliada com milhares de voluntários. Se todas as etapas correrem conforme a expectativa dos cientistas, a vacina pode estar disponível para uso em massa em meados de 2022. A evolução das pesquisas, no entanto, demandará novos aportes financeiros para a Fase 3, a mais complexa. Segundo a UFMG, deputados estaduais já manifestaram compromisso em ajudar a garantir a verba necessária.

Existe a possibilidade de se direcionar para os experimentos uma fatia do montante previsto no acordo firmado entre o governo mineiro e a mineradora Vale para reparação dos danos da tragédia de Brumadinho, ocorrida em janeiro de 2019 com o rompimento de uma barragem de rejeitos no município. A empresa comprometeu-se a destinar R$ 37,6 bilhões para diversas medidas, algumas das quais de caráter compensatório e voltadas para melhoria da saúde, saneamento e mobilidade no estado. Os deputados estaduais mineiros têm que aprovar a aplicação de parte dos recursos do acordo.

A Spintec está sendo desenvolvida no CT-Vacinas, um centro de biotecnologia instalado no Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BH-Tec). O espaço é resultado de uma parceria entre a UFMG e o Instituto René Rachou, unidade regional da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), instituição científica vinculada ao Ministério da Saúde. (Agencia Brasil)

PROFARMA SPECIALTY S.A.

CNPJ Nº 81.887.838/0001-40

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - *(Em milhares de Reais)*

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Notas**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	**7.930**	6.747	**7.932**	6.749
Contas a receber de clientes	7	**216.938**	205.615	**216.938**	205.620
Estoques	8	**149.220**	115.076	**149.220**	115.076
Impostos a recuperar	9	**31.488**	13.182	**31.488**	13.181
IR e CS a recuperar		**6.201**	7.699	**6.385**	7.884
Adiantamentos		**1.382**	591	**1.382**	591
Outros ativos circulantes	10	**23.886**	9.836	**23.886**	9.836
Total ativo circulante		**437.045**	358.746	**437.231**	358.937
Não circulante					
Depósitos judiciais		**288**	285	**400**	399
Impostos diferidos	21.b	**299**	1.231	**1.453**	1.231
Impostos a recuperar	9	-	-	-	1.154
Partes relacionadas	11	**24.691**	17.182	**24.691**	17.182
Outros ativos não circulantes	10	**397**	477	**397**	477
Total realizável a longo prazo		**25.675**	19.175	**26.941**	20.443
Imobilizado	14	**9.740**	8.775	**9.740**	8.775
Intangível	15	**21.249**	19.093	**21.249**	19.093
Direito de uso em arrendamento	18	**9.586**	10.629	**9.586**	10.629
		40.575	38.497	**40.575**	38.497
Total dos ativos não circulante		**66.250**	57.672	**67.517**	58.940
Total do ativo		**503.295**	416.418	**504.747**	417.877

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Notas**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Circulante					
Fornecedores	16	**187.342**	168.457	**187.344**	168.464
Empréstimos	17	**33.017**	1.130	**33.017**	1.130
Arrendamentos a pagar	18	**1.464**	1.533	**1.464**	1.533
Salários e contribuições sociais		**5.315**	4.175	**5.315**	4.175
Impostos e taxas	19	**7.075**	8.110	**7.038**	8.110
IR e CS a pagar		**1.620**	2.718	**1.620**	2.718
Outros	22	**4.912**	3.413	**5.030**	3.820
Total passivo circulante		**240.745**	189.536	**241.828**	189.950
Não circulante					
Empréstimos	17	**8.164**	276	**8.164**	276
Arrendamentos a pagar	18	**9.063**	9.743	**9.063**	9.743
Impostos e taxas	19	**1.732**	2.692	**1.732**	2.692
Provisão para contingências	20	**3.930**	3.224	**5.067**	5.807
Partes relacionadas	11	-	442	-	-
Provisão para perda em controlada	13	**768**	1.096	-	-
Total passivo não circulante		**23.657**	17.473	**24.026**	18.518
Patrimônio líquido					
Capital social	23	**198.729**	198.729	**199.090**	198.729
Reserva de capital	23	**5.518**	4.044	**5.518**	4.044
Ajio em transações de capital	23	**(6.048)**	(6.048)	**(6.048)**	(6.048)
Reserva de incentivo fiscal		**40.694**	12.684	**40.694**	12.684
Lucros acumulados	23	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		**238.893**	209.409	**238.893**	209.409
Total do passivo e patrimônio líquido		**503.295**	416.418	**504.747**	417.877

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Ajio em transações de capital	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018 - (não auditado)	198.729	(6.048)	-	3.376	(12.082)	183.975
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	25.434	25.434
Reserva legal	-	-	-	668	(668)	-
Reserva de incentivo fiscal	-	-	12.684	-	(12.684)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	198.729	(6.048)	12.684	4.044	-	209.409
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	**29.484**	**29.484**
Reserva legal	-	-	-	1.474	**(1.474)**	-
Reserva de incentivo fiscal	-	-	28.010	-	**(28.010)**	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	198.729	(6.048)	**40.694**	**5.518**	-	**238.893**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2020 - *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional: A Profarma Specialty S.A. ("Companhia" ou "PFS") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em São Paulo, atuando desde 1990 na distribuição de medicamentos de especialidades para diversos segmentos dentre eles os principais são: hospitalar, oncologia, dermatologia e setor público. A Profarma Specialty tem centros de distribuição em Curitiba, Porto Alegre, São Paulo e Espírito Santo. No setor público, a atuação da empresa se estende por quase todo território nacional. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 2020 abrangem a Companhia e suas controladas, conjuntamente referidas como "o Grupo" e individualmente como "entidades do Grupo". O Grupo está envolvido, principalmente, na atividade de comércio atacadista e varejista de produtos farmacêuticos, médico-hospitalares, alimentícios, naturais, e artigos médicos. Todas as empresas do grupo têm seus endereços registrados no Brasil. As empresas operacionais do Grupo são: Amostra Medicamentos Hospitalares Ltda. e Amostra Medicamentos Hospitalares Ltda. é uma empresa que tem por objeto social o comércio atacadista de produtos farmacêuticos e medicamentos, produtos alimentícios, produtos de limpeza e/ou higiene, produtos odonto-médico-hospitalares, produtos veterinários, produtos homeopáticos e produtos naturais. **1.1. Efeitos da COVID-19 nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) tornou-se uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos. A administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira do Grupo, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os impactos futuros do coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente, mitigando os impactos de curto prazo e os desafios que esse cenário pode trazer. Ao longo do exercício de 2020, não foram observados impactos adversos no capital de giro e na realização dos ativos do Grupo. **2. Base de preparação:** Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelos Conselho Federal de contabilidade (CFC) A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 26 de abril de 2021. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Principais políticas contábeis:** a) Caixa e equivalentes de caixa - Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação ou sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. b) Receita de contrato com cliente - A norma CPC 47 (em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018) substitui todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as normas CPCs. A nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos. De acordo com a CPC 47, a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contraprtida a que uma empresa espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A Companhia realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita e não identificou alterações ou impactos significativos no reconhecimento atual dessas receitas. As demais receitas foram compreendidas nessa análise e estão substancialmente de acordo com a norma CPC 47. c) Uso de estimativas e julgamentos - Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, no mínimo, anualmente. Os efeitos das s revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. i) *Estimativas* - Algumas estimativas foram aplicadas sobre as seguintes notas explicativas: provisão para perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber (Nota Explicativa nº 8), provisão para perdas de estoques (Nota Explicativa nº 9), provisão para contingências (Nota Explicativa nº 20), recuperabilidade dos créditos tributários (Nota Explicativa nº 21), *impairment* (Notas Explicativas nºs 15 e 16), valor justo de instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 26). ii) *Incertezas sobre premissas e estimativas* - As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, assim como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que não possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 16 - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento; • Nota Explicativa nº 20 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; • Nota Explicativa nº 21.b - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; d) Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente. Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. i) Ativos financeiros - Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. *Mensuração subsequente* - Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida). • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida). • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais). • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida) - Esta categoria é a mais relevante para o Grupo. O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio de resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar ou reduzir significativamente, um descasamento contábil. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. ii) Passivos financeiros - Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros do Grupo incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e contratos de garantia financeira. *Mensuração subsequente* - A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado - Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Empréstimos e financiamentos - Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Desreconhecimento (baixa) - Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado. e) Contas a receber de clientes - As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD" ou impairment) e ajuste de valor presente, considerando informações prospectivas. As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos anos. O Grupo realizou o cálculo das taxas de perda de crédito esperada separadamente para os clientes de mercado privado e público. As contas a receber vencidas há mais de 180 dias, são baixadas do saldo das contas a receber de clientes em contrapartida das perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa, exceto as operações com mercado público, as quais são mantidos em carteira até completarem 360 dias do vencimento, em razão da prática com as instituições governamentais. f) Estoques - Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado (líquido realizável). O Grupo realiza provisionamento das mercadorias que ultrapassam o prazo de validado estipulado pela indústria farmacêutica. g) Investimentos - Nas demonstrações financeiras individuais, o investimento de 100% na controlada Amostra Medicamentos Hospitalares Ltda. é avaliado pelo método da equivalência patrimonial. h) Imobilizado - Registrado pelo custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*análise de impairment*, preparado anualmente), caso aplicável. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 15 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. i) Ativos intangíveis - Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, sendo eles: • Ágio apurado nas aquisições envolvendo combinações de negócios. O ágio sem vida útil definida é testado anualmente e deduzido das perdas por redução do valor recuperável acumuladas, se necessário. • Software adquirido de terceiros com vida útil definida são amortizados pelo período de cinco anos. Esses ativos são mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização. • Outros ativos intangíveis adquiridos com vida útil definida são amortizados pelo período de cinco anos (direitos de distribuição de produtos com a amortização de acordo com o prazo contratual também é de cinco anos). Estes ativos são mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização. j) Arrendamentos - O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso de ativos subjacentes. *Ativos de direito de uso* - O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: • Unidade fabril: 1 a 8 anos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota k - Passivos de arrendamento - Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem também o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento reflete o Grupo exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data do início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças nos pagamentos futuros resultantes de uma mudança para um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor* - O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. k) Redução ao valor recuperável de ativos - Anualmente, ou em condições de que a Administração não consideraria em outras transações, ou indicações de que o devedor entrará em processo de falência, entre outros. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individual quanto no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento identificados como não tendo perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas ainda não tenha sido identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor coletivamente, a forma utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis (substancialmente o *contas a receber*). Quando um evento subsequente reduz o montante da perda de valor, a diminuição da perda de valor é revertida e registrada no resultado. *Ativos não financeiros* - Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo (formado substancialmente pelo ativo imobilizado e intangível com vida útil) são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Se existir indicação ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Os intangíveis sem vida útil definida são testados anualmente, independentemente da existência de indicação de *impairment*. Para fins de teste de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seu valor em uso e o seu valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, o valor dos fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Os ativos corporativos do Grupo não geram fluxos de caixa independentes. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, então o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs à qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor reconhecidas em relação a UGCs são inicialmente alocadas para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida para o ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. O Grupo não identificou, limitado às suas operações, perda de valor em seus ativos não financeiros. l) Passivo circulante e não circulante - Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são ajustados a valor presente para refletir o valor do dinheiro no tempo (transação), calculados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco da transação. A contraparida dos ajustes a valor presente é contabilizada nas contas que deram origem ao passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. Especificamente em relação aos empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas, estes são mensurados pelo valor justo (na data do balanço), resultante da contabilidade de *hedge* do valor justo da aplicação, quando aplicável. m) Provisão - Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando O Grupo possui uma obrigação real legal ou constituído como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. n) Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido) - O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os impostos diferidos são reconhecidos por prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis mediante os quais possam ser utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base em planos de negócios para entidades individuais. Os impostos diferidos são revisados em cada data de reporte e são reduzidos na medida em que não seja mais provável que o benefício fiscal relacionado seja realizado; tais reduções são revertidas quando a probabilidade de lucros tributáveis próprios. Os impostos diferidos não reconhecidos são analisados anualmente e reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis mediante os quais possam ser utilizados. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas fiscais que se espera serem aplicadas no exercício corrente e diferidos não reconhecidos são usando taxas de imposto realizadas ou substancialmente realizadas na data do relatório. o) Subvenção e assistência governamentais - As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e de que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que pretendem compensar. p) Demonstrações de Fluxo de Caixa - O Grupo entende que os juros pagos sobre empréstimos devem ser registrados no grupo de atividades de financiamento no Fluxo de Caixa, porque são custos de obtenção de recursos financeiros.

5. Informações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e da seguinte controlada:

	Participação (%)	
	2020	**2019**
Controlada direta		
Amostra Medicamentos Hospitalares Ltda.	**100%**	100%

13. Investimentos e provisão para perda em controlada

a) Informações das controladas, controladas em conjunto e coligadas

	Capital social		Quantidade de Quotas (lote mil)		Patrimônio líquido		Resultado do ano		Participação em %		Participação em %	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Amostra	361	361	360.999	360.999	(767)	(1.096)	(328)	1.348	100%	100%	(328)	-
Total Investimentos											-	-

b) Movimentação dos investimentos e da provisão para perda em controlada

	Amostra	Total
Saldo em 31/12/2019	(1.096)	(1.096)
Equivalência patrimonial	328	328
Saldo em 31/12/2020	**(768)**	**(768)**

c) Informações financeiras das controladas - 31/12/2020

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação no capital total e votante (%)
Amostra Medicamentos Hospitalares Ltda.	1.454	2.222	(767)	(328)	100
	1.454	2.222	(767)	(328)	100

14. Imobilizado

	2019		2020				
	Taxa	Custo	Adições	Transferência (*)	Custo	Depreciações acumuladas	Valor líquido	Valor líquido
Benfeitorias	10%	6.852	84	1.350	8.286	(2.619)	5.667	4.945
Móveis e utensílios	10%	2.061	158	182	2.401	(1.076)	1.325	1.201
Veículos	20%	50	-	-	50	(50)	-	-
Hardware	20%	2.142	512	117	2.771	(1.710)	1.061	740
Máquinas e equipamentos	10%	2.261	45	376	2.683	(1.021)	1.662	1.471
Imobilizado em andamento		418	1.792	(2.185)	25	-	25	418
		13.784	2.591	(159)	16.216	(6.476)	9.740	8.775

(*) Transferência entre ativo imobilizado x intangível

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 - *(Em milhares de reais)*

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Receitas líquidas de vendas	24	**1.199.590**	1.049.429	**1.199.590**	1.049.429
Custo dos produtos vendidos	25	**(1.078.444)**	(945.913)	**(1.078.444)**	(945.913)
Lucro bruto		**121.146**	103.516	**121.146**	103.516
(Despesas) e receitas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	27	**(61.830)**	(55.674)	**(61.878)**	(55.774)
Despesas com vendas e logística	27	**(24.285)**	(22.546)	**(24.285)**	(22.546)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		**460**	3.620	**460**	3.620
Outras receitas (despesas)		**(2.712)**	(724)	**(2.348)**	(2.008)
		(88.367)	(75.324)	**(88.051)**	(76.708)
Resultado antes do resultado financeiro		**32.776**	28.192	**33.095**	26.808
Receitas financeiras		**711**	1.325	**724**	1.328
Despesas financeiras		**(3.399)**	(2.884)	**(3.402)**	(2.851)
Resultado financeiro líquido		**(2.688)**	(1.559)	**(2.678)**	(1.523)
Resultado de equivalência patrimonial	13	**328**	(1.348)	-	-
Resultado antes dos impostos		**30.416**	25.285	**30.416**	25.285
IR e CS - corrente	21	-	2.129	-	2.129
IR e CS - diferido	21	**(932)**	(1.980)	**(932)**	(1.980)
Lucro líquido do exercício		**29.484**	25.434	**29.484**	25.434

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 - *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Lucro do exercício	**29.484**	25.434	**29.484**	25.434
Resultado abrangente total	**29.484**	25.434	**29.484**	25.434

Demonstrações do Fluxo de Caixa

Exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 - *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos	**30.416**	25.285	**30.416**

Jornal O DIA SP

SEXTA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 2021

a) Depreciação

	Taxa	2019 Saldo inicial	Adições	Saldo final
Benfeitorias	10%	(1.907)	(712)	(2.619)
Móveis e utensílios	10%	(859)	(217)	(1.076)
Veículos	20%	(50)	-	(50)
Hardware	20%	(1.402)	(308)	(1.710)
Máquinas e equipamentos	10%	(791)	(230)	(1.021)
		(5.009)	(1.467)	(6.476)

15. Intangível

	Taxa	2019 Custo	Adições	Consolidado 2020 Transferência	Custo	Amortizações acumuladas	Valor líquido	2019 Valor líquido
Software	20%	2.232	141	5.756	8.129	(2.376)	5.753	96
Software em desenvolvimento	-	4.080	2.096	(5.597)	579	-	579	4.080
Ágio	-	14.917	-	-	14.917	-	14.917	14.917
		21.229	2.237	159	23.625	(2.376)	21.249	19.093

a) Amortização sobre intangível

Taxa	Consolidado Amortizações 2019 Saldo inicial	Adições	2020 Final
20%	(2.136)	(240)	(2.376)
	(2.136)	(240)	(2.376)

Ágio na aquisição dos ativos da Proforma Specialty - Para o saldo de ágio referente à aquisição de suas controladas de R$ 11.109 foi efetuado o teste de recuperabilidade do ágio em 31/12/2020, considerando o fluxo de caixa descontado a taxa de 10,3% a.a. e crescimento projetado de 4% em regimes de perpetuidade. O valor recuperável foi estimado da UGC foi maior que o seu valor contábil e, portanto, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável foi reconhecida. Esta análise sustenta a recuperação do ágio nessa mesma data.

16. Fornecedores

	Controladora 2020	2019	Consolidado 2020	2019
Fornecedores-Mercadorias para revenda	**185.472**	166.317	**185.472**	166.317
Fornecedores-Mercadorias não revenda	**1.870**	2.140	**1.872**	2.147
	187.342	168.457	**187.344**	168.464

A Companhia possui uma política de gerenciamento de risco financeiro para assegurar que contas a pagar sejam liquidadas dentro do prazo. Em 31 de dezembro de 2020, o prazo médio de pagamento de fornecedores na Proforma Specialty foi de 57 dias (51 dias em 31 de dezembro de 2019).

17. Empréstimos

Instituições	Indexador	Juros	Controladora 2020	2019	Consolidado 2020	2019
Citibank	CDI	4,22% a.a.	**10.847**	1.128	**10.847**	1.128
Banco BRB		2,426% a.a	**270**	276	**270**	276
Banco ABC	CDI	4,5% a.a.	**30.059**	0	**30.059**	
Banco Itaú	Selic	3,515% a.a.	**5**	2	**5**	2
			41.181	1.406	**41.181**	1.406
Circulante			**33.017**	1.130	**33.017**	1.130
Não Circulante			**8.164**	276	**8.164**	276
Movimentação de empréstimos						
Em 31 de dezembro de 2019						**1.406**
Captações						**51.133**
Pagamentos						**(11.358)**
Em 31 de dezembro de 2020						**41.181**

Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros para aquisição de investimentos e de bens, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento. Os empréstimos que têm como finalidade financiar o capital de giro, possuem garantias de caução de recebíveis e aval da Proforma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. e BPL Brasil Participações S.A. Nos contratos de empréstimos firmados não existem cláusulas de condições financeiras a serem cumpridas - covenants. Os empréstimos possuem o seguinte cronograma de desembolso:

Ano	Controladora 2020	2019	Consolidado 2020	2019
2021	**33.017**	1.130	**33.017**	1.130
2022	**7.888**	-	**7.888**	-
2023	**276**	276	**276**	276
	41.181	1.406	**41.181**	1.406

18. Arrendamento: Substitui as orientações existentes na IAS 17 e determina, essencialmente, que os arrendatários passem a reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e em seu ativo o direito de uso de um bem arrendado ou com características de arrendamento mercantil. Assim, contratos de arrendamento financeiro e operacional passam a ser reconhecidos no balanço. Para o caso de ativo de baixo valor da norma contratos com características variáveis, de curto prazo ou de baixo valor. A norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019. A Companhia adotou a NBC TG 06 (R3) para seus arrendamentos operacionais basicamente das instalações de lojas e centros de distribuição. Para enquadramos esses contratos na nova norma, a Companhia optou pela adoção da Metodologia Retrospectiva Modificada (simples), que para o reconhecimento inicial, no papel de arrendatário, os efeitos são mensurados e atravéss das taxas e prazos definidos traz a valor presente os pagamentos dos arrendamentos e registra os ativos e passivos de acordo com o que foi estabelecido pela norma contábil, não reapresentando exercícios anteriores. Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo possuía um total de 5 contratos (referente à sede administrativa e centros logísticos). Esses foram enquadrados nas mudanças estabelecidas pelo IFRS 16/NBC TG 06 (R3) Operações de Arrendamento. A taxa de desconto utilizada foi de 6,7516% (com base no IGP-M anual de 2019), como taxa intrínseca de empréstimos da Companhia. As movimentações no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, são como segue:

a. Movimentação do ativo de direito de uso

	Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2020	**12.728**
Amortização acumulada	(2.099)
Em 31 de dezembro de 2019	**10.629**
Adições	**1.137**
Amortização acumulada	**(2.180)**
Em 31 de dezembro de 2020	**9.586**

b. Movimentação do passivo de arrendamento

	Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2019	**12.728**
Juros incorridos	784
Pagamentos	(2.236)
Em 31 de dezembro de 2019	**11.276**
Adições	**1.137**
Juros incorridos	**752**
Pagamentos	**(2.638)**
Em 31 de dezembro de 2020	**10.527**

c. Cronograma do vencimento do passivo por arrendamento

Vencimento	Consolidado
2021	**1.556**
2022	**1.933**
2023	**2.077**
2024	**2.110**
2025	**2.252**
2026	**784**
	10.712

19. Impostos e Taxas

	Controladora 2020	2019	Consolidado 2020	2019
Circulante				
ICMS	**6.113**	6.160	**6.076**	6.160
PIS e COFINS	**33**	43	**33**	43
INSS	**(13)**	11	**(13)**	11
ISS	**68**	10	**68**	10
Parcelamento - ICMS	**874**	1.886	**874**	1.886
	7.075	8.110	**7.038**	8.110
Não Circulante				
Parcelamento - ICMS	**1.732**	2.692	**1.732**	2.692

A variação da conta de ICMS a Recolher entre os anos de 2020 e 2019, refere-se a efetiva implementação da Emenda Constitucional 87/2015, onde houve a alteração da sistemática de cálculo do ICMS nas operações interestaduais destinadas a consumidores finais. A partir de janeiro de 2017, os Estados de origem dos produtos passam a recolher 100% da diferença entre a alíquota do Estado de destino e a sua alíquota interna de ICMS, ao passo que não fica mais nenhum percentual para os Estados de destino. A referida legislação impôs percentuais anuais de partilha, que de forma gradativa irão partilhar o ICMS Diferencial de Alíquotas entre os Estados de origem e destino.

20. Provisão para contingência: A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Controladora 2020	2019	Consolidado 2020	2019
Tributárias	**237**	321	**339**	433
Cíveis	**6**	10	**6**	458
Trabalhistas	**3.687**	2.893	**4.722**	4.916
	3.930	3.224	**5.067**	5.807

A movimentação da provisão para contingência nos exercícios de 2019 e 2020 é demonstrada como segue:

	Controladora Tribu-tárias	Cíveis	Traba-lhistas	Total	Consolidado Tribu-tárias	Cíveis	Traba-lhistas	Total
Em 31 de dezembro de 2018 (Não auditado)	1.128	15	2.249	3.392	1.176	15	3.501	4.692
Adições		1	2.322	2.323	64	449	3.158	3.671
Utilizações e Baixas	(807)	(6)	(1.678)	(2.491)	(807)	(6)	(1.743)	(2.556)
Em 31 de dezembro de 2019	321	10	2.893	3.224	433	458	4.916	5.807
Adições	**227**	**14**	**2.323**	**2.564**	**1.111**	**14**	**3.131**	**4.256**
Utilizações e Baixas	**(311)**	**(18)**	**(1.529)**	**(1.859)**	**(1.205)**	**(466)**	**(3.325)**	**(4.997)**
Em 31 de dezembro de 2020	**237**	**6**	**3.687**	**3.929**	**339**	**6**	**4.722**	**5.066**

As principais causas trabalhistas provisionadas no consolidado estão pulverizadas e têm origem nas solicitações de horas extras, questões de FGTS e vínculo empregatício. As principais causas tributárias provisionadas no consolidado têm origem em diferenças de recolhimento de ICMS. Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo mantinha outros processos em andamento, cuja materialização, na avaliação dos consultores legais, é classificada como perda possível, no valor de R$ 20.942, para os quais a Administração, suportada pela opinião de seus consultores legais, entende não ser necessária a constituição de provisão.

21. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação da taxa efetiva - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social, debitada em resultado, é demonstrada como segue:

Imposto de renda e contribuição social

	Controladora 2020	2019	Consolidado 2020	2019
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	30.416	25.285	30.416	25.285
Taxa nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social - nominal	(10.341)	(8.597)	(10.341)	(8.597)
Ajuste para cálculo da alíquota efetiva				
Subvenções governamentais	13.753	8.117	13.753	8.117
Resultado de equivalência patrimonial	112	(458)	112	(458)
Diferenças permanentes	(4.456)	1.087	(4.456)	1.087
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social - efetiva	(932)	149	(932)	149
Taxa efetiva (%)	3,06%	0,59%	3,06%	0,59%
Despesa com imposto de renda e contribuição social correntes	-	(2.129)	-	(2.129)
Receita com imposto de renda e contribuição social diferidos	(932)	1.980	(932)	1.980

A Proforma Specialty S.A optou pelo regime de tributação do lucro real mensal.

b) Composição dos impostos diferidos - O IRPJ e a CSLL diferidos ativos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuras atribuíveis: (i) às diferenças temporárias, entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência; e (ii) Prejuízos fiscais incorridos, considerados recuperáveis pela administração da Companhia.

	Consolidado 2020 IRPJ	CSLL	Total	2019 IRPJ	CSLL	Total
Impostos diferidos						
Diferenças temporárias	(2.655)	(956)	(3.611)	(1.070)	(374)	(1.444)
Prejuízo fiscal	2.875	1.035	3.910	1.980	695	2.675
Total ativo diferido	220	79	299	910	321	1.231

A Companhia fundamenta o registro contábil dos seus créditos fiscais na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, elaborado anualmente nos encerramentos dos exercícios sociais. Caso se apresentem fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas serão revisadas durante o exercício social aplicável. No exercício corrente, a Proforma Specialty realizou impostos diferidos ativos no montante de R$ 932, reduzindo o ativo não circulante para R$ 299 (R$1.231 em 31 de dezembro de 2019), decorrente de prejuízo fiscal e de diferenças temporárias. A Administração da Companhia considera que não há riscos de recuperação de tais saldos, tendo em vista a projeção de lucros da Companhia.

22. Outras contas a pagar

	Controladora 2020	2019	Consolidado 2020	2019
Circulante				
Outras contas a pagar funcionários	**1.230**	1.080	**1.230**	1.080
Outras contas a pagar	**3.682**	2.333	**4.800**	2.740
	4.912	3.413	**6.030**	3.820

23. Patrimônio líquido: Capital social - O capital social integralizado é de R$199.090 em 31 de dezembro de 2020 (R$198.729 em 31 de dezembro de 2019), dividido em 58.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Segue a posição acionária referente ao capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Proforma Specialty	Posição em 31/12/2020 (Em unidades de ações) Posição Acionária Consolidada		Posição em 31/12/2019 (Em unidades de ações) Posição Acionária Consolidada	
Acionista	Ações Ordinárias Quantidade	Ações Ordinárias %	Ações Ordinárias Quantidade	Ações Ordinárias %
Cannes RJ Participações S.A.	**58.000.000**	**100%**	58.000.000	100%
Total	**58.000.000**	**100%**	58.000.000	100%

Reserva Legal - Como forma de assegurar a integridade do capital social, a Lei 6.404/76, artigo 193, determina que as companhias devem constituir uma "reserva legal" que corresponda a 5% do valor do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. A Companhia realizou a constituição da reserva legal no valor de R$ 1.474. Reserva de incentivos fiscais - Conforme parágrafo 4º do artigo 30 da Lei 12.973/14, aditada após a promulgação da Lei Complementar 160/2017 em 07 de agosto de 2017, os incentivos fiscais concedidos pelos Estados ou pelo Distrito Federal passaram a ser considerados subvenções para investimentos, deduzíveis para o cálculo de imposto de renda e contribuição social. Deste modo, a Companhia registrou um saldo de R$ 28.010 referente à reserva de incentivos fiscais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Dividendos - Estatuto social determina um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei 6.404/76, mas em virtude da destinação do resultado do exercício social para constituição da reserva legal e de incentivos fiscais não houve proposição de distribuição de dividendos.

24. Receita operacional

	Controladora 2020	2019	Consolidado 2020	2019
Receita operacional bruta				
Venda de produtos	**1.362.207**	1.192.883	**1.362.207**	1.192.883
Impostos e outras deduções	**(162.617)**	(143.454)	**(162.617)**	(143.454)
Receita operacional líquida	**1.199.590**	1.049.429	**1.199.590**	1.049.429

25. Custo dos produtos e serviços vendidos

	Controladora 2020	2019	Consolidado 2020	2019
Custos bonificação / ressarcimento (verbas)	**43.204**	15.703	**43.204**	15.703
Custos medicamentos	**(1.114.216)**	(958.686)	**(1.114.216)**	(958.686)
Custos perda esperada com acordos comerciais	**(388)**	1.667	**(388)**	1.667
Custos perfumaria e consumo	**(8.119)**	(3.998)	**(8.119)**	(3.998)
Outros custos	**1.075**	(599)	**1.075**	(599)
Custo dos produtos e serviços vendidos	**(1.078.444)**	(945.913)	**(1.078.444)**	(945.913)

26. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco: A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não operam instrumentos de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado, estimativas e metodologias apropriadas. Entretanto, foram aplicados julgamentos e interpretações para produzir o valor de realização mais adequado. Os mesmos estimados a partir desta metodologia, dados e pressupostos podem ser realizados no mercado. A Administração e acompanhamento destes instrumentos são realizados através de monitoramento sistemático, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. **26.1. Valor justo versus valor contábil -** A Administração entende que ativos e passivos financeiros não demonstrados nesta nota estão com o valor contábil com uma apresentação razoável do valor justo. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Controladora 2020 Valor contábil	Valor justo	2019 Valor contábil	Valor justo	Nível
Ativos mensurados pelo valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa	**7.930**	**7.930**	6.747	6.747	2
Ativos mensurados pelo custo amortizado					
Contas a receber	**216.938**	**216.938**	205.615	205.615	2
Passivos mensurados pelo custo amortizado					
Empréstimos	**41.181**	**41.181**	1.406	1.406	2
Fornecedores	**187.342**	**187.342**	168.457	168.457	2
Partes relacionadas	**-**	**-**	17.182	17.182	2

	Consolidado 2020 Valor contábil	Valor justo	2019 Valor contábil	Valor justo	Nível
Ativos mensurados pelo valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa	**7.930**	**7.930**	6.749	6.749	2
Ativos mensurados pelo custo amortizado					
Contas a receber	**216.938**	**216.938**	205.615	205.615	2
Partes relacionadas	**24.691**	**24.691**	17.182	17.182	2
Passivos mensurados pelo custo amortizado					
Empréstimos	**41.181**	**41.181**	1.406	1.406	2
Fornecedores	**187.344**	**187.344**	168.464	168.464	2

As tabelas acima apresentam ainda a hierarquia do valor justo de acordo com o método de avaliação utilizado pela Companhia. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo. • Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado. • Nível 3: Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado. **26.2. Valorização dos instrumentos financeiros - Valor Justo -** a) Aplicações financeiras - Classificadas como ativos financeiros, mensuradas ao seu valor justo através do resultado. As taxas de juros que remuneram os equivalentes de caixa da Companhia, no encerramento do exercício, se aproximam das taxas de mercado para operações de natureza, prazo e risco semelhantes, de forma que, os saldos contábeis dos equivalentes de caixa são similares aos de mercado. b) Empréstimos - Os empréstimos contratados em moeda nacional são classificados como passivos financeiros reconhecidos através do custo amortizado. As variações entre as taxas de juros de empréstimos contratados e as taxas de mercado para instrumentos de natureza, prazo e riscos semelhantes fazem com que o valor contábil dos empréstimos seja diferente do seu valor de mercado. Os empréstimos em moeda estrangeira são classificados como passivos financeiros e reconhecidos pelo valor justo de mercado, utilizando as metodologias Hedge Accounting e Fair Value Option. **26.3. Gerenciamento de risco -** a) Risco de crédito - As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão sob rigorosas diretrizes de crédito da Administração, que consiste no constante monitoramento dos saldos e operações dos clientes, considerando a pontualidade de pagamento e pulverização de risco, buscando minimizar eventuais prejuízos decorrentes da inadimplência. A Companhia registrou provisão para perdas estimadas, cujo saldo em 31 de dezembro de 2020 no consolidado é R$ 4.803 em 31 de dezembro de 2019), para cobrir possíveis riscos de crédito, conforme descrito na nota explicativa nº 8.

	Nota	Controladora 2020	2019	Consolidado 2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	7	**7.930**	6.747	**7.932**	6.749
Contas a receber	8	**221.280**	210.418	**221.280**	210.423
Provisão para perdas estimadas	8	**(4.342)**	(4.803)	**(4.342)**	(4.803)
Outros ativos	11	**24.284**	10.313	**24.284**	10.313
		249.152	222.675	**249.154**	222.682

b) Risco de liquidez - A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. A Administração julga que a Companhia apresenta um adequado balanceamento entre os vencimentos de seus ativos e passivos, além de uma geração de caixa, no conceito EBITDA, satisfatória.

Segue posição dos passivos financeiros por vencimento:

31 de dezembro de 2020	Valor Contábil	Controladora Fluxo de Caixa Contratual	06 meses ou menos	06 a 12 meses	01 a 02 anos	02 a 05 anos
Passivos financeiros não derivativos:						
Empréstimos	**41.181**	**-**	**16.509**	**16.509**	**7.888**	**276**
Fornecedores	**187.342**	**-**	**187.342**	**-**	**-**	**-**

31 de dezembro de 2019	Valor Contábil	Controladora Fluxo de Caixa Contratual	06 meses ou menos	06 a 12 meses	01 a 02 anos	02 a 05 anos
Passivos financeiros não derivativos:						
Empréstimos	276	-	-	-	-	276
Fornecedores	168.457	-	168.457	-	-	-

31 de dezembro de 2020	Valor Contábil	Consolidado Fluxo de Caixa Contratual	06 meses ou menos	06 a 12 meses	01 a 02 anos	02 a 05 anos
Passivos financeiros não derivativos:						
Empréstimos	**41.181**	**-**	**16.509**	**16.509**	**7.888**	**276**
Fornecedores	**187.342**	**-**	**187.342**	**-**	**-**	**-**

31 de dezembro de 2019	Valor Contábil	Consolidado Fluxo de Caixa Contratual	06 meses ou menos	06 a 12 meses	01 a 02 anos	02 a 05 anos
Passivos financeiros não derivativos:						
Empréstimos	276	-	-	-	-	276
Fornecedores	168.464	-	168.464	-	-	-

c) Risco de mercado - *Risco da taxa de juros* - Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, como também sobre as receitas financeiras, oriundas de suas aplicações financeiras. Este risco surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes do CDI. A Companhia tem como indexador financeiro de suas operações a variação do CDI. A Companhia considera o risco de variações da taxa CDI como fator de risco de mercado relevante. Segue abaixo quadro considerando o impacto negativo no resultado, antes dos impostos, gerado pela dívida indexada ao CDI em aberto em 31 de dezembro de 2020:

Operação	Base de Cálculo	Cenário I Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Aplicações indexadas ao CDI	6.723	6.723	6.422	6.523
Despesa de juros sobre dívida líquida indexadas em CDI	6.723	6.723	6.422	6.523
Taxa anual realizada do CDI em 2019		5,96%	4,47%	2,98%

Operação	Base de Cálculo	Cenário I Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Aplicações indexadas ao CDI	5.357	5.357	5.247	5.283
Empréstimos indexados ao CDI	41.181	41.181	51.476	61.772
Despesa de juros sobre dívida líquida indexadas em CDI	46.538	46.538	56.723	67.055
Taxa anual realizada do CDI em 2020		2,75%	2,06%	1,38%

Operação	Base de Cálculo	Cenário I Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Aplicações indexadas ao CDI	6.725	6.725	6.424	6.525
Despesa de juros sobre dívida líquida indexadas em CDI	6.725	6.725	6.424	6.525
Taxa anual realizada do CDI em 2019		5,96%	4,47%	2,98%

Operação	Base de Cálculo	Cenário I Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Aplicações indexadas ao CDI	5.357	5.357	5.247	5.283
Empréstimos indexados ao CDI	41.181	41.181	51.476	61.772
Despesa de juros sobre dívida líquida indexadas em CDI	46.538	46.538	56.723	67.055
Taxa anual realizada do CDI em 2020		2,75%	2,06%	1,38%

d) Risco de Taxa de câmbio - Tanto em 2020 quanto em 2019 a Companhia não praticou qualquer modalidade em moeda estrangeira visto a volatilidade da moeda dólar no período e quilto tal divida junto a instituição financeira citada. e) Risco de capital - O Grupo gerencia seu capital com o intuito de garantir que suas empresas continuem operando de forma a proporcionar o máximo de retorno aos seus acionistas por meio da otimização de sua estrutura de capital. A estrutura de capital do Grupo consiste na captação de recursos por meio de novos empréstimos (Nota 18), caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, pagamentos de dividendos, reservas e lucros acumulados.

27. Despesas

	Controladora 2020	2019	Consolidado 2020	2019
Despesas com pessoal	**(43.493)**	(42.792)	**(43.493)**	(42.792)
Despesas com logísticas	**(16.287)**	(12.698)	**(16.287)**	(12.698)
Despesas com serviços de terceiros	**(10.868)**	(9.740)	**(10.868)**	(9.740)
Despesas com amortização e depreciação	**(3.825)**	(3.456)	**(3.825)**	(3.456)
Despesas com materiais	**(3.609)**	(2.779)	**(3.609)**	(2.779)
Despesas com seguros	**(1.552)**	(983)	**(1.552)**	(983)
Despesas com propaganda e publicidade	**(223)**	(1.216)	**(223)**	(1.216)
Outras despesas	**(6.257)**	(4.556)	**(6.305)**	(4.656)
	(86.114)	(78.220)	**(86.162)**	(78.320)
Despesas gerais e administrativas	**(61.830)**	(55.674)	**(61.878)**	(55.774)
Despesas com vendas e logística	**(24.285)**	(22.546)	**(24.285)**	(22.546)
	(86.115)	(78.220)	**(86.163)**	(78.320)

28. Cobertura de seguros: A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Itens cobertos	Tipo de cobertura	Limite máximo de indenização
Instalações, equipamentos e estoques	Incêncio / Raio / Explosão	325.214
Lucros cessantes (despesas fixas, perda de lucro líquido)	Lucros cessantes	112.500
		437.714

Não está incluída no escopo dos trabalhos de nossos auditores a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto à adequação pela Administração da Companhia.

29. Avais, fianças e garantias: O Grupo possui em 31 de dezembro de 2020, seguro garantia junto a Austral Seguradora, e Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A. no montante de R$ 31.595, relacionados a autos de execução fiscal e processos de natureza trabalhista visando a garantia do juízo.

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA
Diretor-Presidente - **VILSON SCHVARTZMAN**
Vice-Presidente Financeira - **CRISTINA PROCOPIO GOMES DE SOUZA**
Contadora - **HEBERLET GIBIM LEOTERIO** - CRC-1SP 233311/O-4

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS. PROCESSO Nº 0052970-70.2020.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 37ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Sergio da Costa Leite, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **AARON COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA-ME**, CNPJ 28.473.178/0001-67, que por este Juízo, nesta data, nos autos de uma ação de Cumprimento de Sentença **Regina Borges de Moraes**. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO** por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo de presente edital, pague a quantia de R$ 12.854,13 (Novembro/2020), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 18 de abril de 2021.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1073904-08.2015.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 37ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Livia Martins Trindade, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Mohamad Iljazi que Banco Bradesco S/A, ajuizou uma ação de Execução de Título Extrajudicial, para cobrança de R$ 149.176,10 (junho/2020), referente ao saldo devedor da Cédula de Crédito Bancário Empréstimo Pessoal nº 263.502.049. Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 03 dias, pague o débito atualizado ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 06 parcelas mensais, atualizadas, prazos estes que começarão a fluir após os 20 dias supra, sob pena de, fazendo, ser convertido em penhora o bloqueio efetuado sobre os valores de R$ 494,29 e R$ 71,80, presumindo-se aceitos os fatos, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC). Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. B 29 e 30/04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1105930-93.2014.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 32ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). FABIO DE SOUZA PIMENTA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) a Marcelo Rizzo Miniscla, CPF 119.417.618-60, que Romildo Ribeiro Soares, ajuizou uma Ação de Obrigação de Fazer com Pedido de Tutela Antecipada Inibitória, pelo Procedimento Comum, tendo como corréu Yahoo Internet do Brasil Ltda, objetivando que os réus (provedor de conteúdo e idealizador do Blog) retirem/removam o conteúdo ofensivo desta página virtual, bem como forneçam ao autor os dados cadastrais e de conexão do criador do malfadado blog, com vistas à posterior responsabilização civil e criminal, condenando os réus ao pagamento de custas, honorários e demais cominações. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, conteste, sob pena de ser considerado revel, ocasião que será nomeado curador especial (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (Art. 344 do NCPC). Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 08.04.2021. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. B 29 e 30/04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1035620-72.2017.8.26.0008 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VI - Penha de França, Estado de São Paulo, Dr(a). Álvaro Luiz Valery Mirra, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ENTREGADORA NOVO MUNDO LTDA, CNPJ 07.595.278/0001-06, na pessoa de seu representante legal, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S/A, convertida da ação de Busca e Apreensão do veículo caminhão marca Mercedes Benz 710, diesel, 2000/2000, cor vermelha, ano de fabricação/modelo 2000/2000, chassi 9BM638156YB244038, renavam 743828097, placa CXA8868, objetivando o recebimento da importância de R$ 68.888,00 (dez/2019). Encontrandose a executada em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo 3(três) dias, efetue(em) o pagamento do valor reclamado, sob pena de penhora, fixando honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito atualizado, advertidos os executados, de que em caso de pagamento do valor reclamado no prazo de 3 (três) dias, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, ficando advertido(s), ainda, que poderão(ão), dentro do prazo de 15 (quinze) dias, embargar a execução ou reconhecendo o crédito do exeqüente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários de advogado, requerer(em) seja(m) admitido(s) a pagar o rest

BMPI

Relatório da Administração

Sobre a BMPI Infra: A BMPI Infra é uma *holding* de investimentos e participações de capital proprietário, focada no setor de infraestrutura. Fundada em 2013, a Companhia participa dos segmentos de saneamento, resíduos, iluminação pública, energia, transportes, infraestrutura social e *real estate*. A BMPI Infra possui uma estratégia de investimentos focada na criação de valor para os seus acionistas no longo prazo, através de uma gestão ativa de seus investimentos. **Contexto Setorial e de Atuação:** A organização da BMPI Infra está baseada na especialização e individualização em seus setores prioritários da infraestrutura, através de empresas holdings específicas. **Organização da BMPI Infra**

Neste sentido, a organização da BMPI Infra compreende **Saneamento:** A BMPI Infra, através da Sano Saneamento e Participações S.A. (Sano), busca oportunidades de investimento e gestão em companhias de saneamento por meio de concessões plenas ou parciais e parcerias público privadas (PPPs). A BMPI Infra detém atualmente 100,00% de participação na Sano, sendo a seu veículo de investimentos para projetos no segmento de Saneamento. Por meio da Sano, a BMPI Infra desenvolve atividades de gerenciamento de concessões públicas de saneamento em todo processo do ciclo integral da água - captação, tratamento e abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, além de desenvolver projetos e prestar consultorias diversas na área. A Companhia detém participação de 50,00% na SGA - Sistemas de Gestão Ambiental S.A. (SGA) que, por sua vez, administra concessões municipais, em Jaú (SP) e Votuporanga (SP). **Resíduos:** A BMPI Infra, através da Ambientis Soluções Ambientais S.A. (Ambientis), busca oportunidades de investimento e administração de projetos estruturados de drenagem fluvial, tratamento, valorização e aproveitamento energético de resíduos, sempre com o compromisso de preservar o meio ambiente, num quadro de sustentabilidade econômica e social. A BMPI Infra detém atualmente 100,00% de participação na Ambientis, sendo o seu veículo de investimento para projetos no segmento de resíduos. Por meio da Ambientis, a BMPI Infra atua em projetos de implantação e operação de aterros sanitários, tratamento e aproveitamento energético de resíduos, e energia pelerocal de expansão no setor através de novos tecnologias, projetos estruturados, aquisições e parcerias estratégicas. A Ambientis possui atualmente participações de 49,00% na Viasolo Engenharia Ambiental S.A., 33,33% na Essencis Mg Soluções Ambientais S.A., 27,50% na ENTR - Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A.; e 33,50% na NGP Nova Geração Participações S.A. **Iluminação Pública:** A BMPI Infra atua diretamente na prospecção de novas oportunidades de PPPs de Iluminação Pública no país. A BMPI Infra detém atualmente 100,00% de participação da Brasil IP S.A., sendo este o seu veículo de investimento para novos projetos no segmento de Iluminação Pública. Possui participação de 39,00% na BH Iluminação Pública S.A., concessionária de Iluminação Pública de Belo Horizonte, destinada a modernizar, eficientizar, manter e operar mais de 180 mil pontos de iluminação do município, sendo seu acionista-líder. Em adição à participação da BMPI Infra, o Grupo Barbosa Mello detém outros 9% de participação na BHIP, totalizando, portanto, 48% de participação acionária consolidada. A empresa representa um importante papel no setor de Iluminação Pública, já que Belo Horizonte é a primeira metrópole brasileira a alcançar 100% de iluminação eficiente no país, se constituindo também em uma das referências mundiais neste setor. **Energia:** Com experiência em setores complexos e regulados, a BMPI Infra busca oportunidades no setor de energia por meio de desenvolvimento, implementação e gestão de fontes alternativas de geração, e tem como estratégia a criação de uma plataforma de investimentos através do desenvolvimento de novos projetos de geração. A BMPI Infra detém atualmente participação direta de 41,00% na Companhia Energética Chapecó S.A., constituída no ano de 2000 para a implantação e operação da Usina Hidrelétrica Quebra Queixo, localizada no rio Chapecó (SC) e cuja capacidade instalada é de 121,50MW. O ano de 2020 foi marcado pela estreia da empresa no setor de Geração Térmica com a Térmica Barbosa Mello, e na Evolua Energia Participações S.A. (Evolua). A BMPI Infra detém atualmente participação direta de 35,45% na Evolua. **Transporte:** O Grupo Barbosa Mello foi um dos pioneiros no setor de concessão de rodovias no país, tendo participado do controle acionário das Intervias (Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S/A). No presente, analisa ativamente novos projetos de concessões rodoviárias. Além do setor de Rodovias, a BMPI Infra estuda oportunidades de investimento nos setores de Portos, Aeroportos e Mobilidade Urbana. **Mineração:** Em função do grande conhecimento do Grupo Barbosa Mello em Mineração, a BMPI tem avaliado oportunidades através dinicialmente no setor de desenvolvimento e concessão de áreas para exploração mineral. Além das seguintes segmentos de negócios não regulados, de natureza privada, e com perspectivas de sólida geração de valor no longo prazo. A BMPI Infra possui investimentos em *real estate* através de participação direta de 4,80% e indireta de 10,30% na Cidade Administrativa Urbano S.A., que tem como atividade a administração, incorporação, construção e comercialização de empreendimento imobiliário de aproximadamente 27 milhões de m², localizados nos municípios de Belo Horizonte e Itabirito, em uma área da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). **Mensagem da Administração:** Em 2020, a BMPI Infra evoluiu em sua estratégia de consolidação como agente relevante do setor de infraestrutura no país. O ano foi marcado pela entrada em operação comercial da Térmica Pública e a entrada da empresa no segmento de Geração Distribuída. Para o ano de 2021, a BMPI Infra seguirá com sua estratégia de longo prazo, buscando novos oportunidades nos setores em que atua. Nossos esforços estarão direcionados ao setor de desenvolvimento e concessão de áreas para exploração mineral, ao setores de Iluminação Pública, Saneamento (referendado pela Lei 14.026/2020, que instituiu o novo marco regulatório setorial) e Energia Renovável. Pautados pelos mais rígidos padrões éticos e pela disciplina de capital, esperamos incorporar valor ao portfólio ativos.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros – Reserva legal	Reserva de lucros – Retenção de lucros	Adiantamento para futuro aumento de capital	Resultado de exercício	Total	Não controladores	Total
Saldos em 31/12/2018 (Reapresentado)		**2.701**	**122.340**	**548**	**31.827**	**54.645**	-	**212.153**	-	**212.153**
Adiantamento para futuro aumento de capital	17.4	-	-	-	-	1.229	-	1.229	-	1.229
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	13.787	13.787	-	13.787
Destinação do lucro líquido do exercício:										
Distribuição de dividendos	17.5	-	-	-	(9.848)	-	-	(9.848)	-	(9.848)
Reserva de lucros		-	-	-	13.787	-	(13.787)	-	-	-
Saldos em 31/12/2019		**2.701**	**122.340**	**548**	**35.866**	**55.874**	-	**217.321**	-	**217.321**
Aumento de capital	17.4	50.180	-	-	-	(50.180)	-	-	1.000	1.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	17.4	-	-	-	-	599	-	599	-	599
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	20.757	20.757	(169)	20.588
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-	-	113	113
Destinação do lucro líquido do exercício:										
Constituição de reserva legal	17.3	-	-	-	1.038	-	(1.038)	-	-	-
Distribuição de dividendos	17.5	-	-	-	-	(2.413)	-	(2.413)	-	(2.413)
Reserva de lucros		-	-	-	-	19.719	(19.719)	-	-	-
Saldos em 31/12/2020		**52.881**	**122.340**	**1.578**	**53.173**	**23.599**	-	**236.264**	**944**	**237.208**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A BMPI Infra S.A. é uma *holding* de investimentos e participações focada no setor de infraestrutura, situada na Rua Renato de Pan, 750 - conjunto 101 - Barro Itam Bibi - São Paulo - SP. Com início de suas operações em maio de 2013, a Companhia, através de suas investidas, participa dos setores de iluminação pública, saneamento, resíduos, transportes, energia, infraestrutura social e *real estate*. **1.1. COVID-19:** Em meados de março de 2020, iniciando-se as restrições de mobilidade humana preventiva aos impactos relacionados à pandemia decorrente do vírus COVID-19, recomendada pela Organização Mundial de Saúde e determinada pelas autoridades brasileiras, o cenário nacional e mundial para os negócios da Companhia apresentou grandes mudanças. A Companhia está trabalhando ativamente nas medidas de prevenção para auxiliar no combate da disseminação do Coronavirus (CO-VID-19), reforçando as condutas de higiene, propagando informações sobre o tema e nos casos de contaminação interno e seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), cancelando eventos internos e viagens, adotando meios eficientes de comunicação, dentre outras iniciativas. Em razão do exposto acima, os índices de contágio se mantiveram baixos, proporcionando a saúdes e as vidas dos nossos colaboradores e o impacto no desempenho operacional foram reduzido. Até o presente momento a Administração da Companhia não identificou impactos significativos decorrentes da COVID-19 em suas operações. **2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e principais práticas contábeis adotadas: 2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31/12/2020 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26/04/2021. **2.1.1. Base de consolidação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis consolidadas, para o exercício findo em 31/12/2020 e 2019, incluem as demonstrações contábeis das investidas.

Investidas	% de participação 2020	% de participação 2019
Sano Saneamento e Participações S.A.	100%	100%
Ambientis Soluções Ambientais S.A.	100%	100%
Brasil IP Iluminação Pública S.A.	100%	100%
Ibirité Iluminação Pública S.A.	66,67%	-

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta, a data na qual a controladora obtém controle, e continuará a ser consolidada até a data em que esse controle deixe de existir e/ou ocorre sua incorporação. As demonstrações contábeis consolidadas de 2020 foram preparadas de acordo com a mesma política de divulgação das demonstrações contábeis individuais, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundas de transações entre empresas do grupo, são eliminados por completo. Uma mudança na participação sobre a controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, na patrimônio líquido. O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo. **2.1.2. Moeda funcional e de apresentação:** O resultado e a posição financeira expressos em milhares de reais, sua moeda funcional e moeda de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **2.1.3. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceções a instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.1.4. Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As elaboração das demonstrações contábeis envolve a preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração quanto ao grau adequado a ser representado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a análise dos demais riscos para determinação de provisões, incluíssas para contingências. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **2.2. Principais políticas contábeis adotadas:** As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **a) Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas são reconhecidas quando o valor pode ser mensurado de forma confiável e é provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Companhia e quando critérios específicos forem atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrito a seguir. Os valores das receitas não são reconhecidos quando existem incertezas significativas em relação à realização do valor justo, atender a compromissos de longo prazo ou não pode ser prontamente conversível em caixa. A Companhia possui participações societárias em entidades listadas, mantidas para fins de investimento, de longo prazo, avaliadas pelo valor justo. O valor justo dessas participações societárias é determinado com base em seu valor justo, conforme estabelecido pelo contrato de concessão. A prestação de serviços de manutenção e modernização é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, como contraprestação de receitas. As receitas da Companhia, reconhecidas como receita operacional líquida, são **Receita de construção.** Refere-se aos serviços de modernização, ampliação, desenvolvimento e eficientização prestados pela Companhia à Ibirité/MG. O reconhecimento e contabilização das receitas de construção ocorre à medida que os custos são incorridos em aplicação da margem prevista no plano de negócios da Companhia. **Receita de operação e manutenção:** Refere-se aos serviços de operação e manutenção, visando a ações contínuas nas instalações e às unidades de iluminação pública de Ibirité/MG. A receita de operação e manutenção é apurada pela aplicação do percentual, previsto no plano de negócios, sobre o valor da contraprestação mensal. Sua mensuração ocorre de acordo com as respectivas medições do contrato de concessão e a medida que a Companhia obtém os seus benefícios econômicos. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou para outras finalidades. A Companhia considera equivalentes de caixa aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, normalmente, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, resgatáveis até 90 (noventa) dias, a contar da data da contratação. **d) Títulos e valores mobiliários:** Títulos e valores mobiliários atrangem as seguintes classificações: títulos para negociação, vencimento original e de três meses ou mais, a partir da data da contratação, sujeitos a um risco significante de alteração no valor justo, atender a compromissos de longo prazo ou não pode ser prontamente conversível em caixa. A Companhia possui participações societárias em entidades listadas, mantidas para fins de investimento, de longo prazo, avaliadas pelo valor justo. O valor justo dessas participações societárias é determinado com base em seu valor justo, conforme estabelecido pelo contrato de concessão. A prestação de serviços de manutenção e modernização é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, como contraprestação de receitas. As receitas da Companhia, reconhecidas como receita operacional líquida, são **Receita de construção.** Refere-se aos serviços de modernização, ampliação, desenvolvimento e eficientização prestados pela Companhia à Ibirité/MG. O reconhecimento e contabilização das receitas de construção ocorre à medida que os custos são incorridos em aplicação da margem prevista no plano de negócios da Companhia. **Receita de operação e manutenção:** Refere-se aos serviços de operação e manutenção, visando a ações contínuas nas instalações e às unidades de iluminação pública de Ibirité/MG. A receita de operação e manutenção é apurada pela aplicação do percentual, previsto no plano de negócios, sobre o valor da contraprestação mensal. Sua mensuração ocorre de acordo com as respectivas medições do contrato de concessão e a medida que a Companhia obtém os seus benefícios econômicos. **d

Jornal O DIA SP

SEXTA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 2021

continuação

Ano de vencimento	Controladora 2020	Consolidado 2020	Controladora e Consolidado 2019
2021	-	-	3.313
2022	9.298	10.713	8.931
2023	18.596	19.914	17.864
2024	-	3.058	-
Total	27.874	33.685	30.108

14. Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fornecedores	75	169	1.186	171
Total	75	169	1.186	171
	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Faixa de vencimento				
A vencer em até 30 dias	75	169	742	171
A vencer entre 31 e 60 dias			216	
A vencer entre 61 e 90 dias			230	
Total	75	169	1.186	171

15. Obrigações trabalhistas	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Salários/Retiros/Pró-labore/pensão alimentícia	182	152	196	177
Contribuição previdenciária	53	54	55	54
Provisão férias	169	170	180	170
Obrigações e encargos	-	-	7	5
Total	404	376	438	406

16. Obrigações tributárias	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
PIS	18	2	42	3
Cofins	84	9	206	12
ISS sobre faturamento	10	8	43	10
Impostos e contribuições retidos na fonte	115	117	129	117
Outros	-	-	-	1
Total	228	136	422	148
Passivo circulante	228	136	422	148
Passivo não circulante	-	-	-	-

17. Patrimônio líquido. 17.1. Capital social: O capital social totalmente integralizado em 31/12/2020 é R$ 52.881, dividido em 30.619.921 ações, sendo 16.132.776 ações ordinárias, 227.625 ações preferenciais classe "A" e 14.259.520 ações preferenciais classe B. Em 2019 eram de R$ 2.761, dividido em 2.782.811 ações, sendo 2.561.186 ações ordinárias, 222.625 ações preferenciais classe "A".

	2020	2019
Ações ordinárias	10.112.276	2.561.186
Ações preferenciais Classe A	222.625	222.625
Ações preferenciais Classe B	14.476.020	-
Total	30.810.921	2.783.811
Valor do capital social	MR$ 52.881	MR$ 2.761

17.2. Reserva de capital: Sob essa rubrica encontram-se apropriadas os valores integralizados pelos acionistas que ultrapassaram a parte do preço de emissão das ações nominativas ordinárias e preferenciais, conforme determinação da legislação societária. No ano de 2020 e 2019 não ocorreu movimentação no saldo da reserva. **17.3. Reserva legal:** No ano de 2020, foi constituída a reserva legal no montante de R$ 1.038. Em 2019 a Companhia não constituiu reserva legal adicional, por ter alcançado em 2018 o percentual de 5% do lucro líquido do exercício, conforme previsão no artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e do § 1º do artigo 4 do Estatuto Social. **17.4. Adiantamento para futuro aumento de capital:** Sob essa rubrica encontram-se apropriados aportes de recursos efetuados pelos acionistas e destinados a futuro aumento de capital. Em 2020, ocorreram novos aportes de R$ 2.036, devolução a acionistas referentes da Companhia R$ 1.437 e integralização em capital no total de R$ 50.180. O saldo de R$ 2.961 será integralizado nos próximos exercícios. Em 2019, o saldo era de R$ 55.874. **17.5. Distribuição de lucros:** A distribuição de lucros segue o previsto no estatuto social da Companhia, exceto quando deliberado de forma diversa pela assembleia geral, o qual contém as destinações: • 5% para reserva legal, limitado a 20% do capital social. • 25% a título de dividendos mínimos obrigatórios. Em 2020, foram distribuídos dividendos no montante de R$ 2.413, referente a dividendos fixos das ações preferenciais classe "A". Em 2019, foram distribuídos dividendos no montante de R$ 9.848, sendo R$ 2.413 a título de dividendos fixos das ações preferenciais classe "A" e R$ 7.435 relativo a dividendos deliberado pelos acionistas.

18. Receita operacional líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Serviços prestados	2.611	1.978	3.135	2.640
Receita do arrendamento da concessão	-	-	1.402	-
(-) Deduções da receita	(163)	(292)	(507)	(168)
Receita líquida total	2.448	1.686	3.940	2.082

19. Natureza dos custos e despesas administrativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Mão de obra e encargos	(4.425)	(4.736)	(4.852)	(4.259)
Equipamentos	(20)	(16)	(89)	(17)
Materiais	(3)	(11)	(762)	(30)
Serviços	(375)	(259)	(1.289)	(352)
Outros	(344)	(386)	(465)	(413)
Amortização - Direito de uso	-	-	(16)	-
Depreciação e amortização	(72)	(72)	(107)	(72)
Total de custos e despesas	(5.412)	(5.447)	(7.252)	(5.535)
Classificadas como:				
Custo dos serviços prestados	(388)	(723)	(1.702)	(725)
Despesas administrativas e gerais	(5.025)	(4.724)	(5.821)	(4.810)
Total de custos e despesas	(5.412)	(5.447)	(7.523)	(5.535)

20. Resultado financeiro líquido

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras				
Dividendos de ações (a)	2.236	5.929	2.236	5.929
Aplicação financeira	146	151	204	172
Ganho em mercado de renda variável	1.927	-	1.927	-
Ajuste Instrumentos financeiros	2.135	-	2.135	-
JSCP	44	-	44	-
Outras	2	3	2	77
Total das receitas financeiras	6.490	6.083	6.548	6.178
Despesas financeiras				
Taxa, comissões e fianças	(31)	(110)	(33)	(112)
Juros de empréstimos	(1.397)	(2.204)	(1.449)	(2.208)
Juros de financiamentos arrendatários	-	(1.117)	-	(1.118)
AVJ - Instrumentos financeiros	(70)	-	(70)	-
Juros direito de uso - CPC 06	-	-	(3)	-

BMPT IMPREZA S.A. - CNPJ nº 24.416.909/0001-93

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Outras despesas financeiras	(1.565)	(3.431)	(1.568)	(3.438)
Total das despesas financeiras	(1.565)	(3.431)	(1.568)	(3.438)
Resultado financeiro líquido	4.925	2.652	4.980	2.740

A Companhia é usufrutuária de ações que foram objeto de venda com cláusula de benefício de todos os rendimentos realizados na vigência do presente usufruto. Nos exercícios de 2020 e 2019, foram creditados dividendos sobre as ações usufruídas no valor de R$ 2.109 e R$ 5.929, respectivamente. **21. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridos pelo regime de competência. A seguir, a reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social apurados em 31/12/2020 e 2019.

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
	28.621	8.984		
Alíquota IRCS nominal %	34%	34%		
Imposto de renda e contribuição social nominal	(7.011)	(3.054)		
Resultado de equivalência patrimonial	(6.660)	(3.409)		
Dividendos de ações	(760)	(2.016)		
AVJ Instrumentos financeiros	(702)	-		
Outras adições permanentes	134	-		
Pequeia fiscal de exercício para o qual não foi constituído ativo fiscal diferido	899	2.476		
Compensação de prejuízos fiscais de períodos anteriores	-	(37)		
Reconhecimento de prejuízos fiscais acumulados anteriormente não reconhecidos (i)	29	(4.886)		
Participação de não controladores	-	-		
Outros	(10)	(3)		
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(80)	(4.822)		
Alíquota IRCS efetiva %	4	63		
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(4.886)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(80)	-		

(i) A origem dos créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social diferidos é de pequeia fiscal e base negativa da contribuição social. A seguir, a movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício:

	Consolidado			
	Saldo líquido em 1º janeiro	Reconhecimento no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
2020				
Pequia fiscal e saldo negativo da contribuição social a compensar (i)	4.886	85	4.791	4.971	1
Adições temporárias	-	(4.971)	(4.971)	-	(1)
	4.886	(84)	(4.791)	4.971	-
2019					
Pequia fiscal e saldo negativo da contribuição social	-	4.886	4.886	4.886	-
Adições temporárias	-	-	-	-	-
	4.886	4.886	4.886	4.886	-

Miguel Luiz Murad Noronha - Diretor de Investimentos

Fabiny Vasconcelos Botelho - Contador CRC MG-84.315/O-8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **BMPT Infra S.A.** - São Paulo - SP.

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da BMPT Infra S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BMPT Infra S.A. em 31/12/2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e relatório do auditor.** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria, ou de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar o fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nessas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de burla de controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para elaborarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais ser capaz de manter sua continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 26 de Abril de 2021.

Grant Thornton Auditores Independentes - CRC 2SP-025.583/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes

Nova Piramidal Thermoplastics S.A.

NIRE 35.300.49976-0 - CNPJ nº 09.220.921/0001-34

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora, Local: 29.04.2021, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1266, conjunto 46, Vila Olímpia, CEP 04547-005. **Presença**: Acionistas representando a totalidade do capital social. **Deliberações Aprovadas**: Redução do capital social, por encontrar-se excessivo em relação ao objeto social (Artigo 173, parte final, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), passando de R$ 72.388.296,00 para R$ 55.793.271,75, uma redução, portanto, de R$ 16.595.024,25, mediante o cancelamento de 2.361.284 ações. As ações canceladas são todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal, na proporção do número total de ações ordinárias detidas por cada um dos acionistas na presente data, e os pagamentos aos acionistas será efetuada mediante dação em pagamento da totalidade da participação societária detida pela Companhia em 2 (duas) sociedades por ela controladas: (i) 2.340.000 (dois milhões, trezentas e quarenta mil) quotas detidas pela Companhia na **TRUCK PARTICIPAÇÕES LTDA.**, e (ii) 8.840.000 (oito milhões, oitocentas e quarenta mil) quotas detidas pela Companhia na **WARE PARTICIPAÇÕES LTDA**. As transferências são realizadas a valor contábil nos termos do balancete levantado em 31/03/2021. Eventual variação entre o valor dos bens dados em pagamento e o valor da redução de capital na data da efetivação da deliberação poderá ser complementada em moeda corrente nacional. **Encerramento**: Nada mais. São Paulo, 29.04.2021.

1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS - EDITAL de CITAÇÃO - Prazo de **20 dias**. Expedido nos autos da ação de **USUCAPIÃO**, processo nº **1022818-62.2016.8.26.0001 (U-911)**. A Doutora **ANA CLAUDIA DABUS GUIMARAES E SOUZA**, Juíza de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de São Paulo, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER a João Marcos Macieira Gonçalves Machado, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores**, que **BELLO JOSÉ RODRIGUES e HELLE NICE THOMAZ RODRIGUES** ajuizaram ação de **USUCAPIÃO**, visando a domínio do imóvel localizado na Avenida Comandante Antônio Pavia Sampaio, 609, Parque Vitória, Tucuruvi - São Paulo/SP, perfazendo a área total de 1122,00 metros quadrados e contribuinte nº 067.269.0089-9, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente **EDITAL de CITAÇÃO DOS INTERESSADOS** para que, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, a fluir após o prazo de **20 dias úteis, CONTESTEM** o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, ciente que será nomeado **CURADOR ESPECIAL**. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

29 e 30/04

EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Processo Digital nº: 0008237-25.2020.8.26.0001. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Estabelecimentos de Ensino. Exequente: Fundação São Paulo. Executado: FLAVIO DIAS RAMOS. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0008237-25.2020.8.26.0001. A MM. Juíza de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dra. Simone de Figueiredo Rocha Soares, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Flavio Dias Ramos (CPF. 393.732.978-53), que a ação de Cobrança, de Procedimento Comum, ajuizada por Fundação São Paulo, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo foi julgada procedente, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 28.799,37 (junho/2020), dando ensejo ao cumprimento de sentença. Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. SP, 23/04/2021.

29 e 30 / 04 / 2021

Associação Beneficente Providência Azul

CNPJ nº 60.907.680/0001-53

Demonstrações Financeiras 2020 e de 2019

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em reais

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante		**69.714.195**	**60.356.054**
Caixa e equivalentes de caixa	4	37.429.939	33.030.029
Aplicações financeiras	5	24.367.963	20.417.043
Mensalidade a receber	6	7.255.231	3.312.230
Adiantamento de férias		231.163	628.431
Outros ativos circulantes		110.169	168.321
Não Circulante		**24.856.459**	**136.087.036**
Realizável a longo prazo		**1.455.707**	**957.990**
Depósitos judiciais	7	1.455.707	957.990
Investimentos		86.619	41.344
Imobilizado, líquido	8	23.314.133	135.087.902
		23.400.752	**135.129.046**
Total do Ativo		**94.570.654**	**196.443.090**

Passivo e Patrimônio líquido	Nota	2020	2019
Circulante		**15.967.383**	**17.323.538**
Contas a pagar		86.068	605.802
Financiamentos		159.046	217.195
Obrigações sociais e trabalhistas	9	7.221.729	6.933.562
Obrigações fiscais	10	986.293	1.006.889
Receitas antecipadas	11	6.782.906	8.412.267
Outros passivos circulantes		366.882	349.813
Não Circulante		**242.299**	**308.779**
Financiamentos		242.299	308.779
Patrimônio Líquido		**79.326.072**	**178.808.783**
Patrimônio social		62.170.377	69.797.578
Reserva de reavaliação		-	86.757.942
Ajuste de avaliação patrimonial	13	-	71.331.715
Superávit dos exercícios		17.155.695	22.460.123
Total do Passivo		**94.570.654**	**196.643.090**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais

	Nota	Patrimônio social	Reserva de Avaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superávit dos exercícios	Total
EM 1º/02.2019		**51.334.603**	**15.219.367**	**71.331.715**	**18.462.974**	**156.348.659**
Ajuste de arredondamento		1	-	-	-	1
Transferência		18.462.974	-	-	(18.462.974)	-
Superávit do exercício		-	-	-	22.460.123	22.460.123
Em 31/12/2019		**69.797.578**	**15.219.367**	**71.331.715**	**22.460.123**	**178.808.783**
Transferência		22.460.123	-	-	(22.460.123)	-
Cisão parcial de ativo imobilizado em 15/02/2020	1b	(30.087.324)	(15.219.367)	(71.331.715)	-	(116.638.406)
Superávit do exercício		-	-	-	17.155.695	17.155.695
Em 31/12/2020		**62.170.377**	**-**	**-**	**17.155.695**	**79.326.072**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2.020 e 2019 - Cifras apresentadas em reais

1. Contexto Operacional: (a) Objeto social: A Associação Beneficente Providência Azul, é uma associação civil, que oferece diversos serviços de educação básica em seus diversos graus, educação social, cívica, religiosa e, ainda, dedicar-se-ao assistência educacional e beneficente de promoção humana, sem discriminação de sexo, idade, raça, credo religioso, político de condição social, bem como a promoção de atividades culturais. **(b) Reestruturação organizacional da Associação:** A administração da Associação Beneficente Providência Azul, desde o exercício de 2016 através de duas novas unidades de cunho religioso vem reestruturando a Associação com o objetivo de voltar-se ao atendimento do segmento educacional. Em 15 de Fevereiro de 2020, baseado em Laudo de avaliação do acervo líquido contábil emitido por auditor independente, foi procedido a cisão parcial dos ativos imobilizados da Associação, no montante líquido de R$ 116.638.405. Os valores foram registrados em contrapartida ao patrimônio líquido, nas rubricas do patrimônio social no montante de R$ 30.087.324, ajuste de avaliação patrimonial de R$ 71.331.715 e reserva de reavaliação de R$ 15.219.366. O montante cindido da Associação foi vertido para a criação da Entidade Religiosa Ordem de Ministros de Deus Ltda. no valor de R$ 99.489.287, e o de R$ 17.149.118 foi mantido pela Associação no valor de R$ 26.149.138. **2. Base de Preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela administração em 20 de abril de 2021. **2.1 Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e do ativo imobilizado que foi adotado o custo atribuído. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. **2.3 Uso de Estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões de estimativas contábeis são reconhecidas no período em que a estimativa for estimativa são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas de premissas existentes que apresentem risco significativo de resultar em ajuste material nos saldos contábeis do exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas: • Nota 6 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa. • Nota 7 - Depreciação e Amortização do Imobilizado e Intangível. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira uniforme a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a) Ativos circulantes e não circulantes: Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com risco insignificante de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. • **Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data base do balanço, e, seus vencimentos são superiores a 91 (noventa e um) dias. • **Mensalidades a receber:** As mensalidades a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, abatendo-se ao ajuste a valor presente da competência. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída, quando necessário, em montantes considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas estimadas na realização dos créditos. • **Imobilizado:** A Administração da Entidade optou por avaliar os bens do ativo imobilizado ao valor justo na data de abertura de 1º de janeiro de 2.010, entretanto, todos os ativos avaliados foram objeto de cisão, portanto, os itens do ativo imobilizado inicialmente são mensurados pelo custo de aquisição ou construção e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimado dos bens. **b) Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **c) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a entidade por ser uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **d) Patrimônio social:** Representado pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da entidade, que não tem capital social, devidos a sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **e) Receitas e despesas:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, isto é efetiu líquido entre as receitas e as despesas, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. As receitas oriundas das mensalidades são registradas pelo valor do faturamento, considerando sua competência. Uma receita não é reconhecida se não há a certeza de seu recebimento. Os custos correspondentes também são registrados pelo princípio do regime contábil de competência e referem-se basicamente a despesas com pessoal, serviços de terceiros diretos e indiretos e às atividades operacionais. **f) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras correspondem basicamente aos rendimentos com aplicações financeiras. As despesas financeiras correspondem basicamente aos descontos concedidos. **g) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes, aplicações financeiras e mensalidades a receber. • **Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais extintas, canceladas ou expiradas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e empréstimos. **h) Imobilizado:** Registrado pelo custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com manutenção e reparos são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os gastos com melhorias que aumentam a vida útil econômica estimada dos bens são capitalizados. Os valores residuais e as vidas úteis dos ativos são revistos e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros com o seu uso contínuo. Qualquer ganho ou perda na baixa do ativo (calculado como a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) é incluído no resultado do exercício em que o ativo é baixado. **i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** Ativos que não estão sujeitos à depreciação são testados anualmente para verificar perdas por redução ao valor recuperável. Ativos sujeitos à depreciação são revistos para identificar perdas por redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos para vender e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda por redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa). Ativos não financeiros que tenham sofrido uma perda por redução ao valor recuperável são revistos para possível reversão da perda na data do relatório. **j) Provisão para contingências:** A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e outras questões. Todas as etapas processuais das ações são acompanhadas pelo Departamento Jurídico da Entidade, sendo que todos os recursos legais são utilizados no exercício de defesa e no interesse da Entidade. **4. Caixa e Equivalentes de Caixa** em 31 de dezembro de 2.020 e 2019, com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Entidade não possui ações com probabilidade de perda provável ou possível. **13. Ajuste de Avaliação Patrimonial (total das atividades):** Em 2019 correspondia a avaliação do custo atribuído ao ativo imobilizado, registrado em 1º de janeiro de 2.010 no montante de R$ 104.288.772. A apropriação do patrimônio social ocorreu mediante a transferência do valor da depreciação dos bens ocorrida até 31 de dezembro de 2019, restava o saldo a realizar de R$ 71.331.714. Durante o exercício social findo em 2020 ocorreu a cisão parcial das edificações e terrenos da Associação, conforme nota explicativa nº 1b, o saldo foi integralmente baixado em razão da transferência dos ativos imobilizados para a Entidade Religiosa. **14. Mensalidades:** As receitas com mensalidades escolares são vinculadas ao dia 7 (sete) unidades escolares voltadas à educação básica, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2020	2019
Colégio Notre Dame (SP)	12.761.836	12.629.000
Colégio Imilie De Villeneuve (SP)	35.045.348	35.055.201
Colégio Madre Cabrini (SP)	5.613.960	5.557.000
Escola Maria Imaculada (SC)	2.859.415	2.945.044
Colégio Notre Dame de Lourdes (MT)	28.980.118	29.968.324
Colégio Imaculada Conceição (MT)	3.496.672	3.345.447
Colégio Madre Luiza Bertrand (MT)	1.534.998	1.665.148
	89.902.267	**87.129.956**

15. Receitas Diversas: As receitas diversas da entidade estão demonstradas a seguir:

Descrição	2020	2019
Taxa aulas de esportes diversos	607.474	1.697.627
Receitas mensalidades obrigatórias	10.013.625	10.989.289
Receitas com estudo integral de alunos	1.447.387	4.747.588
Receita de cantina	760.362	1.375.075
Receita de berçário	1.468.834	3.633.606
Estudo de meio	4.166	635.834
Receitas de espaço e imóveis	675.317	1.578.328
Outras receitas	338.766	405.320
	15.315.931	**26.188.267**

16. Subvenções: Correspondem aos valores recebidos da Prefeitura Municipal de São Paulo, aplicados integralmente em projetos educacionais da Entidade e não representam ganhos aos pares. Além disso, essas operações não acarretam nenhum risco adicional além das obrigações correntes referentes a esses instrumentos. **17. Despesas com Pessoal:** As despesas com pessoal estão demonstradas a seguir:

| a)

Centeranel 1 Participações Ltda.

CNPJ/ME nº 09.495.405/0001-50

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 *(informações em reais)*

Balanços patrimoniais

ATIVOS	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	232	222
Contas a receber de clientes	2.267	2.198
Ativo fiscal corrente	42	42
Imóveis a comercializar	281.394	281.394
Total do ativo circulante	**283.935**	**283.856**
Total do realizável a longo prazo	-	-
Total do ativo não circulante	-	-
Total do ativo	**283.935**	**283.856**

PASSIVOS	2020	2019
Empréstimos e financiamentos	15.229	14.254
Fornecedores, cauções e retenções	54	121
Passivo fiscal corrente	1	1
Imposto de renda e contribuição social	374	364
Outras contas a pagar	19	24
Total do passivo circulante	**15.677**	**14.764**
Empréstimos e financiamentos	52.510	47.487
Total do passivo não circulante	**52.510**	**47.487**
Total do passivo	**68.187**	**62.251**
Patrimônio líquido		
Capital social	26.520	26.520
Reserva de reavaliação	4.118	4.118
Lucros acumulados	205.100	190.967
Total do patrimônio líquido	**235.738**	**221.605**
Total do passivo e patrimônio líquido	**283.925**	**283.846**

Demonstração do Resultado Abrangente

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	**21.243**	**18.095**
Outras receitas abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**21.243**	**18.095**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva de reavaliação	Lucros acumulados	Total do Patrimônio líquido
Saldos em 31.12.2018	**26.520**	**4.118**	**178.542**	**209.180**
Lucro líquido do exercício	-	-	18.095	18.095
Dividendos distribuídos	-	-	(6.600)	(6.600)
Saldos em 31.12.2019	**26.520**	**4.118**	**190.967**	**221.605**
Lucro líquido do exercício	-	-	21.243	21.243
Dividendos distribuídos	-	-	(7.109)	(7.109)
Saldos em 31.12.2020	**26.520**	**4.118**	**205.100**	**235.738**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**24.420**	**21.118**
Lucro antes dos impostos		
Ajustes para:		
Despesa financeira de empréstimos	3.450	5.803
	27.910	**26.961**
Variações em:		
Aumento (diminuição) dos ativos		
Contas a receber de clientes	(69)	(62)
Aumento (diminuição) dos passivos		
Fornecedores, cauções e retenções	(67)	(2)
Passivo fiscal corrente		
Outras contas a pagar	(5)	(25)
Caixa líquido proveniente das operações	**27.772**	**26.872**
Impostos pagos sobre o lucro	(3.167)	(3.050)
Juros pagos	(2.372)	(5.704)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**21.273**	**18.170**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos	(14.163)	(12.696)
Dividendos pagos	(7.109)	(5.603)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	**(21.263)**	**(18.286)**
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	**10**	**(116)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	222	338
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	232	222
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	**10**	**(116)**

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes estão à disposição na sede da Companhia

XPCE Cayenaw Participações S.A. -

CNPJ nº 13.685.047/0001-10

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 - Valores em Reais (R$)

Balanços Patrimoniais

ATIVO	31/12/20	31/12/19
Circulante	**1.371.885**	**39.080**
Caixa e equivalentes de caixa	1.371.885	39.044
Tributos a recuperar	211	44
Outros créditos	1.000.000	-
	-	**27.214.735**
Investimentos	-	27.214.733
Total do Ativo	**1.371.885**	**27.253.821**

Diretores: Lucas Parreiras Chiarello e Pedro Eduardo Cassab Carraz
Contador: Erika Suzuki Adachi - CT CRC 1SP247.602/O-4

PASSIVO	31/12/20	31/12/19
Circulante	**4.893**	**4.095**
Fornecedores	4.187	3.442
Obrigações tributárias	706	653
Passivo Não Circulante	**11.277**	**29.726.090**
Empréstimos	-	29.714.813
Outras obrigações	11.277	11.277
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	**1.355.723**	**(2.476.365)**
Capital social	500	500
Reserva de lucro/Prejuízos acumulados	1.355.223	(2.476.865)
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.371.893**	**27.253.821**

As Notas Explicativas referentes a estas Demonstrações Financeiras, estão a disposição dos Srs. Acionistas e parceiros na sede da Companhia.

Demonstração do Resultado

	31/12/20	31/12/19
Despesas e receitas operacionais		
Despesas administrativas	(24.451)	(17.874)
Despesas tributárias	(589)	(1.025)
Resultado de equivalência patrimonial	2.052.100	5.429.223
Outras receitas e despesas	5.233.092	-
	7.260.110	**5.401.324**
Resultado financeiro	(4.028.022)	(4.664.533)
Resultado antes das provisões tributárias	**3.832.088**	**736.991**
Lucro líquido do exercício	**3.832.088**	**736.991**
Lucro líquido de exercício consolidado	**3.832.088**	**736.991**

Regida Empreendimentos e Participações S.A.

C.N.P.J/ME 11.067.450/0001-20

Demonstrações Financeiras para os Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em reais)

Balanço Patrimonial

Ativo	2020	2019
Total do Circulante	**13.673.145,79**	**13.182.228,98**
Disponibilidades	13.245.398,04	12.225.764,59
Outros Créditos	341.809,59	355.384,88
Tributos a recuperar	62.113,07	474.549,31
Despesas Antecipadas	23.824,69	56.530,20
Total do Não circulante	**359.680.757,48**	**329.529.700,82**
Empréstimos Coligadas	4.385.553,95	2.453.625,95
Dividendos a Receber	2.671.702,26	2.827.731,41
Investimentos	333.376.346,94	314.004.068,97
Imobilizado	19.240.805,24	19.488.368,69
Intangível	5.968,00	5.968,00
Total do ativo	**373.353.903,27**	**342.692.029,80**

Passivo e patrimônio líquido	2020	2019
Total do Circulante	**18.475.540,49**	**14.275.294,22**
Obrigações tributárias	893.610,17	831.975,11
Outras contas a pagar	17.581.930,32	13.443.319,11
Total do Não Circulante:	**2.096.545,96**	**1.501.583,63**
Outras Obrigações	2.096.545,96	1.501.583,63
Total do Patrimônio líquido	**352.781.816,67**	**326.915.100,03**
Capital Social	245.000.000,00	245.000.000,00
Reserva Legal	22.774.230,08	21.066.481,08
Reservas de Lucro	85.007.586,59	60.848.619,95
Total do passivo e patrimônio líquido	**373.353.903,27**	**342.692.029,80**

Demonstração do Resultado Abrangente

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	**34.154.979,97**	**26.137.845,69**
Total do resultado abrangente do exercício	**34.154.979,97**	**26.137.845,69**

Demonstração do fluxo de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes de IR e CS	**33.859.858,72**	**27.826.776,00**
Equivalência Patrimonial	(30.679.098,49)	(23.198.141,33)
Depreciação	713.150,95	195.678,38
	3.893.911,18	4.824.313,05
Variações no capital circulante	13.574,89	995.882,73
Créditos Tributários	412.427,24	263.249,71
Despesas antecipadas	32.811,51	(27.289,06)
Empréstimos com coligadas	(1.932.309,10)	(1.969.610,23)
Fornecedores		(420.399,00)
Obrigações tributárias	93.902,91	(346.549,14)
Outras contas a pagar	3.750,00	29.051,00
Caixa líquido das operações	**4.511.572,64**	**3.554.854,72**
Dividendos recebidos	2.827.731,41	3.612.263,85
Aporte de renda	1.683.841,23	(1.675.373,13)
Total atividades operacionais	**5.837.880,54**	**5.483.736,94**
Aquisição de imobilizado e intangível	(485.589,50)	(6.590.733,10)
Total atividades de investimento	**(485.589,50)**	**(6.590.733,10)**
Dividendos	(3.000.000,00)	(3.000.000,00)
Lucros sobre capital próprio	(1.176.470,59)	
Total atividades de financiamento	**(4.176.470,59)**	**(3.000.000,00)**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**969.633,45**	**(4.106.996,16)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.275.764,59	16.382.760,75
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	13.245.398,04	12.275.764,59
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**969.633,45**	**(4.106.996,16)**

caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a seção 2 do CPC - correspondente ao IFRS - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. **4. Capital Social:** em 31/12/2020 o capital social é composto por 18.052.000 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 900.001 ações ordinárias, sem valor nominal, sendo 539.998 ações ordinárias nominativas e 360.003 ações preferenciais nominativas, sendo 360.000 ações preferenciais sem classe específica e classe "A", 3 ações preferenciais e classe "B" 1 ação preferencial.

Renato Spallicci - CPF: 764.666.628 - 15 - Diretor Presidente

Renata Farias Spallicci
CPF: 221.954.348 - Diretora Administrativa

Adriana Gherth - Contadora - CRC 1SP211565/O

Botanique Hotel Gourmand S/A

CNPJ/MF 04.869.750/0001-74

Relatório da Administração

Prezados Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2020. As Demonstrações Financeiras refletem com exatidão o movimento dos negócios e o resultado do exercício. Estamos à disposição dos Srs. Acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. Campos do Jordão, fevereiro de 2021. **A Diretoria**

Balanço Patrimonial - (R$)

Ativo	Ano 2020	Ano 2019
Circulante	**4.088.412**	**1.263.180**
Disponibilidades[2]	2.076.846	65.383
Contas a Receber	1.435.103	639.390
Impostos a Recuperar	368.631	367.125
Adiantamentos a Funcionários	25.001	16.871
Estoques[3]	152.922	109.631
Adiantamentos a Fornecedores	119.642	57.819
Despesas Pagas Antecipadamente	23.265	76.940
Não Circulante	**31.865.884**	**32.742.610**
Créditos Longo Prazo com Empresas Vinculadas	1.983.975	1.557.000
Investimentos[4]	280.818	127.472
Imobilizado[5]	30.300.901	31.277.930
Total do Ativo	**36.065.296**	**34.005.790**

Demonstração do Resultado do Exercício - (R$)

	Ano 2020	Ano 2019
Receita de Prestação e Serviços Vendidos	**1.989.423**	**9.025.965**
Receita de Revenda de Mercadorias e da Prestação de Serviços	11.920.443	11.526.491
Total da Receita Operacional Bruta	**11.920.443**	**11.526.491**
Impostos sobre Vendas/Serviços/Recuperações	(1.121.020)	(1.040.054)
Receita Operacional Líquida	**10.799.423**	**10.486.297**
Custos dos Produtos e Serviços Vendidos		
Custos da Mercadorias Revendidas e dos Serviços Prestados	(1.314.250)	(1.460.301)
Lucro Bruto Operacional	**9.485.173**	**9.025.965**
Receitas/(Despesas) Operacionais		
Despesas com Salários, Encargos e Benefícios	(3.249.576)	(3.452.635)
Outras Despesas Gerais e Administrativas	(5.012.617)	(4.663.807)
Depreciação e Amortização	(1.638.832)	(1.632.321)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(33.054)	(13.257)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	**(1.437.906)**	**(736.075)**
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	(851.139)	(547.207)
Lucro Líquido (Prejuízo) Operacional	**(1.289.041)**	**(1.283.282)**
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	**(1.289.041)**	**(1.283.282)**

Notas Explicativas

1) Botanique Hotel Gourmand S/A, é uma Companhia de capital fechado e tem por objeto principal a exploração de atividades hoteleiras e incluiu suas operações em outubro/2012. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com reconhecimentos a avaliação do presente Balanço Patrimonial, cujo Ativo e Passivo estão uniformes na mesma importância de R$ 36.065.106. Ressaltando que a responsabilidade pela auditoria das Demonstrações Financeiras é de 7.38% avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial; 4) O Imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação calculada conforme os critérios estabelecidos pela Receita Federal do Brasil. A depreciação dos bens começa a ser feita a partir do momento em que estes são colocados em uso e até integralizar o valor de custo; 5) Créditos de Pessoas Ligadas (PF/PJ) representa os aportes feito pelos sócios mediante contrato de conta corrente e estão atualizados pelo IPCA; 6) Capital Social é de R$ 32.851.093 dividido em 58.602.065 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal.

Jose Vidi Filho - Diretor Financeiro; **Milene Aparecida Duarte dos Santos** CRC SP 320.607/O-3 - CPF: 322.644.048-92.

contadores levantadas pela referida empresa e sob sua total e exclusiva responsabilidade. É por ser expressão da verdade fornamos o presente.

Campos do Jordão, 31de Dezembro de 2020

Demonstração do Resultado Abrangente

	Ano 2020	Ano 2019
Lucro líquido do exercício	**(1.289.041)**	**(1.283.282)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**(1.289.041)**	**(1.283.282)**

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

	Ano 2020	Ano 2019
Fluxo de Caixa da Atividade Operacional	**(1.289.041)**	**(1.283.282)**
Resultado do Exercício	1.638.832	1.632.321
(+) Depreciação e Amortização	(850)	30.258
(+/-) Ajustes de Exercícios Anteriores	548.901	379.197
(+/-) Resultado Ajustes		
Variações das Contas do Ativo		
(+/-) Contas a Receber	(795.713)	44.896
(+/-) Impostos a Compensar	494	(494)
(+/-) Estoques	(43.291)	8.481
(+/-) Outras contas a receber	(92.953)	492.215
Variações das Contas do Passivo: (+) Fornecedores	541.416	(173.644)
(+) Impostos e Contribuições a Recolher	215.034	357.691
(+) Outras Obrigações	2.732.636	(10.205)
(+) Juros Investimentos		
Aplicações de Investimentos nas Atividades Operacionais	**3.166.523**	**1.098.138**
Atividades de Investimento		
(+) Participações Societárias	(153.346)	13.257
(+) Aquisição de Imobilizado	(508.557)	(95.910)
(-) Ganhos Pré-Operacionais	(153.346)	-
Fluxo de Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimentos	**(815.250)**	**(82.653)**
Atividades de Financiamento	(1.957.115)	(1.071.615)
(+) Capital Social	1.617.307	-
Fluxo de Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamentos	**(339.808)**	**(1.071.615)**
Aumento/Redução de Caixa	**2.011.465**	**(56.130)**
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	65.383	120.513
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.076.848	65.383
Aumento/Redução de Caixa	**2.011.465**	**(55.130)**

Demonstração do Fluxo de Caixa

	Ano 2020	Ano 2019
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	547.727	436.957
Reconciliação do lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	4	-
Ganhos/perda na baixa/venda de imobilizado e intangível	2.129	-
Variação cambial nas rubricas, clivas e tributárias	81	756
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(1.133)	(31)
Equivalência patrimonial	(332.534)	(436.000)
	216.274	1.682
Aumento/redução nos ativos: Impostos a recuperar	(997)	15
Contas a receber	(66)	(15)
Despesas antecipadas	136	(136)
Outros créditos com partes relacionadas	(280)	(36)
Outros créditos	(1.000.000)	-
Aumento (redução) nos passivos: Fornecedores	(1.017)	293
Obrigações tributárias	53	11
Obrigações trabalhistas	(6)	11
Imposto de renda e contribuição social a recolher	289	1.748
Outras contas a pagar	498	(1.348)
Outras obrigações patrimoniais	(1.000.000)	1.000.000
Juros pagos	(1.000.000)	-
Juros recebidos	1.839	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(4.474)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(1.000.000)	(4.474)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de dividendos	314.976	1.000.000
Empréstimos líquidos concedidos	(106.155)	(222)
Aplicações em títulos e valores mobiliários	1.000	(1.000.000)
Aquisições além imobilizado e intangível	(2.129)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**207.692**	**(222)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de dividendos	-	(271.917)
Caixa líquido aplicado nas atividades financiamento	**(99.846)**	**(271.917)**
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(99.846)**	**(271.917)**
Saldo Inicial	499.111	771.027
Saldo Final Caixa e Equivalentes de Caixa	**399.265**	**499.111**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Ano 2020	Ano 2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	547.727	436.957
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	4	-
Ganhos/perda na baixa/venda de imobilizado e intangível	2.129	-
Variação cambial nas rubricas, clivas e tributárias	81	756
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(1.133)	(31)
Equivalência patrimonial	(332.534)	(436.000)
	216.274	1.682
Aumento/redução nos ativos: Impostos a recuperar	(997)	15
Contas a receber	(66)	(15)
Despesas antecipadas	136	(136)
Outros créditos com partes relacionadas	(280)	(36)
Outros créditos	(1.000.000)	-
Aumento (redução) nos passivos: Fornecedores	(1.017)	293
Obrigações tributárias	53	11
Obrigações trabalhistas	(6)	11
Imposto de renda e contribuição social a recolher	289	1.748
Outras contas a pagar	498	(1.348)
Outras obrigações patrimoniais	(1.000.000)	1.000.000
Juros pagos	(1.000.000)	-
Juros recebidos	1.839	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(4.474)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(1.000.000)	(4.474)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de dividendos	314.976	1.000.000
Empréstimos líquidos concedidos	(106.155)	(222)
Aplicações em títulos e valores mobiliários	1.000	(1.000.000)
Aquisições além imobilizado e intangível	(2.129)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**207.692**	**(222)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de dividendos	-	(271.917)
Caixa líquido aplicado nas atividades financiamento	**(99.846)**	**(271.917)**
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(99.846)**	**(271.917)**
Saldo Inicial	499.111	771.027
Saldo Final Caixa e Equivalentes de Caixa	**399.265**	**499.111**

Edenred Brasil Participações S.A.

CNPJ nº 42.169.558/0001-68

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços Patrimoniais

Ativo	2020	2019
Circulante	**827.789**	**668.596**
Caixa e equivalentes de caixa	690.111	277.746
Impostos a recuperar	17.375	16.672
Despesas antecipadas	138	138
Partes relacionadas	318	38
Dividendos a receber	119.480	372.000
Outras contas a receber	1.305	316
Não Circulante	**3.216.579**	**1.884.591**
Realizável a longo prazo:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.855	672
Depósitos judiciais	2.755	2.179
Empréstimo mútuo	164.527	222
Investimento	1.488.766	1.171.684
Imobilizado	35	35
Intangível	758.741	218.829
Total do Ativo	**4.044.368**	**2.553.187**

Passivo e Patrimônio Líquido	2020	2019
Circulante	**1.176.**	**1.090.**
Fornecedores	668	1.090
Obrigações trabalhistas	1.668	-
Obrigações tributárias	3.996	3.364
Outras despesas gerais e administrativas	4.409	81
Outras exceitas operacionais líquidas	299	-
Equivalência patrimonial	592.615	228.000
Não Circulante	**2.867.**	**1.462.**
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.867	1.462
Patrimônio Líquido	**3.040.**	**2.441.**
Capital Social	2.427.331	2.441.470
Reservas de capital	612.741	612.741
Reservas de Lucro	794.786	780.564
Reservas de Lucros	693.742	709.953
Outros resultados abrangentes	101.887	70.611
Ajuste de avaliação patrimonial	(5.725)	(5.625)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**4.044.368**	**2.553.187**

Demonstrações do Resultado

	2020	2019
Despesas Operacionais	**(1.176.)**	**(1.090.)**
Com pessoal	(10.833)	-
Com serviços de terceiros	(3.482)	(706)
Depreciação e amortização	(1.668)	-
Outras despesas gerais e administrativas	(1.482)	(1.864)
Outras exceitas operacionais líquidas	4.009	81
Equivalência patrimonial	592.615	228.000
Resultado antes das Receitas Financeiras	**592.615**	**228.000**
Resultado Financeiro:	**(4.778)**	**(378)**
Receitas financeiras	3.596	2.414
Despesas financeiras	(8.374)	(2.792)
Lucro antes do IR e da CS	**587.837**	**227.622**
IR e CS: Correntes	**(1.113)**	**39**
Diferidos	1.823	1.335
Lucro Líquido do Exercício	**587.727**	**228.957**
Lucro Básico por Ação	**0,2421**	**0,0943**
Lucro Líquido do Exercício por Lote de 01 Ações do Capital Social - R$	**69,16**	**26,95**
Demonstrações do Resultado Abrangente		
Lucro Líquido do Exercício	587.727	228.957
Outros Resultados Abrangentes	**31.276**	**(5.625)**
Reconhecimento de ganho de perda efeito do instrumento financeiro de equivalência patrimonial	36.901	(5.625)
Resultado Abrangente do Período	**618.903**	**223.332**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	**2.441.470**	**612.741**	**709.953**	**76.236**	**-**	**-**	**3.840.400**
Ajuste de exercício anterior	-	-	-	(11.000)	-	-	(11.000)
Transações de capital	-	369.558	-	-	-	-	369.558
Dividendos distribuídos exercício anterior	-	-	(278.936)	-	-	-	(278.936)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	228.957	436.957
Reserva legal	-	-	21.848	-	-	(21.848)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	44.770	-	44.770
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(103.777)	(103.777)
Constituição de outras reservas	-	-	311.332	-	-	(311.332)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2019 (Reapresentado)	**2.441.470**	**982.299**	**780.564**	**(5.625)**	**44.770**	**-**	**3.840.400**
Dividendos distribuídos exercício anterior	-	-	-	-	-	-	(271.917)
Ajuste de exercício anteriores	-	-	-	-	-	-	13.927
Transações de capital	-	14.254	-	-	-	-	14.254
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	587.727
Reserva legal	-	-	14.396	-	-	-	(14.396)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(99.832)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	8.234
Constituição de outras reservas	-	-	-	-	-	-	(246.465)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	**2.427.331**	**794.799**	**612.741**	**485.741**	**(5.725)**	**101.887**	**3.840.400**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: A Edenred Brasil Participações S.A ("Companhia"), com período anual iniciado em no ajuste 1º de janeiro de 2020. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve nenhum impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras. **Impacto da adoção inicial das Alterações à Norma do Taxa de Juros de Referência no CPC 48 (IFRS 9) e CPC 40 (IFRS 7):** As taxas interbancárias oferecidas (IBOR) são taxas de referência de juros, tais como LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Pelo desafio e incertezas discutidas no mercado com casos em questão a validade de longo prazo dessas benchmarks. Dado em setembro de 2019, o IASB emitiu Reforma da Taxa de Juros de Referência (Alterações à IFRS 9 IAS 39 e IFRS 7). Essas alterações modificam as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a execução da contabilização de hedge durante o período de incerteza antes da substituição de uma taxa de juros de referência existente por uma taxa de referência alternativa quase livre de risco. Além disso, prevê requisitos de divulgação adicionais para relações de hedge às quais essas isenções se aplicam. As alterações são efetivas para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia não tem nenhum impacto relevante sobre as demonstrações financeiras. **Alterações à Norma do Taxa de Juros de Referência no CPC 48 (IFRS 9) e CPC 40 (IFRS 7):** As taxas interbancárias oferecidas (IBOR) são taxas de referência de juros, tais como LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Pelo desafio e incertezas discutidas no mercado com casos em questão a validade de longo prazo dessas benchmarks. Dado em setembro de 2019, o IASB emitiu Reforma da Taxa de Juros de Referência (Alterações à IFRS 9 IAS 39 e IFRS 7). Essas alterações modificam as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a execução da contabilização de hedge durante o período de incerteza antes da substituição de uma taxa de juros de referência existente por uma taxa de referência alternativa quase livre de risco. Além disso, prevê requisitos de divulgação adicionais para relações de hedge às quais essas isenções se aplicam. As alterações são efetivas para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia não tem nenhum impacto relevante sobre as demonstrações financeiras. **Concessões de Aluguel Relacionadas à COVID-19 (Alterações à IFRS 16):** Em virtude dos efeitos econômicos da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas: a) a mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança; b) qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021 ou concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021, uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021 ou concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021 uma

LFFU Participações S.A.

CNPJ nº 21.361.030/0001-29 - NIRE 35.300.534.590

Demonstrações Financeiros do exercício encerrado em 31/12/2020 e 31/12/2019

Balanço Patrimonial	2020	2019
Ativo	89.880.884,47	74.219.658,97
Ativo circulante	77.668,97	30.561,98
Disponível	77.668,97	30.561,98
Caixa	100,00	100,00
Caixa central	100,00	100,00
Bancos conta movimento	77.568,97	30.561,98
Banco Bradesco	77.568,97	30.561,98
Ativo não circulante	89.803.215,50	74.189.096,99
Investimentos	85.134.946,71	69.520.728,20
Participações acionárias	85.134.946,71	69.520.728,20
JLLF Participações Ltda.	85.134.946,71	69.520.728,20
Imobilizado	4.668.268,79	4.668.268,79
Bens imóveis	4.668.268,79	4.668.268,79
Imóveis em geral	4.668.268,79	4.668.268,79
Total do ativo	89.880.884,47	74.219.658,97

Passivo	2020	2019
Patrimônio líquido	89.880.884,47	74.219.658,97
Capital social	89.880.884,47	74.219.658,97
Capital social	19.413.710,00	19.413.710,00
Lucro Francisco Favaro Liliana	11.391.980,00	11.391.980,00
Eurides de Jesus Bertola Uliana	8.000.047,00	8.000.047,00
Marina Bertola Uliana	15.001,00	15.001,00
Fabiana L. Uliana Faria	8.301,00	8.301,00
Gisvana Bertola Uliana	8.401,00	8.401,00
Reservas de capital	4.181.944,86	4.181.944,86
Reservas de capital próprias	4.181.944,86	4.181.944,86
Ágio na emissão de ações	4.181.944,86	4.181.944,86
Resultados acumulados	66.285.229,61	50.624.004,11
Resultados acumulados	66.285.229,61	50.624.004,11
Lucros acumulados	66.285.229,61	50.624.004,11
Total de passivo e patrimônio	89.880.884,47	74.219.658,97

Demonstração do Resultado	2020	2019
Receita líquida de vendas	16.737.226,50	6.430.434,77
Resultado operacional	16.737.226,50	6.430.434,77
Outros resultados operacionais	16.768.283,76	6.444.635,72
Despesas operacionais	(6.769.218,50)	6.444.635,72
Resultado positivo equivalência patrimonial	16.769.218,51	6.444.635,72
Despesas operacionais diversas	(884,75)	(774,55)
(-) Despesas bancárias	(884,75)	(774,55)
Despesas operacionais	(31.106,26)	(14.435,00)
Remuneração dos não empregados	(12.104,36)	(4.365,65)
Despesas com assessoria jurídica	(12.744,35)	(4.365,65)
Demais tributos	(1.139,65)	(710,75)
Demais tributos federais	0	(710,75)
Demais tributos estaduais	(358,15)	(689,75)
Demais tributos municipais	(781,50)	0
Demais despesas operacionais	(17.864,25)	(350,00)
Condomínios	(1.860,42)	0
Despesas operacionais diversas	(16.003,83)	(350,00)
Total de resultado líquido do período	16.737.226,50	6.430.434,77
(+) Total de lucro do período	16.737.226,50	6.430.434,77

Demonstrações Financeiros do exercício encerrado em 31/12/2020 e 31/12/2019

Reconhecemos a existência do presente balanço encerrado em 31.12.2020 conforme documentação apresentada.

Luiz Francisco Favaro Uliana - Diretor **Alexandre Ferraz de Campos** - Contabilista - TCDRC 1SP153343/O-3

Reconhecemos a existência do presente demonstração encerrado em 31.12.2020 conforme documentação apresentada.

Captalys Companhia de FIDC

CNPJ/ME Nº 23.361.030/0001-29 - NIRE 35.300.534.590

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 28 de abril de 2021

1. Data, Hora e Local: aos 28 dias de abril de 2021, às 10h00min, na sede da Captalys Companhia de Crédito ("Companhia"), Rua Doutor Renato Paes de Barros, 1017, 10º andar, CEP 04.530-001, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Convocação:** O edital de convocação de que trata o artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") foi devidamente publicado nos dias 20, 21 e 23 de abril de 2021, no Diário Oficial Empresarial, nas páginas 131, 68 e 149, respectivamente, e nos dias 20, 21/22 e 23 de abril de 2021, no jornal "Jornal O Dia SP", nas páginas 09, 08 e 17 respectivamente. **3. Presenças:** Acionistas representando a totalidade do Livro de Presença de Acionistas da Companhia, as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei das Sociedades por Ações. Compareceram à Assembleia Geral Extraordinária os acionistas titulares de (i) 14.445.662 (quatorze milhões, quatrocentas e quarenta e cinco mil, seiscentas e sessenta e duas) ações ordinárias, representando 76,7% (setenta e seis inteiros e sete centésimos por cento) das ações ordinárias; e (ii) 1.927.112 (dois milhões, novecentas e vinte e sete mil, cento e doze) ações preferenciais classe A; (iii) 611 (seiscentas e dez) ações preferenciais classe B; (iv) 611 (seiscentas e dez) ações preferenciais classe C, totalizando 70,02% (setenta inteiros e dois centésimos por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas da Companhia ("Acionistas Presentes"). **3.1 Mesa:** Sr. Luis Claudio Garcia de Souza, como Presidente; e Sr. Marcos Moretti, como Secretário. **4. Ordem do Dia:** deliberar sobre (i) a realização da 1ª (primeira) emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da Companhia ("Emissão", "Debêntures" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Lei das Sociedades por Ações entre a Companhia e Fundo de Investimento em Participações Development Fund Warehouse ("Investidor"); (ii) a aprovação pelos Acionistas Presentes para a outorga de garantias sobre ações de emissão da Companhia, sobre ativos e direitos creditórios de sua propriedade, inclusive sobre participações societárias em sociedades controladas, em garantia às obrigações decorrentes da Emissão e fiel e pontual fruição da Emissão (conforme abaixo definido); (iii) a cessão, pela totalidade dos Acionistas Presentes, do Direito de Preferência (conforme abaixo definido); (iv) a autorização à Diretoria da Companhia, ainda aos seus procuradores, para praticar todos os atos e assinar todos e documentos relacionados à Emissão e à escritura de Emissão, incluindo a negociação e assinatura de todos e quaisquer instrumentos, anexos, garantias, termos, notificações, livros de registro de ações, atos societários, inclusive, sem limitação, eventuais aditamentos e procurações, necessários à realização e liquidação da Emissão e formalização da Emissão e aperfeiçoamento das respectivas garantias; (v) a aprovação dos termos e celebração do Acordo de Acionistas da Companhia a ser celebrado entre Companhia, os atuais acionistas da Companhia e o Banco BTG Pactual S.A. ("Acordo de Acionistas"); e (vi) a aprovação dos termos e celebração do Acordo de Liquidez da Companhia a ser celebrado entre a Companhia, os atuais acionistas da Companhia e o BTG ("Acordo de Liquidez"). **5. Deliberações:** após o exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os Acionistas Presentes decidiram, sem ressalvas, exceto pela Investor Capital Partners – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, que se abstiver: 5.1. Emissão de Debêntures. Aprovar a realização da Emissão, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas por meio da celebração do *"Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da Captalys Companhia de Crédito"* ("Escritura de Emissão"): *5.1.1. Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data da Emissão das Debêntures será a data em que for realizada a primeira data ("Data de Emissão"); *5.1.2. Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão, na Data de Emissão, é de no mínimo R$90.000.000,00 (noventa milhões de Reais) e máximo de R$166.000.000,00 (cento e sessenta e seis milhões de Reais); *5.1.3. Série.* A Emissão será realizada em série única. *5.1.4. Quantidade de Debêntures e Valor Nominal Unitário.* A Companhia emitirá, no mínimo, 90.000 (noventa mil) debêntures e, no máximo 166.000 (cento e sessenta e seis mil) debêntures, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (um mil Reais) cada uma, na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); *5.1.5. Destinação dos Recursos.* As Partes concordam que os recursos captados pela Companhia com as Debêntures serão destinados para: (i) pagamento integral do saldo devedor, decorrente de debêntures da Companhia, nos termos do Contrato de Cessão Cédula Bancária nº 10012008000180, emitida pela Companhia em 25 de agosto de 2020 em favor do Itau Unibanco S.A. em valor total de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), e se respectivo banco credor não conceder anuência à Emissão, (ii) pagamento de earn-out e contraprestações contingentes de investimentos já realizados; (iii) investimentos em cotas de fundos geridos pela Captalys Gestão Ltda., subsidiária integral da Companhia ("Fundos"); (iv) investimentos e gastos corporativos gerais, incluindo, mas não se limitando a, fortalecimento de equipe de vendas, investimentos em desenvolvimento de plataformas tecnológicas, investimentos em marketing e branding, aquisição de empresas com atuação complementar a estratégia da Companhia; e (v) comissão de estruturação ao Investidor, conforme prevista em instrumento a ser assinado entre Investidor e Companhia. *5.1.6. Forma e Classe.* As Debêntures serão nominativas, sem emissão de cautelas e certificados. A titularidade das Debêntures será comprovada pelo registro do seu titular no Livro de Registro de Debenturistas da Companhia, obrigando-se a Companhia a (i) manter tal Livro devidamente atualizado; (ii) facultar ao Investidor acesso a tal Livro, para fins de verificação de eventos que afetem a sua condição de titular das Debêntures; e (iii) entregar ao Investidor, em até 5 (cinco) dias contados do término do procedimento de arrecadação para Oferta Restrita (conforme definido abaixo), comprovante emitido pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP UTVM – Títulos e Valores Mobiliários ("B3"), em nome do Investidor, que evidencie a titularidade das Debêntures; *5.1.7. Espécie.* As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. *5.1.8. Garantias.* Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações decorrentes da Escritura de Emissão e das Debêntures, obrigando-se o quanto previsto na Escritura de Emissão, a Companhia, os acionistas e/ou acionistas de determinadas sociedades investidas da Companhia, identificadas na Escritura de Emissão ("Investidas"), conforme o caso: (i) alienarão em favor do Investidor, as ações de determinadas Investidas, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações a serem celebrados ("Alienação Fiduciária de Ações Investidas" e "Contratos de Alienação Fiduciária de Ações Investidas", respectivamente"); Contratos de Alienação Fiduciária Ações Emissora (Acionistas)" e em conjunto, "Contratos de Alienação Fiduciária de Ações Emissora"); (ii) alienarão em favor do Investidor ações/cotas de determinadas sociedades integrantes de seu grupo econômico e direitos atrelados nos termos dos Contratos de Alienação Fiduciária de Ações/Cotas a serem celebrados ("Alienação Fiduciária de Ações/Cotas Investidas" e "Contratos de Alienação Fiduciária de Ações/Cotas Investidas"); (iii) cederão em favor do Investidor 100% (cem por cento) de quaisquer flows de receitas da Companhia, oriundos de ou que estejam atualmente onerados em favor da operação bancária ora existente, com o compromisso de constituir esta garantia em favor do Investidor assim que tais flows estejam livres e desembaraçados, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis a ser celebrado ("Cessão Fiduciária de Recebíveis", "Contrato de Cessão Fiduciárias de Recebíveis"); (iv) cederão em favor do Investidor 100% (cem por cento) dos quotas subordinadas do Captalys MPME FIDC, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Cotas Fundo a ser celebrado ("Cessão Fiduciária de Cotas MPME" e "Contrato de Cessão Fiduciária de MPME"); (v) cederão em favor do Investidor conta vinculada e "Conta Vinculada"), nos termos dos Contratos de Cessão Fiduciária de Recebíveis ("Contrato de Cessão de Fiduciária" e "e (vi) cederão em favor do Investidor, nos termos do Contrato de cash collateral com saldo equivalente a R$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de Reais) ("Cash Collateral"), nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis Cash Collateral ("Contrato de Cash Collateral" e em conjunto com o previsto nas alíneas acima, respectivamente, "Garantias" e "Contratos de Garantia"). *5.1.9. Vencimento das Debêntures.* Ressalvadas as hipóteses de Vencimento Antecipado (conforme definido na Escritura de Emissão) previstas na Escritura de Emissão e observado o direito de conversão das Debêntures em 6 (seis) anos , contados a partir da data da efetiva integralização da Valor Total da Emissão ("Data de Vencimento"). *5.1.10. Subscrição e Integralização. 5.1.11.1. Prazo de subscrição.* Respeitados os requisitos a que se referem a Escritura de Emissão, após o cumprimento das condições precedentes previstas na Escritura de Emissão, as Debêntures serão subscritas pelo Investidor ("Data de Subscrição" e "Condições Precedentes"). *5.1.11.2. Integralização.* Mediante o atendimento das Condições Precedentes, as Debêntures serão integralizadas (i) na primeira data prevista na Escritura de Emissão, pelo seu Valor Nominal Unitário ("Primeira Data de Integralização"); e (ii) para as demais integralizações, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização, até a data de sua efetiva integralização ("Preço de Integralização" e cada de data de integralização, individualmente, denominada uma "Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, mediante a transferência eletrônica (TED) para conta bancária de titularidade da Companhia, sendo certo que 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures, equivalentes a R$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de Reais) que são parte do Valor Total da Emissão serão integralizadas na Data de Emissão por meio da transferência eletrônica (TED) para conta bancária de titularidade da Emissora, cedida fiduciariamente em benefício do Investidor ("Cash Collateral"), ficando acordado que o referido saldo será liberado à Emissora após a prenotação perante o Registro Civil de Pessoas Jurídicas ("RCPJ") do Finvest Capital Partners ("Finvest FIP") acerca da Emissão e Garantias, devendo a Companhia, a cada Data de Integralização das Debêntures, atualizar o registro ou livro de registro das Debêntures da Companhia. *5.1.11.3.* As Debêntures que não forem integralizadas no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir desta da Data de Emissão serão automaticamente canceladas. *5.1.11.4.* Na hipótese de ocorrência de uma ou mais Condições Precedentes, desde que tal Condição Precedente não tenha sido expressamente renunciada, por escrito, pelo Investidor, o Investidor não será obrigado a subscrever e integralizar as Debêntures. *5.1.11.5.* Sujeitar-se-á mediante expressa e por escrito pelo Investidor de qualquer uma das Condições Precedentes para fins da subscrição e integralização das Debêntures, tal condição Precedente será considerada, exceto se de outra forma acordada entre o Investidor e a Companhia, como uma obrigação da Companhia a ser cumprida após a respectiva Data de Integralização, no prazo e condições definidos na carta de renúncia do Investidor. *5.1.12. Fundo de Liquidez.* Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures. *5.1.13. Fundo de Amortização.* Não será constituído fundo de amortização para a Emissão. *5.1.14 Aditivo de Ratings.* Não será constituído fundo de amortização para a Emissão. *5.1.15. Conversibilidade das Debêntures em Ações.* 5.1.15.1. O Investidor terá o direito (mas não a obrigação, exceto no âmbito de um IPO Qualificado, conforme disposto na Escritura de Emissão) de, a seu exclusivo critério e a qualquer momento a partir da Data de Emissão e até a Data de Vencimento ("Data Limite para Conversão"), converter a totalidade (e não menos do que a totalidade) do saldo devedor das Debêntures em ações ordinárias da Companhia ("Ações de Conversão") até a Data Limite para Conversão. (i) Em caso de conversão das Debêntures em Ações de Conversão, o Preço de Emissão, o preço de conversão por Ação de Conversão ("Preço de Conversão por Ação") será fixo e igual a R$7,78 (sete reais e setenta e oito centavos), devendo ser automaticamente deduzido por eventuais reduções de capital, resgate ou amortização de ações, dividendos pagos, juros sobre capital próprio e/ou quaisquer tipos de proventos distribuídos aos Acionistas a Data de Conversão, a ser exercido por meio de envio de uma conversão das Debêntures ("Data de Conversão"), exceto (i) dividendos já declarados e ainda não pagos até a presente data; e (ii) dividendos determinados pagos aos detentores das ações preferenciais B e C da Emissora (conforme definido no Acordo de Acionistas e Acordo de Acionistas) ("Eventos de Cash-out"); e (ii) exercício por eventuais aumentos de capital ou aporte de recursos e/ou ajuste na Data de Emissão e a Data de Conversão ("Eventos de Cash-in"). 5.1.15.2. As Ações de Conversão: (i) terão as mesmas características e condições e gozarão integralmente dos mesmos direitos e vantagens estatutariamente atribuídos atualmente e no futuro às ações ordinárias de emissão da Companhia, e (ii) participarão integralmente dos resultados distribuídos, inclusive dividendos e juros sobre capital próprio declarados referentes ao exercício exclusivamente, a partir da Data de Conversão. 5.1.15.3. As Partes concordam que as Ações de Conversão não terão direito de receber quaisquer valores referentes a dividendos declarados e não pagos antes da Data de Conversão. Desta forma, o Investidor ou seus sucessores não receberão quaisquer valores referentes a dividendos declarados e não pagos antes da Data de Conversão, os quais serão distribuídos após a Data de Conversão exclusivamente para aqueles que eram acionistas na data de declaração de tais dividendos. 5.1.15.4. Exercício da Conversão. Para exercício do direito de conversão das Debêntures, o Investidor deverá enviar notificação por escrito à Companhia, nos termos, a qualquer tempo até a Data Limite para Conversão ("Notificação de Conversão"). A ausência de Notificação de Conversão até a Data Limite ou a notificação intempestiva será considerada como renúncia ao direito de converter as Debêntures. 5.1.15.5. IPO Qualificado. Caso o Evento de Liquidez em questão seja um IPO Qualificado no âmbito da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ou qualquer bolsa norte americana e desde que tenha ocorrido (i) a aprovação do preço do IPO Qualificado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia; (ii) assinatura do contrato de distribuição referente ao IPO Qualificado com os respectivos coordenadores, e (iii) assinatura do placement facilitation and purchase agreement com os respectivos coordenadores ("Atos IPO Qualificado"), o Investidor obrigatoriamente exercerá seu direito de converter das Debêntures em ações de emissão da Companhia, observado o previsto na Escritura de Emissão. 5.1.15.6. As Partes acordam, ainda, que caso não ocorra a efetiva Consumação do IPO Qualificado todos os atos inerentes à conversão serão desfeitos, retornando as Debêntures e essa Escritura da Emissão ao seu status quo ante, de forma que a não Consumação do IPO Qualificado não prejudicará, em qualquer hipótese, qualquer conversão posterior das Debêntures em Ações de Conversão, sendo restabelecido em favor do Investidor o direito de converter as Debentures em Ações de Conversão que tenha sido objeto do IPO Qualificado não consumado. 5.1.15.7. Para o pleno cumprimento do disposto na Escritura de Emissão, a conversão das Debêntures nas Ações de Conversão será efetivada (i) no âmbito de um IPO Qualificado, na data da ocorrência do último dentre os Atos IPO Qualificado, observado o previsto na Escritura de Emissão. 5.1.15.6. As Partes acordam, ainda, que caso não ocorra a efetiva Consumação do IPO Qualificado todos os atos inerentes à conversão serão desfeitos, retornando as Debêntures e essa Escritura da Emissão ao seu status quo ante, de forma que a não Consumação do IPO Qualificado não prejudicará, em qualquer hipótese, qualquer conversão posterior das Debêntures em Ações de Conversão, sendo restabelecido em favor do Investidor o direito de converter as Debentures em Ações de Conversão que tenha sido objeto do IPO Qualificado não consumado. 5.1.15.7. Para o pleno cumprimento do disposto na Escritura de Emissão, a conversão das Debêntures nas Ações de Conversão será efetivada (i) no âmbito de um IPO Qualificado, na data da ocorrência do último dentre os Atos IPO Qualificado, observado o previsto na Escritura de Emissão; (ii) no âmbito de um IPO Qualificado, na data de recebimento, pela Companhia, da Notificação de Conversão enviada pelo Investidor sujeito à aprovação do CADE e dos Bacen, conforme o caso, ou (iii) em qualquer outra data, desde já se obriga, por si e pelos acionistas, a tomar todas as medidas necessárias para formalizar a conversão, incluindo a competente averbação e atualização do respectivo Livro de Registro de Ações Nominativas, bem como a enviar ao Investidor, em até 7 (sete) dias da efetivação da conversão das Debêntures, cópia do respectivo Livro de Registro de Ações Nominativas devidamente atualizado. No contexto das obrigações aqui previstas, a Companhia e o Investidor obrigam-se a adotar todas as medidas necessárias para fazer com que os acionistas da Companhia realizem uma Assembleia Geral Extraordinária da Companhia para homologar o aumento do seu capital social decorrente da emissão das Ações de Conversão, com a sua subsequente subscrição e integralização pelo Investidor, mediante a capitalização do crédito por ele detido contra a Companhia em razão das Debêntures convertidas. 5.1.15.8. Para os efeitos da Escritura de Emissão, o termo "Evento de Liquidez" significa qualquer uma das seguintes operações: (i) a oferta pública de distribuição primária e/ou secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de certificados de depósito de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários representativos de tais certificados de depósito de ações, a ser realizada no Brasil ou no exterior, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), ou da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400" e "Oferta", respectivamente), que resulte em efetiva transferência de controle da Companhia ou de seu grupo econômico, ou (ii) a venda, cessão ou qualquer outra forma de transferência de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de certificados de depósito de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários representativos de tais certificados de depósito de ações, a ser realizada no Brasil ou no exterior, nos termos da Instrução CVM 476 ou da Instrução CVM 400, que resulte em efetiva transferência de controle da Companhia ou de seu grupo econômico, ou (iii) a venda, cessão ou qualquer outra forma de transferência de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de certificados de depósito de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários representativos de tais certificados de depósito de ações, a ser realizada no Brasil ou no exterior, nos termos da Instrução CVM 476 ou da Instrução CVM 400, que resulte em efetiva transferência de controle da Companhia ou de seu grupo econômico, ou (iv) a venda, cessão ou qualquer outra forma de transferência de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de certificados de depósito de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários representativos de tais certificados de depósito de ações, a ser realizada no Brasil ou no exterior, nos termos da Instrução CVM 476 ou da Instrução CVM 400, que resulte em efetiva transferência de controle da Companhia ou de seu grupo econômico, ou (v) a venda, cessão ou qualquer outra forma de transferência de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de certificados de depósito de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários representativos de tais certificados de depósito de ações, a ser realizada no Brasil ou no exterior, nos termos da Instrução CVM 476 ou da Instrução CVM 400, que resulte em efetiva transferência de controle da Companhia ou de seu grupo econômico, ou (vi) a venda, cessão ou qualquer outra forma de transferência de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de certificados de depósito de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários representativos de tais certificados de depósito de ações, a ser realizada no Brasil ou no exterior, nos termos da Instrução CVM 476 ou da Instrução CVM 400, que resulte em efetiva transferência de controle da Companhia ou de seu grupo econômico, ou (vii) a venda, cessão ou qualquer outra forma de transferência de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de certificados de depósito de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários representativos de tais certificados de depósito de ações, a ser realizada no Brasil ou no exterior, nos termos da Instrução CVM 476 ou da Instrução CVM 400, que resulte em efetiva transferência de controle da Companhia ou de seu grupo econômico, ou (viii) a venda, cessão ou qualquer outra forma de transferência de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de certificados de depósito de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários representativos de tais certificados de depósito de ações, a ser realizada no Brasil ou no exterior, nos termos da Instrução CVM 476 ou da Instrução CVM 400, que resulte em efetiva transferência de controle da Companhia ou de seu grupo econômico, ou (ix) a venda, cessão ou qualquer outra forma de transferência de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de certificados de depósito de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários representativos de tais certificados de depósito de ações, a ser realizada no Brasil ou no exterior, nos termos da Instrução CVM 476 ou da Instrução CVM 400, que resulte em efetiva transferência de controle da Companhia ou de seu grupo econômico, ou (x) a venda, cessão ou qualquer outra forma de transferência de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de certificados de depósito de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários representativos de tais certificados de depósito de ações, a ser realizada no Brasil ou no exterior, nos termos da Instrução CVM 476 ou da Instrução CVM 400, que resulte em efetiva transferência de controle da Companhia ou de seu grupo econômico, ou (xi) a venda, cessão ou qualquer outra forma de transferência de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de certificados de depósito de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários representativos de tais certificados de depósito de ações, a ser realizada no Brasil ou no exterior, nos termos da Instrução CVM 476 ou da Instrução CVM 400, que resulte em efetiva transferência de controle da Companhia ou de seu grupo econômico, ou (xii) a venda, cessão ou qualquer outra forma de transferência de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de certificados de depósito de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários representativos de tais certificados de depósito de ações, a ser realizada no Brasil ou no exterior, nos termos da Instrução CVM 476 ou da Instrução CVM 400, que resulte em efetiva transferência de controle da Companhia ou de seu grupo econômico, ou (xiii) a venda, cessão ou qualquer outra forma de transferência de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de certificados de depósito de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários representativos de tais certificados de depósito de ações, a ser realizada no Brasil ou no exterior, nos termos da Instrução CVM 476 ou da Instrução CVM 400, que resulte em efetiva transferência de controle da Companhia ou de seu grupo econômico, ou (xiv) a venda, cessão ou qualquer outra forma de transferência de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de certificados de depósito de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários representativos de tais certificados de depósito de ações, a ser realizada no Brasil ou no exterior, nos termos da Instrução CVM 476 ou da Instrução CVM 400, que resulte em efetiva transferência de controle da Companhia ou de seu grupo econômico, ou (xv) a venda, cessão ou qualquer outra forma de transferência de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de certificados de depósito de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários representativos de tais certificados de depósito de ações, a ser realizada no Brasil ou no exterior, nos termos da Instrução CVM 476 ou da Instrução CVM 400, que resulte em efetiva transferência de controle da Companhia ou de seu grupo econômico, ou (xvi) a venda, cessão ou qualquer outra forma de transferência de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de certificados de depósito de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários representativos de tais certificados de depósito de ações, a ser realizada no Brasil ou no exterior, nos termos da Instrução CVM 476 ou da Instrução CVM 400, que resulte em efetiva transferência de controle da Companhia ou de seu grupo econômico, ou (xvii) a venda, cessão ou qualquer outra forma de transferência de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de certificados de depósito de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários representativos de tais certificados de depósito de ações, a ser realizada no Brasil ou no exterior, nos termos da Instrução CVM 476 ou da Instrução CVM 400, que resulte em efetiva transferência de controle da Companhia ou de seu grupo econômico, ou (xviii) a venda, cessão ou qualquer outra forma de transferência de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de certificados de depósito de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários representativos de tais certificados de depósito de ações, a ser realizada no Brasil ou no exterior, nos termos da Instrução CVM 476 ou da Instrução CVM 400, que resulte em efetiva transferência de controle da Companhia ou de seu grupo econômico, ou (xix) a venda, cessão ou qualquer outra forma de transferência de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de certificados de depósito de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários representativos de tais certificados de depósito de ações, a ser realizada no Brasil ou no exterior, nos termos da Instrução CVM 476 ou da Instrução CVM 400, que resulte em efetiva transferência de controle da Companhia ou de seu grupo econômico, ou (xx) a venda, cessão ou qualquer outra forma de transferência de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de certificados de depósito de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários representativos de tais certificados de depósito de ações, a ser realizada no Brasil ou no exterior, nos termos da Instrução CVM 476 ou da Instrução CVM 400, que resulte em efetiva transferência de controle da Companhia ou de seu grupo econômico, ou (xxi) a venda, cessão ou qualquer outra forma de transferência de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de certificados de depósito de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários representativos de tais certificados de depósito de ações, a ser realizada no Brasil ou no exterior, nos termos da Instrução CVM 476 ou da Instrução CVM 400, que resulte em efetiva transferência de controle da Companhia ou de seu grupo econômico, ou (xxii) a venda, cessão ou qualquer outra forma de transferência de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de certificados de depósito de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários representativos de tais certificados de depósito de ações, a ser realizada no Brasil ou no exterior, nos termos da Instrução CVM 476 ou da Instrução CVM 400, que resulte em efetiva transferência de controle da Companhia ou de seu grupo econômico, ou (xxiii) a venda, cessão ou qualquer outra forma de transferência de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de certificados de depósito de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários representativos de tais certificados de depósito de ações, a ser realizada no Brasil ou no exterior, nos termos da Instrução CVM 476 ou da Instrução CVM 400, que resulte em efetiva transferência de controle da Companhia ou de seu grupo econômico, ou (xxiv) a venda, cessão ou qualquer outra forma de transferência de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de certificados de depósito de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários representativos de tais certificados de depósito de ações, a ser realizada no Brasil ou no exterior, nos termos da Instrução CVM 476 ou da Instrução CVM 400, que resulte em efetiva transferência de controle da Companhia ou de seu grupo econômico, ou (xxv) a venda, cessão ou qualquer outra forma de transferência de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de certificados de depósito de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários representativos de tais certificados de depósito de ações, a ser realizada no Brasil ou no exterior, nos termos da Instrução CVM 476 ou da Instrução CVM 400, que resulte em efetiva transferência de controle da Companhia ou de seu grupo econômico, ou (xxvi) a venda, cessão ou qualquer outra forma de transferência de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de certificados de depósito de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários representativos de tais certificados de depósito de ações, a ser realizada no Brasil ou no exterior, nos termos da Instrução CVM 476 ou da Instrução CVM 400, que resulte em efetiva transferência de controle da Companhia ou de seu grupo econômico, ou (xxvii) a venda, cessão ou qualquer outra forma de transferência de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de certificados de depósito de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de títulos ou valores mobiliários representativos de tais certificados de depósito de ações, a ser realizada no Brasil ou no exterior, nos termos da Instrução CVM 476 ou da Instrução CVM 400, que resulte em efetiva transferência de controle da Companhia ou de seu grupo econômico, ou (xxviii) a venda, cessão ou qualquer outra forma de transferência de ações ordin

CENTRO DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL NOSSO LAR
CNPJ. 67.139.907/0001-07

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO 2020

ATIVO	R$	PASSIVO	R$
CIRCULANTE	**2.908.940**	**CIRCULANTE**	**1.788.639**
DISPONIVEL	**2.188.390**	**CURTO PRAZO**	**1.788.639**
Caixa Geral Com Restrição	1.552	Obrigações Gerais	199.917
Bancos Mov. Com Restrição	344.150	Obrigações Sociais	96.812
Bancos Mov. Sem Restrição	5.252	Obrigações Trabalhistas	288.653
Bancos Poup. Com Restrição	1.476.027	Obrigações Tributárias	13.835
Bancos Poup. Sem Restrição	361.405	Fornecedores Gerais	313.951
CREDITOS DIVERSOS	**720.550**	Provisões	446.720
Adiantamentos	10.903	Outras Obrigações	429.547
Valores a Receber	707.947	**NÃO CIRCULANTE**	**6.180.564**
Outros Créditos	1.700	**LONGO PRAZO**	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**5.317.391**	Empréstimos	4.999.573
		Contingências a pagar	424.702
IMOBILIZADO	**6.028.807**	Provisões Para Verbas Rescisórias	756.290
IMOBILIZAÇÕES	6.028.807	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**257.127**
DEPRECIAÇÃO	**711.416**	Patrimônio Social	-377.587
(-) Depreciação do Imobilizado	711.416	Superávit/(Déficit) do Exercício	634.714
TOTAL DO ATIVO	**8.226.330**	**TOTAL DO PASSIVO**	**8.226.330**

NOTAS EXPLICATIVAS

I – CONTEXTO OPERACIONAL O CENTRO DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL NOSSO LAR, constituído em 1 de julho de 1991 é entidade civil, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, assistencial, promocional, recreativo e educacional, que funciona desde 23 de maio de 1987 como Departamento Assistencial do Centro Espírita "A Caminho da Luz", denominado nessa data, e que teve tempo indeterminado. Localizada na Rua Jaliscu, nº 12, bairro da Casa Piano, município de São Paulo. A Entidade tem por finalidade a criação e manutenção de unidades de atendimento para promover o bem estar físico, mental, emocional e social de indivíduos, crianças, jovens, adultos, idosos e famílias, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com recursos próprios e com auxílio de poderes públicos e da sociedade civil. No desenvolvimento de suas atividades, o Centro de Assistência e Promoção Social Nosso Lar não terá e não admitirá que seus associados o façam, qualquer discriminação em razão de convicção política ou filosófica, crença religiosa, condição social, raça, nacionalidade, sexo, cor, idade, quer pessoalmente ou através de grupos, partidos, permanentes e eventuais. **II – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societárias brasileiras e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras. **III – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** a) Moeda funcional e de apresentação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, moeda funcional da Entidade. b) Apuração do superávit/(déficit) do exercício. As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência de exercício, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais. c) Estimativas contábeis: A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à incerteza inerente a tais premissas e estimativas. Revisamos periodicamente essas estimativas. d) Instrumentos financeiros: Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações. e) Ativos circulantes e não circulantes: Disponibilidades - caixa e equivalentes de caixa. Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa. Aplicações financeiras: São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras, não ultrapassando o valor de mercado. Contas a receber: Estão demonstradas pelos valores de custo acrescidos de rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras, não ultrapassando o valor de mercado. Estoques: A entidade possui estoque constituído de gêneros alimentícios, perecíveis e não perecíveis, destinados à distribuição gratuita para pessoas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com recursos próprios e com auxílio de poderes públicos e da sociedade civil. No desenvolvimento de suas atividades, o Centro de Assistência e Promoção Social Nosso Lar não terá e não admitirá que seus associados o façam, qualquer discriminação em razão de convicção política ou filosófica, crença religiosa, condição social, raça, nacionalidade, sexo, cor, idade, quer pessoalmente ou através de grupos, partidos, permanentes e eventuais. **III – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societárias brasileiras e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras. **III – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** a) Moeda funcional e de apresentação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, moeda funcional da Entidade. b) Apuração do superávit/(déficit) do exercício. As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência de exercício, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais. c) Estimativas contábeis: A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à incerteza inerente a tais premissas e estimativas. Revisamos periodicamente essas estimativas. d) Instrumentos financeiros: Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações. e) Ativos circulares e não circulantes: Disponibilidades - caixa e equivalentes de caixa. Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa. Aplicações financeiras: São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras, não ultrapassando o valor de mercado. Contas a receber: Estão demonstradas pelos valores de custo acrescidos de rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras, não ultrapassando o valor de mercado. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Conforme determina as normas de contabilidade, apresentação das demonstrações financeiras dos fluxos de caixa, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de curto prazo e que não estão sujeitos a risco de mudança de valor. Os valores mantidos pelas aplicações financeiras estão registrados pelos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações. As aplicações financeiras (fundos de curto prazo) estão apresentadas pelos valores aplicados, acrescidos dos rendimentos financeiros auferidos até a data do balanço. **(c) Ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial do Instituto quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais. **(d) Valores a receber:** são apresentados pelo montante a receber de sobrevenção a convênio firmado com as Secretarias Municipais de Assistência e Educação e Desenvolvimento Social, dos municípios de São Paulo/SP e de Ponta Grossa/PR, no montante previsto nos termos de parceria assinado entre as partes. **(e) Imobilizado:** Representados ao custo de aquisição ou construção, reduzido da depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, deduzido dos documentos de despesas, receitas, dos respectivos balancetes, diários e extratos bancários. **2 - Da Movimentação Financeira Mensal** - Os balancetes, analisados e conferidos, foram apresentados de forma cumulativa pela contadora. Conselho Fiscal feito a apuração dos lançamentos mensalmente, estando todos em perfeita ordem. **3 - Parecer** – Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados pela diretoria da Entidade, o Conselho para pouranimidade de seus membros, é de opinião que os documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de Dezembro de 2020, razão pela qual recomenda a aprovação de tais documentos pela Assembleia Geral.

São Paulo, 29 de abril de 2021

Adriana Almeida Conceição - CPF: 079.052.089-31
Ana Chaicouski - CPF: 014.611.118-46
Judite Ribeiro de Lima - CPF: 476.941.499-49

BANCO PAULISTA S.A.
CNPJ 61.820.817/0001-09 - NIRE 35300034378-3 - **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 04.12.2019**

Data, Hora e Local: em 04.12. 2019, às 10h, na sede social do Banco Paulista S.A., na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 2º andar, São Paulo/SP. **Convocação e Presença:** dispensadas as formalidades de convocação, em razão do comparecimento dos acionistas representando a totalidade do capital social, nos termos do §4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76. **Quorum**: acionistas representando a totalidade do capital social. **Instalação**: instalada pelo acionista Álvaro Augusto Vidigal. **Composição da Mesa:** Sr. Marcelo de Toledo Guimarães - Presidente e Álvaro Augusto Vidigal - Secretário. **Conselho Fiscal**: não instalado no período. **Ordem do Dia**: examinar, discutir e votar sobre os seguintes matérias: **a)** aprovação do relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social findo em 31.12.2018; das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2018, do relatório do Comitê de Auditoria e do parecer elaborado pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S.; **b)** eleição dos membros da Diretoria; **c)** alteração do jornal de grande circulação para os futuros publicações legais da Sociedade; e **d)** autorização para os diretores da Sociedade praticarem todos os atos necessários à implementação das deliberações da ordem do dia. **Deliberações:** foi aprovada, por unanimidade de votos, o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social findo em 31.12.2018, das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2018, do relatório do Comitê de Auditoria e do parecer elaborado pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. **b)** eleição dos membros da Diretoria: foi reconduzido ao cargo de diretor presidente, para o período de 1 (um) ano, a contar da presente data, o acionista Sr. Marcelo de Toledo Guimarães - Presidente, Álvaro Augusto Vidigal, Homero Amaral Júnior e Álvaro Augusto de Freitas Vidigal. A presente Ata e cópia fiel da lavrada em livro próprio. JUCESP 213.558/20-8 em 22/06/2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

BANCO PAULISTA S.A.
CNPJ 61.820.817/0001-09 - NIRE 35300034378-3 - **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 06.02.2020**

Data, Hora e Local: em 06.02.2020, às 10h, na sede social do Banco Paulista S.A., Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 2º andar, São Paulo/SP. **Convocação e Presença:** dispensadas as formalidades de convocação, em razão do comparecimento dos acionistas representando a totalidade do capital social, nos termos do §4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Quorum**: acionistas representando a totalidade do capital social. **Instalação**: instalada pelo acionista Álvaro Augusto Vidigal. **Composição da Mesa:** Sr. Marcelo de Toledo Guimarães - Presidente, Álvaro Augusto Vidigal - Secretário. **Ordem do Dia:** a) alteração do CEP de endereço da Sociedade; **b)** redução de capital social da Sociedade; **c)** alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Sociedade para refletir o aumento do capital social; **e)** autorização à administração da Sociedade a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações da ordem do dia. **Deliberações:** após o exame e a discussão das matérias da ordem do dia, os acionistas da Sociedade deliberaram e aprovaram por unanimidade e quanto ungue: (a) a alteração do CEP de endereço da Sociedade, em razão da criação de CEP específico para o edifício em que se localiza a sede social da Sociedade, passando para 01452-902; (b) a redução do capital social da Sociedade, dos R$ 206.300.000,00, já integralizados, para R$ 146.300.000, uma redução, portanto, no valor de R$60.000.000,00, sem cancelamento de ações e emissão de novas ações da Sociedade, tendo em vista o capital social ser excessivo em relação ao patrimônio líquido da Sociedade, nos termos do artigo 173 da LSA, a referida redução será realizada mediante restituição aos acionistas, proporcionalmente às respectivas participações no capital social da Sociedade, de 1.200 ações de emissão da subsidiária Socopa Sociedade Corretora Paulista S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 62.285.390/0001-40 ("**Socopa**"), com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 3º andar, São Paulo/SP, CEP 01452-919, CNPJ nº 62.285.390/0001-40 ("**Socopa**"), a valor contábil. Os diretos patrimoniais e políticos referentes às ações de emissão da Socopa, verificados a partir da data da presente deliberação, serão atribuídos a cada acionista proporcionalmente à quantidade de ações da Socopa que venham a ser restituídas nesta data; (c) a redução do capital da Socopa determinada pelo artigo 5º do Estatuto Social da Socopa aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da Socopa ocorrida nesta mesma data, a ser integralizada em moeda corrente nacional, que após efetivada a redução de capital da Socopa, o valor do capital social da Socopa passará a ser de R$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 750.000.000 (setecentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando a vigorar com a seguinte nova redação: "*Artigo 5º - O Capital Social é de R$ 146.300.000,00 (cento e quarenta e seis milhões e trezentos mil reais), dividido em 146.300.000 (cento e quarenta e seis milhões e trezentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no qual R$ 146.300.000,00 (cento e quarenta e seis milhões e trezentos mil reais) estão totalmente subscritos e integralizados em moeda corrente nacional.*"; e (d) a autorização à administração da Sociedade a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações ora tomadas. **Esclarecimentos:** as deliberações ora aprovadas estão condicionadas à **aprovação da redução de capital da Socopa** - Sociedade Corretora Paulista S.A., sediada na cidade e Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 3º andar, São Paulo/SP, CEP 01452-919, CNPJ nº 62.285.390/0001-40 ("**Socopa**"), na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida nesta mesma data, já lavrada; **(b)** a aprovação da redução de capital da Sociedade na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida nesta mesma data, já lavrada; **(c)** a aprovação da redução de capital da Sociedade na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida nesta mesma data, já lavrada; **(d)** a aprovação do CEP de endereço da Sociedade pela Receita Federal do Brasil; e **(e)** a aprovação pelo Banco Central do Brasil da reorganização societária envolvendo a Sociedade e a Socopa, nos termos da regulamentação aplicável. Caso as condições não sejam cumpridas, ou acontecer circunstância que impeça ou não tenha sido efetuada a(s) referida(s) redução(ões) de capital, as deliberações ora tomadas não terão efeito e que tomarão todas as medidas apropriadas para cancelar tais deliberações. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar. Mesa: Marcelo de Toledo Guimarães - Presidente; Álvaro Augusto Vidigal - Secretário. Acionistas presentes: Álvaro Augusto Vidigal e Homero Amaral Júnior. Esta ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. O anexo I e II encontram-se à disposição na Sede do Banco. JUCESP 274.889/20-1 em 28/07/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

BANCO PAULISTA S.A.
CNPJ 61.820.817/0001-09 - NIRE 35300034378-3 - **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 06.02.2020**

Data, Hora e Local: em 06.02.2020, às 10h, na sede social do Banco Paulista S.A., na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 2º andar, São Paulo/SP. **Convocação e Presença:** dispensadas as formalidades de convocação, em razão do comparecimento dos acionistas representando a totalidade do capital social, nos termos do §4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Quorum**: acionistas representando a totalidade do capital social. **Instalação**: instalada pelo acionista Álvaro Augusto Vidigal. **Composição da Mesa:** Sr. Marcelo de Toledo Guimarães - Presidente, Álvaro Augusto Vidigal - Secretário. **Ordem do Dia:** examinar, discutir e votar sobre as seguintes matérias: **a)** aumento do capital social da Sociedade; **b)** alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Sociedade para refletir o aumento do capital social; e **c)** autorização à administração da Sociedade a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações da ordem do dia. **Deliberações:** após o exame e a discussão das matérias da ordem do dia, os acionistas da Sociedade deliberaram e aprovaram por unanimidade e quanto ungue: (a) o aumento do capital social da Sociedade, passando dos R$ 146.300.000,00, já integralizados, para R$ 206.300.000,00, uma elevação, portanto, no valor de R$60.000.000,00, com emissão de 60.000.000 de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, tendo em vista o capital social ser excessivo em relação ao patrimônio líquido da Sociedade, nos termos do artigo 173 da LSA, a referida redução será realizada mediante restituição aos acionistas, proporcionalmente às respectivas participações no capital social da Sociedade, de 1.200 ações de emissão da subsidiária Socopa Sociedade Corretora Paulista S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 62.285.390/0001-40 ("**Socopa**"), com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 3º andar, São Paulo/SP, CEP 01452-919, CNPJ nº 62.285.390/0001-40 ("**Socopa**"), a valor contábil. Os diretos patrimoniais e políticos referentes às ações de emissão da Socopa, verificados a partir da data da presente deliberação, serão atribuídos a cada acionista proporcionalmente à quantidade de ações da Socopa que venham a ser restituídas nesta data; (b) a redução do capital social da Socopa determinada pelo artigo 5º do Estatuto Social da Socopa aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da Socopa ocorrida nesta mesma data, a ser integralizada em moeda corrente nacional, que após efetivada a redução de capital da Socopa, o valor do capital social da Socopa passará a ser de R$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 750.000.000 (setecentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando a vigorar com a seguinte nova redação: "*Artigo 5º - O Capital Social é de R$ 146.300.000,00 (cento e quarenta e seis milhões e trezentos mil reais), dividido em 146.300.000 (cento e quarenta e seis milhões e trezentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no qual R$ 146.300.000,00 (cento e quarenta e seis milhões e trezentos mil reais) estão totalmente subscritos e integralizados em moeda corrente nacional.*"; e (c) a autorização à administração da Sociedade a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações ora tomadas. **Esclarecimentos:** as deliberações ora aprovadas estão condicionadas à **aprovação da redução de capital da Socopa** - Sociedade Corretora Paulista S.A., sediada na cidade e Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 3º andar, São Paulo/SP, CEP 01452-919, CNPJ nº 62.285.390/0001-40 ("**Socopa**"), na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida nesta mesma data, já lavrada; **(b)** a aprovação da redução de capital da Sociedade na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida nesta mesma data, já lavrada; **(c)** a aprovação do CEP de endereço da Sociedade pela Receita Federal do Brasil; e **(d)** a aprovação pelo Banco Central do Brasil da reorganização societária envolvendo a Sociedade e a Socopa, nos termos da regulamentação aplicável. Caso as condições não sejam cumpridas, ou acontecer circunstância que impeça ou não tenha sido efetuada a(s) referida(s) redução(ões) de capital, as deliberações ora tomadas não terão efeito e que tomarão todas as medidas apropriadas para cancelar tais deliberações. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar. Mesa: Marcelo de Toledo Guimarães - Presidente; Álvaro Augusto Vidigal - Secretário. Acionistas presentes: Álvaro Augusto Vidigal e Homero Amaral Júnior. Esta ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. O anexo I e II encontram-se à disposição na Sede do Banco. JUCESP 274.889/20-1 em 28/07/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Instituto das Filhas Filhos do Coração Imaculado de Maria
CNPJ: 62.717.137/0001-19

Demonstrações Financeiras de 2020 e 2019

Balanços patrimoniais findos em 31 de dezembro - Em reais (R$)

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante		**960.263**	**1.482.092**
Caixa e equivalentes de caixa	4	**449.896**	**1.289.633**
Caixa		3.596	3.596
Bancos contas correntes	4	**58.299**	**32.325**
Contas correntes (com restrição)		58.137	31.894
Contas correntes (sem restrição)		161	431
Aplicações financeiras	4	**229.005**	**411.544**
Aplicação/Poupança (com restrição)		71.608	130.677
Aplicação/Poupança (sem restrição)		157.397	280.871
Créditos e valores a receber	5	**667.373**	**1.032.244**
Adiantamento a colaboradores		56.899	36.472
Adiantamento a fornecedores		-	-
Impostos a recuperar		3.321	317
Convênio Pref. Municipal de São Paulo/SP		607.154	619.975
Convênio Pref. Municipal de Ponta Grossa/PR		-	375.479
Não circulante		**1.968.211**	**2.048.409**
Convênio Pref. Municipal de São Paulo/SP		607.154	619.975
Imobilizado	6	1.819.702	1.810.299
(-) Depreciação	6	(458.645)	(381.758)
Imobilizado líquido	6	**1.361.057**	**1.428.500**
Total do ativo		**2.928.320**	**3.530.592**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
Circulante		**712.558**	**1.119.966**
Obrigações trabalhistas	7	26.407	46.969
Provisão de férias e encargos	7	74.076	67.526
Obrigações sociais e fiscais	7	4.921	10.018
Subvenções a realizar - Pref. São Paulo/SP	7	607.154	619.975
Subvenções a realizar - Pref. Ponta Grossa/PR	7	-	375.478
Não circulante			
Subvenções a realizar - Pref. São Paulo/SP		607.154	619.975
Patrimônio líquido (social)	10	**1.608.762**	**1.790.626**
Superávit / Déficit acumulados		1.790.626	1.775.946
Superávit / Déficit do exercício		(181.865)	14.679
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.928.320**	**3.530.592**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais (R$)

	Superávit / Déficit Acumulados	Superávit / Déficit do Exercício	Total do Patrimônio líquido (social)
Em 31 de Dezembro de 2018	**1.775.946**	**14.679**	**1.790.626**
Apropriação do superávit do exercício de 2018	**90.191**	**(90.191)**	**-**
Superávit do exercício de 2019		**14.679**	**14.679**
Em 31 de Dezembro de 2019	**1.775.946**	**14.679**	**1.790.626**
Apropriação do superávit do exercício de 2019	**14.679**	**(14.679)**	**-**
Déficit do exercício de 2020		**(181.865)**	**(181.865)**
Em 31 de Dezembro de 2020	**1.790.626**	**(181.865)**	**1.608.762**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2020 e de 2019. Valores apresentados em reais (R$).

1. Contexto Operacional: O Instituto das Filhas e Filhos do Coração Imaculado de Maria, também denominado como "Instituto" é uma Associação civil de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, de cunho filantrópico, de natureza educacional, cultural, beneficente e assistencial, conforme seu Estatuto Social. O Instituto foi fundado em 21/04/1998, sendo organizado sob a forma de pessoa jurídica de direito privado Delfie Filgie E Dei Figl Del Cuore Immacolato Di Maria, sediada em Roma, na Itália. Que sede social no Brasil está instalada a Av. Dr. Arnaldo nº 1.492, bairro do Sumaré, São Paulo-SP, inscrito no CNPJ sob. nº 62.717.137/0001-19, e seu estatuto social encontra-se registrado junto 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas. **O Instituto tem por objeto social: (a)** oferecer e desenvolver o ensino nos seus vários graus, a educação moral, cívica e religiosa; **(b)** promover a defesa e difusão de promoção humana, beneficente, filantrópica e de assistência social; **(c)** assistir, educar, amparar pessoas carentes, primando pela formação moral da infância e da juventude brasileira; **(d)** organizar e manter bibliotecas, ambulatórios, dispensários de educação e de assistência social; **(e)** assistir e dar proteção à velhice, à maternidade, à infância e à adolescência, bem como educar crianças e adolescentes em regime de semi-internato ou de internato, quando necessário; **(f)** amparar e manter lavradores, pescadores, artesãos e operários, suas famílias e dependentes, quando necessário; **(g)** assistir, educar, amparar pessoas carentes, primando pela formação moral da infância e da juventude brasileira; **(h)** organizar e manter bibliotecas, ambulatórios, dispensários de educação e de assistência, saúde, raça, credo religioso, sexo, idade, opinião política, condição social ou qualquer outra condição. **O Instituto é composto pelas seguintes unidades: Mantenedora:** Instituto das Filhas e Filhos do Coração Imaculado de Maria, localizada em São Paulo/SP, CNPJ 62.717.137/0001-19; **Mantida:** "Centro Infantil Regnum Dei": Instituto das Filhas e Filhos do Coração Imaculado de Maria, localizada em Ponta Grossa/PR, CNPJ 62.717.137/0002-09; **Mantida:** "Creche Nossa Senhora de Fátima": Instituto das Filhas e Filhos do Coração Imaculado de Maria, localizada em São Paulo/SP, CNPJ 62.717.137/0003-80; **Mantida:** "Ação Social Nossa Senhora de Fátima": Instituto das Filhas e Filhos do Coração Imaculado de Maria, localizada em Ponta Grossa/PR, CNPJ 62.717.137/0004-61. Para a consecução de suas finalidades institucionais, o Instituto obtém recursos financeiros principalmente por meio de convênios e termos de parceria firmados com os municípios de São Paulo/SP e de Ponta Grossa/PR, como também de recursos próprios a título de doações de pessoas físicas e jurídicas, além de rendimentos provenientes de suas aplicações financeiras, representados por aplicações de curto prazo, CDB's e poupança, e se referem em grande parte a provisões para a cobertura de encargos trabalhistas, e para manutenção de sua estrutura física. O Instituto das Filhas e Filhos do Coração Imaculado de Maria, possui o Título de Utilidade Pública Federal, sob número 93.540 de 07/11/1986, e no Cadastro das Entidades Parceiras do Terceiro Setor - CENTS - Decreto 52830 de 01/12/2011. A Entidade possui também o CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Educação conforme processo nº 23000.020645/2016-30 deferido para a vigência 13/07/2018 a 12/07/2021 pelo Ministério da Educação - MEC, por ser suas atividades preponderantes na área de Educação. A Entidade, nos termos estabelecidos no artigo 150, inciso VI, alínea "C" da Constituição Federal de 1988, em atendimento ao disposto nos artigos 9º e 14º do Código Tributário Nacional – Lei 5.172/66 é imune de tributação sobre seu patrimônio, renda ou prestação de serviços. Ainda de acordo com a CF/88, através do artigo 195, parágrafo 7º; a Entidade é imune de contribuição para a seguridade social. O Instituto em 2020, conforme determina seus objetivos institucionais e sociais, ofereceu nas suas instituições mantidas atendimento 100% gratuito a todos os seus assistidos, que compreende perfil socioeconômico previsto na Lei 12.101/2009 e suas modificações com a 12.868/2013 e 13.043/2014, Decreto regulamentador nº 8.242/2014, com também pela Portaria Normativa MEC nº 15 de 11 de agosto de 2017. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, atendendo a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade, CFC nº 1.376/2011, que altera a NBC TG 27 - Demonstrações Contábeis, a CFC nº 1.150/2009 que aprovou a NBC TG 13 - Adoção Inicial da Lei n.11.638/2007 e da Lei 11.941/2009 que alteraram artigos da Lei 6.404/76, e especialmente a Resolução CFC nº 1.409/2012, que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) no qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas das Entidades sem finalidade de lucros." **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Regime:** A prática contábil adotada está de acordo com a ITG 2002 (R1) aprovada pela Resolução nº 1.409/2012, respeitando os Princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial o da Oportunidade e o da Competência. **2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Instituto. **2.5. Demonstração de resultados abrangentes:** Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes que não tenham sido incluídas no cálculo que possibilitem compor a demonstração de resultados abrangentes, assim essa demonstração não está sendo apresentada. **Formalidades da escrituração contábil - Resolução 1.330/11 (ITG 2000):** O Instituto mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processamento eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de suporte, na sua falta, a origem do lançamento. **Livros:** O Instituto possui livros contábeis e societários, devidamente registrados e em boa ordem, e atualmente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas da Capital, em relação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças que apoiam ou comprovem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil; revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contadores " e mantém em boa ordem a documentação contábil. **3. Principais Práticas Contábeis:** A seguir, sumário das principais práticas contábeis adotadas para Entidade e em descritivo e demonstrações dos efeitos no resultado e no patrimônio líquido. **(a) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir do momento em que a entidade se torna parte das exposições contratuais de cada instrumento. Quando um ativo ou passivo financeiro é inicialmente reconhecido é registrado pelo seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo ou passivo financeiro. Os títulos e valores mobiliários são atualizados pelos juros incorridos até a data de encerramento das demonstrações financeiras, não ultrapassando o valor de mercado. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Conforme determina as normas de contabilidade, apresentação das demonstrações financeiras dos fluxos de caixa, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de curto prazo e que não estão sujeitos a risco de mudança de valor. Os valores mantidos pelas aplicações financeiras estão registrados pelos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações. As aplicações financeiras (fundos de curto prazo) estão apresentadas pelos valores aplicados, acrescidos dos rendimentos financeiros auferidos até a data do balanço. **(c) Ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial do Instituto quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais. **(d) Valores a receber:** são apresentados pelo montante a receber de sobrevenção a convênio firmado com as Secretarias Municipais de Assistência e Educação e Desenvolvimento Social, dos municípios de São Paulo/SP e de Ponta Grossa/PR, no montante previsto nos termos de parceria assinado entre as partes. **(e) Imobilizado:** Representados ao custo de aquisição ou construção, reduzido da depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, deduzido

Demonstração de resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais (R$)			
	Nota	2020	2019
Receita operacional			
Receita com assistência à educação			
Com restrição			
Convênios - Prefeituras Municipais		780.765	1.051.792
Sem restrição			
Doações		15.483	60.689
Rendimento e eventos		27.077	78.822
		42.560	**139.511**
Total das receitas (assistência à educação)		**823.325**	**1.191.303**
Total das receitas (assistência social)		**84.129**	**200.919

BS Holding S.A.

CNPJ/MF nº 05.275.432/0001-29
Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras resumidas da Companhia, referentes ao exercício findo em 31.12.2020.

A Diretoria.

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro (Valores expressos em reais)

Ativo	2020	2019	Passivo	2020	2019
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	1.735.118,55	34.334,59	Fornecedores	445,50	698,24
Clientes	4.206.122,68	94.265,36	Obrigações fiscais	163.770,41	14.589,16
Adiantamentos	1.910,16	-	Dividendos a pagar	2.700.330,82	-
Estoques	830.465,14	2.125.144,69	**Total do Passivo Circulante**	**2.866.546,73**	**15.287,40**
Total do Ativo Circulante	**6.773.636,53**	**2.253.744,64**	**Não Circulante**		
			Receitas a apropriar	3.815.050,87	81.180,50
Não Circulante			**Total do Passivo Não Circulante**	**3.815.050,87**	**81.180,50**
Investimentos	60.171.385,00	59.297.192,13	**Patrimônio Líquido**		
Total do Ativo Não Circulante	**60.171.385,00**	**59.297.192,13**	Capital social	60.066.550,00	60.066.550,00
			Adiantamento para futuro aumento de capital	-	294.999,06
			Reserva legal	196.873,93	62.413,60
			Reservas de lucros	-	1.030.506,27
			Total do Patrimônio Líquido	**60.263.423,93**	**61.454.468,87**
			Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**66.945.021,53**	**61.550.936,77**
Total do Ativo	**66.945.021,53**	**61.550.936,77**			

Demonstração do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Valores expressos em reais)

	2020	2019
Receita Operacional Líquida	**5.923.503,60**	**651.576,17**
Custo das mercadorias vendidas	(944.672,60)	(56.304,76)
Lucro Bruto	**4.978.831,00**	**595.271,41**
Receitas (Despesas) Operacionais		
Despesas comerciais	(299.078,85)	-
Despesas administrativas	(458.970,25)	(507.057,54)
Impostos e taxas	(104.443,75)	(101.860,80)
Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro	**4.116.338,15**	**(13.646,93)**

Resultado Financeiro	2020	2019
Receitas financeiras	6.070,89	-
Despesas financeiras	(13.827,03)	(1.684,48)
Resultado Financeiro Total	**(7.756,14)**	**(1.684,48)**
Outras Resultados Operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	(1.087.533,31)	1.115.493,51
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	3.021.048,70	1.100.162,10
Imposto de renda e contribuição social	(176.489,94)	(15.418,73)
Lucro do Exercício	**2.844.558,76**	**1.084.743,37**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em reais)

	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva de Lucros	Reserva Legal	Lucros/ Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**59.866.878,00**	**37.671,06**	**-**	**8.176,44**	**-**	**59.912.725,50**
Lucro do exercício	-	-	-	-	1.084.743,37	1.084.743,37
Capital a integralizar	-	257.328,00	-	-	-	257.328,00
Capital integralizado	199.672,00	-	-	-	-	199.672,00
Reserva legal	-	-	-	46.469,55	(46.469,55)	-
Reserva de lucros	-	-	1.038.273,82	-	(1.038.273,82)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**60.066.550,00**	**294.999,06**	**1.038.273,82**	**54.645,99**	**-**	**61.454.468,87**
Lucro do exercício	-	-	-	-	2.844.558,76	2.844.558,76
Devolução de empréstimo aos sócios	-	(294.999,06)	-	-	-	(294.999,06)
Reserva legal	-	-	-	142.227,94	-	142.227,94
Dividendos distribuídos	-	-	(1.038.273,82)	-	(2.844.558,76)	(3.882.832,58)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**60.066.550,00**	**-**	**-**	**196.873,93**	**-**	**60.263.423,93**

As demonstrações financeiras completas estão a disposição dos Senhores Acionistas na sede da Companhia.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Valores expressos em reais)

	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro/(Prejuízo) do exercício	2.844.558,76	1.084.743,37
	2.844.558,76	**1.084.743,37**
Redução (Aumento) nos ativos operacionais		
Clientes	(4.111.857,32)	65.180,66
Estoques	1.294.659,55	(441.460,37)
Empréstimos e financiamentos	(1.910,16)	-
	(2.819.107,93)	**(376.279,71)**
Aumento (Redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(252,74)	376,90
Dividendos	(3.882.832,58)	-
Impostos a recolher	157.826,96	12.526,34
Receitas a apropriar	3.733.870,37	(46.765,50)
	8.606,01	**(33.862,24)**
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	**34.056,84**	**674.601,42**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento:		
Investimentos	874.192,87	-
Resultado de equivalência patrimonial	1.087.533,31	(1.115.493,51)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**1.961.726,18**	**(1.115.493,51)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
Integralização/aumento de capital	-	199.672,00
Adiantamento para futuro aumento de capital	(294.999,06)	257.328,00
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	**(294.999,06)**	**457.000,00**
Aumento (Redução) líquida no caixa e equivalentes caixa	**1.700.783,96**	**16.107,91**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	34.334,59	18.226,68
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.735.118,55	34.334,59
	1.700.783,96	**16.107,91**

Diretoria
Benjamin Steinbruch
Sócio

Adilson Monici
Contador - CRC 1 SP 207459/O-0

SF Energia Participações S.A.

CNPJ 31.862.398/0001-37 - NIRE 35.300.527.188

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 02 de Março de 2021

1. Local, Dia e Hora: Aos 02 dias do mês de março de 2021, às 10:00 horas, na sede social da **SF Energia Participações S.A.** ("Companhia"), localizada na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Millennium, Torre D, 9º andar, sala 940, Bairro Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04551-065. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), em virtude da ciência de todos os acionistas a respeito da ordem do dia, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Composição da Mesa:** Presidiu os trabalhos o Sr. Rui Charmmas, que convidou para secretariar os trabalhos a Sra. Silvia Diniz Wasta. **4. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre **(i)** a renúncia dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia; **(ii)** a eleição do Conselho de Administração da Companhia; **(iii)** o aumento do número máximo de membros da Diretoria da Companhia, passando de 4 para 5 Diretores; **(iv)** a alteração do endereço da sede da Companhia; **(v)** a reforma do Estatuto Social da Companhia, na forma do **Anexo IV** para; **(a)** refletir os itens (i), (ii) e (iii) anteriores, caso aprovados; **(c)** estabelecer novas competências para a Assembleia Geral e Diretoria da Companhia tendo em vista a extinção do Conselho de Administração; **(c)** em razão da celebração nesta data do distrato do Acordo de Acionistas da Companhia e do termo de extinção do Instrumento Particular de Opção de Compra de Ações e de Ações em Tesouraria da SF Energia Participações S.A., exclusão das referências a tais instrumentos no Estatuto Social; **(d)** em razão da celebração nesta data do contrato de SF Energia Participações S.A. excluir menções a tais instrumentos no Estatuto Social e (e) realizar todos os demais ajustes necessários de forma e conteúdo ao Estatuto Social, em razão das deliberações desta Assembleia; **(vi)** a eleção dos novos membros da Diretoria da Companhia; e **(vii)** a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas na presente assembleia geral da Companhia. **5. Deliberações Tomadas por Unanimidade:** Após aprovada a lavratura desta ata em forma de sumário, conforme autorização expressa, abaixo, redigida, restrita ao(s) ponto(s) dos eventos, cujo teor seja(m) de interesse de terceiros, bem como a publicação da presente assembleia geral será lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o §1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. Item **(i)** da Ordem do Dia: 5.2. Tomar conhecimento dos pedidos de renúncia apresentados pelos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme carta de renúncia por eles encaminhadas à Companhia, nesta data, e que ficam arquivadas na sede social da Companhia, cujas cópias constam desta ata na forma do seu **Anexo I**: (i) Sr. **Daniel Krepel Goldberg**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.999.951-7, expedida pela SSP-SP, inscrito no CPF/ME sob nº 218.036.838/85, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Jerônimo da Veiga, nº 384, 5º andar, Jardim Europa, Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04536-001; (ii) Sr. **Carlos Geo Quick**, brasileiro, empresário judicializado, portador da Cédula de Identidade RG nº M.737.239, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 317.607.096-00, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Piumí, nº 1601, 14º andar, Bairro Anchieta, CEP 30310-080; (iii) Sr. **Marcelo de Castro Faria Ferreira**, brasileiro, engenheiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.61-1.01851-3, expedida pelo CREA, inscrito no CPF/ME sob nº 869.821.307-53, com endereço comercial na Avenida Rio Branco, nº 1.055, 9º andar, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua São Francisco Xavier, nº 603, Maracanã, CEP 20550-012; (iv) Sr. **Antenor de Sousa Mello Camargo Filho**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.352.852-5, expedida pela SSP-SP, inscrito no CPF/ME sob nº 351.876.618-08, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Jerônimo da Veiga, nº 384, 5º andar, Jardim Europa, Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04536-001; e (v) Sr. **Felipe Ferreira Villar Coelho**, brasileiro, solteiro, engenheiro de computação, portador da Cédula de Identidade RG nº 55.751.238-4, expedida pela SSP-SP, inscrito no CPF/ME sob nº 218.036.838/85, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Jerônimo da Veiga, nº 384, 5º andar, Jardim Europa, Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04536-001, **(i.2)** Os acionistas outorgam aos conselheiros ora renunciantes, neste ato, a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação, com exceção de atos praticados com dolo, fraude ou má-fé pelos diretores ora renunciantes, relativamente ao período em que atuaram como diretores da Companhia, para mais nada reclamarem, a qualquer tempo e a que título for. 5.3.2. Os diretores ora renunciantes outorgam a Companhia, neste ato, a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação relativamente a qualquer valores a eles devido pela Companhia com relação ao período em que atuaram como diretores da Companhia. **Item (ii) da Ordem do Dia:** 5.4. Aprovar a eleição do Conselho de Administração da Companhia e a consequente reforma do Estatuto Social da Companhia, conforme item (v) da Ordem do Dia. **Item (iii) da Ordem do Dia:** 5.5. Aprovar o aumento do número de membros da Diretoria da Companhia, passando de 4 para 5 Diretores com a consequente reforma do Estatuto Social da Companhia, conforme item (v) da Ordem do Dia. **Item (iv) da Ordem do Dia:** 5.2. Aprovar a alteração do endereço da sede da Companhia, **da** Avenida Chedid Jafet, nº 222, Millennium, Torre D, 9º andar, sala 940, Bairro Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04551-065, **para** Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre Crystal, 7º andar, Vila Gertrudes, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04794-000, **item (v) da Ordem do Dia:** 5.7. Aprovar a reforma do Estatuto Social da Companhia, conforme **Anexo IV** à esta ata, para: (a) refletir os itens (i) e (iii) da ordem do dia anteriormente aprovados, com a exclusão da Seção II do Capítulo IV e ajustar os artigos 6º, 13 e 16 do Estatuto Social, haja vista a aprovação de extinção do Conselho de Administração e o aumento do número de membros da Diretoria da Companhia de 4 para 5 membros; (b) reformular os artigos 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21 do Estatuto Social para estabelecer novas competências para a Assembleia Geral e Diretoria da Companhia tendo em vista a extinção do Conselho de Administração; (c) realizar alterações nos artigos 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 24 e excluir o Capítulo VIII do Estatuto Social, para excluir as referências no Estatuto Social ao Acordo de Acionistas da Companhia e ao Instrumento Particular de Opção de Compra de Ações de emissão da SF Energia Participações S.A. em razão da celebração nesta data do Distrato do Acordo de Acionistas e do termo de extinção do Instrumento Particular de Opção de Compra de Ações de emissão da SF Energia Participações S.A. e (d) realizar todos os demais ajustes necessários de forma ao Estatuto Social, em razão das deliberações desta Assembleia. **Item (vi) da Ordem do Dia:** 5.8. Ato contínuo, aprovar a eleição dos seguintes diretores da Companhia, para um de mandato unificado de 2 (dois) anos a contar da presente data, permanecendo em seus cargos até a posse dos seus sucessores: (i) Sr. **Rui Charmmas**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 16.183.745-5, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 073.912.968-64, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Crystal, 7º andar, Vila Gertrudes, Cidade e Estado de São Paulo, CEP: 04794-000, para o cargo de Diretor Presidente de Operações; (ii) Sr. **Alessandro Gregori Filho**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.633.535-0, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 286.054.178-00, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Crystal, 7º andar, Vila Gertrudes, Cidade e Estado de São Paulo, CEP: 04794-000, para o cargo de Diretor Executivo de Finanças; (iii) Sra. **Silvia Diniz Wasta**, brasileira, solteira, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 32.899.077-9, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 294.546.498-93, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Crystal, 7º andar, Vila Gertrudes, Cidade e Estado de São Paulo, CEP: 04794-000, para o cargo de Diretora Executiva de Relações com Investidores e Controladoria; e (iv) Sr. **Paynon Estrela Moreno**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 52.358.276-X, expedida pela Carteira de Registro Nacional Migratório - CRNM nº F2992002, inscrito no CPF/ME sob o nº 443.759.337-05, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Crystal, 7º andar, Vila Gertrudes, Cidade e Estado de São Paulo, CEP: 04794-000, para o cargo de Diretor Executivo de Projetos. Os diretores ora eleitos tomam posse de seus cargos mediante assinatura dos termos de posse, conforme o **Anexo II**, ou quais são, neste ato, lavrados no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria, na forma da legislação aplicável, o qual ficará arquivado na sede da Companhia, e acolam os cargos para os quais foram eleitos, declarando, expressamente, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da Companhia por lei especial, em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, pelo ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **Item (vii) da Ordem do Dia:** 5.9. Autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas na presente Assembleia Geral. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, suspenderam-se os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a presente, a qual, reaberta a sessão, foi esta lida, aprovada e assinada pelo Presidente da mesa, pelo Secretário e por todos os acionistas presentes. **Mesa:** Rui Charmmas, Presidente; Silvia Diniz Wasta, Secretária. **Acionista:** CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista. **Confere com a original lavrada em livro próprio.** São Paulo, 02 de março de 2021. **Mesa:** Rui Charmmas - Presidente; Silvia Diniz Wasta - Secretária. **JUCESP nº** 158.077/21-0 em 23/04/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Anexo IV - Estatuto Social da SF Energia Participações S.A.** - CNPJ/ MF nº 31.862.398/0001-37 - NIRE 35300527188. **Capítulo I - Denominação, Sede Social, Objeto Social e Duração: Artigo 1.** A SF Energia Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, que se regerá pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe são aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **Artigo 2.** A Companhia tem sede e foro na **Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre Crystal, 6º andar, Vila Gertrudes, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04794-000. Parágrafo Único -** Por deliberação da Diretoria, a Companhia poderá abrir, alterar e extinguir filiais, sucursais, agências, escritórios, representações, dependências e/ou outros estabelecimentos, em qualquer localidade, no território nacional. **Artigo 3.** A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista. **Artigo 4.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social e Ações: Artigo 5.** O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R$ 348.983,65 (trezentos e quarenta e oito mil, novecentos e oitenta e três reais e sessenta e cinco centavos), dividido em (i) 6.173.333 (seis milhões, cento e setenta e três mil, trezentas e três e três) Ações Ordinárias, e (ii) 3.099.111 (três milhões, noventa e nove mil cento e onze) Ações Preferenciais Classe C, conforme tais termos são abaixo definidos. **Parágrafo 1º.** As ações são indivisíveis em relação à Companhia. **Parágrafo 2º.** Nenhuma transferência de ações será válida ou eficaz perante a Companhia ou qualquer terceiros, nem será reconhecido nos livros de registro e de transferência de ações, se lavrada a efeito em violação ao Acordo de Acionistas da Companhia ou o Contrato de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças celebrados entre os acionistas da Companhia em 02 de março de 2021. **Parágrafo 3º.** A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de registro de ações nominativas da Companhia. **Parágrafo 4º.** A Companhia é vedada a emissão de partes beneficiárias. **Artigo 6.** As ações ordinárias, sem valor nominal, tem a forma nominativa e conferem a seus titulares os seguintes direitos e vantagens (doravante, as "Ações Ordinárias"): (a) Direito de voto. Cada ação ordinária conferirá a seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações da assembleia geral da Companhia. (b) Proventos. Observada a prioridade na distribuição de dividendos conferida às Ações Preferenciais Classe C, na forma prevista no Artigo 7 abaixo, as ações ordinárias conferirão aos seus titulares o direito a receber, em igualdade de condições com as demais ações ordinárias, parcela do lucro líquido ajustado do exercício que for declarada como dividendo e/ou juros sobre capital próprio. (c) *Amortização e resgate*. As ações ordinárias da Companhia não serão resgatáveis e não serão passíveis de amortização. **Artigo 7.** As ações preferenciais classe "C", sem valor nominal, têm a forma nominativa e conferem a seus titulares os seguintes direitos e vantagens (doravante, as "Ações Preferenciais Classe C"): (a) Direito de Voto. Cada Ação Preferencial Classe C conferirá a seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações da assembleia geral da Companhia. (b) Proventos. As Ações Preferenciais Classe C conferem a seus titulares prioridade na distribuição de dividendos, nas seguintes condições: (1) Dividendo prioritário e cumulativo em cada exercício social, cujo valor será determinado de acordo com a seguinte fórmula ("Dividendo Prioritário 1"):

$$VDP = \left\{\sum_{j=1}^{n} Vij \cdot \left[\left(\left(1+0{,}15\right)^{\frac{Dut}{365}}\right) \cdot \left(1+Atj\right)^{-1}\right]\right\} - \left\{\sum_{d} Vdd \cdot \left[\left(\left(1+0{,}15\right)^{\frac{Dud}{365}}\right) \cdot \left(1+Atd\right)^{-1}\right]\right\}$$

$$PN$$

Onde VDP significa o valor de Dividendo Prioritário C a ser distribuído (ou acumulado, caso aplicável) a cada Ação Preferencial Classe C em cada exercício social; j significa um índice correspondente ao número de eventos de emissão de Ações Preferenciais Classe C (por força de aumentos de capital, conversões, etc.), sendo certo que, na data de 12 de abril de 2019, j=1. Apenas a título exemplificativo, caso em uma data hipotética XX/ XX/20XX a Companhia (i) tenha efetivamente emitido Ações Preferenciais Classe C em YYYY/20XX e ZZ/ZZ/20XX em adição à emissão de Ações Preferenciais Classe C na data de 12 de abril de 2019), então, em XX/XX/20XX, j=3, dado que j=1 para a emissão na data de 12 de abril de 2019, j=2 para a emissão em YYYY/20XX e j=3 para a emissão em ZZ/ZZ/20XX. **Vij** significa o preço total de subscrição de Ações Preferenciais Classe C em cada evento de emissão (i.e. o preço por Ação Preferencial Classe C multiplicado pelo total de Ações Preferenciais Classe C então subscritas). Apenas a título exemplificativo, Vij em j=1 será de R$ 24.532.326,84 (vinte e quatro milhões, quinhentos e trinta e dois mil, trezentos e trinta e nove reais e oitenta e quatro centavos), que corresponde ao preço de subscrição R$ 7,91935839835205 por Ação Preferencial Classe C subscrita em 12 de abril de 2019 multiplicado por 3.099.111 (três milhões, noventa e nove mil, cento e onze), que equivale ao total de Ações Preferenciais Classe C subscritas em 12 de abril de 2019. Na hipótese de conversão de Ações Ordinárias em Ações Preferenciais Classe C, Vij significará o preço total de subscrição das Ações Ordinárias (i.e. o preço por Ação Ordinária multiplicado pelo total de Ações Ordinárias subscritas) que venham a ser convertidas em Ação Preferencial Classe C. **Atj** significa a variação acumulada do IPCA/IBGE entre (i) cada data de emissão da Ação Preferencial Classe C (ou conversão em Ação Preferencial Classe C, conforme o caso) e (ii) a data de Dividendo Prioritário C. Apenas a título exemplificativo, com respeito a j=1, o cálculo do Dividendo Prioritário C em uma data hipotética XX/XX/20XX, a variação acumulada do IPCA/IBGE será aquela apurada entre 12 de abril de 2019 e XX/XX/20XX. Daj significa o número de Dias Úteis transcorridos, para cada evento de emissão de Ações Preferenciais Classe C, entre a data de emissão de Ações Preferenciais Classe C (inclusive) e a data de cálculo do Dividendo Prioritário C (exclusive). Apenas a título exemplificativo, com respeito a j=1, no cálculo do Dividendo Prioritário C em uma data hipotética XX/XX/20XX, Daj representará o número de Dias Úteis transcorridos entre 12 de abril de 2019 (inclusive) e XX/XX/20XX (exclusive). d significa um índice correspondente ao número de eventos de efetivo pagamento de valores (i.e. efetivo depósito em conta corrente) aos titulares de Ações Preferenciais Classe C a título de dividendos e juros sobre capital próprio, sendo certo que, na data de 12 de abril de 2019, d=0. Apenas a título exemplificativo, caso em uma data hipotética XX/XX/20XX os titulares de Ações Preferenciais Classe C tenham efetivamente recebido valores a título de distribuição de dividendos/juros sobre capital próprio nas datas hipotéticas YY/YY/20XX e ZZ/ZZ/20XX, então, em XX/XX/20XX, d=2. **Vdd** significa o valor efetivamente pago aos titulares de Ações Preferenciais Classe C a título de dividendos e juros sobre capital próprio em cada evento de pagamento. **Atd** significa a variação acumulada do IPCA/IBGE entre (i) cada data de pagamento de valores aos titulares de Ações Preferenciais Classe C a título de dividendos e juros sobre capital próprio e (ii) a data de cálculo do Dividendo Prioritário C. Apenas a título exemplificativo, com respeito a d=1, o cálculo do Dividendo Prioritário C em uma data hipotética XX/XX/20XX, a variação acumulada do IPCA/IBGE será aquela apurada entre 12 de abril de 2019 e XX/XX/20XX. Ddj significa o número de Dias Úteis transcorridos, para cada evento de pagamento de valores a titulares de Ações Preferenciais Classe C a título de dividendos e juros sobre capital próprio, entre a data de efetivo pagamento de valores aos titulares de Ações Preferenciais Classe C (inclusive) e a data de cálculo do Dividendo Prioritário C (exclusive). Apenas a título exemplificativo, com respeito a d=1, no cálculo do Dividendo Prioritário C em uma data hipotética XX/XX/20XX, Ddj representará o número de Dias Úteis transcorridos entre 12 de abril de 2019 (inclusive) e XX/XX/20XX (exclusive). d significa um índice correspondente ao número de eventos de efetivo pagamento de valores (i.e. efetivo depósito em conta corrente) aos titulares de Ações Preferenciais Classe C a título de dividendos e juros sobre capital próprio, sendo certo que, na data de 12 de abril de 2019, d=0. Apenas a título exemplificativo, caso em uma data hipotética XX/XX/20XX os titulares de Ações Preferenciais Classe C tenham efetivamente recebido valores a título de distribuição de dividendos/juros sobre capital próprio nas datas hipotéticas YY/YY/20XX e ZZ/ZZ/20XX, então, em XX/XX/20XX, d=2. **Vdd** significa o valor efetivamente pago aos titulares de Ações Preferenciais Classe C a título de dividendos e juros sobre capital próprio em cada evento de pagamento. **Atd** significa a variação acumulada do IPCA/IBGE entre (i) cada data de pagamento de valores aos titulares de Ações Preferenciais Classe C a título de dividendos e juros sobre capital próprio, entre a data de efetivo pagamento de valores aos titulares de Ações Preferenciais Classe C a título de dividendos e juros sobre capital próprio e a data de cálculo do Dividendo Prioritário C (exclusive). **PN** significa o número total de Ações Preferenciais Classe C em circulação no momento do cálculo do Dividendo Prioritário C. (2) Antes do início da Operação Comercial (conforme definido abaixo), os Dividendos Prioritários C serão **cumulativos** e **fixos**, não sendo devido a cada exercício social qualquer valor adicional às Ações Preferenciais Classe C a título de dividendo ou de juros sobre capital próprio que supere o Dividendo Prioritário C apurado nos termos do item (1) acima. A partir do início da Operação Comercial (conforme definido abaixo), os Dividendos Prioritários C serão **mínimos** e **cumulativos**, sendo certo que, uma vez pagos os Dividendos Prioritários C para o exercício (incluindo montante acumulados de exercícios anteriores), as Ações Preferenciais Classe C concorrerão com as demais classes e espécies de ações da Companhia pelos lucros remanescentes; (3) Os Dividendos Prioritários C serão pagos na menor periodicidade permitida em Lei (periodicidade esta que nunca poderá ser superior a 1 (um) ano), na forma de dividendos intermediários ou intercalares, desde que observados os requisitos previstos em Lei, inclusive, mas sem limitação, aos artigos 201 e 204 da Lei das Sociedades por Ações; (4) Dividendo Prioritário C calculado em conformidade com o item (1) acima, poderá, por deliberação da Assembleia Geral, ser distribuído, no exercício em que o lucro líquido for insuficiente, à conta dos montantes de reserva de lucros previstos no artigo 201, § 6º da Lei das Sociedades por Ações; (5) O disposto no Artigo 28 não prejudicará o direito dos titulares de Ações Preferenciais C de receber os Dividendos Prioritários C a que tenham direito, inclusive os atrasados e acumulados, nos termos do artigo 205 da Lei das Sociedades por Ações; (6) Para fins deste Estatuto Social, entende-se (i) "Início da Operação Comercial" como a primeira data a ocorrer dentre (i.a) a data prevista no Termo de Liberação Definitiva emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico, permitindo à empresa Pirelinings-Bandeirantes Transmissora de Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 35.298.138/0001-40 ("PBTE") operar comercialmente e a cobrança da Receita Anual Permitida prevista no Contrato de Concessão; ou (i.b) a data prevista no Termo de Liberação Provisória emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico, permitindo à PBTE operar comercialmente e a cobrar ao menos 90% (noventa por cento) da Receita Anual Permitida prevista no Contrato de Concessão; (ii) "Contrato de Concessão" significa o contrato de concessão nº 1/2021/6, celebrado pela PBTE em 21 de novembro de 2016 com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e (iii) "Dia Útil" como qualquer dia que não um sábado, um domingo ou um dia em que os bancos comerciais estejam obrigados ou autorizados por lei a permanecer fechados nos Municípios de São Paulo, Estado de São Paulo, e Rio de Janeiro, Estado de São Paulo. (c) *Resgate*. As Ações Preferenciais Classe C da Companhia não são resgatáveis. (d) *Participação em Aumentos de Capital*. As Ações Preferenciais Classe C participarão em igualdade de condições com as demais classes e espécies de ações nos aumentos de capital da Companhia com capitalização de lucros ou reservas. **Artigo 8.** As hipóteses de alienação, cessão, transferência, oneração ou qualquer outra forma de disposição de ações representativas do capital social da Companhia dependerão os termos e condições estabelecidos no presente Estatuto Social, sendo que serão consideradas nulas e ineficazes com relação à Companhia e terceiros as práticas de qualquer dessas atos por qualquer dos acionistas com infração às regras estabelecidas nesta Cláusula. **Capítulo III - Assembleia Geral: Artigo 9.** A Assembleia Geral dos Acionistas reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais, este Estatuto Social ou a legislação aplicável assim exigirem. **Parágrafo 1º.** As Assembleias Gerais serão convocadas, tanto em primeira quanto em segunda convocação, segundo as competências e as formalidades de publicação e divulgação dispostas na Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo 2º.** Independentemente das formalidades referentes à convocação das Assembleias Gerais, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Artigo 10.** Exceto se maior quórum for estabelecido em lei ou neste Estatuto Social, as Assembleias Gerais serão instaladas, em primeira ou em segunda convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 25% (vinte e cinco) por cento do capital social votante da Companhia. **Artigo 11.** Exceto em relação aos quóruns previstos em lei ou neste Estatuto Social, as deliberações serão tomadas em Assembleia Geral pelo voto favorável de acionistas titulares da maioria das ações representativas do capital social votante da Companhia presentes à assembleia, não se computando votos em branco, nos termos do artigo 129 da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 12.** Exceto à Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas, as demais matérias estabelecidas em lei (a) aumento do capital e a emissão de quaisquer valores mobiliários pela Companhia conversíveis em parcela do seu capital, exceto (i) a redução do capital da Companhia; (ii) resgate, amortização, conversão, grupamento, desdobramento ou recompra de quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia; (d) alteração ou reforma deste Estatuto Social, inclusive para (i) criação de nova classe ou espécie de ação da Companhia, ou alteração dos direitos, preferências e vantagens conferidos às ações existentes de emissão da Companhia e/ou (ii) alteração do objeto social da Companhia; (e) a transformação, incorporação, cisão, fusão ou qualquer outra forma de reorganização societária da Companhia, incluindo luído, cisão, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia; (f) autorização aos administradores da Companhia para confessar pedido de autofalência ou recuperação judicial ou extrajudicial, ou requerer qualquer tipo de reorganização, avelação de falência ou insolvência; bem como a dissolução e a liquidação da Companhia e a indicação da forma de liquidação e dos liquidantes; (g) fixação da remuneração global dos administradores da Companhia e aprovação de programas de bonificação e opções de aquisição de ações (stock options); (h) aprovação do orçamento de capital preliminarmente aprovado pela administração da Companhia; (i) deliberar, de acordo com a proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos aos quotistas; (j) fixar a remuneração, os benefícios indiretos e os demais incentivos dos Diretores, dentro dos limites globais estabelecidos pela assembleia geral; (k) concessão de ônibus para quaisquer terceiros, incluindo os acionistas e suas Partes Relacionadas; (l) prestação de garantias, reais ou fidejussórias, pela Companhia para acionistas ou Partes Relacionadas dos acionistas; (s) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas dos Diretores; (g) fixar a remuneração, os benefícios indiretos e os demais incentivos dos Diretores, dentro dos limites globais estabelecidos pela assembleia geral; (h) concessão de ônibus para quaisquer terceiros, incluindo os acionistas e suas Partes Relacionadas; (i) prestação de garantias, reais ou fidejussórias, pela Companhia para acionistas ou Partes Relacionadas dos acionistas; (s) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas dos Diretores; (g) fixar a remuneração, os benefícios indiretos e os demais incentivos dos Diretores, dentro dos limites globais estabelecidos pela assembleia geral; (h) concessão de ônibus para quaisquer terceiros, incluindo os acionistas e suas Partes Relacionadas; (i) prestação de garant

XPCE Mena Barreto Participações S.A. - CNPJ 27.352.264/0001-60

Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em Reais - R$)

Balanços Patrimoniais

	dezembro-2020	dezembro-2019
Ativo Circulante	**186.898**	**1.129.909**
Caixa e equivalentes de caixa	186.754	29.888
Outros Ativos	-	1.100.000
Tributos a recuperar	144	22
Ativo Não Circulante	**-**	**11.070.096**
Investimentos	-	11.070.096
Total do Ativo	**186.898**	**12.200.005**

	dezembro-2020	dezembro-2019
Passivo Circulante	**1.671**	**248.250**
Fornecedores	1.491	-
Obrigações tributárias	180	250
Outras obrigações	-	248.000
Passivo Não Circulante	**-**	**11.417.195**
Empréstimos	-	11.417.195
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	**185.227**	**534.520**
Capital social	-	200
Reserva de lucro	185.027	534.320
Total do passivo e patrimônio líquido	**186.898**	**12.200.005**

Demonstração dos Resultados

	dezembro-2020	dezembro-2019
Despesas e receitas operacionais		
Despesas administrativas	(24.005)	(24.182)
Despesas tributárias	(220)	(1.207)
Resultado de equivalência patrimonial	1.237.093	2.070.056
Outras receitas e despesas	(277.564)	-
	935.304	**2.044.356**
Resultado financeiro	(1.284.025)	(1.508.074)
Resultado antes das provisões tributárias	**(348.293)**	**536.632**
Lucro líquido do exercício	**(348.293)**	**536.632**

As Notas Explicativas referentes a estas Demonstrações Financeiras, estão a disposição dos Srs. Acionistas e parceiros na sede da Companhia.

Diretores: Lucas Paranzos Claudino e Pedro Eduardo Cassab Carraz
Contador: Erika Suzuki Adachi - CT CRC 1SP 247.602/O-4

XPCE RE AIMBERE S/A - CNPJ/MF nº 35.028.011/0001-64

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 - Valores em Reais (R$)

Balanços Patrimoniais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalente	8.662	-	81.410	-
Clientes - Promitentes circulante	-	-	5.485.709	-
Impostos a recuperar	-	-	-	-
Adiantamento de lucros	-	-	-	-
Estoques imobiliários	-	-	18.024.372	22.290.000
Total ativo circulante	**8.662**	**-**	**23.571.492**	**22.290.000**
Não circulante				
Investimentos	10.973.877	11.143.398	-	-
Total ativo não circulante	**10.973.877**	**11.143.398**	**-**	**-**
Total do Ativo	**10.982.539**	**11.143.398**	**23.571.492**	**22.290.000**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
PASSIVO				
Circulante				
RPJ e CSLL a recolher - Corrente	-	-	45.255	-
Impostos a recolher	-	-	31.601	-
Contas a pagar	1.602	3.205	1.203.926	6.410
Total passivo circulante	**1.602**	**3.205**	**1.281.281**	**6.410**
Não circulante				
Provisão para				
impostos diferidos - PnC	-	-	335.397	-
Empréstimos e				
financiamentos PNC	11.897.098	11.145.000	11.897.098	11.145.000
Total passivo não circulante	**11.897.098**	**11.145.000**	**12.232.495**	**11.145.000**
Patrimônio líquido				
Capital social subscrito	100	100	100	100
Reserva de lucros /				
(Prejuízos acumulados)	(916.262)	(4.907)	(916.262)	(4.907)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	**(916.162)**	**(4.807)**	**(916.162)**	**(4.807)**
Participação				
demais acionistas	-	-	10.973.877	11.143.398
Total do patrimônio líquido XPCE	**(916.162)**	**(4.807)**	**10.057.715**	**11.138.590**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**10.982.539**	**11.143.398**	**23.571.492**	**22.290.000**

Demonstração do Resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Receita				
Recebimento de Parcelas	-	-	-	-
Receita com evolução de obra	-	-	3.103.150	-
(-) Custo de obra vendida	-	-	(278.724)	-
Receita operacional	-	-	**6.397.995**	-
(+) Custo dos imóveis vendidos	-	-	(4.295.639)	-
Receita líquida	-	-	**2.101.968**	-
Despesas operacionais				
Serviços prestados por terceiros	(19.229)	(3.255)	(268.425)	(6.410)
Despesas tributárias	-	-	(28)	-
Outras despesas operacionais	(52)	-	-	(152)
Total despesas operacionais	**(19.229)**	**(3.255)**	**(268.453)**	**(6.560)**
Lucro antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial	**(19.229)**	**(3.255)**	**1.865.514**	**(6.560)**
Resultado financeiro líquido	(500)	-	192	-
Resultado com equivalência patrimonial	893.479	(1.652)	-	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**874.250**	**(4.907)**	**1.865.706**	**(6.560)**
Provisão para IRPJ e CSLL-Corrente	-	-	(153.495)	-
Provisão para IRPJ e CSLL-Diferido	-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) líquido do período	**874.250**	**(4.907)**	**1.712.211**	**(6.560)**
Resultado atribuído				
aos demais acionistas	-	-	(838.479)	1.652
Lucro (Prejuízo) líquido do período atribuído XPCE Aimbere	**874.250**	**(4.907)**	**874.250**	**(4.907)**

As Notas Explicativas referentes a estas Demonstrações Financeiras, estão a disposição dos Srs. Acionistas e parceiros na sede da Companhia.

Diretores: Lucas Paranzos Claudino e Luiz Felipe Gurfer Bueno
Contador: Rodrigo Cereza Menocci - CRC 1SP 291.209/O-3

XPCE Vergueiro Participações S/A - CNPJ/MF nº 29.209.655/0001-56

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 - Valores em Reais (R$)

Balanços Patrimoniais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalente	4.951	20.918	687.505	427.589
Clientes - Promitentes circulante	-	-	3.305.576	2.888.929
Clientes - Repasses a receber	-	-	1.473.721	982.139
Impostos a recuperar	480	440	985	926
Estoques imobiliários	-	-	844.399	2.198.811
Lucros a receber	-	-	846.728	1.335.885
Outros créditos - Circulante	-	-	-	20.680
Provisão Impostos Diferidos Ativos	-	-	-	45.256
Total ativo circulante	**5.430**	**21.358**	**7.159.334**	**7.900.175**
Não circulante				
Investimentos	7.980.701	6.949.463	5.332.456	5.332.456
Total ativo não circulante	**7.980.701**	**6.949.463**	**5.332.456**	**5.332.456**
Total do Ativo	**7.986.131**	**6.970.822**	**12.491.790**	**13.012.650**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
PASSIVO				
Circulante				
Distratos a pagar	-	-	105.744	302.484
RPJ e CSLL a recolher - Corrente	-	-	57.926	33.918
Impostos a recolher	-	-	56.132	35.409
Contas a pagar	1.602	1.602	613.282	3.220.435
Total passivo circulante	**1.602**	**1.602**	**833.707**	**3.662.286**
Não circulante				
Provisão para impostos diferidos - PnC	-	-	3.204.959	1.127.016
Empréstimos				
e financiamentos PNC	4.779.570	5.742.204	4.779.570	5.742.204
Total passivo não circulante	**4.779.570**	**5.742.204**	**4.958.092**	**5.742.204**
Patrimônio líquido				
Capital social subscrito	500	500	500	500
Reserva de lucros /				
(Prejuízos acumulados)	3.204.459	1.126.516	3.204.459	1.126.516
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	**3.204.959**	**1.127.016**	**3.204.959**	**1.127.016**
Participação demais acionistas	-	-	3.494.972	2.481.145
Total do patrimônio líquido XPCE	**3.204.959**	**1.127.016**	**6.699.931**	**3.608.160**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**7.986.131**	**6.870.822**	**12.491.790**	**13.012.650**

Demonstração do Resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Receita				
Recebimento de Parcelas	-	-	4.470.257	2.269.432
Receita com evolução de obra	-	-	3.271.259	2.251.075
Recebimento de Unidades Distratadas	-	-	222.800	-
(-) Impostos sobre receita	-	-	(282.624)	(170.356)
Receita operacional	-	-	**7.624.703**	**5.345.430**
(-) Custo dos imóveis vendidos	-	-	(4.354.401)	(1.062.268)
Receita líquida	-	-	**3.270.302**	**4.283.161**
Despesas operacionais				
Serviços prestados por terceiros	(23.856)	(26.080)	(79.715)	(74.910)
Despesas tributárias	(239)	(139)	(139)	(251)
Despesas gerais e administrativas	-	-	-	(425)
Total despesas operacionais	**(23.921)**	**(26.219)**	**(79.851)**	**(75.586)**
Lucro antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial	**(23.921)**	**(26.219)**	**4.189.921**	**4.227.881**
Resultado financeiro líquido	192	166	4.153	21.152
Juros incorridos sobre empréstimos	(690.011)	(670.502)	(698.011)	(670.502)
Resultado com				
equivalência patrimonial	2.699.685	2.670.154	-	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**2.077.945**	**1.973.599**	**3.256.612**	**3.277.829**
Provisão para IRPJ e CSLL-Corrente	-	-	(178.392)	(67.967)
Provisão para IRPJ e CSLL-Diferido	-	-	(132.426)	(46.767)
Lucro (Prejuízo) líquido do período	**2.077.945**	**1.973.599**	**2.945.794**	**3.163.094**
Resultado atribuído aos demais acionistas	-	-	(1.059.850)	(1.189.494)
Lucro (Prejuízo) líquido do período atribuído XPCE Vergueiro	**2.077.945**	**1.973.599**	**2.077.945**	**1.973.600**

As Notas Explicativas referentes a estas Demonstrações Financeiras, estão a disposição dos Srs. Acionistas e parceiros na sede da Companhia.

Diretores: Lucas Paranzos Claudino e Pedro Eduardo Cassab Carraz
Contador: Rodrigo Cereza Menocci - CRC 1SP 291.209/O-3

XPCE Paula Ney Participações S/A - CNPJ/MF nº 27.351.608/0001-17

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 - Valores em Reais (R$)

Balanços Patrimoniais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalente	3.270	23.837	812.538	152.973
Clientes - Promitentes				
circulante	-	-	9.705.056	1.853.462
Impostos a recuperar	274	226	544	486
Estoques imobiliários	-	-	85.409	409.616
Outros créditos - Circulante	-	8.017	3.395.637	11.195.004
Total ativo circulante	**3.544**	**30.080**	**14.379.185**	**13.611.551**
Não circulante				
Clientes - Promitentes -				
não circulante	-	-	-	5.730.339
Outros créditos -				
Não circulante	-	-	-	439.157
Investimentos	4.415.754	4.567.040	-	-
Total ativo não circulante	**4.415.754**	**4.567.040**	**-**	**6.169.495**
Total do Ativo	**4.418.698**	**4.597.120**	**14.379.185**	**19.781.046**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
PASSIVO				
Circulante				
Fornecedores	-	-	132.012	-
Contas a pagar	-	-	71.682	33.493
RPJ e CSLL a recolher - Corrente	-	-	76.362	15.398
RPJ e CSLL a recolher				
Circulante - Diferido	-	-	291.641	126.870
Impostos a recolher	1	1	48.185	22.952
Outras contas a pagar	-	-	92.538	721.331
PIS e Cofins - Diferido	-	-	345.613	-
Contas a pagar	1.602	5.955	545.824	4.937.712
Total passivo circulante	**1.603**	**5.956**	**1.599.861**	**4.966.771**
Não circulante				
Provisão para				
impostos diferidos - PnC	-	-	-	248.324
Empréstimos e				
financiamentos PNC	3.068.045	3.508.614	3.068.045	4.586.222
Total passivo não circulante	**3.068.045**	**3.508.614**	**3.068.045**	**4.834.546**
Patrimônio líquido				
Capital social subscrito	200	200	200	200
Reserva de lucros/				
(Prejuízos acumulados)	1.256.450	1.082.350	1.256.450	1.082.350
Total do patrimônio líquido	**1.256.650**	**1.082.550**	**1.256.650**	**1.082.550**
Participação demais acionistas	-	-	8.362.222	8.733.170
Total do patrimônio líquido XPCE	**1.256.650**	**1.082.550**	**9.718.872**	**9.815.720**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**4.418.698**	**4.597.120**	**14.379.185**	**19.641.044**

Demonstração do Resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Receita				
Recebimento de Parcelas	-	-	8.154.183	7.284.001
Recebimento de Unidades Distratadas	-	-	3.448.922	2.467.910
Devolução de Parcelas	-	-	(64.089)	(212.969)
(-) Cancelamento de vendas	-	-	(16.285)	(116.356)
(-) Impostos sobre receita	-	-	(727.702)	(1.167.757)
Receita operacional	-	-	**11.152.580**	**9.256.000**
(-) Custo dos imóveis vendidos	-	-	(8.360.219)	(7.172.722)
Receita líquida	-	-	**2.792.361**	**2.083.278**
Despesas operacionais				
Serviços prestados por terceiros	(23.478)	(27.100)	(178.782)	(167.978)
Despesas tributárias	(10)	(42)	(180)	(205)
Despesas gerais e administrativas	(508)	(1.327)	(508)	(1.346)
Outras despesas operacionais	(1.658)	(152)	(1.658)	(152)
Total despesas operacionais	**(25.654)**	**(28.620)**	**(181.745)**	**(169.677)**
Lucro antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial	**(25.654)**	**(28.620)**	**2.592.219**	**1.940.091**
Resultado financeiro líquido	173	548	(2.428)	3.803
Juros incorridos				
sobre empréstimos	(619.000)	(593.957)	(619.000)	(593.957)
Receita com juros e				
multas sobre parcelas	-	-	3.240	2.322
Resultado com				
equivalência patrimonial	919.405	888.816	-	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**274.091**	**267.181**	**2.353.034**	**1.360.859**
Provisão para IRPJ e CSLL - Corrente	-	-	(1.011.251)	(57.274)
Provisão para IRPJ e CSLL - Diferido	-	-	(1.018.013)	(81.909)
Lucro líquido do período	**274.091**	**267.181**	**323.770**	**1.221.676**
Resultado atribuído aos demais acionistas	-	-	(1.597.679)	(954.495)
Lucro líquido do período atribuído XPCE	**274.091**	**267.181**	**274.091**	**267.181**

As Notas Explicativas referentes a estas Demonstrações Financeiras, estão a disposição dos Srs. Acionistas e parceiros na sede da Companhia.

Diretores: Lucas Paranzos Claudino e Pedro Eduardo Cassab Carraz
Contador: Rodrigo Cereza Menocci - CRC 1SP 291.209/O-3

Cast Participações S.A. - CNPJ nº 17.837.377/0001-00

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços Patrimoniais

	Consolidado		Controladora	
Ativo	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Caixa e equivalentes de caixa	2	3	7.466	5.401
Contas a receber de clientes	167	84	67.104	53.367
Adiantamento a fornecedores	459	322	4.929	5.528
Estoque	-	-	2.737	2.673
Ativos Fiscais Correntes	-	-	3.177	4.225
Partes Relacionadas	-	3.435	-	9.785
Créditos diversos	4.052	2.064	819	-
Total do Ativo circulante	**4.680**	**5.908**	**86.232**	**80.234**
Ativos financeiros	36.702	34.943	36.702	34.943
Partes Relacionadas	4.434	-	17.702	-
IR e contribuição social diferidos	1.872	-	11.822	9.485
Depósitos judiciais	-	-	128	32
Investimentos	13.038	7.942	-	-
Imobilizado	-	-	976	1.355
Intangível	49.630	56.192	53.198	58.929
Aluvião de direito de uso	-	-	1.045	2.459
Total do ativo não circulante	**105.676**	**99.077**	**122.083**	**107.203**
Total do ativo	**110.356**	**104.985**	**208.315**	**187.437**

	Consolidado		Controladora	
Passivo	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Fornecedores	778	795	29.085	24.731
Empréstimos e financiamentos	-	-	2.373	11.851
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	-	19.735	22.439
IR e Contribuição Social	-	-	2.042	1.000
Outras Contas a Pagar	16.933	17.390	21.013	20.143
Partes relacionadas	1.750	12.356	1.750	25.459
Dividendos a pagar sobre o capital próprio a pagar	-	-	1.191	-
Total do Passivo circulante	**19.463**	**30.543**	**78.590**	**105.642**
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	1.510
Passivo financeiro	39.069	37.236	39.069	37.236
Partes Relacionadas	2.695	-	2.695	-
Provisão para demandas judiciais	-	-	420	420
IR e contribuição social diferidos	5.790	5.790	5.790	5.790
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	-	7.870	4.306
Outras Contas a Pagar	1.765	1.857	1.765	1.857
Total do Passivo não circulante	**49.404**	**44.883**	**58.235**	**51.224**
Patrimônio líquido				
Capital social	52.563	42.567	52.563	42.567
Reservas de Retenção de lucros	(14.799)	(16.677)	(14.799)	(16.677)
Total do Patrimônio líquido Atribuível aos Controladores	**37.764**	**25.890**	**37.764**	**25.890**
Participação de não Controladores	3.725	3.669	3.725	3.669
Total do Patrimônio líquido	**41.489**	**30.559**	**41.489**	**30.559**
Total passivo e patrimônio líquido	**110.356**	**105.985**	**208.315**	**187.427**

Demonstrações de Resultados

	Consolidado		Controladora	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Lucro líquido do exercício	**1.878**	**(7.620)**	**5.451**	**(9.484)**
Outros resultados abrangentes (ORA)				
Resultado abrangente total	**1.878**	**(7.620)**	**5.451**	**(9.484)**
Acionistas controladores	1.878	(7.620)	1.878	(7.615)
Acionistas não controladores	-	-	3.573	(1.869)
Resultado abrangente total	**1.878**	**(7.620)**	**5.451**	**(9.484)**

José Calazans da Rocha - Presidente
Clovis Barbosa de Oliveira - Contador - CRC: 1SP264059/O-5

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Período de 23 de outubro (início das operações) a 31 de dezembro de 2020 - (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Lucros acumulados	Total
Em 23 de outubro de 2020				
Aumento de capital	**35.000**			**35.000**
Lucro líquido do exercício	-	-	**37**	**37**
Constituição de reserva legal	-	**2**	**(2)**	-
Dividendos a pagar	-	-	**(35)**	**(35)**
Em 31 de dezembro de 2020	**35.000**	**2**	-	**35.002**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 23 de outubro (início das operações) a 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: A XS6 Participações S.A. ("Empresa" ou "XS6 Participações"), constituída em 16 de outubro de 2020 e iniciou suas atividades em 23 de outubro de 2020, com sede em Brasília, Distrito Federal, é uma subsidiária integral da Caixa Seguridade Participações S.A e tem por objeto atuar na distribuição, a divulgação e a oferta, a venda e pós-venda de serviços de assistência, inclusive para seguradoras, sociedades de capitalização, administradoras de consórcios, seguradoras especializadas em saúde e operadoras de planos de assistência à saúde, na prestação de serviços de intermediação de serviços de assistência, na assessoria técnica em geral, e na participação societária em outras sociedades. No contexto da reestruturação da operação de seguros do Grupo Caixa Seguridade, a XS6 Participações foi constituída como isenta para a aderida prevista no acordo de associação firmado entre Tempo Assist ("Tempo") e Caixa Seguridade Participações S.A. ("CAIXA Seguridade"), conforme detalhado no acordo detalhado a seguir: No dia 13 de agosto de 2020, em continuidade ao processo competitivo para reestruturação de sua operação de seguros divulgado por meio de fato relevante em 24 de maio de 2019, a CAIXA Seguridade comunicou ao mercado em geral que firmou com a Tempo Assist acordo de associação ("Acordo Tempo") para a formação de uma nova sociedade que explorará, pelo prazo de 20 anos, o ramo Serviços Assistenciais na rede de distribuição Balcão CAIXA. Nos termos do Acordo, a Caixa Seguridade terá 75% de participação no capital total da nova sociedade ("XS6 Participações S.A."), sendo titular de 49,99% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais da XS6 Participações S.A. A Tempo Assist deterá 50,01% das ações ordinárias, em montante correspondente a 25% de participação no capital total da XS6 Participações S.A. A XS6 Participações S.A. terá gestão e governança compartilhada entre Caixa Seguridade e Tempo Assist de forma a potencializar os pontos fortes de cada acionista, observando as melhores práticas de governança corporativa. A XS6 Participações S.A. terá o mesmo CASA Seguridade e a CAIXA com uma comissão de distribuição em termos contratados. Adicionalmente, nos anos subsequentes ao fechamento da operação, há a previsão de nova aumentos de capital na XS6 Participações S.A., em valores que podem chegar a até R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), a serem subscritos pela Tempo Assist e repassados à CAIXA, caso determinadas metas de desempenho de vendas se jam alcançadas pela XS6 Participações S.A.

"As Demonstrações Financeiras na íntegra acompanhadas de suas Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, encontram-se à disposição dos interessados na Sede da Companhia."

XS6 Participações S.A.

CNPJ 39.565.194/0001-08

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Temos a satisfação de submeter a apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras da XS6 Participações S.A. (a "Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em conformidade com as disposições legais e estatutárias. A XS6 Participações S.A. foi constituída em 23 de outubro de 2020 no contexto da operação contemplada no Acordo de Associação celebrado em 13 de agosto de 2020 entre a Caixa Econômica Federal ("CEF"), a Caixa Seguridade Participações S.A. e a tempo Assist Serviços Assistenciais Ltda. ("Acordo de Associação"), por meio do qual foi decidida a criação de uma nova parceria com o objetivo exclusivo de distribuição da CEF. Considerando que o Acordo de Associação previa o início efetivo das operações dessa nova empresa a partir de 2021, o resultado obtido pela empresa no exercício de 2020 foi decorrente do resultado financeiro obtido ao longo desse exercício. O patrimônio líquido da Companhia ao final de 2020 era de R$ 35 milhões. Conforme estabelecido no Estatuto Social, os acionistas da Companhia terão assegurados – a título de dividendos – a distribuição de pelo menos 25% dos resultados obtidos no exercício, ressalvadas as hipóteses previstas em lei e respeitando os índices mínimos de liquidez e solvência. Considerações Finais e Agradecimentos A XS6 Participações S.A. agradece o apoio e a confiança dos acionistas e dos conselheiros.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 - (Em milhares de reais)

	2020		2020
Ativo		**Passivo e patrimônio líquido**	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	35.056	Dividendos a pagar	35
Total do ativo circulante	**35.056**	Imposto de renda e contribuição social	16
		Impostos e contribuições a pagar	3
		Total do passivo circulante	**54**
		Patrimônio líquido	
		Capital social	35.000
		Reservas de lucros	2
		Total do patrimônio líquido	**35.002**
Total do ativo	**35.056**	**Total do passivo e do patrimônio líquido**	**35.056**

Demonstração da mutações do patrimônio líquido

Período de 23 de outubro (início das operações) a 31 de dezembro de 2020 - (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Lucros acumulados	Total
Em 23 de outubro de 2020				
Aumento de capital	**35.000**			**35.000**
Lucro líquido do exercício	-	-	**37**	**37**
Constituição de reserva legal	-	**2**	**(2)**	-
Dividendos a pagar	-	-	**(35)**	**(35)**
Em 31 de dezembro de 2020	**35.000**	**2**	-	**35.002**

Demonstração do resultado

Período de 23 de outubro (início das operações) a 31 de dezembro de 2020 - (Em milhares de reais)

	2020
Receitas financeiras	53
Resultado financeiro líquido	53
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	53
Imposto de renda e contribuição social	
Corrente	(16)
Lucro líquido do exercício	37

Demonstração dos resultados abrangentes

Período de 23 de outubro (início das operações) a 31 de dezembro de 2020 - (Em milhares de reais)

	2020
Lucro líquido do exercício	**37**
(+) Outros resultados abrangentes	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício	**37**

Demonstração do fluxo de caixa

Período de 23 de outubro (início das operações) a 31 de dezembro de 2020 - (Em milhares de reais)

	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	53
Variações nos ativos e passivos	
Impostos e contribuições	3
Caixa proveniente das atividades operacionais	56
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	56
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	
Aumento de capital	35.000
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	35.000
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	35.056
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	35.056

DIRETORIA
Claudia Ramos de Oliveira
Diretora Presidente, Financeiro e Administrativo
Vittorio Rullo Junior
Diretor Técnico e de Produtos, Operações e Tecnologia
Contador: **Neilton Pereira dos Santos** - CRC - 1SP223551/O-2

INTERCEMENT PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ nº 10.456.140/0001-22

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, colocando-se à disposição para qualquer esclarecimento.

São Paulo, 29 de abril de 2021

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 31 de Dezembro de 2020 e de 31 Dezembro de 2019 (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	18.973	58.392
Impostos e contribuições a recuperar	2.762	1.127
Partes relacionadas	59.795	3.364
Outros créditos	1.332	1.666
Total do ativo circulante	82.862	64.549
Não Circulante		
Partes relacionadas	4.042.073	741.753
Investimentos	2.380.211	2.691.963
Intangível	6.129	7.994
Total do ativo não circulante	6.428.413	3.441.710
Total do Ativo	**6.511.275**	**3.506.259**

	31/12/2020	31/12/2019
Passivo e Patrimônio Líquido		
Circulante		
Fornecedores	10.033	6.929
Notas promissórias Comerciais	119.767	–
Debêntures	10.533	–
Salários e Encargos Sociais	15.419	13.773
Impostos e contribuições a recolher	970	144
Partes relacionadas	316.945	410
Total do passivo circulante	473.667	21.256
Não Circulante		
Debêntures	2.976.666	–
Partes Relacionadas	770.953	259.385
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15.587	–
Provisão para perdas em controladas	–	887
Imposto de renda e contribuição social diferidos	97.012	41.930
Total do passivo não circulante	3.860.218	302.202
Patrimônio Líquido		
Capital social	2.562.966	2.532.831
Reserva de Capital	1.544.760	1.273.542
Reserva de Lucros	401.013	594.302
Ajuste de Avaliação patrimonial	(2.331.349)	(1.217.874)
Total do patrimônio líquido	2.177.390	3.182.801
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**6.511.275**	**3.506.259**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 - (Em milhares de reais - R$)

	Patrimônio líquido						
	Reservas de Lucros						
	Capital social	Reserva capital	Reserva Legal	Reserva de orçamento de capital	Transações com sócios	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de Janeiro de 2018 (Reapresentado)	2.532.831	1.573.542	–	–	1.152.131	(512.351)	(842.198)	3.903.955
Absorção de prejuízos com reserva de lucros	–	–	–	–	(842.198)	–	842.198	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	483.314	483.314
Destinação do lucro líquido do exercício	–	–	24.166	459.148	–	–	(483.314)	–
Resgate de ações	–	(300.000)	–	–	–	–	–	(300.000)
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	(200.000)	–	–	(200.000)
Aquisição de participação não controladora	–	–	–	–	1.055	–	–	1.055
CPC 42 - Contabilidade em economia hiperinflacionária	–	–	–	–	–	372.336	–	372.336
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	(1.077.859)	–	(1.077.859)
Saldos em 31 De Dezembro de 2019	2.532.831	1.273.542	24.166	459.148	110.988	(1.217.874)	–	3.182.801
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	(12.664)	(12.664)
Absorção de prejuízo com reserva de lucros	–	–	–	(12.664)	–	–	12.664	–
Aumento de Capital	30.135	271.218	–	–	(182.268)	–	–	119.085
Ganho na variação de participação	–	–	–	–	1.643	–	–	1.643
Efeito Inflação	–	–	–	–	–	495.181	–	495.181
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	(1.608.656)	–	(1.608.656)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	2.562.966	1.544.760	24.166	446.484	(69.637)	(2.331.349)	–	2.177.390

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais - R$)

	2020	2019
(Prejuízo) Lucro Líquido do Exercício	(12.664)	483.314

Jornal O DIA SP

SEXTA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 2021

Canvas Capital S.A.

CNPJ nº 15.473.600/0001-59

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

Balanços patrimoniais	2020	2019
Ativo/Ativo circulante	**77.804**	**66.510**
Caixa e equivalentes de caixa	40.598	29.808
Contas a receber	36.790	36.121
Crédito tributário	197	–
Despesas antecipadas	158	439
Outros ativos circulantes	61	142
Ativo não circulante	**777**	**1.495**
Investimentos em coligadas	–	11
Imobilizado	776	1.676
Intangível	2	6
Total do ativo	**78.582**	**68.005**
Balanços patrimoniais	**2020**	**2019**
Passivo/Passivo circulante	**69.113**	**58.311**
Contas a pagar	808	915
Arrendamento mercantil	560	1.014
Dividendos a pagar	37.847	43.592
Obrigações fiscais	23.560	8.243
Obrigações sociais	421	420
Provisão para despesa de pessoal	5.917	4.127
Passivo não circulante	**1**	**579**
Arrendamento mercantil	–	579
Investimento - Passivo descoberto	1	–
Patrimônio líquido	**9.468**	**9.113**
Capital social	4.181	4.181

Demonstrações dos fluxos de caixa	2020	2019
Redução em despesas antecipadas	281	14
Redução/(aumento) em outros ativos circulantes	81	(60)
(Redução) em contas a pagar	(107)	(236)
(Redução) em arrendamento mercantil	(1.033)	1.593
Aumento em obrigações fiscais	1.588	912
Aumento em obrigações sociais	1	29
Aumento em obrigações trabalhistas, bônus e PLR	1.666	1.778
(Redução) em adiantamento de clientes	–	(33)
IR e CS pagos no exercício	(15.954)	(11.366)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**15.242**	**12.479**
Atividades de investimentos		
Aquisições de participações societárias	(50)	(55)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(36)	(2.558)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	**(86)**	**(2.613)**
Atividades de financiamento		
Dividendos pagos no exercício	(64.366)	(66.714)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**(64.366)**	**(66.714)**
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**10.790**	**3.152**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	29.808	26.656
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	40.598	29.808
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**10.790**	**3.152**

Diretora: Antonia Carlos Quintella - Diretor Presidente
Contador: José Luiz Gonzaga - CRC 1SP 132.371/O-5

As Notas Explicativas referentes a estas Demonstrações Financeiras, estão a disposição dos Srs. Acionistas e parceiros na sede da Companhia.

XPCE Anhaia Mello Participações S/A - CNPJ/NIRE nº 27.522.540/0001-91

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 - Valores em Reais (R$)

Balanços Patrimoniais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalente	16.943	1.443	69.591	646.242
Clientes -	-	-	-	-
Promitentes circulante	-	-	4.324.097	1.720.112
(-) AVP Clientes -				
Promitentes circulante	-	-	(258.445)	(103.209)
Impostos a recuperar	72	19	72	19
Estoques imobiliários	-	-	7.264.823	8.447.416
Adiantamento a fornecedores	-	-	205.000	-
Total ativo circulante	**17.016**	**1.462**	**11.004.138**	**10.710.586**
Não circulante				
Investimentos	4.887.338	5.294.568	-	-
Total ativo não circulante	**4.887.338**	**5.294.568**	**-**	**-**
Total do Ativo	**4.904.354**	**5.296.030**	**11.004.138**	**10.710.586**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
PASSIVO				
Circulante				
RPJ e CSLL a recolher - Corrente	-	-	9.658	26.227
Impostos a recolher	-	-	8.990	31.586
Contas a pagar	3.205	9.825	1.253.205	9.825
Adiantamento de clientes	-	-	162.629	16.775
Total passivo circulante	**3.205**	**9.825**	**1.307.251**	**84.234**
Não circulante				
Provisão para				
impostos diferidos - PvC	-	-	148.121	45.391
Empréstimos e				
financiamentos PNC	7.445.564	7.044.174	7.445.564	7.044.174
Total passivo não circulante	**7.445.564**	**7.044.174**	**7.593.685**	**7.089.564**
Patrimônio líquido				
Capital social subscrito	100	100	100	100
Reserva de lucros/				
(Prejuízos acumulados)	(2.544.525)	(1.757.892)	(2.544.525)	(1.757.892)
Total do passivo a descoberto	**(2.544.425)**	**(1.757.792)**	**(2.544.425)**	**(1.757.792)**
Participação dessas acionistas	-	-	5.187.338	3.294.597
Total do patrimônio (passivo a descoberto)				
líquido XPCE	**(2.544.425)**	**(1.757.792)**	**2.637.933**	**3.536.705**
Total do Passivo e				
Patrimônio Líquido	**4.904.354**	**5.296.030**	**11.004.138**	**10.710.586**

Demonstração do Resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Receita	-	-	-	-
Reconhecimento de Parcelas	-	-	1.138.677	1.959.640
Receita com evolução de obra	-	-	1.517.301	1.130.103
(-) AVP Promitentes	-	-	(156.239)	(56.267)
(-) Impostos sobre receita	-	-	(99.467)	(67.802)
Receita operacional	-	-	**2.400.272**	**3.105.649**
(-) Custo dos imóveis vendidos	-	-	(1.399.092)	(1.774.536)
Receita líquida	-	-	**1.277.180**	**684.113**
Despesas operacionais				
Despesas prestadas por terceiros	(16.072)	(25.883)	(150.585)	(154.945)
Despesas tributárias	(2.023)	(767)	(2.116)	(805)
Despesas gerais e administrativas	(139)	(777)	10.760	(1.139)
Total despesas operacionais	**(18.264)**	**(27.546)**	**(141.921)**	**(156.889)**
Prejuízo antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial	**(18.264)**	**(27.546)**	**1.135.259**	**527.224**
Despesas financeiras	69	(1.667)	(566)	(5.911)
Receitas financeiras	258	91	8.235	9.048
Resultado financeiro líquido	-	(576)	8.029	3.077
Juros incorridos				
sobre empréstimos	(1.311.389)	(1.038.226)	(1.311.389)	(1.038.226)
Resultado com				
equivalência patrimonial	542.771	156.238	-	-
Prejuízo líquido do exercício antes do IRPJ e CSLL	**(786.625)**	**(910.511)**	**(167.596)**	**(507.921)**
Provisão para IRPJ e CSLL - Corrente	-	-	(29.244)	(49.883)
Provisão para IRPJ e CSLL - Diferido	-	-	(42.050)	3.292
Prejuízo líquido do exercício	**(786.625)**	**(910.511)**	**(243.890)**	**(754.272)**
Resultado atribuído aos demais acionistas	-	-	57.890	243.961
Prejuízo líquido do exercício atribuído a XPCE Anhaia Mello	**(786.625)**	**(910.511)**	**(786.625)**	**(910.511)**

XPCE Ministro Godoi Participações S/A - CNPJ/NIRE nº 33.629.298/0001-28

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 - Valores em Reais (R$)

Balanços Patrimoniais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalente	4.167	-	1.031.580	4.061.129
Clientes - Promitentes circulante	-	-	2.672.124	-
(-) AVP Clientes -				
Promitentes circulante	-	-	31.428	-
Impostos a recuperar	1	-	1	-
Adiantamento de lucros	-	-	2.020.000	-
Estoques imobiliários	-	-	6.992.599	24.486.474
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	6.647
Outros créditos - Circulante	-	-	497.810	53
Consórcios Pendentes	-	-	16.531.550	-
Total ativo circulante	**4.167**	**-**	**31.796.264**	**28.554.903**
Não circulante				
Clientes - Promitentes -				
não circulante	-	-	4.146.982	-
(-) AVP Clientes -				
Promitentes não circulante	-	-	168.601	-
Investimentos	13.200.993	9.902.826	-	-
Total ativo não circulante	**13.200.993**	**9.902.826**	**3.978.291**	**-**
Total do Ativo	**13.205.160**	**9.902.826**	**35.682.525**	**28.534.903**

Diretores: Lucas Paravizo Claudino e Pedro Eduardo Cassab Carraz
Contador: Rodrigo Cereza Menocci - CRC 1SP 291.209/O-3

As Notas Explicativas referentes a estas Demonstrações Financeiras, estão a disposição dos Srs. Acionistas e parceiros na sede da Companhia.

Demonstração do Resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Receita	-	-	11.340.330	-
Reconhecimento de Parcelas	-	-	4.807.372	-
Receita com evolução de obra	-	-	(84.941)	-
Reconhecimento de Unidades Distratadas	-	-	(200.026)	-
(-) AVP Promitentes	-	-	(250)	-
Promitentes de Parcelas	-	-	(1.139.194)	-
(-) Impostos sobre receita	-	-	(403.616)	-
Receita operacional	-	-	**15.467.777**	-
(-) Custo dos imóveis vendidos	-	-	(10.424.952)	-
Receita líquida	-	-	**4.987.826**	-
Despesas operacionais				
Serviços prestados por terceiros	(22.203)	(4.807)	(41.924)	(6.384)
Despesas tributárias			(178)	-
Despesas gerais e administrativas	(390)	-	(323.566)	(53)
Outras despesas operacionais		(100)		(100)
Outras receitas operacionais		3.637		19.905
Total despesas operacionais	**(22.593)**	**(1.270)**	**(365.668)**	**11.368**
Lucro antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial	**(22.593)**	**(1.270)**	**4.621.622**	**11.368**
Resultado financeiro líquido			(22)	-
Juros incorridos				
sobre empréstimos	(2.458.274)	(1.137.945)	(2.457.091)	(137.595)
Resultado com				
equivalência patrimonial	2.158.367	3.039.215	-	-
Lucro antes do IR e da CS	**(322.500)**	**(1.139.215)**	**2.164.709**	**(126.227)**
Provisão para IRPJ e CSLL - Corrente			(169.511)	(6.315)
Provisão para IRPJ e CSLL - Diferido			(193.458)	-
Lucro (Prejuízo) líquido do período	**(322.500)**	**(1.139.215)**	**1.835.756**	**(191.297)**
Resultado atribuído				
aos demais acionistas	-	-	(2.158.361)	(3.989)
Lucro (Prejuízo) líquido do período atribuído XPCE Ministro Godoi	**(322.500)**	**(1.139.215)**	**(322.500)**	**(1.139.215)**

XPCE Carmontelle Participações S/A - CNPJ/NIRE nº 20.818.367/0001-24

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 - Valores em Reais (R$)

Balanços Patrimoniais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalente	3.118	24.616	305.705	3.176.196
Repasses a receber	-	-	312.540	1.441.502
Clientes - Promitentes				
circulante	-	-	694.091	2.891.759
Impostos a recuperar	362	314	362	314
Estoques imobiliários	-	-	1.218.016	1.747.839
Outros adiantamentos	-	2.700	-	2.700
Outros créditos -				
Circulante	-	-	2.868.562	2.873.118
Total ativo circulante	**3.480**	**27.630**	**5.401.276**	**12.133.419**
Não circulante				
Partes relacionadas -				
Consórcio	-	16.673	-	-
Investimentos	2.120.608	4.955.328	-	-
Total ativo não circulante	**2.120.608**	**4.971.982**	**-**	**-**
TOTAL DO ATIVO	**2.124.088**	**4.999.612**	**5.401.276**	**12.133.419**

Diretores: Lucas Paravizo Claudino e Pedro Eduardo Cassab Carraz
Contador: Rodrigo Cereza Menocci - CRC 1SP 291.209/O-3

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
PASSIVO				
Circulante				
Fornecedores	-	-	87.561	1.667
RPJ e CSLL a recolher - Corrente	-	-	25.648	114.336
Impostos a recolher	-	22	34.343	60.603
Contas a pagar	1.802	-	1.802	789.977
Adiantamento de clientes	-	-	1.802	789.977
Total passivo circulante	**1.805**	**2.011**	**314.114**	**966.582**
Não circulante				
Débito com empresas ligadas	3.053	3.053	16.239	16.239
Provisão para impostos diferidos - PvC	-	-	59.158	287.409
Empréstimos e				
financiamentos PNC	236.245	4.207.603	236.245	4.207.603
Total passivo não circulante	**239.297**	**4.210.656**	**311.643**	**4.513.451**
Patrimônio líquido				
Capital social subscrito	1.000	1.000	1.000	1.000
(-) Capital social a integralizar	(500)	(500)	(500)	(500)
Reserva de lucros/				
(Prejuízos acumulados)	1.882.886	786.245	1.882.886	786.245
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	**1.883.186**	**786.745**	**1.883.186**	**786.745**
Participação dessas acionistas	-	-	2.308.618	5.866.640
Total do patrimônio líquido XPCE	**1.883.186**	**786.745**	**4.191.804**	**6.653.385**
Total do Passivo e				
Patrimônio Líquido	**2.124.088**	**4.999.612**	**4.813.278**	**12.133.418**

Demonstração do Resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Receita	-	-	7.587.077	5.243.689
Reconhecimento de Parcelas	-	-	(2.186.463)	(1.780.810)
Receita com evolução de obra	-	-	(1.153.975)	(256.997)
(-) Impostos sobre receita	-	-	(1.026.663)	(1.053.324)
Receita operacional	-	-	**3.219.976**	**2.152.558**
(-) Custo dos imóveis vendidos	-	-	(1.619.881)	(1.024.731)
Receita líquida	-	-	**1.600.095**	**1.127.827**
Despesas operacionais				
Serviços prestados por terceiros	(23.478)	(25.895)	(114.760)	(160.403)
Despesas gerais e administrativas	(382)	(611)	(382)	(718)
Despesas tributárias	(1.104)	(1.104)	(504)	(1.104)
Outras despesas operacionais	(2.313)	-	(2.313)	(1.456)
Total despesas operacionais	**(25.157)**	**(25.589)**	**(117.961)**	**(163.681)**
Lucro antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial	**(25.157)**	**(25.589)**	**1.482.134**	**964.146**
Resultado financeiro líquido	102	1.726	28.559	24.252
Juros incorridos sobre empréstimos	(530.713)	(836.855)	(530.713)	(836.855)
Resultado com				
equivalência patrimonial	1.653.173	1.583.892	-	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**1.096.440**	**721.556**	**1.000.951**	**1.851.839**
Provisão para IRPJ e CSLL Corrente	-	-	(210.542)	(104.156)
Provisão para IRPJ e CSLL Diferido	-	-	104.491	(23.322)
Lucro (prejuízo) líquido do período	**1.096.440**	**721.556**	**894.900**	**1.724.361**
Resultado atribuído aos demais acionistas	-	-	(1.798.126)	(1.722.771)
Lucro (prejuízo) líquido do período atribuído XPCE	**1.096.440**	**721.556**	**(1.096.440)**	**721.556**

XPCE Maria Monteiro Participações S/A - CNPJ/NIRE nº 27.511.631/0001-21

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 - Valores em Reais (R$)

Balanços Patrimoniais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalente	9.530	29.296	116.851	107.894
Clientes - Promitentes circulante	-	-	1.434.524	1.719.629
Estoques imobiliários	-	-	1.907.566	2.216.230
Impostos a recuperar	185	144	484	561
Outros créditos - Circulante	-	-	498	498
Total ativo circulante	**9.715**	**29.439**	**3.460.022**	**4.043.813**
Não circulante				
Clientes - Promitentes -				
não circulante	-	-	-	119.395
Partes relacionadas - Consórcio	-	-	460.039	460.039
Investimentos	3.323.924	3.273.788	3.081.995	3.081.995
Total ativo não circulante	**3.323.924**	**3.273.788**	**3.542.035**	**3.661.429**
Total do Ativo	**3.333.639**	**3.303.226**	**7.002.057**	**7.705.242**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
PASSIVO				
Circulante				
RPJ e CSLL a recolher - Corrente	-	-	6.806	7.370
Impostos a recolher	-	-	4.629	6.628
Contas a pagar	52.790	50.805	82.333	66.031
Adiantamento de clientes	-	-	181.902	200.000
Total passivo circulante	**52.790**	**50.805**	**275.360**	**280.029**
Não circulante				
Débito com empresas ligadas	-	-	-	119.395
Provisão para impostos diferidos - PvC	-	-	-	123.582
Empréstimos e financiamentos PNC	1.254.353	1.592.484	1.254.353	1.592.484
Adiantamento de clientes	-	-	1.858.035	1.858.035
Total passivo não circulante	**1.254.353**	**1.592.484**	**3.022.388**	**3.693.496**
Patrimônio líquido				
Capital social subscrito	1.705.445	1.705.445	1.705.445	1.705.445
Resultados abrangentes	244.211	244.211	244.211	244.211
Reserva de lucros/(Prejuízos acumulados)	364.848	209.393	364.848	209.393
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto) líquido XPCE	**2.234.505**	**2.159.049**	**2.234.505**	**2.159.049**
Participação dessas acionistas	-	-	469.804	462.197
Total do Passivo (passivo a descoberto) líquido XPCE	**2.234.505**	**2.159.049**	**2.704.309**	**2.621.246**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**3.541.648**	**3.802.397**	**6.041.742**	**7.395.739**

Demonstração do Resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Receita	-	-	597.664	585.420
Reconhecimento de Parcelas	-	-	(62.369)	(60.095)
Receita com evolução de obra	-	-	(34.136)	(66.741)
(-) Impostos sobre receita	-	-	(61.616)	(67.241)
Receita operacional	-	-	**981.138**	**1.761.774**
(-) Custo dos imóveis vendidos	-	-	(599.004)	(1.000.000)
Receita líquida	-	-	**382.134**	**761.774**
Despesas operacionais				
Despesas prestadas por terceiros	(24.894)	(26.469)	(58.719)	(61.589)
Despesas tributárias	(11)	(28)	(53)	(56)
Despesas gerais e administrativas	(170)	(1.000)	(170)	(1.000)
Total despesas operacionais	**(25.075)**	**(27.497)**	**(58.942)**	**(62.645)**
Lucro antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial	**(25.075)**	**(27.497)**	**323.532**	**808.621**
Resultado financeiro líquido	1.425	(606)	1.499	(1.318)
Juros incorridos sobre empréstimos	(256.869)	(304.020)	(256.869)	(304.831)
Resultado com equivalência patrimonial	356.586	581.895	-	-
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CS	**76.066**	**249.772**	**68.162**	**502.472**
Provisão para IRPJ e CSLL - Corrente			(23.096)	(21.800)
Provisão para IRPJ e CSLL - Diferido			1.921	(7.198)
Lucro (prejuízo) líquido do período	**76.066**	**249.772**	**46.987**	**473.474**
Resultado atribuído aos demais acionistas	-	-	(180.441)	(284.231)
Lucro (prejuízo) líquido do período atribuído XPCE Maria Monteiro	**76.066**	**249.772**	**(76.066)**	**249.772**

XPCE RE Ministro Gabriel S/A - CNPJ/NIRE nº 35.028.035/0001-13

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 *(Em Reais)*

Balanços Patrimoniais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalente	6.157	-	35.180	-
Estoques imobiliários	-	-	20.675.995	30.000.000
Adiantamento de lucros	-	-	2.000.000	-
Clientes - Promi-				
tentes circulante	-	-	13.492.578	-
Total ativo circulante	**6.157**	**-**	**36.154.153**	**30.000.000**
Não circulante				
Investimentos	15.378.619	14.998.398	-	-
Total ativo não circulante	**15.378.619**	**14.998.398**	**-**	**-**
Total do Ativo	**15.385.826**	**14.998.398**	**36.154.153**	**30.000.000**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
PASSIVO				
Circulante				
Contas a pagar	1.652	3.255	2.438.133	6.460
Impostos a recolher			37.428	-
RPJ e CSLL a				
recolher - Corrente	-	-	47.864	-
Total passivo circulante	**1.652**	**3.255**	**2.523.426**	**6.460**
Não circulante				
Provisão para				
impostos diferidos - PvC	-	-	868.855	-
Empréstimos e financi-				
amentos PNC	15.592.822	15.000.000	15.592.822	15.000.000
Total passivo não circulante	**15.592.822**	**15.000.000**	**16.460.677**	**15.000.000**
Patrimônio líquido				
Capital social subscrito	100	100	100	100
Reserva de lucros/				
(Prejuízos acumulados)	(208.738)	(4.957)	(208.738)	(6.560)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	**(208.638)**	**(4.857)**	**(208.638)**	**(4.907)**
Participação				
dessas acionistas	-	-	17.379.678	14.998.448
Total do patrimônio líquido XPCE	**(208.638)**	**(4.857)**	**17.171.040**	**14.993.540**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**15.385.826**	**14.998.398**	**36.154.153**	**30.000.000**

Demonstração do Resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Receita	-	-	1.451.644	-
Reconhecimento de Parcelas	-	-	1.220.514	-
Receita com evolução de obra	-	-	(640.078)	-
(-) Impostos sobre receita	-	-	(94.660)	-
Receita operacional	-	-	**1.937.420**	-
(-) Custo dos imóveis vendidos	-	-	(1.410.692)	-
Receita líquida	-	-	**526.728**	-
Despesas operacionais				
Despesas prestadas por terceiros	(19.239)	(1.205)	(350.988)	(6.410)
Despesas tributárias	-	-	(1.104)	-
Despesas gerais e administrativas	-	-	(14)	-
Outras despesas operacionais	-	(50)	(14)	(200)
Total despesas operacionais	**(19.239)**	**(1.205)**	**(351.562)**	**(6.610)**
Lucro antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial	**(19.239)**	**(1.205)**	**5.273.520**	**(6.610)**
Resultado financeiro líquido	(10)	-	2.629	-
Juros incorridos sobre empréstimos	(190.542)	-	(2.160.422)	-
Resultado com equiva-				
lência patrimonial	2.391.781	(1.652)	-	-
Lucro antes do IR e da CS	**2.181.991**	**(2.857)**	**3.115.727**	**(6.610)**
Provisão para IRPJ e CSLL - Corrente			(136.539)	-
Provisão para IRPJ e CSLL - Diferido			(38.218)	-
Lucro (Prejuízo) líquido do período	**2.181.991**	**(2.857)**	**2.940.970**	**(6.610)**
Resultado atribuído aos demais acionistas	-	-	(2.181.991)	(1.852)
Lucro (Prejuízo) líquido do período atribuído XPCE Ministro Gabriel	**2.181.991**	**(2.857)**	**(2.181.991)**	**(2.857)**

LOOP Gestão de Pátios S.A.

CNPJ nº 19.965.452/0001-48

Demonstrações Contábeis - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	**8.914**	**13.870**
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.613	7.165
Clientes	370	600
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo no Resultado	-	226
Outros Ativos Financeiros	1.472	1.148
Ativos Fiscais	740	380
Outros Ativos	4.719	4.471
Não Circulante	**27.985**	**24.774**
Depósitos Judiciais	185	111
Ativos Fiscais Diferidos	14.971	12.157
Ativo Tangível	9.638	9.839
Ativo Intangível	3.191	2.717
Total do Ativo	**36.899**	**38.744**

Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	**1.652**	**3.255**
Contas a Pagar	1.652	3.255
Impostos e Financiamentos	9.470	9.228
Provisões a Pagar	579	508
Salários a Pagar	760	907
Provisões	834	177
Arrendamento Mercantil	1.281	799
Não Circulante	**6.829**	**5.893**
Empréstimos e Financiamentos	2.496	1.663
Arrendamento Mercantil	4.333	4.230
Patrimônio Líquido	**12.096**	**17.650**
Capital Social	46.232	46.232
Reservas de Lucros	(16)	(16)
Prejuízos Acumulados	(34.120)	(28.561)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**36.899**	**38.744**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas Líquidas de Prestação de Serviços	13.764	15.022
Custos dos Serviços Prestados	(8.321)	(8.586)
Resultado Bruto	**5.443**	**6.364**
Despesas com Pessoal	(6.421)	(7.776)
Despesas Administrativas	(2.975)	(3.938)
Despesa com Depreciação e Amortização	(3.049)	(2.220)
Provisão para Perdas sobre Créditos		
de Liquidação Duvidosa	(532)	-
Outras Receitas / Despesas	300	-
Resultado antes das Receitas (Despesas) Financeiras	**(7.234)**	**(5.570)**
Resultado Financeiro	(1.189)	(864)
Resultado antes da Tributação	**(8.423)**	**(6.434)**
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.864	1.891
Prejuízo do Exercício	**(5.559)**	**(4.453)**
Resultado por ação		
Resultado básico e diluído	(0,12)	(0,10)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Patrimônio Líquido			
	Capital Social	Prejuízos Integralizar	Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2018	**46.232**	**(16)**	**(24.108)**	**22.108**
Prejuízo do Exercício			(4.453)	(4.453)
Saldos em 31/12/2019	**46.232**	**(16)**	**(28.561)**	**17.655**
Prejuízo do Exercício			(5.559)	(5.559)
Saldos em 31/12/2020	**46.232**	**(16)**	**(34.120)**	**12.096**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo do Exercício	**(5.559)**	**(4.453)**
Resultado Abrangente do Exercício	**(5.559)**	**(4.453)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Atividades Operacionais		
Prejuízo do Exercício	**(5.559)**	**(4.453)**
Ajustes ao Prejuízo	**2.152**	**908**
Provisão para Perda sobre Créditos	532	(1)
Depreciação e Amortização	3.049	2.220
Juros e Empréstimos e Mútuo	605	631
Variação Cambial sobre Empréstimos no Exterior	830	125
Ajuste a Valor Justo de Derivativos	-	(86)
Impostos Diferidos (IRPJ e CSLL)	(2.864)	(1.981)
Variações em Ativos e Passivos	**535**	**4.135**
Redução (Aumento) em Clientes	(302)	(415)
Redução (Aumento) em Outros Ativos Financeiros	(324)	(333)
Redução (Aumento) em Ativos Financeiros		
Mensurados a Valor Justo no Resultado	226	-
Redução (Aumento) em Ativos Fiscais	(3.244)	(150)
Redução (Aumento) em Depósitos Judiciais	(74)	(110)
Redução (Aumento) em Outros Ativos	(245)	(2.604)
Aumento (Redução) em Contas a Pagar	469	(113)
Aumento (Redução) em Salários a Pagar	(149)	455
Aumento (Redução) em Provisões	657	146
Aumento (Redução) em Impostos a Pagar	2.928	15
Aumento (Redução) em Arrendamento Mercantil	585	5.021
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais	**(2.872)**	**590**
Atividades de Investimento		
Aquisições de Ativo Tangível	(2.021)	(8.290)
Baixas de Ativo Tangível	28	286
Aquisições de Ativo Intangível	(1.332)	-
Baixas de Ativo Intangível	3	-
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento	**(3.322)**	**(8.004)**
Atividades de Financiamento		
Empréstimos e Financiamentos	642	310
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento	**642**	**310**
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(5.552)**	**(7.104)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	**7.165**	**14.270**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	**1.613**	**7.165**

Informações Complementares

Juros Pagos	380	(1.162)

DIRETORIA

Ricardo Ferraz Luz - Diretor - Presidente
Gustavo de Castro Guimarães - Diretor Geral de Operações
Renata Mellosi - CRC 1SP284533/O-5 -Contador

O relatório do auditor PwC Auditores Independentes foi emitido sem ressalvas e encontra-se à disposição dos acionistas junto com as demonstrações financeiras completas, na sede da Companhia

Raciorp Comércio e Participações Ltda.

CNPJ 47.231.240/0001-38

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 - Controladora e Consolidado *(Valores expressos em milhares de reais)*

Balanços patrimoniais	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativo	**61.053**	**1.080**	**361.429**	**286.757**
Ativo circulante	**61.053**	**1.080**	**361.429**	**286.757**
Caixa e equivalentes de caixa	302	227	5

SPE GL events Centro de Convenções Imigrantes S.A.

CNPJ nº 18.942.023/0001-80

Demonstrações Financeiras em 31/12/2020 e 31/12/2019 – Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Relatorio da Diretora: Srs. Acionistas, em cumprimento as disposições legais e estatutárias, vimos submeter a apreciação de V Sas. As Demonstrações Financeiras referentes ao Exercícios Sociais findos em 31/12/2020 e 31/12/2019. Estamos a inteira disposição de V Sas., para quaisquer esclarecimentos

A Diretoria.

Balanço patrimonial	2020	2019
Ativo/Circulante	**41.382**	**74.792**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	38.497	67.323
Contas a receber de clientes (Nota 5)	483	1.358
Adiantamentos a fornecedores	325	197
Impostos a recuperar	1.928	590
Outras contas a receber (Nota 6)	42	5.282
Despesas antecipadas	107	42
Não circulante	**491.718**	**505.795**
Contas a receber clientes - Partes relacionadas (Nota 11)	10.132	8.088
IR e CS diferidos (Nota 18(b))	2.728	2.805
Imobilizado (Nota 7)	363.209	377.545
Direito de uso (Nota 7.1)	99.313	100.290
Intangível (Nota 8)	16.336	17.057
Total do ativo	**533.100**	**580.587**

Demonstração dos resultados abrangentes	2020	2019
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(18.592)	40.114
Total do resultado abrangente do exercício	**(18.592)**	**40.114**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Capital social	Reserva legal	Reserva especial	Lucros acumulados	Total
Em 01.01.2019	359.933	3.486	14.931	-	378.350
Lucro líquido do exercício	-	-	-	40.114	40.114
Constituição de reservas	-	2.006	-	(2.006)	-
Redução de capital	(12.338)	-	-	-	(12.336)
Distribuição de dividendos do exercício de 2018	-	-	(14.087)	-	(14.087)
Distribuição de dividendos do exercício de 2019	-	-	-	(38.108)	(38.108)
Em 31.12.2019	**347.597**	**5.492**	**844**	-	**353.933**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(18.592)	(18.592)
Em 31.12.2020	**347.597**	**5.492**	**844**	**(18.592)**	**335.340**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31/12 – Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais: A SPE GL Events Centro de Convenções Imigrantes S.A. ("Companhia") foi constituída em 02.09.2013, com o propósito específico de realizar o planejamento, a implantação e a operação do uso do recinto de exposições Salvio Pacheco de Almeida Prado ("São Paulo Expo") e das áreas adjacentes por 30 anos, visando a realização de feiras, exposições e eventos e a instalação de equipamentos de apoio, com o objetivo de observar, cumprir e fazer cumprir o disposto no Contrato de Concessão de Direito de Uso e Exploração de Bem Público nº 031/2013, A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede no município de São Paulo/SP. A Companhia realizou durante os exercícios de 2014 a 2016, o Projeto de Expansão e Ampliação do São Paulo Expo, tornando o mais novo centro de Exposições, Congressos e Convenções da capital paulista, com uma área de 100 mil m², o complexo arquitetônico e multifuncional, capaz de sediar feiras de negócios e de lazer, congressos e eventos corporativos nacionais e internacionais, além de eventos culturais, sociais, esportivos e de entretenimento, cuja entrega definitiva e funcionamento ocorreu em abril de 2016. Nos exercícios de 2019, os seguintes investimentos foram realizados: (i) cumprimento da compensação ambiental junto às autoridades do município de São Paulo, decorrente do projeto citado acima, que resultou no Plantio de 6.686 mudas no Parque Alberto Sampaio e a entrega de 2001 mudas no Viveiro Manequinho Lopez e (ii) implantação da passarela de pedestres visando gerar melhorar a fluidez no trânsito da região e permitir maior segurança aos visitantes dos eventos. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 19/04/2021. **1.1** Impactos - Covid 19: Em 31.01.2020, a Organização Mundial da Saúde ("OMS") anunciou que o Corona vírus ("Covid-19") é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou significativas ações pelos governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos materiais nos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras. A direção da empresa aplicou algumas ações para mitigar os efeitos do Coronavírus cancelando ou postergando diversos contratos de prestadores de serviços reduzindo dessa forma custos e despesas fixas. Com relação ao fluxo de pagamento de dois eventos com redução da margem e receita líquida como segue: Salão do Automóvel (redução da margem em R$ 930 e receita líquida em R$ 9.000 e Festival do Japão (redução da margem em R$2.200 e receita líquida em R$2.400). Não obstante, a Companhia seguiu monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema, e avaliou, de acordo com a realidade atual e mesmo, a necessidade de divulgação de fato relevante e/ou alteração das projeções e estimativas relacionados aos riscos reportados no seu formulário de referência, de forma a deixar seus acionistas e o mercado informados acerca de avaliação que trazem efeitos relevantes. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. **2.1** Base de preparação e apresentação: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (incluindo instrumentos derivativos), é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a determinação de vidas úteis de ativos imobilizado e de ativos intangíveis, receitas e despesas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. **2.2** Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as bases de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.3** Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão registradas ao custo, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço, que não superam o valor de mercado ou de realização. **2.4** Ativos financeiros: Classificação: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria mensurados e receituários. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial da contratação. Os empréstimos e receitivos são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos no circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como não circulantes). Os empréstimos e receitivos da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes", "Outras contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa". Reconhecimento e mensuração: Os empréstimos e receitivos são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros em vigor. Avaliação de recuperabilidade dos ativos financeiros: A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito futuras que não foram incorridas) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda por impairment anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indícios de perda ou não recuperável. Caso ocorra tal indicação, estão o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Em 31.12.2020, não havia evidência que indicasse que o valor contábil líquido excedesse o valor recuperável. Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.5** Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela locação de espaço ou venda de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment, se necessária. As contas a receber no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data do encerramento do balanço. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir provável perda na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. **2.6** Ativos imobilizados: Reconhecimento e mensuração: Itens de imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, pelo custo incluindo os gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo, deduzidos de depreciação acumulada e, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável acumulada (impairment). Custos subsequentes são alocados de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. Depreciação: A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear e em função da vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado. Esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. **2.7** Intangível: O intangível da Companhia é constituído do direito de exploração do espaço de exposições Salvio Pacheco de Almeida Prado e das áreas adjacentes por 30 anos, prazo de concessão de uso. O ativo está sendo amortizado linearmente no período de 30

Demonstração dos resultados	2020	2019
Receitas líquidas (Nota 15)	**21.412**	**129.308**
Custos dos serviços prestados (Nota 16)	(23.220)	(86.018)
Lucro (prejuízo) bruto	**(1.808)**	**43.290**
Despesas operacionais: Despesas gerais e administrativas (Nota 16)	(12.405)	(18.031)
Outras despesas operacionais (Nota 16)	(1.261)	(511)
	(13.666)	**24.748**
Lucro (prejuízo) operacional	**(17.484)**	**64.748**
Resultado financeiro líquido (Nota 17)	**(1.018)**	**(24.275)**
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS	**(18.517)**	**59.176**
IR e CS - Corrente	-	(21.127)
IR e CS - Diferidos (Nota 18)	(76)	2.059
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(18.593)**	**40.114**
Quantidade de ações ordinárias ao final do exercício	**347.596.526**	**347.596.526**
Lucro (prejuízo) líquido por ação do capital social	**(0,05)**	**0,12**

Demonstração dos fluxos de caixa	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**(18.593)**	**40.114**
Ajustes de: (Reversão) PECLD	(51)	(15)
IR e CS diferidos	77	(2.059)
Amortização do intangível	721	720
Amortização do direito de uso (IFRS 16)	977	1.292
Depreciação do imobilizado	17.463	17.609
	594	**57.141**
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes - Terceiros	926	77
Contas a receber de clientes - Partes relacionadas	(2.064)	(2.178)
Adiantamento a fornecedores	(138)	(115)
Impostos a recuperar	(1.338)	(316)
Outras contas a receber	5.240	816
Despesas antecipadas	(65)	121
Fornecedores - Terceiros	(973)	(571)
Fornecedores - Partes relacionadas	(5.521)	5.521
Adiantamento de clientes	23.006	6.517
Impostos a recolher	(3.675)	985
Obrigações sociais	84	(456)
Outras contas a pagar	(5.050)	2.021
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**11.016**	**70.594**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Compras de imobilizado	(3.127)	(4.713)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	**(3.127)**	**(4.713)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(36.000)	(15.277)
Redução de capital	-	(12.336)
Amortização de empréstimos e financiamentos - Terceiros	(715)	(1.259)
(Pagamento) captação de empréstimos com partes relacionadas	-	(2.497)
Pagamento de arrendamento	(1.357)	(1.264)
Caixa líquido gerados nas atividades de financiamento	**(38.715)**	**(19.011)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(28.826)**	**51.600**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	67.323	15.723
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	38.497	67.323
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(28.826)**	**51.600**

líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos §3º e §4º do Artigo 202 da referida lei. **15. Receita líquida:** A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2020	2019
Receita bruta sobre locação de espaços e serviços	23.662	143.391
Impostos sobre vendas	(2.250)	(14.083)
	21.412	**129.308**

16. Custos e despesas por natureza:	2020	2019
Depreciação e amortização	(18.440)	(19.094)
Salários e encargos sociais	(7.235)	(8.465)
Serviços de terceiros	(5.263)	(11.202)
Energia elétrica, água e gás natural	(2.626)	(6.452)
Adequação de espaços para alender aos eventos	(1.382)	(2.857)
Serviços de terceiros contratados diretamente relacionado a eventos	(959)	(8.690)
Contingências	(757)	(1.174)
Contrato de concessão - Outorga fixa	(721)	(721)
Contrato de concessão - Onus variável	(237)	(1.434)
Contribuições a entidades	(63)	(84)
Estorno (Provisão) para expectativa de créditos de liquidação duvidosa	(51)	(51)
Investimento e edição	(1)	(155)
Despesas com participação nos resultados	-	(606)
Outros	(1.131)	(1.840)
Custo total das vendas e despesas operacionais	**(38.896)**	**(64.560)**
Custo	(25.230)	(46.018)
Despesas gerais e administrativas	(12.405)	(18.031)
Outras despesas operacionais	(1.261)	(511)
17. Resultado financeiro líquido:	**2020**	**2019**
Receitas de aplicação financeira	933	1.730
Juros e multas	63	37
Variação cambial	1	6
Outros	37	-
Total de receitas financeiras	**1.034**	**1.810**
Juros e multas	(1.553)	(1.842)
Despesas bancárias	(428)	(457)
PIS e COFINS sobre receita financeira	(46)	(65)
Total de despesas financeiras	**(2.067)**	**(2.364)**
Resultado financeiro líquido	**(1.033)**	**(5.572)**

18. IR e CS: (a) Reconciliação da despesa de IR e da CS:

	2020		2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro Líquido antes dos impostos		59.176		59.176
Alíquota	25%	9%	25%	9%
IRPJ e CSLL		-	(14.794)	(5.326)
Diferenças temporárias pelas quais foram reconhecidos impostos diferidos	56	20	1.514	545
Despesa IRPJ e CSLL Total	**56**	**20**	**(13.280)**	**(4.781)**
Alíquota efetiva			(22,44)%	(8,08)%

(b) Composição IR e CS diferidos: Os saldos de IR e CS diferidos ativos têm a seguinte composição:

Diferenças temporárias	2020	2019
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.643	2.694
Taxa de administração	2.643	1.904
Contas a pagar Prestadoras	85	751
Provisão para expectativa de crédito de liquidação duvidosa	800	851
	8.025	**8.249**
Alíquota combinada de IR e CS-%	34%	34%
IR e CS diferidos	**2.728**	**2.805**

19. Provisão para contingências: As ações movidas contra a Companhia com probabilidade de risco de perda classificada pelos nossos assessores jurídicos externos como provável totalizam R$982 de natureza cível (2019: R$307) e R$2.025 de natureza trabalhista (2019: R$407). **20. Instrumentos financeiros:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração da Companhia gerencia esses possíveis descasamentos que são liquidados em caixa à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais ou de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições e riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno. Não é encerramento de operações. A Administração da Companhia mantéve posições somente em contas correntes bancárias e aplicações financeiras, e não operou com instrumentos financeiros derivativos. Risco de câmbio: O risco cambial é representado pelo saldo de contas a pagar com fornecedores partes relacionadas em moeda estrangeira no montante de R$4.981 (Euro 778 mil).

Diretoria

Damien Denis Marie Timperio - Diretor Presidente
Rodrigo Clarizo de Almeida - Contador - CRC- 1SP260014/O-6 - RJ

Relatório dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas - **SPE GL Events Centro de Convenções Imigrantes S.A**. São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da SPE GL Events Centro de Convenções Imigrantes S.A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2020 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPE GL Events Centro de Convenções Imigrantes S.A. em 31.12.2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras. **Ênfase – Impactos decorrentes da COVID-19:** Chamamos atenção para a Nota explicativa 1 as demonstrações financeiras, que descreve os efeitos do Coronavírus (COVID-19), incluindo o aumento do grau de incerteza e a exposição aos impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Ênfase - Partes relacionadas:** Conforme mencionado na Nota 12, a Companhia realiza transações em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Consequentemente, os resultados de suas operações, bem como sua posição patrimonial e financeira, podem ser diferentes daquelas que seriam obtidas se as transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos identificados durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 19/04/2021. **Mazars Auditores Independentes** - CRC 2SP023701/O-8. **Cleber de Araujo** - Contador CRC 1SP 213655/O-8.

FIP BKO I HOLDING S.A. - NIRE 35.300.483.146 - CNPJ 21.967.778/0001-44

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 04.12.2020

Data, Hora, Local: 04.12.2020, às 10hs., na sede social, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 3º andar, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente - Luciana Martins Guedes Improta; Secretário - Octávio Pinheiro Campuzo Filho. **Deliberações aprovadas:** (i) A redução do capital social, por ser considerado excessivo, no montante de R$ 300.000,00, passando o capital social de R$41.087.552,00 para R$ 40.787.552,00, sem o cancelamento de ações, havendo ajuste ao seu valor nominal; (ii) Alteração do Artigo 5º do Estatuto Social: "*Artigo 5º: O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional e bens, é de R$40.787.552,00, dividido em 43.007.552 ações, com valor nominal de R$0,94838116 cada uma.*" (iii) Os diretores da Companhia ficam autorizados a tomar todas as providências necessárias. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 04.12.2020. **Mesa:** Luciana Martins Guedes Improta - Presidente, Octávio Pinheiro Campuzo Filho - Secretário. **Acionistas:** Fundo de Investimento em Participações BKO I. Gestora: BREI – Brazilian Real Estate Investments Ltda. Por: Vitor Guimarães Bidetti; Luciana Martins Guedes Improta.

FIP BKO I HOLDING S.A.

NIRE 35.300.483.146 - CNPJ 21.967.778/0001-44

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 05.03.2021

Data, Hora, Local: 05.03.2021, às 10hs, na sede social, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 3º andar, São Paulo/SP. **Presença:** totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente - Luciana Martins Guedes Improta; Secretário - Renato Gama Ivoti Guimarães. **Deliberações Aprovadas:** (i) A redução do capital social, por ser considerado excessivo, no montante de R$170.000,00, passando de R$40.787.552,00 para R$40.617.552,00, sem o cancelamento de ações, havendo ajuste ao seu valor nominal; (ii) Alteração do Artigo 5º do Estatuto Social: "*Artigo 5º – O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional e bens, é de R$40.617.552,00, dividido em 42.857.552 ações, com valor nominal de R$0,94783816 cada uma.*" (iii) Os diretores da Companhia ficam desde já autorizados a tomar todas as providências necessárias para a efetivação das deliberações ora aprovadas. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 05.03.2021. **Acionistas:** Fundo de Investimento em Participações BKO I - Gestora: BREI – Brazilian Real Estate Investments Ltda. Por: Vitor Guimarães Bidetti; Luciana Martins Guedes.

Weag Construtora Ltda.

CNPJ/NIRE nº 00.970.329/0001-05 - NIRE 35213388827

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DE SÓCIOS

O Sócio Sr. **Wall Esteves de Oliveira Junior,** no uso das atribuições que lhe confere o Contrato Social, convoca os sócios da **WEAG Construtora Ltda.**, através do presente edital, para reunião de Sócios a ser realizada na dia 10/05/2021, às 10hs em 7ª chamada, e às 10h30min, em 2ª chamada, nos termos do artigo 1.074, caput, da Lei 10.406/2002 ("Código Civil"), na sede da Sociedade, localizada na Rua Barão de Teffe, nº 160, Sala 910, Bairro Jardim Ana Maria, na Cidade Jundiaí/SP, CEP 13208-750, que terá como ordem do dia: I) deliberar sobre a degravação processual, decorrente da Cumprimento de Sentença, em trâmite na 1ª Vara do Foro de Campo Limpo Paulista, em processo de nº 0002587-77.2015.8.26.0135; ii) deliberar sobre o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2020; iii) apreciação e validação dos valores de Alvo e Ativo a serem alienados; discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020, acompanhadas do Relatório da Administração e da proposta da administração da Companhia acerca da destinação do resultado apurado. **Deliberações**: Submetidas à apreciação as matérias constantes da Ordem do dia, restaram aprovadas, por unanimidade, as seguintes deliberações: a) examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020, acompanhadas do Relatório da Administração e da proposta da administração da Companhia acerca da destinação do resultado apurado. **Deliberações**: Submetidas à apreciação as matérias constantes da Ordem do dia, restaram aprovadas, por unanimidade, as seguintes deliberações: a) examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020; b) examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020, acompanhadas do Relatório da Administração e da proposta da administração da Companhia acerca da destinação do resultado apurado. **Deliberações**: Submetidas à apreciação as matérias constantes da Ordem do dia, restaram aprovadas, por unanimidade, as seguintes deliberações: a) examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020; (ii) as Demonstrações Financeiras conforme Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras com Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020, documentos esses que foram publicados no jornal "Diário Oficial do Estado de São Paulo" páginas 264, 265, 266 e 267, e no jornal "Diário Comercial de São Paulo" páginas 7 e 8, ambos em edição do dia 26/03/2021, com destinação ao resultado do exercício findo, de acordo com proposta da administração, no valor de R$ 10.654.846,99 (dez milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e seis reais e noventa e nove centavos) em lucro, a ser transferido em sua totalidade para Lucros e Prejuízos Acumulados, conforme Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras supracitadas. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, após lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. Ata lavrada em forma sumária no livro próprio. **(a) Yoshiaki Fujimori** - Presidente; **(b) Ana Cunha dos Santos** - Secretário. **(a) p/ Nova Participação Fundo de Investimento em Participações Múltiplo** - Carlos Eduardo Lopes). A presente é cópia fiel extraída de livro próprio da Companhia. Barueri - SP 08/04/2021. **Yoshiaki Fujimori** - Presidente. **Adjair da Cunha dos Santos** - Secretário. JUCESP nº 190.933/21-5 em 28/04/2021 - Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A.

CNPJ/ME 00.103.582/0001-31/NIRE: 35.300.190.595

Ata da Assembleia Geral Ordinária

Data, hora e local: 08/04/2021, às 9h, na Alameda Araguaia, 3571, 1º andar, Alphaville Industrial, Barueri - SP. **Convocação:** Dispensada a publicação de editais de convocação, conforme o disposto no artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76 (LSA) e alterações posteriores, por estarem presentes acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa**: Yoshiaki Fujimori - Presidente da Mesa e Adjair da Cunha dos Santos - Secretário. **Ordem do dia**: (i) tomar as contas dos administradores; (ii) examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020, acompanhadas do Relatório da Administração e da proposta da administração da Companhia acerca da destinação do resultado apurado. **Deliberações**: Submetidas à apreciação as matérias constantes da Ordem do dia, restaram aprovadas, por unanimidade, as seguintes deliberações: a) tomar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020; (ii) as Demonstrações Financeiras conforme Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras com Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020, documentos esses que foram publicados no jornal "Diário Oficial do Estado de São Paulo" páginas 264, 265, 266 e 267, e no jornal "Diário Comercial de São Paulo" páginas 7 e 8, ambos em edição do dia 26/03/2021, com destinação ao resultado do exercício findo, de acordo com proposta da administração, no valor de R$ 10.654.846,99 (dez milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e seis reais e noventa e nove centavos) em lucro, a ser transferido em sua totalidade para Lucros e Prejuízos Acumulados, conforme Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras supracitadas. **Encerramento:**

Brasil atinge marca de 400 mil mortos pela covid-19

O Brasil bateu a marca dos 400 mil mortos pela covid-19. Nas últimas 24 horas, foram registrados 3.001 novos óbitos. Com isso, o total de pessoas que perderam a vida para a pandemia do novo coronavírus chegou a 401.186.

Na quarta-feira, o balanço diário marcava 398.185 vítimas que não resistiram à pandemia. Ainda há 3.663 mortes em investigação por equipes de saúde. Isso porque há casos em que o diagnóstico sobre a causa só sai após o óbito do paciente.

A soma de pessoas que contraíram o vírus desde o início da pandemia alcançou 14.590.678. Entre quarta e quinta-feira, foram confirmados 69.389 diagnósticos positivos de covid-19. Na quinta-feira, o painel do Ministério da Saúde marcava 14.521.289 casos acumulados.

As informações estão na atualização diária do Ministério da Saúde, divulgada na noite da quinta-feira (29). O balanço é elaborado a partir dos dados sobre casos e mortes levantados pelas autoridades locais de saúde.

Em termos de óbitos, o Brasil está atrás apenas dos Estados Unidos, que tiveram até o momento 574.947 mortes em função da covid-19. Já no *ranking* de casos, o país está na terceira colocação, atrás da Índia (18.376.524) e dos Estados Unidos (32.272.447).

O número de pessoas recuperadas totalizou 13.152.118. Já a quantidade de pacientes com casos ativos, em acompanhamento por equipes de saúde, ficou em 1.037.374.

Estados

O *ranking* de estados com mais mortes pela covid-19 é liderado por São Paulo (95.532), Rio de Janeiro (43.965), Minas Gerais (33.041), Rio Grande do Sul (24.753) e Paraná (22.229). Já as unidades da Federação com menos óbitos são Roraima (1.503), Acre (1.525), Amapá (1.536), Tocantins (2.529) e Alagoas (4.200).

Vacinação

Até o início da noite de quinta-feira, haviam sido distribuídos 57,9 milhões de doses de vacinas. Deste total, foram aplicados 41,4 milhões de doses, sendo 28,5 milhões da primeira dose e 12,9 milhões da segunda dose.

Repercussão

O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) divulgou nota lamentando as 400 mil mortes. "O número reflete a dor de famílias que perderam pais, avós, filhos e irmãos de forma rápida, violenta e muitas vezes solitária. Reflete também erros de condução e a ausência de coordenação centralizada no nível federal."

Na nota, os secretários estaduais de Saúde insistem na necessidade de ampliar a vacinação contra a covid-19 e de uma ampla campanha de comunicação para destacar a importância das medidas de prevenção e garantir adesão à vacinação.

A **Agência Brasil** entrou em contato com o Ministério da Saúde para saber de o órgão emitiria algum tipo de posicionamento sobre a marca e aguarda retorno.

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) também soltou comunicado no qual se solidariza com as famílias dos mortos e critica as ações do governo federal. "A ausência de coordenação nacional, o desfinanciamento deliberado do Sistema Único de Saúde (SUS) e a negação com motivação ideológica para compra das vacinas contra a covid-19, no momento em que precisávamos ter adquirido, são alguns dos inúmeros motivos que tornam a atual gestão como a grande responsável pela barbárie que vivemos", diz o texto do CNS. (Agencia Brasil)

Anvisa: replicação de adenovírus na Sputnik é comprovada em documentos

O presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Antônio Barra Torres, fez um pronunciamento por meio das redes sociais do órgão questionando críticas feitas pelos laboratórios e instituições responsáveis pelo desenvolvimento da vacina Sputnik V.

O pedido de importação de 66 milhões de doses do imunizante foi negado na segunda-feira (26). A Anvisa apontou uma série de problemas, entre eles, a presença ou não de adenovírus com capacidade de replicação no corpo dos pacientes que receberem doses da vacina.

Na quinta-feira,pela manhã, a conta oficial dos responsáveis pela vacina no Twitter comunicou a intenção de judicializar a análise feita pela agência brasileira. "Após a admissão do regulador brasileiro Anvisa de que não testou a vacina Sputnik V, a Sputnik V está iniciando um processo judicial de difamação no Brasil contra a Anvisa por espalhar informações falsas e imprecisas intencionalmente", diz a mensagem.

No pronunciamento, a Anvisa buscou rebater o argumento da Sputnik V e reforçar a análise realizada por sua equipe técnica, bem como a decisão de negativa da importação. O presidente da agência e o gerente-geral de Medicamentos do órgão, Gustavo Mendes, disseram que a informação da presença de adenovírus com capacidade de replicação foi admitida nos documentos entregues pelo laboratório.

"A Anvisa foi acusada de mentir, de atuar de maneira antiética e de produzir fake news sobre a identificação do adenovírus replicante em documentos que tratam da vacina Sputnik V. As informações sobre a presença de adenovírus replicantes constam dos documentos entregues à Anvisa pelo desenvolvedor da vacina Sputnik V", disse Barra Torres.

Gustavo Mendes defendeu a equipe responsável pela análise de vacinas, que, segundo ele, tem experiência no assunto. O gerente-geral argumentou que o exame das propostas é orientado sobretudo pela avaliação acerca da segurança da vacina. Na análise, a equipe teria encontrado nos documentos e durante testes sinais da presença de adenovírus com possibilidade de replicação.

"A sequência da avaliação começa quando a empresa atesta que o processo de fabricação das partículas RAD5SCov2, uma das partículas importantes neste caso, pode produzir partículas replicantes, aquelas que vão se espalhar pelo corpo, o que não é esperado de uma vacina. A vacina é composta de dois tipos de adenovírus. Para um é apresentada justificativa para não replicação, para outro não", disse Mendes.

O gerente-geral acrescentou que a detecção de adenovírus replicante ocorreu no produto acabado, e não em fases intermediárias da fabricação. O índice de presença teria sido 300 vezes superior ao maior limite permitido por uma autoridade sanitária, no caso a dos Estados Unidos (FDA, na sigla em inglês).

Mendes relatou que no dia 23 de abril foi realizada uma reunião entre a equipe técnica da Anvisa e do Instituto Gamaleya, responsável pelo desenvolvimento da vacina Sputnik V. No pronunciamento, foi exibido vídeo em que os técnicos da Anvisa questionam o ponto do adenovírus replicante e por que não houve correção da questão.

O vídeo mostra o que seria a voz de representantes do instituto russo admitindo que o ajuste levaria muito tempo. No diálogo registrado, os representantes da Sputnik V se colocam à disposição para responder a questionamentos dos técnicos da Anvisa. Segundo Gustavo Mendes, a agência enviou por escrito as dúvidas, mas as respostas recebidas do Instituto Gamaleya não teriam contemplado os questionamentos.

Em sua conta no Twitter, a equipe responsável pela vacina Sputnik V interpretou o pronunciamento como uma admissão de não ter encontrado presença de adenovírus replicante no imunizante, mas que estava preocupada com o limite regulatório teórico russo para esse parâmetro.

Em entrevista coletiva a jornalistas após o pronunciamento, o diretor-presidente da Anvisa rebateu as mensagens da Sputnik V. "Não há interpretação. Está escrito e foi falado no vídeo apresentado. Não, eles apresentam documentos sobre o que seria o valor máximo aceitável, que é entendimento que conflita com o FDA e o que foi encontrado nas amostras, e o que foi encontrado é superior ao valor zero", disse Barra Torres. Ele acrescentou que, se não houver mudanças na vacina, não há como autorizar seu uso no Brasil.

A União Química, empresa brasileira que firmou parceria para produção da Sputnik V, divulgou carta enviada ao presidente da Anvisa na quarta-feira, (28). No documento, a farmacêutica questiona que doses da vacina foram analisadas e coloca que nenhuma vacina Sputnik V foi oficialmente fornecida à Anvisa nem por ela e nem pelo parceiro russo.

Na carta, a União Química alega que o Instituto Gamaleya negou ter encontrado qualquer presença de adenovírus replicante em qualquer lote do imunizante. A companhia considera que as afirmações da Anvisa sobre a presença de adenovírus replicante são falsas e reitera a informação de que uma subsidiária do Fundo de Investimento Direto Russo (outra instituição participante no consórcio de produção da vacina) vai entrar com processo judicial.

Sobre o assunto, Barra Torres declarou na entrevista coletiva que a agência não se utiliza de laboratório. "Houve circulação na mídia de que a Anvisa teria analisado em seus laboratórios vacina falsificada. A análise é feita em cima de documentos enviados pelo desenvolvedor. Há várias questões para além do adenovírus", pontuou o diretor-presidente. (Agencia Brasil)

CPI: senadores questionam Renan e aprovam 310 pedidos de informação

A atuação do senador Renan Calheiros (MDB-AL) é questionada por senadores da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia. Na quinta-feira (29), na primeira reunião do colegiado após sua instalação na última terça-feira (27), Calheiros – escolhido relator dos trabalhos criticou as tentativas de parlamentares da base aliada ao governo federal de impedi-lo de exercer a função.

Os senadores Eduardo Girão (Podemos-CE), Jorginho Mello (PL-SC) e Marcos Rogério (DEM-RO) acionaram o Supremo Tribunal Federal (STF) e aguardam resposta sobre um pedido de suspensão do ato que colocou o senador emedebista na comissão.

O argumento do grupo é que, como pai do governador de Alagoas, Renan Filho, o parlamentar estaria impedido de integrar o colegiado. Isso porque, além de investigar "ações e omissões" do governo do presidente Jair Bolsonaro, durante a pandemia do novo coronavírus, os repasses feitos pela União a estados e municípios também estão na mira do colegiado.

"Isso é uma tentativa de dispersão do foco da CPI, não há nada contra mim. É evidente e flagrante. Eles, senadores governistas, assinaram requerimentos vindos do Palácio do Planalto", afirmou Renan.

Os requerimentos citados por Renan tratam de pedidos de convocação de especialistas associados à defesa do chamado "tratamento precoce" ou de críticas ao lockdown. Segundo o vice-presidente do colegiado, Randolfe Rodrigues, todos os 310 pedidos de informações apresentados até a reunião de quinta-feira foram aprovados.

Na lista de aprovados há ainda um requerimento de acesso a todas as investigações da Polícia Federal sobre repasses destinados à pandemia a estados e prefeituras.

Próximos passos

Na próxima terça-feira (4), os senadores começam uma semana dedicada a oitivas dos ex-ministros e do atual ministro da Saúde, respectivamente, Luiz Henrique Mandetta, Nelson Teich, Eduardo Pazuello e Marcelo Queiroga. O diretor presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) também está entre os aprovados.

Segundo o presidente da comissão, senador Omar Aziz (PSD-AM), na semana do dia 10 de maio deve ser ouvido o ex-secretário especial de Comunicação Social da Presidência da República, Fabio Wajngarten. Os senadores querem que Wajngarten explique declarações dadas recentemente em entrevista à revista Veja. Nela, ele afirmou que houve "incompetência" e "ineficiência" de gestores do Ministério da Saúde para negociar a compra de vacinas.

Outra prioridade dos senadores é ouvir a farmacêutica Pfizer sobre a recusa do governo federal, em agosto de 2020, para compra de um lote de 70 milhões de doses, que seriam entregues em dezembro de 2020. Ambos os requerimentos serão colocados em votação na terça-feira. (Agencia Brasil)

Vendas reais da indústria paulista caíram 1,3% em março, diz Fiesp

As vendas reais da indústria paulista caíram 1,3% em março frente a fevereiro, sem efeitos sazonais, conforme aponta o Levantamento de Conjuntura da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo com Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp/Ciesp), divulgado na quinta-feira (29). Com esse resultado, explica a entidade, as vendas reais da indústria de transformação do estado encerram o 1º trimestre de 2021 com queda de 0,7% em relação ao último trimestre de 2020.

De acordo com o levantamento, as horas trabalhadas na produção registraram queda de 0,4% entre fevereiro e março, enquanto o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) atingiu 79,8%, crescendo 1 ponto percentual (pp) sobre fevereiro. Em março, o NUCI ficou um pouco acima da média histórica (79,3%), apontando pouca ociosidade da indústria paulista. No primeiro trimestre de 2021 comparado com os três últimos meses de 2020, as horas trabalhadas na produção cresceram 3% e o NUCI apresentou alta de 1,3 pp.

No final do 1º trimestre, a indústria de transformação paulista foi impactada pelo agravamento da pandemia e o recrudescimento das medidas de restrição de mobilidade implantadas no estado, aponta a entidade. O indicador Sensor sinaliza que esse quadro se estendeu em abril, com o setor devendo exibir desempenho ruim no mês. "O progresso da vacinação deverá impulsionar a atividade econômica, principalmente após a imunização dos grupos prioritários. Por outro lado, a elevação da taxa básica de juros, a Selic, e o elevado desemprego são fatores de risco no cenário de retomada da indústria em 2021", diz a nota da Fiesp.

A pesquisa Sensor no mês de abril marcou 49 pontos, na série livre de influências sazonais, resultado inferior à leitura de março, quando registrou 50,2 pontos. Números abaixo dos 50 pontos indicam piora da atividade industrial paulista no mês. Esse resultado sinaliza queda da atividade em abril.

As condições de mercado estão piores em relação a março, variando de 51,4 pontos para 48,2 pontos em abril. Números abaixo dos 50 pontos apontam que o mercado está menos aquecido no mês.

As vendas passaram de 53 pontos em março para 51,1 pontos no período. No entanto, apesar do recuo de 1,9 ponto, o indicador sinaliza aumento das vendas por se manter acima dos 50 pontos.

O nível de estoque atingiu 51,2 pontos em abril, avançando 1,8 ponto no mês, este nível havia registrado 49,3 pontos em março. Leituras superiores a 50 pontos indicam estoque abaixo do desejável, ao passo que inferiores a 50 pontos indicam sobrestoque.

No quarto mês do ano, o indicador de emprego fechou em 51,9 pontos, número superior ao registrado em março (51 pontos). Resultados acima dos 50 pontos indicam expectativa de contratações da indústria paulista no período.

Por fim, o indicador de investimentos apresentou piora em ralação ao mês passado, ao passar de 45,7 pontos para 43,8 pontos em abril. Com um resultado abaixo dos 50 pontos, há expectativa de redução dos investimentos. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

AVISO AOS INVESTIDORES

A **OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.** inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, comunica que os Relatórios Anuais deste Agente Fiduciário Relativos ao Exercício Social de 2020, das Emissões de **Debêntures, CRI, CRA, LF** e **NP,** encontram-se à disposição no site: **www.oliveiratrust.com.br**

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021

28ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. 28º Ofício Cível. Edital de Intimação. Prazo: 20 dias. Processo nº 0013541-62.2021.8.26.0100. A Dra. Ana Lúcia Xavier Goldman, Juíza de Direito da 28ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. Faz Saber a todos os Comércio de Mármores e Granitos Ltda (CNPJ. 27.422.939/0001-09), que a ação de Cobrança, de Procedimento Comum, ajuizada por Banco Bradesco S/A, foi julgada procedente, condenando ao pagamento da quantia de R$ 203.639,28 (março/2021). Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. 29 e 30 / 04 / 2021

Bari Securitizadora S.A.

CNPJ/ME 10.608.405/0001-60 - NIRE 35.3.003633591

Edital de Convocação - Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série 52ª da 1ª Emissão da Bari Securitizadora S.A. (Nova Denominação da Barigui Securitizadora S.A.)

Bari Securitizadora S.A. (nova denominação da Barigui Securitizadora S.A.), na qualidade de Securitizadora dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da Série 52ª da 1ª Emissão da Bari Securitizadora S.A., nova denominação da Barigui Securitizadora S.A. ("Emissora"), nos termos da Cláusula 17ª do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série 52ª da 1ª Emissão da Emissora ("TS") firmado em 24 de fevereiro de 2017, entre a Emissora e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), considerando que até o presente momento os titulares dos CRI não posicionaram a Emissora a respeito das providências a serem tomadas diante da ocorrência das hipóteses de Recompra Compulsória não automática conforme lhes foi direcionado, a Emissora convoca os titulares dos CRI ("Titulares dos CRI") a se reunirem em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), a realizar-se, **em primeira convocação, no dia 24/05/2021, às 15:00h, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, através da plataforma eletrônica Google Meet,** de conexão via internet nos termos da Instrução CVM nº 625 datada de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625"), sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados nos termos deste Edital, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** pela decretação ou não, da Recompra Compulsória dos Créditos Imobiliários, observado o disposto na cláusula 6.1.1. (a) e (g) do Quinto Contrato de Cessão, diante dos seguintes eventos: **(i.i)** inadimplemento pecuniário previsto nas cláusulas 10.5.1 e 11.4 do TS, tendo em vista o não pagamento: (a) da quarta e quinta parcelas de Remuneração dos serviços de Agente Fiduciário e Agente Custodiante, que somam, nesta data, o montante total, na data de publicação deste Edital, de R$ 42.222,12 (quarenta e dois mil duzentos e vinte e dois reais e doze centavos) ("Remuneração Pendente"), conforme notificações enviadas pelo Agente Fiduciário em 22/04/2020 e em 15/04/2021; (b) das parcelas da taxa de administração referente ao período de abril/2017 a abril/2021, devida à Emissora, o qual nesta data soma o valor bruto, na data de publicação deste Edital, de R$ 64.754,26 (sessenta e quatro mil setecentos e cinquenta e quatro reais e vinte e seis centavos) ("Remuneração Emissora"); **(i.ii)** de hipótese de vencimento antecipado do Compromisso de Compra e Venda conforme disposto na cláusula 5.1. "(e)" do referido instrumento, ante a publicação do Fato Relevante divulgado pela INTRADER DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.486.966/0001-95 ("Administradora") noticiando a liquidação e encerramento do fundo de investimento Cedente da Emissão, CIDADE NOVA FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - FII, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 15.862.591/0001-83 ("Cedente"); **(ii)** pelo aporte de recursos pelos Titulares dos CRI para o pagamento da Remuneração Pentágono e da Remuneração Emissora, além do valor de R$ 10.507,94 (dez mil quinhentos e sete reais e noventa e quatro centavos) para o reembolso das despesas já realizadas pela Emissora para fins de auditoria do Patrimônio Separado referente aos exercícios de 2019 e 2020, conforme comprovantes que serão apresentados no dia da realização da AGT; **(iii)** pela criação de um Fundo de Despesas para fazer frente às despesas indicadas na cláusula 14.1 do TS, inclusive as referente aos custos recorrentes devidos ao Agente Fiduciário e a Emissora, além dos custos de auditoria do Patrimônio Separado do exercício de 2021 em diante, bem como a realização de aporte de recursos, pelos Titulares dos CRI, referido fundo; e **(iv)** autorizar a Emissora, em conjunto ao Agente Fiduciário, a celebrar todos os documentos que se façam necessários à efetivação do aprovado nos termos da Ordem do Dia. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido no TS, salvo se conceituado de forma diversa no presente Edital, que poderá ser consultado na página da Emissora na rede mundial de computadores: www.barigui.com.br, acessar "Emissões", procurar na coluna "Série" a Série 52, acessar "Maiores Informações", "Documentos". A Emissora esclarece que optou pela realização desta AGT de forma não presencial em decorrência das recomendações da Organização Mundial da Saúde e orientações de isolamento social do Governo e Município do Estado de São Paulo por conta da expansão da COVID-19. A AGT será realizada **exclusivamente** por meio da plataforma eletrônica Google Meet, **inclusive para fins de voto** que serão aceitos somente se proferidos na assembleia, conforme artigo 3º, inciso II da ICVM 625, cujo acesso será disponibilizado pela Emissora àqueles que enviarem por correio eletrônico para ppe-emissao@barigui.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br os documentos de representação, preferencialmente até 48 (quarenta e oito) horas da AGT, sendo aceito até o horário de início da AGT, conforme ICVM 625. Para os fins acima, serão aceitos como documentos de representação: a) participante pessoa física - cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração; (i) com firma reconhecida, abono bancário ou assinatura eletrônica, ou (ii) acompanhada de cópia digitalizada do documento de identidade do Titular dos CRI; e b) demais participantes - cópia digitalizada do Estatuto Social ou Contrato Social ou documento equivalente, conforme aplicável, acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI, e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração: (i) com firma reconhecida, abono bancário ou assinatura eletrônica, ou; (ii) acompanhada de cópia digitalizada do documento de identidade do Titular dos CRI. São Paulo, 30 de abril de 2021. **Bari Securitizadora S.A. Evaldo Leandro Perussolo** - Diretor de Relações com Investidores.

CADA DIA PICAZO